



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO – PPG/FAU

LÍVIA CRISTINA BARROS DA SILVA WIESINIESKI

**PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO PARA O ECOSISTEMA
URBANO-TURÍSTICO: uma construção coletiva com a comunidade de São Jorge na
Chapada dos Veadeiros/GO**

Linha de pesquisa: Projeto e Planejamento Urbano e Regional

Brasília, Fevereiro/2024
LÍVIA CRISTINA BARROS DA SILVA WIESINIESKI

**PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO PARA O ECOSISTEMA
URBANO-TURÍSTICO: uma construção coletiva com a comunidade de São Jorge na
Chapada dos Veadeiros/GO**

Teste de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPG/FAU) da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Professora Dra. Liza Maria Souza de Andrade.

Orientadora: Pra Dra. Liza Maria Souza de Andrade

Brasília,
Fevereiro/2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BBW651p BARROS DA SILVA WIESINIESKI, LÍVIA CRISTINA
PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO PARA O ECOSISTEMA
URBANO-TURÍSTICO: uma construção coletiva com a comunidade
de São Jorge na Chapada dos Veadeiros / LÍVIA CRISTINA
BARROS DA SILVA WIESINIESKI; orientador Liza Maria Souza de
Andrade. -- Brasília, 2024.
290 p.

Tese(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Planejamento territorial. 2. participação social. 3.
ecossistema urbano-turístico. 4. tecnociência solidária. I.
Souza de Andrade, Liza Maria , orient. II. Título.

LÍVIA CRISTINA BARROS DA SILVA WIESINIESKI

**PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO PARA O ECOSISTEMA
URBANO-TURÍSTICO: uma construção coletiva com a comunidade de São Jorge na
Chapada dos Veadeiros/GO**

Tese de doutoramento apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, pela Comissão formada pelos professores:

Banca Examinadora:

Profa Dra. Liza Maria Souza de Andrade

Arquiteta e urbanista – UFMG (1989)
Mestra (2005) e Doutora (2014) em Arquitetura e Urbanismo – UnB
Presidente da Banca

Profa Dra. Mônica Antonia Viana

Arquiteta e urbanista – PUCC (1985)
Mestre em Arquitetura e Urbanismo– USP (2003) e Doutora em Ciências Sociais - PUC SP
(2010)

Profa Dra. Simone Parrela Tostes

Arquiteta e urbanista – UFMG (1987)
Mestra em Arquitetura e Urbanismo (2001) e Doutora em Geografia (2015)– UFMG

Prof Dr. Luiz Carlos Spiller Pena

Arquiteto e urbanista – USU (1987)
Mestre em Antropologia Social – UNICAMP (1999), Doutor em Engenharia Civil -
UNICAMP (2009) e Pós-doutor em Geografia - UnB (2021)

Profa Dra. Kerlei Eniele Sonaglio

Bacharela em Turismo – ESTH (1999)
Mestre e Doutora em Engenharia Ambiental – UFSC (2002 e 2006) e Pós-doutora em em
turismo (UNIVALI, 2017)

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – UnB

Data de aprovação: 20/02/2024

AGRADECIMENTOS

A etapa que deveria ser a mais fácil desta trajetória se apresenta desafiadora, pois a gratidão é um processo recursivo e de retroação. Por mais que a escrita da tese seja um caminho solitário, ela demanda a construção de redes de aprendizado, apoio, acolhida e fraternidade, pois desde 2020 os desafios foram físicos e emocionais.

Por isso, inicio agradecendo a Deus pela oportunidade de aprender diariamente e de me fortalecer com as vivências e experiências em comunidade. À minha família, espinha dorsal da consciência e compromisso socioambiental e cultural. Aos meus pais, irmão, tias e primos que mesmo de longe sempre buscaram me amparar, ouvir e apoiar nas escolhas e decisões. O caminho sempre foi tortuoso, mas a visão da microescala me acompanha como base das minhas escolhas e decisões pessoais e profissionais e, aos poucos, têm sido compartilhadas com Mario, Mateus e Lucas. Meus parceiros de vida, escolhidos para mim. Vocês são incríveis!

Agradeço à família do coração, fortalecida diariamente pelo espírito de vizinhança da SQS 402, especialmente as ‘Senhoras’! O amor, carinho e solidariedade de vocês demonstram a potência da vida em comunidade. Sou grata por poder compartilhar esse momento com vocês e por ensinar a aprender diariamente o amor, o respeito e o compromisso. Nossos filhos estão crescendo conscientes de valores que a vida jamais poderá tirar deles. E aos amigos de ontem, hoje e sempre...Alessandra Santos, Iara Brasileiro, Maru Moesch, e tantos outros, pois cada um de vocês tiveram papel especial nessa caminhada de desafios, conquistas, angústias e lágrimas. A finalização desta etapa da tese foi possível porque pude contar com o incentivo, a acolhida e o cuidado comigo, Mario e com os meninos. Gratidão!

À Universidade de Brasília, que me acolhe desde 2009 na pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, ofertando um ensino público, gratuito e de excelente qualidade, me proporcionando a construção da crítica consciente e emancipadora. Hoje faço parte desse grupo de alunos e de docentes, tendo encontrado meu caminho profissional no Centro de Excelência em Turismo, meu lugar de referência, amorosidade e hospitalidade. A escolha pelo doutorado foi coletiva e sei que o resultado também será!

Ao PPGFAU pela acolhida e compartilhamento de experiências e vivências com os professores, e à orientadora, prof^a Liza Andrade com quem caminhei nestes anos e tive a oportunidade de construir um trabalho pautado no ensino, pesquisa e extensão, dando à comunidade o reconhecimento e o empoderamento frente ao seu saber e à sua luta. Aos colegas e amigas de turma que caminham em busca da transformação da ciência tornando-a espaço de

consciência, respeito e troca de saberes e fazeres. Em especial à Ana Luiza Aureliano, que encerra o ciclo do doutoramento comigo, compartilhando as incertezas e inseguranças da vida. À Natalia Lemos, Diogo Sakai e Juliette Lenoir que participaram deste momento de construção, desconstrução e reconstrução das minhas leituras de vida e percepções de processos de interação sócio científica.

Ao Periférico, pelo acolhimento, empoderamento do meu saber e oportunidade de construção dialógica com outros pós graduandos, como a Andreia Prado, Caio Monteiro, Luana Oliveira, Talita Maboni, e às graduandas Angélica Silva, Danielle Nunes, Lara Bossaerts, Leticia Mendonça e Maria Luiza Bisinoto. Nosso trabalho, em coautoria com representantes da comunidade de São Jorge, Moinho e Associação do Quilombo Kalunga, fortaleceu minha essência e consciência sobre o pensar e agir coletivamente. Ao Carlos Pereira, presidente da Associação do Quilombo Kalunga e ao Guilherme Rogado, que me contribuíram com levantamentos preliminares, e ao Valmor Filho com os voos de drone. Todas as contribuições foram fundamentais para a construção desta tese!

Meu agradecimento especial aos representantes comunitários de São Jorge que me acolheram e compartilharam seus saberes, contatos e alegria, tornando a jornada leve e emancipadora. Destaco alguns nomes que representam os diversos grupos de atores locais que estiveram nas oficinas, encontros online e rodas de conversa: Aristeia Santos – Superintendência de São Jorge, Jefferson Passos – Associação Comunitária da Vila de São Jorge (ASJOR), Mércia Miranda – Associação dos Empreendedores de São Jorge (ASSEJOR), Lucas Gomes – Associação Quilombola Povoado do Moinho, e Piquerobi Souza.

Por fim, agradeço à banca avaliadora deste trabalho, representada pelas professoras Kerlei Sonaglio, Monica Viana e Simone Tostes, e pelo professor Luiz Spiller. As contribuições dadas na banca intermediária foram essenciais para o direcionamento da pesquisa de ação e construção dos parâmetros/padrões orientados ao ecossistema urbano-turístico.

RESUMO

O planejamento territorial enquanto estrutura, projeto e síntese, que acolhe a transdisciplinaridade, a multiescalaridade e multidimensionalidade, representa as expectativas sociais organizadas em categorias, macrodimensões. Dentre essas, destacam-se a compreensão do lugar e de sua dinâmica ecossistêmica, os princípios da sustentabilidade urbana, os valores e interpretações individuais e coletivas. Proporcionando a interface urbano-turística a partir de sua compreensão fenomenológica, compatível com a abordagem sistêmica, complexa e com seus atributos. As interações presentes nos lugares, contribuem para sua transformação de forma processual, histórica e coadaptava, onde a diversificação cultural e paisagística interferem no equilíbrio ecossistêmico impactando os atores locais, os de seu entorno e os turistas, quando estes territórios são ocupados pelo turismo. Na microrregião da Chapada dos Veadeiros, nordeste Goiano, a intensificação do fluxo turístico, em função de sua diversificação paisagística e cultural, e a atratividade do Parque Nacional, afetam a dinâmica urbana e o bem estar da população pela precarização dos serviços urbanos, ineficiência das políticas públicas e baixo acesso aos processos decisórios por parte dos grupos mais impactados pela presença de atratividade turística, como ocorre no Distrito de São Jorge em Alto Paraíso de Goiás. Este estudo, ao propor a síntese de processos coletivos de estruturação e articulação da morfologia do lugar, apresenta como objetivo geral elaborar e sistematizar parâmetros de planejamento territorial participativo para o ecossistema urbano-turístico a partir de práxis coletivas, buscando subsidiar os debates e democratizar o acesso à política urbana, integrando as áreas de urbanismo, turismo e meio ambiente natural. Considerando a microescala de São Jorge como espaço de vivência e validação teórico-metodológica, e suas interações com a mesoescala o município de Alto Paraíso de Goiás, e a macroescala da Chapada. Esta última atua no espaço de articulação da oferta turística, integração ambiental, político-territorial e socioeconômica, a partir da força de trabalho, distribuição de riquezas, mobilidade e acessibilidade. Guiada pela pesquisa-ação, adotou-se o acolhimento dos saberes e práxis locais a partir da aproximação com a metodologia de urbanismo participativo do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico Trabalhos Emergentes, inovando ao agregar o turismo ao urbanismo participativo (Andrade, *et al.*, 2019) e à tecnociência solidária (Dagnino, 2019) a partir de sistematização e promoção da ecologia de saberes, da pluralidade e complexidade das interações sociais na construção e transformação de suas múltiplas realidades. Dentre as técnicas de investigação destacam-se: questionário de aproximação, entrevistas semiestruturadas, rodas de conversas, oficinas e encontros virtuais, potencializando recursividade e retroação na validação das etapas. A efetividade e materialidade da ação foi simbolizada pelo Plano Participativo para o Desenvolvimento do Turismo, idealizado a partir da demanda das associações, dos trabalhadores e da superintendência local. Neles estão expressos os compromissos coletivos, diretrizes, cenários, propostas de interação no zoneamento do distrito, programas e projetos voltados à patrimonialização, qualificação profissional e da infraestrutura. Sendo que, isso ocorre a partir da interlocução transdisciplinar entre as agendas territoriais, a identificação dos atributos ecossistêmicos e a elaboração dos princípios, critérios verificadores e indicadores e dos parâmetros de planejamento territorial integrado à articulação. Como resultado teórico metodológico estabeleceu-se a proposição de padrões/parâmetros pautados pelas demandas locais e globais a partir da identificação de categorias, conceitos, eixos norteadores, sínteses analíticas e instrumentos de planejamento e suas correlações com as dimensões da sustentabilidade urbano-turística, orientadas pelos indicadores de desenvolvimento e resiliência das cidades, complementados pelos padrões/parâmetros relacionados ao contexto social e aos fluxos de pessoas, informações e articulações.

Palavras-chaves: Planejamento territorial, participação social, ecossistema urbano-turístico, tecnociência solidária.

ABSTRACT

Territorial planning, as a structure and synthesis project that embraces transdisciplinary, multiscale dynamics, and multidimensionality, represents social expectations organized into categories and macro-dimensions. Among these, the understanding of place and its exosystemic dynamics, principles of urban sustainability, and individual and collective values and interpretations stand out. It provides an urban-touristic interface based on phenomenological comprehension, compatible with a systemic and complex approach, along with its attributes. Interactions within places contribute to their procedural, historical, and adaptive transformation, where cultural and landscape diversification affects exosystemic balance, impacting local actors, those in their surroundings, and tourists when these territories are occupied by tourism. In the microregion of Chapada dos Veadeiros, northeastern Goiás, the intensification of tourist flow, due to its cultural and landscape diversification, and the attractiveness of the National Park, affect urban dynamics and the well-being of the population impacted by the precariousness of urban services, inefficiency of public policies, and limited access to decision-making processes for groups most affected by tourist attraction, as seen in the District of São Jorge in Alto Paraíso de Goiás. This study, by proposing the synthesis of collective structuring and articulation processes of the place's morphology, aims to develop and systematize parameters for participatory territorial planning for the urban-touristic ecosystem based on collective practices, seeking to support discussions and democratize access to urban policy by integrating urban planning, tourism, and the natural environment. Using the microscale of São Jorge as the space for experiential and theoretical-methodological validation, along with its interactions with the mesoscale of the municipality of Alto Paraíso de Goiás and the macroscale of Chapada, the latter being the space for the articulation of tourist offerings, environmental integration, political-territorial integration, and socioeconomic integration through workforce, wealth distribution, mobility, and accessibility. Guided by action research, the study embraced local knowledge and practices through an approach with the participatory urbanism methodology of the Peripheral Emerging Works Research and Extension Group, innovating by integrating tourism into participatory urbanism (ANDRADE, et al., 2019) and solidarity technoscience (DAGNINO, 2019) through the systematization and promotion of the ecology of knowledge, plurality, and complexity of social interactions in the construction and transformation of their multiple realities. Key investigation techniques include an introductory questionnaire, semi-structured interviews, group discussions, workshops, and virtual meetings, enhancing recursion and feedback in the validation of stages. The effectiveness and materiality of the action were symbolized by the Participatory Plan for Tourism Development, conceived based on the demands of associations, workers, and the local superintendence. This plan expresses collective commitments, guidelines, scenarios, proposals for interaction in the district's zoning, programs, and projects focused on heritage preservation, professional qualification, and infrastructure. Through transdisciplinary interaction between territorial agendas, the identification of exosystemic attributes, and the elaboration of principles, verification criteria, indicators, and parameters of integrated territorial planning and coordination, the theoretical-methodological result established the proposition of standards/parameters guided by local and global demands through the identification of categories, concepts, guiding axes, analytical syntheses, and planning instruments, correlated with the dimensions of urban-touristic sustainability guided by city development and resilience indicators, complemented by standards/parameters related to the social context and flows of people, information, and coordination.

Keywords: Territorial planning, social participation, urban-touristic ecosystem, solidarity technoscience.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Dinâmica da prática turística	38
Ilustração 2: Pesquisa Ação na Chapada dos Veadeiros – um exercício cooperativo, solidário e participativo	48
Ilustração 3: Sistematização do caminho conceitual para elaboração da tese	50
Ilustração 4: Escopo da fundamentação teórica da tese	53
Ilustração 5: Processos-chave para a compreensão das interfaces da cidade	65
Ilustração 6: Temáticas transversais à pesquisa em tela	66
Ilustração 7: Ciclo de investigação-ação	83
Ilustração 8: Articulação de duas estratégias-tipo	85
Ilustração 9: Fases da pesquisa-ação	86
Ilustração 10: Fluxograma do Questionário de Aproximação	93
Ilustração 11: Sistematização das atividades desenvolvidas	98
Ilustração 12: Convite para 1º Encontro Virtual para discussão da segmentação do turismo	99
Ilustração 13: Mosaico da oferta turística de São Jorge	100
Ilustração 14: Síntese da reunião online realizada em 28 de março de 2023	101
Ilustração 15: Convite para Roda de Conversa com Empreendedores e prestadores de serviços para o turismo de São Jorge	103
Ilustração 16: XXIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros – julho/2023	103
Ilustração 17: Expansão urbana, São Jorge – Alto Paraíso de Goiás	105
Ilustração 18: Início das obras de pavimentação do Distrito de São Jorge	106
Ilustração 19: Projeto urbanístico e Plano de turismo	108
Ilustração 20: padrões globais orientadores da construção comunitária	121
Ilustração 21: Problemáticas da cidade	133
Ilustração 22: Alto Paraíso de Goiás - Foto de Valmor Pazos Filho (2021)	175
Ilustração 23: Imagem aérea das proximidades ao Aeroporto	189
Ilustração 24: Imagem aérea do centro urbano do Distrito de São Jorge	190
Ilustração 25: Histórico das alterações dos limites do PNCV	195
Ilustração 26: Imagens de satélite da cidade de Alto Paraíso de Goiás	198
Ilustração 27: Distrito de São Jorge	204
Ilustração 28: Imagens de satélite ampliadas da Vila de São Jorge – 1985 a 2020	207
Ilustração 29: Contextualização do território de São Jorge	213
Ilustração 30: Princípios da sustentabilidade e a Interface urbano-turística	220
Ilustração 31: Contraproposta da comunidade de São Jorge para o processo de revisão do Plano Diretor	223

Ilustração 32: Limites do distrito de São Jorge	224
Ilustração 33: Síntese do processo	237
Ilustração 34: Ícones para interpretação da dimensão ambiental	237
Ilustração 35: Ícones para interpretação da dimensão econômica	239
Ilustração 36: Ícones para interpretação da dimensão social	240
Ilustração 37: Ícones para interpretação da dimensão cultural e emocional	241
Ilustração 38: Síntese teórico-conceitual	249

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de visitantes no PNCV nos últimos 10 anos	34
Gráfico 2: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo	155
Gráfico 3: Proporção de vulneráveis à pobreza	159
Gráfico 4: Distribuição do uso antrópico da Chapada dos Veadeiros em hectare	162
Gráfico 5: Índice de desenvolvimento dos Municípios da Chapada dos Veadeiros	166
Gráfico 6: Remuneração média dos trabalhadores da Chapada dos Veadeiros - salários	170
Gráfico 7: Histórico de fluxo de visitantes do PNCV	171
Gráfico 8: Série histórica do Levantamento Censitário (1991 - 2022)	173
Gráfico 9: Despesa empenhada para urbanização e habitação	174
Gráfico 10: Série histórica das ocorrências relacionadas à segurança pública em Alto Paraíso de Goiás	176
Gráfico 11: Salário mínimo	178
Gráfico 12: Relação entre pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	179
Gráfico 13: Potencial de ocupação segundo Atlas do Desenvolvimento Humano	180
Gráfico 14: Série histórica do Índice de Desenvolvimento dos Municípios - IDM Alto Paraíso de Goiás	190
Gráfico 15: Evolução do uso e ocupação do solo pelo agronegócio	193
Gráfico 16: Percentual de crescimento de uso da cobertura antrópica por categoria	196
Gráfico 17: Relação entre população residente e a taxa de crescimento populacional de Alto Paraíso de Goiás	199
Gráfico 18: Percentual da população por faixa etária – 2010	202
Gráfico 19: Serviços e equipamentos turísticos de São Jorge	205
Gráfico 20: Fluxo migratório para São Jorge	209
Gráfico 21: Tempo de moradia em São Jorge e/ou na sede do município	209
Gráfico 22: Percepção da oferta de saneamento ambiental	211
Gráfico 23: Situação da drenagem urbana	212
Gráfico 24: Atuação profissional/Renda	212
Gráfico 25: Transporte urbano	213
Gráfico 26: Habitação	213
Gráfico 27: Acesso à Gestão Pública	222
Gráfico 28: Interesse em participar do processo de revisão do PDM	222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas de interlocução e envolvimento da pesquisa-ação	57
Quadro 2: Escopo da fundamentação teórica da tese	88
Quadro 3: Sustentabilidade urbano e interação com o turismo em comunidade tradicional	95
Quadro 4: Síntese dos princípios da sustentabilidade	116
Quadro 5: Padrões espaciais representativos da pesquisa ação	121
Quadro 6: Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) da Chapada dos Veadeiros, GO	146
Quadro 7: Comunidades Quilombolas da Chapada dos Veadeiros	148
Quadro 8: Panorama da Chapada dos Veadeiros	149
Quadro 9: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades da Chapada dos Veadeiros	152
Quadro 10: Panorama Habitacional da Chapada dos Veadeiros	153
Quadro 11: Índice Fierjan de Desenvolvimento Municipal	158
Quadro 12: Série histórica dos registros de ocorrência da Chapada dos Veadeiros	160
Quadro 13: Melhor arrecadação dos municípios da microrregião da Chapada dos Veadeiros	164
Quadro 14: Visão geral das avaliações 2022, 2023 dos municípios da Chapada dos Veadeiros	165
Quadro 15: Índice de Gestão Eficaz dos Municípios da Microrregião da Chapada dos Veadeiros	167
Quadro 16: Série censitária referente ao saneamento ambiental em Alto Paraíso de Goiás	174
Quadro 17: Sistematização da avaliação de Alto Paraíso de Goiás como destino indutor do turismo	182
Quadro 18: Empreendimentos de Hospedagem de Alto Paraíso de Goiás	187
Quadro 19: Panorama do saneamento ambiental em Alto Paraíso de Goiás – 1991 a 2010	198
Quadro 20: Caracterização da distribuição da população nas escalas	201
Quadro 21: Designe de padrões e a praxe territorial na construção da sustentabilidade urbano-turística	223
Quadro 22: Designe de padrões e a praxe territorial na construção da sustentabilidade urbano-turística	226
Quadro 23: Designe de padrões e a praxe territorial na construção da sustentabilidade urbano-turística	228
Quadro 24: Designe de padrões e a praxe territorial na construção da sustentabilidade urbano-turística	230
Quadro 25: Orientação para validação da pesquisa-ação	247

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa da Microrregião da Chapada dos Veadeiros	32
Mapa 2: Reserva da Biosfera do Cerrado	141
Mapa 3: Mapa da Chapada dos Veadeiros - bacias hidrográficas, comunidades rurais e cidades	143
Mapa 4: Unidades de Conservação da Chapada dos Veadeiros	145
Mapa 5: Município da Região de Desenvolvimento Econômico do Distrito	150
Mapa 6: Mapa dos atrativos naturais de Alto Paraíso de Goiás e Vila de São Jorge	188

SUMÁRIO

PERCURSO DA PESQUISADORA	17
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	21
1.1 Pergunta de partida e problematização	27
1.1.1 Questões de pesquisa	39
1.1.2 Objetivos	39
1.1.3 Justificativa e lacunas do conhecimento científico	40
1.1.3 Hipóteses	42
1.2 Metodologia científica	43
1.2.1 Pesquisa teórica e metodológica	49
1.2.2 Pesquisa empírica	54
1.3 Estrutura dos capítulos da tese	58
CAPÍTULO 2 - CONSTRUÇÃO DIALÓGICA E A BUSCA POR UMA CIÊNCIA DA COMPLEXIDADE E DA PRÁXIS TERRITORIAL	60
2.1 Desafios e oportunidades em tempos líquidos	67
2.2 Ciência e transformação das demandas sociais na construção de ecossistemas sustentáveis	70
2.3 O saber local e a construção da ciência cidadã	74
2.3.1 A linguagem como proposta de humanização da ciência e compreensão dos atributos da cidade	78
2.4 Pesquisa-ação como método para a construção da ciência cidadã – uma experiência participativa, sensível e contínua	82
2.4.1 Levantamento bibliográfico e documental	87
2.4.2 Trabalho de campo: planejar, agir, avaliar e cooperar com a transformação necessária	90
CAPÍTULO 3 - PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO E A VISÃO ECOSSISTÊMICA - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DIALÓGICA	109
3.1 Da compreensão do território, territorialidade e da práxis a partir da diversificação cultural e da paisagem	111
3.2 Planejamento, resiliência e resistência territorial	113
3.3 Ecossistema urbano, dinâmicas da cidade e capilaridades	118
3.3.1 A linguagem dos padrões/ parâmetros como facilitador inteligibilidade	120
3.4 Ecossistema turístico e a construção de um novo turismo em busca de cidades sustentáveis	123
3.4.1 Turismo e a prax territorial	128
3.5 Participação social e democratização do acesso às decisões da/na cidade e no campo	130
3.6 Adequação e assessoria sociotécnica como ferramenta para transformação das demandas sociais e fortalecimento da tecnociência	135
CAPÍTULO 4 - APROXIMAÇÃO TRANSESCALAR E LEITURA TÉCNICA DA CHAPADA DOS VEADEIROS	140
4.1 Microrregião da Chapada dos Veadeiros – contextualização da macroescala	140
4.1.1 Índices de desenvolvimento dos Municípios da Chapada dos Veadeiros, um caminho para a sustentabilidade	151

4.1.2 Turismo na Chapada dos Veadeiros	169
4.2 Alto Paraíso de Goiás – construção do diagnóstico técnico do município, evolução urbana e a prática do turismo	171
4.2.1 Turismo em Alto Paraíso de Goiás	180
4.2.2 Evolução Urbana	190
4.3 São Jorge	199
CAPÍTULO 5 - ECOSSISTEMA URBANO-RURAL-TURÍSTICO COMO ESPAÇO DA DINÂMICA E DE ELABORAÇÃO DE PADRÕES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	206
5.1. Experiências participativas e integração teórico-metodológica – uma leitura afetiva das percepções dos atores locais de São Jorge, distrito de Alto Paraíso de Goiás	207
5.1.1 Dimensões da sustentabilidade e integração urbano-turística como instrumento para leitura do território, problematização e identificação de soluções baseadas nas táticas do cotidiano	214
5.1.2 A linguagem de padrões aplicada ao turismo a partir das vivências na Vila de São Jorge	221
5.2 Planejamento territorial participativo para o ecossistema urbano-turístico– uma proposta teórico-metodológica fundamentada pela tecnociência solidária	232
5.3 Síntese teórico-metodológica	239
CONCLUSÃO	243
REFERÊNCIAS	252

PERCURSO DA PESQUISADORA

O ingresso no programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGFAU) coincidiu com o início do ensino remoto, em função da Pandemia da Covid-19. A restrição de acesso ao *campus* e à comunidade fomentou a busca por caminhos alternativos que garantisse a interação com os colegas e professores. E, nesse sentido, a busca pela orientação com a Prof^a Liza Andrade e a imersão nas táticas adotadas pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico Trabalhos Emergentes registrado no CNPq em 2017, hoje Laboratório Periférico - Assessoria Sociotécnica, proporcionaram o reconhecimento de alternativas para a produção da ciência cidadã com base na tecnociência solidária.

As disciplinas cursadas entre 2020 e 2022 possibilitaram, estimularam e articularam a integração teórico conceitual relacionando o urbanismo ao turismo a partir do planejamento e da utilização de instrumentos de análise como mapas georreferenciados, categorias morfológicas e conceitos pautados na compreensão da tecnociência solidária, complexidade e transdisciplinaridade como fomentadores da dinâmica ecossistêmica das cidades.

Para ilustrar são apresentadas algumas das disciplinas cursadas: a) Planejamento Urbano e Regional no Brasil (Optativa); b) Tópicos Especiais - Participação, políticas públicas e movimentos sociais (Optativa); c) Seminário em Arquitetura e Urbanismo (Obrigatória); d) Trabalho Programado 1, 2 e 3 (Obrigatória); e) Estudos Especiais em Planejamento Urbano 1 e 2 (Optativa); f) Estudos Especiais em Tecnologia, Ambiente e Sustentabilidade (Optativa); g) Urbanismo, Planejamento e Urbanização no Brasil: Séculos XIX e XX (Optativa); h) Geoprocessamento (Optativa), e i) Água e Ambiente Construído (Optativa).

Inicialmente, a busca por vivências comunitárias e a integração entre ensino, pesquisa e extensão orientou a aproximação com a as tecnologias sociais e a participação no Núcleo de Ciência Tecnologia e Sociedade – NPCTS, especialmente no projeto Fundo rotativo solidário como tecnologia social para rede de mediadores/formadores territoriais de políticas integrativas trabalho, habitat & ambiente entre grupos sob risco social (vulnerabilidade socioambiental) coordenado pelo Prof^o Ricardo Neder e apoiado pela Prof.^a Liza Andrade.

Para atender as emergências geradas pela pandemia, elaborou-se, em parceria com o então mestrando Marcus Ferreira, a Prof.^a Liza Andrade e o Prof. Paulo Dimas Menezes, o Plano de Emergência Urbano-sanitária e turístico da Vila de Caraíva¹, compartilhado com a Associação de Nativos de Caraíva, tendo seu esforço inicial materializado em formato do artigo

¹ Parte integrante da dissertação “Por um território terrestre da reserva extrativista marinha do Corumbau: o caso de Cariava” de autoria de Marcos Vinicius Cortes Ferreira.

“Gentrificação pós-pandemia: turismo integrado na Vila de Cariava como instrumento de mitigação”, publicado no ENAMPARQ 2020. Em 2023 esse artigo foi publicado no periódico Revista Observatório de La Economia Latinoamericana, *qualis* A4.

Tem-se também a participação na organização do 3º Fórum do Núcleo DF Metropolitano do BrCidades - Live 1 - Mesa 2 - População em situação de Rua e Ambulantes na Região Central de Brasília, como relatora. Esse evento atendeu aos requisitos das reuniões livres propostas para revisão do Plano Diretor do Distrito Federal.

Em 2021, ao longo das disciplinas Estudos Especiais em Planejamento urbano I e II, foi elaborado o artigo intitulado “Transformações sensíveis para superar o caos”, em parceria com os professores Liza Andrade e Frederico Holanda, publicado no XXXIX Encontro *Arquisur*, realizado em outubro de 2021, no formato virtual.

Ao integrar a equipe do projeto “A produção do habitat no território do DF e entorno, os ecossistemas urbanos e rurais e a assessoria sociotécnica: tipologias e padrões espaciais, informalidade, redes solidárias, tecnologia social, agroecologia e lugares saudáveis e sensíveis à água”, tornou-se possível a construção das bases teóricas que apoiam a pesquisa em tela, em especial no que tange a compreensão do uso de tecnologias sociais como ferramenta para construção de metodologias. Em 2021, durante a oferta da disciplina do PPGFAU e o curso de extensão (2021) “Fundamentos em Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS – Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica”, a tutoria aproximou a teoria e a prática, assim como a elaboração de um caderno técnico, construído coletivamente com docentes da UnB e participantes, coordenados e orientados pela Prof.^a Liza Andrade. Em 2022 foi publicado o livro “Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica: integrando pós-graduação e extensão” (DOI: <https://doi.org/10.29327/577140>). Tendo sido membro da equipe organizadora da obra e, coautora da introdução e do capítulo “Adequação sociotécnica e economia solidária” juntamente com a orientadora desta tese.

Entre os dias 17 e 19 de agosto, aconteceu o “1º Encontro Nacional sobre Extensão na Pós-graduação e Assessoria Técnica para a Produção do Habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade”, organizado pelo grupo Periférico, concebido no âmbito do edital do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR – Edital 06/2021 de Patrocínio Cultural). A partir dessa iniciativa, ocorreu a seleção para participação no Programa de pós graduação – Residência Multiprofissional CTS – Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica, que teve suas aulas e vivências entre outubro de 2022 a janeiro de 2023, restando apenas a orientação dos trabalhos finais pelos professores colaboradores. Minha

atuação se concentrou entre janeiro e maio de 2023, nos módulos “Conexão de Saberes e Tecnociência Solidária” e “Conexões Territoriais”. A Residência Multiprofissional é coordenada pela Prof.^a Liza Andrade.

A partir dessa experiência foi publicado o artigo “Fundamentos em Ciência, Tecnologia e Sociedade - CTS - Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica (Por que integrar a Pós-Graduação na Extensão por meio da Residência Multiprofissional?” no XIX Enanpur em 2022. E, “Residência em Ciência, Tecnologia e sociedade, CTS – Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica? Por que integrar a pós-graduação na extensão?” no VII ENAMPARQ 2022. Estes trabalhos foram orientados pela Prof.^a Liza Andrade.

Na aproximação com a dinâmica territorial, tem-se a participação nos projetos de extensão Arquitetura Vernacular Kalunga: difusão e preservação dos saberes tradicionais, durante os anos de 2021 e 2022. Em parceria com Talita Xavier Maboni, orientanda da Prof.^a Liza Andrade, foi elaborado o artigo “Os impactos do turismo e da expansão imobiliária na Arquitetura Vernacular da Chapada dos Veadeiros – Goiás”, apresentado como trabalho final de conclusão de curso da Pós-Graduação a distância em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (FAU/UnB). Após a atualização e integração com a compreensão da dinâmica urbano-turística foi submetido no periódico ‘Sociedade e Território’, *Qualis* CAPES A2 – em outubro de 2023 e encontra-se na etapa de avaliação. Além disso, o processo interativo e integrativo estabelecido em disciplina optativa e a realização de pesquisa exploratória com a comunidade kalunga do Vão de Almas e do Moinho, essa última em Alto Paraíso de Goiás, resultou no artigo “Panorama dos efeitos das mudanças climáticas em comunidades tradicionais da Chapada dos Veadeiros” em parceria com Andrea Prado e orientado pela Prof.^a Liza Andrade submetido no periódico, A3, denominado Paranoá em fevereiro de 2023, encontrando-se em etapa de avaliação.

A integração territorial emergiu a partir do projeto de extensão e Gestão Ambiental Urbana Participativa e Turística: padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante, contemplado pelos editais PIBEX 2022 e 2023. Ademais, pelo projeto de pesquisa “A PRODUÇÃO DO HABITAT E OS ECOSSISTEMAS URBANOS E RURAIS: Diagnóstico socioespacial e sustentabilidade urbana nos Municípios de Cavalcante - GO e Alto Paraíso – GO”, contemplado pelo edital PIBIC 2022/2023. Neste contexto, iniciou-se a parceria na coorientação, das pesquisas “Diagnóstico das Dimensões da Sustentabilidade Urbana no Município de Cavalcante-GO”, desenvolvida pela discente Angélica Azevedo e Silva, e “Diagnóstico das Dimensões da Sustentabilidade Urbana no

Município de Alto Paraíso de Goiás - GO”, desenvolvida por Maria Luíza Cotta Bisinoto, ambos orientados e coordenados pela Prof.^a Liza Andrade.

Estes projetos oportunizaram tanto o desenvolvimento da pesquisa ação, método orientador da pesquisa desenvolvida e sistematizada nesta tese, como a publicação em eventos e periódicos conforme descritos abaixo. Cabe destacar a conexão dos trabalhos entre a pós-graduação e a graduação, orientados pela Prof.^a Liza Andrade, na construção dos referidos trabalhos.

- a) X Encontro de Pesquisadores e Sociedade da Chapada dos Veadeiros (2022), com os resumos: 1. Análise das dimensões da sustentabilidade urbana no município de Alto Paraíso-GO: uma contribuição para a revisão do Plano Diretor; 2. Diagnóstico das Dimensões da Sustentabilidade Urbana no Município de Cavalcante-GO; 3. Gestão Ambiental Urbana Participativa e Turística: padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante; 4. Panorama dos efeitos das mudanças climáticas na Comunidade Quilombola Povoado do Moinho em Alto Paraíso – GO.
- b) 1º Simpósio Latino-americano sobre cidade, Arquitetura e Sustentabilidade (2023), com os artigos completos “Análise das dimensões da sustentabilidade urbana no município de Cavalcante-GO: uma contribuição para a revisão do Plano Diretor”, e “Análise das dimensões da sustentabilidade urbana no município de Alto Paraíso de Goiás-GO: uma contribuição para a revisão do Plano Diretor”, ambos premiados e publicados no “Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes”, *qualis* A2, em dezembro de 2023. Em coautoria com as bolsistas PIBIC 2022/2023 e com a orientadora e coordenadora geral do projeto – Prof. Dra. Liza Andrade
- c) XI Encontro de Pesquisadores e Sociedade da Chapada dos Veadeiros (2023), com o resumo “Gestão Ambiental Urbana Participativa e Turística”, em parceria com as bolsistas PIBIC 2022/2023 e com a orientadora e coordenadora geral do projeto – Prof. Dra. Liza Andrade.
- d) Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística – Roteiro de Atividades, em coautoria com as bolsistas do PIBIC 2022/2023 e PIBEX 2023 coordenado pela Prof.^a. Liza Andrade.
- e) Plano Participativo para o Desenvolvimento do Turismo em São Jorge - a partir das sínteses dos encontros, entrevistas e oficinas participativas orientadas pela metodologia do Grupo de Pesquisa e Extensão, Periférico Trabalhos Emergentes.

f) Calendário 2024 – Povoado Quilombola do Moinho (2023), em parceria com a Prof. Andreia Prado do IFG, campus Uruaçu, orientado pela Prof.^a Liza Andrade

A coordenação das discentes possibilitou o acompanhamento delas nas disciplinas Ensaio Teórico, Diplomação 1 e 2. Nessa última, a coordenação se limitou ao trabalho da discente Maria Luiza Cotta Bisinoto com o título “Vila de São Jorge, Memória e infraestrutura” orientado pela Prof.^a Liza Andrade.

No âmbito do projeto de extensão, estabeleceu-se parceria e apoio aos eventos “1ª Oficina de observação de aves (aventurismo) para proprietários de atrativos e pousadas da Chapada dos Veadeiros: um olhar sobre as áreas verdes públicas e privadas” e “I Seminário Participativo de Revisão do Plano Diretor de Alto Paraíso de Goiás”. Além da aproximação com a comunidade de Alto Paraíso e convites para participação no Grupo de Trabalho de Revisão do Plano Diretor de Alto Paraíso, coordenado pelo COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente, e pelo Grupo de Trabalho de Revisão do Plano Diretor de Alto Paraíso, coordenado pelo COMTUR. Ao longo dos anos 2022 e 2023 foram sistematizados documentos com o posicionamento do grupo de trabalho, entregues à empresa contratada para condução do processo de revisão do Plano Diretor, ainda em curso.

Trabalhou-se junto à comunidade de São Jorge nos últimos dois anos no âmbito do projeto de extensão “Gestão Ambiental Urbana Participativa e Turística: padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante” subsidiada por sínteses, mapas e propostas em defesa da justiça ambiental e da saúde ecossistêmica da Vila. E. pelo trabalho de diplomação “Vila de São Jorge, memória e infraestrutura”, realizado por Maria Luiza Cotta Bisinoto, sob orientação da Prof.^a Liza Andrade, foi desenvolvido em parceria com o projeto de extensão, possibilitando a construção dialógica do Projeto Urbano fundamentado pelas demandas e soluções propostas pela comunidade.

O percurso trilhado ao longo da elaboração da presente tese não se encerra com a apresentação e defesa desta tese, pois, os vínculos construídos com os atores locais seguirão como apoio à implantação do Plano Participativo para o Desenvolvimento do Turismo em São Jorge.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

O diálogo teórico metodológico entre os campos do conhecimento e as dinâmicas socioespaciais e territoriais fomentam a busca por soluções abrangentes e sustentáveis para problemas macro dimensionais identificados e categorizados pela sociedade. Tendo, na síntese do projeto, uma abordagem sistêmica e colaborativa integrando a política urbana à descentralização do turismo, em busca da mitigação de impactos econômicos, ambientais e sociais.

Desde a década de 1970, discute-se internacionalmente os impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais oriundos da interação homem – natureza, a partir de pesquisas e acordos intergovernamentais. Estas medidas, ao estabelecer diretrizes e metas globais, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015), buscou-se a justiça socioambiental e a equidade planetária a partir do desenvolvimento de políticas pautadas na sustentabilidade das nações.

Contudo, a priorização de estratégias que garantam o crescimento econômico das nações desarticuladas das múltiplas realidades existentes nas cidades, associada à insustentável relação de consumo fomentada pelo sistema capitalista e o descomprometimento com as dinâmicas ecossistêmicas, têm fomentado decisões caóticas no que tange as relações políticas, econômicas, ambientais e de segurança pública, inclusive relacionadas à saúde e ao bem estar humano. Os debates internacionais, especialmente os coordenados pelas Nações Unidas (ONU), destacam a urgência posta pelas agendas climática e urbana, visto a vulnerabilidade dos países do Sul global. Para tanto, criou a Campanha pela #Ambição Climática e a Agenda Urbana Ilustrada (ONU, 2023, 2020).

Antes de repensar os novos rumos, é necessário compreender os limites das populações que tiveram sua sobrevivência comprometida pela necessidade de cumprir as medidas sanitárias necessárias para o controle da disseminação do coronavírus. De acordo com dados da Comissão Econômica para América Latina – CEPAL (2020; 2021), a restrição de mobilidade e as medidas adotadas para reduzir a disseminação da Covid-19 refletiram em ações imediatas que levaram ao comprometimento da economia global, demandando dos Estados investimentos que pudessem minimizar os eventos da pandemia para as populações mais vulneráveis. Especificamente para a atividade turística que, por envolver essencialmente a viagem e o contato entre pessoas, teve sua dinâmica impactada, especialmente para as mulheres inseridas no mercado de trabalho, uma vez que ocupavam 61,3% dos postos de trabalhos nos setores de

alojamento e alimentação (CEPAL, 2020; 2022). A busca pelo desenvolvimento sustentável do turismo tem sido abordada pela Organização Mundial do Turismo – OMT, de forma transversal aos ODSs, priorizando a paz e segurança, o clima, a cultura, educação e os direitos humanos, numa tentativa de promover a equidade e ampliar os benefícios gerados.

A contraposição entre as expectativas internacionais e os resultados alcançados são evidenciados pelo crescimento da pobreza, do desemprego e da precarização do trabalho, trazendo insegurança a 49% da população (INESC, 2021). Com o aumento da inflação, o acesso aos alimentos torna-se ainda mais desafiador, inclusive para a população empregada, alcançando uma variação anual superior a 11% para as populações de renda média, média-baixa, baixa e muito baixa (IPEA, 2022). O gráfico a seguir representa a severidade do cenário da pobreza no Brasil, conforme destacado pelo Mapa da Nova Pobreza. Cabe destacar que, de acordo com a série histórica iniciada em 2012, este é o período de maior contingente de pobres no Brasil (NERI, 2022).

Os ODS apresentam ações e metas de monitoramento para alcançar o equilíbrio entre a preservação dos ecossistemas, o crescimento econômico e o desenvolvimento social, mas são falhos no que tange ao bem viver e às garantias das comunidades tradicionais a partir de políticas integrativas, sustentáveis e eficientes, balizadas pela biodiversidade e pelos laços culturais que fortalecem as relações sociais assegurando o direito universal a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Cabendo a cada país signatário estabelecer agendas capazes de assegurar o cumprimento das metas globais.

Em um cenário de devastação e esgotamento, de acordo com a Assembleia Geral das Nações Unidas e dados apresentados na COP26, até 2050, 68% da população global habitará centros urbanos, pelo menos 1,6 bilhões de pessoas sofrerão com temperaturas extremas e outras 800 milhões serão expostas a enchentes e avanço das marés (ONU, 2021). De forma complementar a COP23 traz à mesa os limites financeiros enfrentados pelas nações para a adaptação climática que tem impactado significativamente no progresso global que está em processo de desaceleração, conforme ilustrado pela imagem abaixo. Também foram destacadas, de forma específica, a necessidade de uma agenda urbana efetiva que promova a resiliência climática urbana tendo a água e a natureza como eixos centrais (PNUD, 2023).

A insuficiência dos acordos internacionais firmados desde o início do século, expressa nos relatórios de monitoramento das mudanças climáticas, e demais instrumentos de monitoramento dos ODSs, são corroborados por Carestiato (2021) ao refletir sobre as relações entre o cerrado e as águas da América do Sul, especialmente as brasileiras. Ao refletir sobre a urgência em mitigar as atividades e ações que fomentam a degradação ambiental e afetam

diretamente o ciclo da água na natureza, promovendo a redução do nível de água dos rios e intermitência das nascentes, destaca as contradições presentes nas políticas econômicas, ainda orientadas pelo crescimento irresponsável e acelerado do Produto Interno Bruto, como mecanismo de poder e reconhecimento internacional.

É um equívoco pensar que a redução das emissões de gases na atmosfera, durante as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, seria capaz de reverter ou amenizar a destruição da natureza, seja pelo aquecimento dos oceanos, comprometendo a vida marinha e impactando na prática do turismo, conforme debatido no relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC sobre os impactos do aquecimento global (2018). Nos anos seguintes, as estimativas de aquecimento global superaram a previsão de incremento acima da meta de 1,5° até o final da década de 2030 (IPCC, 2022).

A crise global, agravada pela pandemia do coronavírus, oportuniza mudanças em busca da solidariedade e do empoderamento dos cidadãos (Harari, 2020). Assim, ao pensar as realidades brasileiras, observa-se a expectativa de reconstrução político institucional na tentativa de retomar a credibilidade internacional e combater a elevada taxa de inflação, o desemprego, a credibilidade das campanhas de vacinação ofertadas pelo sistema único de saúde (SUS) e a recuperação dos investimentos em educação, ciência e tecnologia. Uma vez iniciado esse marco histórico de ruptura de paradigma, emerge-se uma nova forma de compreender as relações entre os seres humanos e seu impacto na natureza e nos espaços construídos.

A compreensão conjuntural apresenta elementos essenciais para a leitura das cidades brasileiras, especialmente as que encontram no Plano Diretor o caminho para assegurar e legitimar a política urbana prevista pela Constituição Federal (1988). Cabe destacar que o Estatuto das Cidades (2001), embora não explicita o regramento para as áreas rurais e não estabeleça limitações ao processo de construção dos Planos Diretores Municipais, devido a multiplicidade de realidades das cidades, especialmente as de pequeno porte e as orientadas para o turismo, têm nesses espaços grande concentração de atividade humana e econômica.

Desde 2017 o Brasil apresenta às Nações Unidas o relatório nacional sobre o cumprimento das metas previstas para cada ODS. Em 2023, o Relatório Luz, realizado pelo Grupo de Trabalho da sociedade civil para a agenda 2030, monitora as políticas públicas vigentes e destaca a ineficiência e o alcance de muitas delas, especialmente no atendimento às comunidades mais vulneráveis, como quilombolas e indígenas, assim como o agravamento da insegurança alimentar e da vulnerabilidade social, especialmente no que tange aos conflitos de terra.

No campo do turismo, observa-se a necessidade de ações de sensibilização, elaboração e implantação emergencial de ações de mitigação e/ou de redução de danos, especialmente relacionados à gentrificação (Ferreira, *et al.*, 2023). Essas medidas, ao estabelecerem protocolos de monitoramento, proporcionam políticas públicas e ações privadas pautadas na solução de problemas com menor custo temporal e econômico. Além da segurança da população que vive em cidades que acolhem o turismo e permitem sua prática, ainda que ela se associe à transformação sócio territorial e paisagística. Logo, o incentivar a colaboração e integração das ações públicas, privadas e descentralizadas, de baixo para cima, ampliam a capilaridade das ações, trazendo maior paridade entre as nações, demandando a priorização da justiça social (Menezes; Galvão, 2020), além de fornecerem uma nova estrutura para considerar a ação climática dentro das múltiplas dimensões da sustentabilidade (IPCC, 2018).

Cabe destacar que o monitoramento dos ODSs aponta para a inexistência de dados que demonstrem a integração das políticas públicas de turismo para assegurar o cumprimento da Meta 8.9. Até 2030, ela pretende elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, gerando empregos e promovendo a cultura e os produtos locais. Além disso, destaca-se a não publicação do Plano Nacional de Turismo 2018 – 2022, associado ao Plano de Produção e Consumo, garantindo a sustentabilidade da atividade turística, atendendo ao estabelecido pela Meta 12.b. Por sua vez, essa meta busca desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais (2021) a partir de iniciativas como o selo Turismo Responsável e o Programa Turismo acessível. Essas iniciativas, apesar de suscitarem uma oportunidade de promoção do turismo sustentável, não refletiram de forma afirmativa no contexto nacional e internacional, pois não possibilitaram a apresentação de dados referentes ao monitoramento e fiscalização das ações desenvolvidas (GTSC 2030, 2023).

A preocupação com os ganhos de capital e a soberania econômica, estruturada a partir dos motes do mercado e da tentativa de homogeneização das relações de consumo, expressa a perversidade da vida humana ao idealizar a redução da percepção de tempo e espaço de forma planetária, ao passo que amplia a desigualdade e a pobreza urbana (SANTOS, 2013, 2015). A atividade antrópica torna-se causa e efeito das problemáticas planetárias (Santos, 2020), intensificando o êxodo para as cidades que, intensificado pela industrialização, levaram ao colapso dos grandes centros urbanos, que não conseguiram absorver o contingente populacional com garantia de emprego, renda, moradia digna, saúde, educação e saneamento.

Na temática ambiental, o Brasil tem vivenciado ciclos de seca extrema, exigindo racionamento de energia elétrica, acompanhados do abastecimento de água potável ou de períodos de elevadas taxas pluviométrica, com enchentes severas, levando vidas e comprometendo a dignidade humana, principalmente da população que vive em regiões de encosta. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Meteorologia (2022), há previsões de chuvas acima do normal em algumas regiões, ao passo que outras permanecerão abaixo da faixa normal, com probabilidade de 81% de manutenção do fenômeno *La Niña*. A última década apresentou elevação das temperaturas média nacional, sendo 2015, 2016 e 2019 os anos mais quentes (INMET, 2022)

O desequilíbrio climático tem comprometido a qualidade de vida das populações vulneráveis que ocupam encostas e áreas periféricas às centralidades urbanas, onde circulam fluxos de pessoas, sejam elas locais ou turistas. O comprometimento desse cenário se intensifica em cidades turísticas onde a sazonalidade e a concentração de renda na mão de poucos intensifica os efeitos das desigualdades, sejam elas econômicas ou não. Isso ocorre pois, o direito à segurança e aos serviços urbanos passam a ser prioritariamente da população flutuante.

Para cumprir os compromissos assumidos politicamente nas Conferências e enfrentar os desafios postos, o Brasil busca, a partir do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, denominação atualizada em janeiro de 2023 (Brasil, 2023), a construção coletiva de um modelo de governança efetivo e eficiente no qual os interesses econômicos não prevaleçam em relação às demandas sociais e ambientais. Além disso, busca a atualização da legislação referente ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a gestão das florestas públicas (Brasil, 2023).

Ao caminhar em direção ao rompimento com o pressuposto consolidado de sobreposição do indivíduo sobre o coletivo, pois sua construção tem como pilar a violência colonial, que, ao dismantelar as relações com o lugar, desconstrói o sujeito, limitando sua existência orgânica (Krenak, 2018). Assim, amplia as desigualdades socioespaciais nas quais os menos favorecidos são excluídos dos centros urbanos, encaminhando-se para regiões com pouca ou nenhuma infraestrutura básica. Culturalmente, são impactados pela colonização e subjugação de seus saberes, deixando de serem reconhecidos e se perdendo em meio à busca pela inovação cultural hegemônica como o fenômeno que vem ocorrendo nas cidades turísticas de pequeno porte.

Ao buscar romper com a premissa consolidada de que o indivíduo prevalece sobre o coletivo, é crucial compreender que essa construção é fundamentada na violência colonial que dismantela as relações do sujeito com o lugar, resultando na desconstrução de sua identidade e

na limitação de sua existência orgânica, como discutido por Krenak (2018). Esse processo contribui para a ampliação das desigualdades socioespaciais, levando os menos favorecidos a serem excluídos dos centros urbanos e direcionados para áreas carentes de infraestrutura básica. Além disso, culturalmente, esses grupos são impactados pela colonização e pela supressão de seus conhecimentos, que deixam de ser reconhecidos e se perdem em meio à busca pela inovação cultural hegemônica, como evidenciado no fenômeno observado nas cidades turísticas de menor porte.

Logo, as especificidades do lugar e sua potencialidade para a elaboração efetiva de processos de desenvolvimento são comprometidas. Consequentemente, evidenciam-se as dinâmicas antagônicas e dialéticas da compreensão do território dado e do construído (Pescqueur, 2005). Para o autor, a valorização do território ocorre a partir da problematização e do encadeamento das dádivas e especificidades em busca de qualificação socioterritorial, independente da escala de abordagem.

O fomento à integração dos campos do planejamento, a partir da dimensão local e territorial, proporciona a reflexão sobre as contribuições, limitações e desafios enfrentados em ambientes urbanos onde o turismo desempenha papel determinante na dinâmica do emprego e renda. Assim, suscita-se a compreensão da complexidade e da diversidade cultural e paisagística, associados ao planejamento territorial participativo, ecossistema urbano-turístico, tecnociência solidária, desenvolvimento sustentável e resiliência das cidades. Cada um desses elementos tem interações e interdependências que exigem uma abordagem holística e colaborativa

Portando, a análise conjuntural apresentada, no âmbito global e nacional, buscou evidenciar a necessidade de reposicionamento do homem e da ciência em busca da transformação socioambiental, econômica, cultural e científica. Pois, a complexidade das relações ecossistêmicas exige maturidade política e econômica, além de justiça socioambiental.

1.1 Pergunta de partida e problematização

A crise socioeconômica, ambiental, política e cultural, vivenciada de forma planetária e cíclica, e agravada pela pandemia, aponta para emergência de ruptura paradigmática em busca da transformação socioambiental, tendo como pilar o planeta como casa comum e a natureza como mãe originária (Santos, 2020). Nesse sentido, o compartilhamento do conhecimento, cooperação e solidariedade tornam-se caminho estratégico para superar os impactos da

pandemia do coronavírus (teste de cidadania), e repensar a credibilidade da informação qualificada e da ciência nos processos decisórios (Harari, 2021).

A reforma do pensamento científico e da prática exige a compreensão da multidimensionalidade das relações, sejam elas entre nações ou pessoas, de forma sistêmica, proporcionando mudança necessária para o desenvolvimento territorial sustentável (Morin, 2010).

O Brasil, em meio à crise de suas totalidades sociais, carece de um olhar atento, profundo e responsável sobre as demandas sociais (Ribeiro, 2012), os direitos humanos fundamentais relacionadas à forma de ocupação urbana e a busca do amplo atendimento das questões básicas para sobrevivência, como alimentação, saúde, moradia e saneamento. Necessita pensar a dinâmica espacial para além dos rótulos e roteiros de implantação de cidades inteligentes, verdes e compactas, pois a simplificação tende a padronização das problemáticas locais de forma equivocada e insuficiente

Para compreender a sociedade dentro de sua multidimensionalidade, Edgar Morin propõe a compreensão da complexidade, na qual destaca que a totalidade não expressa a realidade do mundo global, pois apresenta um saber fragmentado, que não é redutor do mesmo, permitindo apenas o reconhecimento de sua incompletude (Morin, 2011).

Assim, pensar a cidade demanda a escolha de caminhos alternativos, dialógicos e recursivos que levem à busca pela sustentabilidade a partir de soluções diferentes de ocupações urbanas, analisadas sob a ótica do desenho urbano, a partir de padrões espaciais construídos no nível da paisagem, para promover a vida em comunidades urbanas (Andrade, 2014) e a compreensão das múltiplas dimensões da vida em sociedade.

Cabe ao planejamento, por meio de legislações, planos, programas e projetos, o papel de integrar os interesses coletivos e promover o desenvolvimento sustentável dentro de suas múltiplas dimensões. Para tanto, tem como mecanismo de consulta as audiências públicas e os conselhos setoriais locais, que, ao dialogar sobre suas pautas, identificam os problemas emergentes e buscam caminhos orientadores para a governança da cidade.

Em cidades de pequeno porte com fluxo intenso de turistas, a conectividade entre os elementos que compõe o fenômeno turístico pode estar comprometida e articulada com o desenvolvimento territorial, entendendo que o crescimento é parte do processo e não sua totalidade, estando sua sustentabilidade associada às vivências e ao tempo histórico, a partir de uma trama complexa e heterogênea determinada por fatos socioculturais, econômicos, ambientais e comunicacionais (Melo, 2014). Neste sentido, cabe a compreensão destas cidades enquanto lugar de articulação e práticas espaciais. Tendo, na análise sua posição na rede urbana,

as práticas sociais, os fluxos existentes e a diversificação da paisagem, seus atributos e elos de conexão espacial (Silva; Silva, 2022).

Esses espaços tornam-se base para a participação social na construção da democracia, a partir da formulação e implementação de políticas públicas efetivas. Conforme assegurado pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e reforçado por Mendonça e Franceschinelli (2015), ao destacarem a necessidade do fortalecimento dos conselhos enquanto espaços de cidadania e participação direta, nos quais o sujeito torna-se protagonista de sua história.

Por se tratar de um espaço democrático de direito, os conselhos ocupam papel fundamental no debate das políticas das cidades. Entretanto, sofreram com o desmonte a partir da revogação da Política Nacional de Participação Social (Brasil, 2014), na qual apresentava as diretrizes norteadoras para regulamentação dos papéis e a criação do Sistema Nacional de Participação Social. O decreto nº9.759/2019, ao extinguir e estabelecer diretrizes, regras e limites para colegiados da administração pública federal, enfraquece o papel dos conselhos enquanto espaços de participação formal nos quais as deliberações têm representatividade local, repercutindo direta ou indiretamente nas demais esferas estaduais e/ou federais.

A gestão democrática participativa acontece a partir do empoderamento da comunidade local e da articulação entre os diversos atores e movimentos, tendo como olhar a elaboração de instrumentos que promovam o desenvolvimento urbano a partir das prioridades estabelecidas ao longo do diagnóstico participativo. A participação social, para além do planejamento instrumentalizado pelo Plano Diretor, deve ocorrer ao longo da gestão e implementação das proposições apresentadas na legislação, pois é nesse momento que se torna possível o uso efetivo dos recursos para atender às demandas locais (Valença, 2022).

A visão setorial desse processo promove a construção de propostas nas quais a participação apresentada como pressuposto para a gestão democrática não apresenta o resultado esperado, pois a sociedade, por questões diversas, têm dificuldade de integrar os espaços de debate, atuando de forma ativa e propositiva, tendo na luta a garantia de direito a cidade (Maricato, 2008).

Do ponto de vista do planejamento urbano, os instrumentos para o ordenamento do espaço urbano são ferramentas fundamentais para a consolidação das metas estabelecidas, mas existem lacunas quanto à aplicação e o monitoramento de muitas leis, sendo que a legislação urbana não escapa desse senso comum (Maricato, 2001). Para o turismo, observa-se a insustentabilidade de sua prática e gestão a partir de modelos pautados no seu entendimento enquanto atividade econômica, reforçando sua interdependência do modelo de produção capitalista (Sonaglio, 2018).

Em cidades de pequeno porte, essa questão torna-se ainda mais sensível, já que, até o início dos anos 2000, a política urbana não estava regulamentada e, com isso, as ações abrangentes relacionadas à infraestrutura dos municípios eram tratadas de forma pontual. A partir do Estatuto da cidade (Brasil, 2001), o Plano Diretor torna-se obrigatório para “I - Municípios com mais de 20 mil habitantes”; “IV - Integrantes de áreas de especial interesse turístico; V - “Inseridos nas áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional” (Brasil, 2001), dentre outros critérios que se aplicam especialmente às cidades de grande porte.

Para Maté, Micheleti e Santiago (2015), existe carência na oferta de metodologias de planejamento pautadas nas realidades desses municípios, seja por sua diversidade socioespacial ou mesmo pela inexistência de parâmetros. Assim, apesar da existência do marco regulador, os municípios seguem desassistidos pela política pública.

Apesar de o Estatuto da Cidade não ter alcançado os resultados esperados pelos seus idealizadores, sua história o torna essencial para a construção e transformação das cidades. Ele propõe novos olhares sobre a cidade, as questões fundiárias, os valores de uso, os direitos coletivos e a cultura do urbanismo, articulando as políticas urbanas e ambientais e repensando as formas de ordenamento territorial (Fernandes, 2021).

Isso porque as transformações demandam a alocação de orçamentos que proporcionem a implementação das propostas e resolução dos problemas emergenciais, bem como eventos imprevisíveis como os ligados às intempéries – chuvas torrenciais, alagamentos e períodos prolongados de seca que avassalam as grandes aglomerações urbanas - além da participação qualificada das comunidades que habitam o território, sejam elas do perímetro urbano e/ou rural. Especificamente para a população rural, observa-se pouca clareza nas políticas públicas, precarizando os territórios e ampliando as desigualdades socioespaciais e culturais.

As cidades de pequeno porte, esvaziadas e precarizadas, acompanharam a redução de seus indicadores de qualidade de vida e de desenvolvimento econômico, ao passo que, visualmente, tinham suas paisagens abandonadas. Entretanto, nos últimos anos, especialmente com a pandemia, tornaram-se territórios hospitaleiros.

O turismo pode representar uma força motriz no desenvolvimento de muitas cidades e países, contribuindo para o progresso da Nova Agenda Urbana e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, pois está intrinsecamente ligado à forma como uma cidade se desenvolve e proporciona mais e melhores condições de vida aos seus residentes e visitantes. A realização do potencial do turismo como ferramenta de crescimento sustentável e inclusivo para as cidades requer uma abordagem multissetorial e multinível, baseada na

estreita cooperação entre as administrações turísticas e não turísticas em diferentes níveis - setor privado, comunidades locais e os próprios turistas.

De forma complementar, as cidades de pequeno porte encontram outros desafios relacionados à compreensão da obrigatoriedade de elaboração dos planos diretores, pois muitas estão inseridas no Mapa do Turismo Brasileiro, mas não há entendimento que assegure conformidade com a definição de áreas de especial interesse turístico, conforme previsto na legislação vigente. Destaca-se que, desde sua criação, em 2013, vinculado ao Programa de Regionalização do Turismo, o mapa passou por atualizações em 2016, 2017, 2019, e 2023, a partir da consolidação de dados cadastrados pelas Secretarias Estaduais de Turismo ou equivalentes.

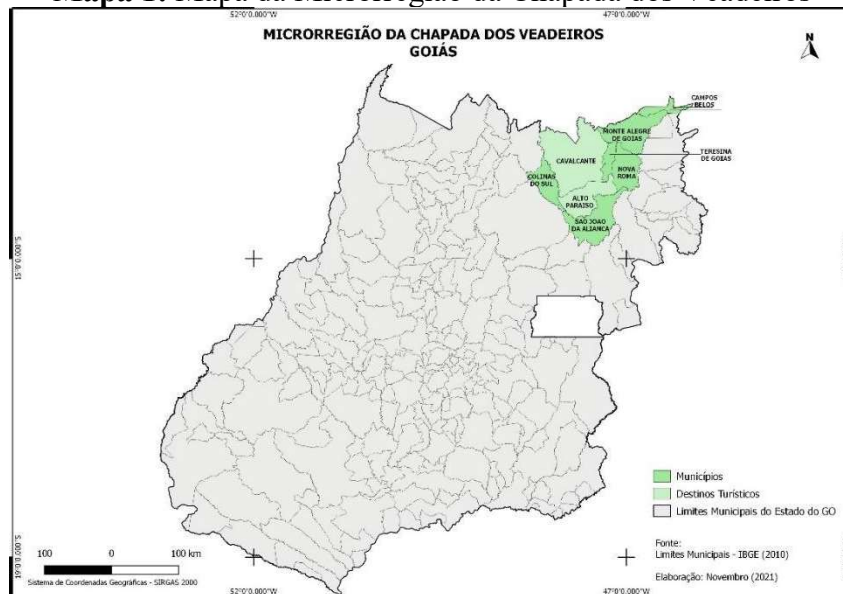
Esta tese apresenta a microrregião da Chapada dos Veadeiros como recorte geográfico, entendendo-a como macro escala para compreensão do ecossistema urbano-rural-turístico, considerando as transformações significativas em seu ambiente natural, seja pela intensificação das queimadas ou pelo desequilíbrio no ciclo da água a partir do crescimento especulativo do uso e ocupação do solo local. O desequilíbrio ecossistêmico desse território já apresentava fragilidades com secas rigorosas e a destruição da biodiversidade do cerrado, tendo passado pelo maior incêndio da sua história em 2017 com a queimada de 65 mil hectares de terra (National Geographic, 2020) e com enchentes ocasionadas por chuvas torrenciais em dezembro de 2021, deixando as comunidades quilombolas ilhadas e precarizadas.

Nos últimos anos, a região passou por transformações significativas em seu ambiente natural, causadas, por exemplo, pela intensificação das queimadas (Moriyama, 2020), comprometendo o equilíbrio do ecossistema local e o ciclo da água. Essa situação, agravada pelo aquecimento global e pela globalização do clima, tem afetado os sistemas locais e sociais. Nos últimos anos, o nordeste goiano, assim como outras regiões brasileiras, têm enfrentado situações de calamidade pública com as chuvas de dezembro e janeiro (Santos, 2022) que provocaram inundações, queda de barreiras e isolamento de comunidades, como as comunidades Kalunga² em Cavalcante, Teresina de Goiás e Alto Paraíso de Goiás.

A região da Chapada dos Veadeiros é constituída pelos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João da Aliança e Teresina de Goiás, conforme ilustrado pelo Mapa 1 (IBGE, 2023).

² O quilombo Kalunga é o primeiro território quilombola a ser reconhecido como Patrimônio Histórico Estadual pelo governo do estado de Goiás que o nomeou como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga em 1991. Para acessar mais informações sobre os saberes e fazeres da comunidade, acesse o “Guia da Arquitetura Vernacular Kalunga” disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/507/740/4256>.

Mapa 1: Mapa da Microrregião da Chapada dos Veadeiros



A desigualdade territorial evidencia a emergência de um novo olhar capaz de colocar a redistribuição de renda como ponto de equilíbrio entre as forças e fraquezas presentes nos territórios, oportunizando uma ação pública eficaz e eficiente nas quais as contradições existentes nos discursos não afetem a ação e o direcionamento do olhar para os sujeitos. Para Piketty (2015, posição 107), a “sociedade justa deve maximizar oportunidades e condições mínimas de vida oferecidas pelo sistema social”, sendo a desigualdade de renda apenas parte da complexidade que envolve o capital, composto por trabalho e renda, no qual a distribuição desigual da propriedade incide na construção da precariedade e da pobreza.

Os municípios da Chapada têm sua economia fomentada pelo agronegócio e pelo turismo, que, ao complementarem a economia, tornam-se instrumento de observação, monitoramento e transformação para atender as demandas locais, especialmente pautadas pelos direitos fundamentais da pessoa humana (Brasil, 1988). De forma ampla, essa condição esbarra na dinâmica desses territórios que, por insuficiência do aparato de governança, não distribui de forma efetiva os serviços públicos.

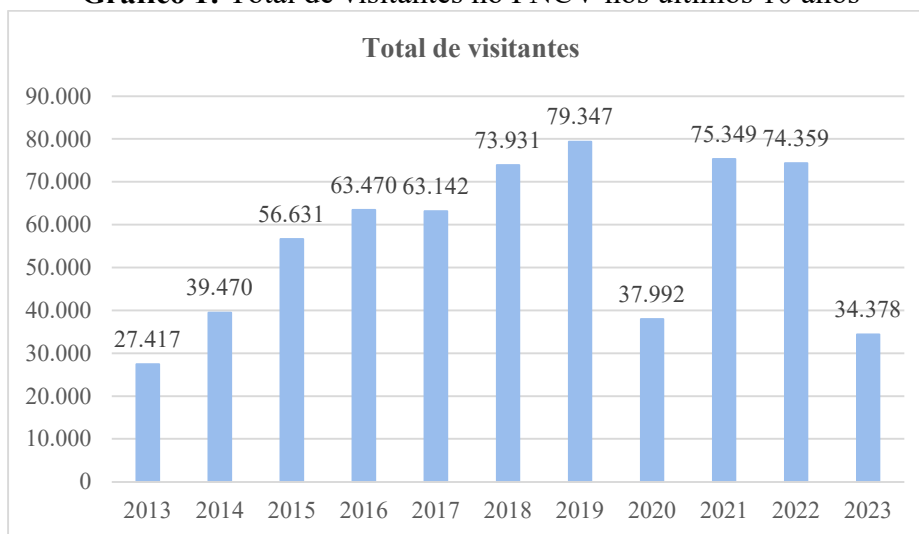
Para transgredir este paradigma dominante, Paul Singer (2002) propõe um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associativa do capital, a igualdade de direito e a cooperação e associação entre iguais, assegurando o direito à liberdade individual. Ao longo de sua atuação profissional, o autor teve na administração pública, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Paulo e na Fundação Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, a oportunidade de

promover a economia solidária no âmbito prático e teórico. Além disto, destaca-se a transição econômica do setor industrial para o de serviços no estado de São Paulo, apontando como segmentos da prestação de serviços: "alojamentos e alimentação, reparação e conservação, pessoais, domiciliares e de diversões, radiodifusão e televisão" (Singer, 2017, posição 4110). O turismo destaca-se neste agrupamento de atividades, especialmente quando associado a negócios e eventos, transformando a dinâmica de uso e ocupação do solo paulistano (Singer, 2017).

Esta problemática orientou os debates e estudos da tese em tela, em direção à interlocução urbano-turística de forma sustentável e participativa, tendo no desempenho turístico da Chapada dos Veadeiros, especialmente da Vila de São Jorge, distrito de Alto Paraíso de Goiás, primeiro portão de Acesso do Parque Nacional, o lócus de ação e qualificação socioespacial.

Cavalcante, Colinas do Sul, São João da Aliança e Teresina de Goiás estão contemplados pelo Mapa do Turismo Brasileiro, sendo, em sua maioria, na categoria D, enquanto Alto Paraíso de Goiás está categorizado como B. Esse ranqueamento leva em consideração as seguintes variáveis: quantidade de estabelecimentos de hospedagem, quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem, quantidade estimada de visitantes domésticos, quantidade estimada de visitantes internacionais e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem (MTur, 2019).

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, nos últimos 10 anos, o fluxo de visitação ao Parque Nacional cresceu significativamente, mesmo no período de restrição, durante o primeiro ano de pandemia de Covid-19, ano em que o PNCV recebeu 37.992 visitantes, tendo permanecido fechado entre os meses de maio a julho de 2020. O gráfico a seguir apresenta a série histórica de visitação da UC, considerando os anos de 2013 a 2022, sendo, para esse último, informações referentes à visitação até 30 de junho de 2023.

Gráfico 1: Total de visitantes no PNCV nos últimos 10 anos

Fonte: Adaptado de ICMBio, 2023.

Por um lado, a presença de atrativos naturais, como cachoeiras e unidades de conservação, estimulam a percepção de conservação da natureza. Contudo, estudos apresentados pela equipe gestora do PNCV demonstram preocupação com a expansão urbana nas proximidades da área de amortecimento do parque. Frequentes reportagens veiculadas sobre incêndios na região evidenciam o risco iminente de comprometimento da beleza cênica da comunidade e da qualidade ambiental dos municípios limítrofes, especialmente de Alto Paraíso de Goiás, que, atualmente, acolhe a única entrada de visitantes a partir do Distrito de São Jorge.

Assim, os interesses econômicos e a conservação ambiental são protagonistas de um dos principais conflitos territoriais da Chapada dos Veadeiros, mas cabe destacar que a precariedade de infraestrutura básica, saneamento ambiental, mobilidade e acesso a serviços essenciais, como saúde e educação de qualidade, reforça a crise vivenciada pelas comunidades que habitam os municípios da região, especialmente as que têm no turismo a principal fonte de arrecadação municipal.

Logo, os interesses econômicos e a conservação ambiental são protagonistas de um dos principais conflitos territoriais da Chapada dos Veadeiros. Entretanto, cabe destacar que a precariedade de infraestrutura básica, saneamento ambiental, mobilidade e acesso a serviços essenciais, como saúde e educação de qualidade, reforça a crise vivenciada pelas comunidades que habitam os municípios da região, especialmente as que têm no turismo a principal fonte de arrecadação municipal.

Na visão de Andrade (2014), a compreensão das cidades enquanto ecossistemas urbanos na nova Ecologia da Cidade demanda a integração do subsistema da comunidade ao suprassistema da paisagem. Isso implica em evidenciar os aspectos ambientais, sociais, físicos

e biológicos presentes no ambiente construído que impõem ao planejamento urbano a consolidação do espaço intraurbano, periurbano e rural através do zoneamento, proporcionando a leitura desse último a partir da maximização dos benefícios aos diferentes grupos ocupantes da cidade e a relação deles com a heterogeneidade dos padrões espaciais. As relações existentes no ambiente construído podem ser mapeadas pela visão da nova Ecologia da Cidade para se chegar a parâmetros urbanísticos e ambientais, o que é denominado de padrões espaciais (Andrade, 2014).

O Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, adota duas vertentes para trabalhar a partir do conceito de ecossistema urbano. Entende-se sua constituição a partir de componentes biológicos, físicos, sociais e do ambiente construído, conforme proposto por pesquisadores do Cary Institute of Ecosystems Study ” dos EUA. Isso está associado à metodologia de Andrade (2014), tendo como princípio orientador os padrões espaciais e o “desenho social urbano”, adotado por pesquisadores da Espanha como desenho de espaços ambientais e dinâmicos para melhorar a auto-organização dos cidadãos, interação social dentro de comunidades e seus relacionamentos com o meio ambiente (Andrade *et al.*, 2019).

A conectividade existente entre os níveis de realidade presente nas cidades as coloca como sistema complexo. Essa complexidade constitui-se de substância, energia, informação e espaço tempo (Nicolescu, 2018). Uma vez reconhecida a conectividade do ecossistema complexo representado pela cidade, e entendendo que os municípios da pesquisa em tela apresentam dependência do turismo, cabe propor a compreensão do mesmo enquanto um fenômeno que exerce uma pressão sobre o ecossistema, ressignificando as múltiplas realidades a partir da interação entre turista e comunidade (Beni; Moesch, 2017). Para os autores, a dinâmica ecossistêmica do turismo envolve como atributos a territorialidade, as instâncias de governança regionais, o setor produtivo local e os atores sociais.

Nesse contexto, o ecossistema turístico integra-se ao ecossistema da cidade, seja na área urbana ou rural, estabelecendo elos que demandam a visão do todo a partir da concepção territorial e das dinâmicas envolvidas. Tendo como elementos articuladores os serviços ambientais, a diversidade cultural, as demandas sociais, a infraestrutura e as dinâmicas do mercado.

Portanto, o planejamento urbano deve contemplar as questões do turismo para além dos aspectos econômicos, promovendo o desenvolvimento sustentável e a escuta ativa, a partir da participação social como ferramenta de construção das prioridades e diretrizes para as cidades. A utilização do planejamento territorial promove formas alternativas para o desenvolvimento,

a partir da ação coletiva e da valorização da diversidade e das dinâmicas presentes nas múltiplas realidades (Galvanese, 2018).

Ao aliar planejamento territorial ao urbanismo participativo, enquanto instrumento de transformação da cotidiana nas cidades, evidencia-se a potência da práxis local e da capacidade de síntese e elaboração da tecnociência solidária, além da formação de redes sociotécnicas nas quais os atores e gestores são capazes de articular e conduzir os processos participativos assegurando a democratização dos espaços de fala e de decisão.

A vertente da participação social como forma de descentralização e acesso está prevista no Estatuto das Cidades (Brasil, 2001) como requisito para a elaboração dos planos diretores das cidades em vista da construção coletiva do bem comum. Sendo algo que não ocorre de forma prática, levando, em algumas situações, à judicialização e anulação dos Planos (Fernandes, 2021).

A compreensão da área de especial interesse turístico, em alguma medida, também trouxe insegurança jurídica ao instrumento por inexistência de conceituação e qualificação dessa condição das cidades pelos marcos legais municipais, estaduais e/ou federais. Assim, de modo geral, não são desenvolvidos de forma participativa, sendo geralmente realizados por técnicos junto às prefeituras, priorizando ações de promoção e estruturação dos serviços e equipamentos turísticos a partir das expectativas dos turistas. Em 2022, o Ministério do turismo, visando aparar as arestas e lacunas do conhecimento, propõe a “Cartilha de Plano Diretor Orientado ao Turismo” (MTur, 2022).

O município de Alto Paraíso de Goiás, conhecido nacional e internacionalmente pelas belezas cênicas, místicas e pelos saberes populares, encontra-se em período de revisão do Plano Diretor municipal. Desde 2019, enfrenta embargos jurídicos e administrativos, além de limitações técnicas e temporais em função da pandemia de Covid-19. Cabe destacar que esses obstáculos não refletem todo o contexto, pois Alto Paraíso de Goiás teve seu último plano sancionado em agosto de 2000, antes mesmo do Estatuto da Cidade. Desde meados da década de 2010, têm ocorrido movimentos desconectados, na tentativa de avançar com processo de revisão. Ao longo dos anos, teve sua política urbana guiada ora pelo PF outrora por planos setoriais e/ou de desenvolvimento integrado, dentre eles o Sistema Territorial Turístico de Alto Paraíso, orientado pelos pilares governança, experiência turística, tecnologia, sustentabilidade e acessibilidade (Goiás Turismo, 2021).

Em 2019, após licitação – modalidade Carta Convite nº 006/2018, foi assinado o convênio para materialização das etapas de preparação e instrumentalização da população para a participação e o cumprimento das etapas condutoras do processo de elaboração e pactuação

do Plano Diretor de Alto Paraíso de Goiás – 2019 - 2029. O contrato assinado entre a Prefeitura Municipal e a Arismar Silva Guimarães ME, em 02/01/2019, sob o número 001/2019, estabelece “prestação de serviços técnicos especializados de topografia aerofotogramétrica a ser realizado no município de Alto Paraíso de Goiás e elaboração da revisão do Plano Diretor do município com prazo para execução em 02/01/2019 a 30/07/2019.

Em 2022, foi realizada a apresentação da primeira versão do diagnóstico técnico, no I Seminário Participativo do Plano Diretor de Alto Paraíso. Nessa oportunidade, evidenciou-se a baixa participação no processo de diagnóstico e as inúmeras inconsistências nos dados, comprometendo a continuidade e aproveitamento do mesmo para a construção de um instrumento de planejamento de médio e longo prazo e uma gestão democrática que atenda, de fato, o compromisso constitucional de assegurar as funções sociais da cidade.

Considerando a conjuntura apresentada e a necessidade de pensar o planejamento territorial participativo para o ecossistema turístico em cidade de pequeno porte a partir da experiência teórico metodológica na Chapada dos Veadeiros, tem-se a seguinte questão de partida: “Como o ecossistema turístico condiciona o planejamento das cidades ao integrar a participação ativa das comunidades na construção do desenvolvimento territorial em cidades de pequeno porte”?

A partir desse questionamento, torna-se necessário buscar elementos que orientem a dinâmica territorial em cidades de pequeno porte com vocação turística reconhecida pelo Ministério do Turismo e com potencial de interação com as políticas públicas urbanas, em especial o Plano Diretor. O dimensionamento desta pesquisa ação está associado à proposição das questões de pesquisa que estão apresentadas no subtópico a seguir.

Assim, fez-se necessária uma aproximação inicial com atores locais, para a identificação dos elementos que, de fato, são entendidos como problemas vivenciados pelo território. Esse contato inicial, realizado de forma virtual e a partir da rede de relacionamento pré-estabelecida em projetos de extensão e por representantes do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico trabalhos Emergentes da FAU/UnB, no contexto dos Polos de Extensão da Universidade de Brasília na Chapada dos Veadeiros, comprovou como principais alertas:

- a) Crescimento acelerado das cidades, levando à especulação imobiliária e à exclusão da população mais pobre para regiões mais distantes dos postos de trabalho;
- b) Gentrificação e o conflito entre os moradores locais e os “novos moradores” que muitas vezes chegam à cidade e desconsideram os traços culturais do território;
- c) Segregação territorial e criação de agendas ineficientes e/ou que atendem a grupos de interesses já favorecidos pelo sistema capitalista, como mineradores e fazendeiros;

d) Invisibilidade, inclusive por parte da população residente e das incelências de governança, do saber fazer local e seu potencial de qualificação do território enquanto processo social resultante das trocas e das construções identitárias.

A ilustração a seguir apresenta uma síntese das percepções dos 6 entrevistados residentes das cidades de Alto paraíso de Goiás, assim como de um técnico da Goiás turismo e a compreensão inicial sobre os impactos do turismo na Chapada dos Veadeiros. As conversas ocorreram entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022.

Ilustração 1: Dinâmica da prática turística



Fonte: Elaboração própria.

A partir das relações estabelecidas entre o turismo e o território, evidencia-se a necessidade de estabelecer parâmetros que promovam a compreensão do turismo a partir do olhar das comunidades locais, das demais instâncias de governança e das políticas públicas, tendo como farol a reestruturação dos instrumentos urbanísticos, em especial o Plano Diretor das cidades. Pois, a complexidade da vida potencializa as incertezas e fortalece a capacidade de resistir para converter os problemas em soluções dialógicas (Morin, 2020).

Assim, ao propor a elaboração de padrões de planejamento territorial participativos, a partir da interface entre os saberes locais e científicos, tornou-se possível a compreensão

cognitiva das contribuições comunitárias para a revisão da política urbana integrando o turismo de forma assertiva, sustentável e afetiva.

1.1.1 Questões de pesquisa

Considerando a necessidade de compreender as múltiplas variáveis presentes nas dinâmicas territoriais, especialmente as pautadas no fomento ao turismo, apresentam-se como questões de pesquisa:

a) Como o planejamento territorial participativo pode incrementar a gestão e cogestão a partir do diálogo entre o ecossistema urbano, rural e o turístico?

b) Os planos diretores dos municípios contemplam o turismo para além do desenvolvimento econômico?

c) Como os processos de planejamento podem integrar a dinâmica ecossistêmica, transformar a invisibilidade das comunidades e garantir sua autonomia e protagonismo?

Ao longo da pesquisa em tela, foi possível responder às questões apresentadas, a partir de uma investigação que levantou a estruturação de parâmetros que auxiliarão na criação de metodologias através do diálogo entre conhecimento formal e prática social, além da aplicação para garantir a transformação necessária na elaboração do Plano Diretor dos municípios. Ou seja, o planejamento territorial participativo aproximará o planejamento urbano ao turismo por meio da ciência cidadã e da tecnociência solidária.

1.1.2 Objetivos

Esta pesquisa, ao apresentar a temática do planejamento territorial participativo para o turismo, em pauta nas agendas urbana e nos objetivos do desenvolvimento sustentável, pressupõe uma elaboração dialógica que incorpore as múltiplas formas de conhecimentos e saberes, para atender à realidade das localidades de forma assertiva. Portanto, o objetivo geral é elaborar e sistematizar parâmetros (padrões) de planejamento territorial participativo para o ecossistema a partir de vivências no distrito de São Jorge, Chapada dos Veadeiros, de forma a subsidiar a revisão do Plano Diretor do município Alto Paraíso de Goiás; uma integração entre as áreas de Urbanismo, Turismo e Meio Ambiente.

Para tanto, terá como objetivos específicos:

- Investigar e estruturar o pensamento científico que promove a interação entre o planejamento urbano, turismo e meio ambiente, conectando a necessidade de revisar o pensamento teórico a partir da compreensão transdisciplinar da vida em sociedade;
- Apresentar o planejamento territorial participativo a partir da interlocução entre atores públicos, privados, universidade e sociedade civil tendo como fio condutor o entendimento do ecossistema urbano-rural e do turismo a partir das dimensões da sustentabilidade;
- Contextualizar as escalas de estudo a partir da macroescala da Chapada dos Veadeiros, a mesma representada pelo Municípios de Alto Paraíso de Goiás e a micro pelo Distrito de São Jorge considerando sua interface urbano-turística;
- Apresentar as bases teóricas para a construção do método, a partir dos resultados da interação com as comunidades pesquisadas.

1.1.3 Justificativa e lacunas do conhecimento científico

A interação teórica-conceitual entre arquitetura e urbanismo, turismo e meio ambiente possibilita a leitura assertiva das cidades e os desafios estabelecidos pela interação homem/natureza e homem/homem. Tem-se isso de forma a possibilitar a aplicação de propostas que promovam a utilização de estratégias inovadoras capazes de minimizar o distanciamento entre ricos e pobres, turistas e comunidades, políticas públicas e realidade, dentre outras questões contraditórias presentes na dinâmica das cidades.

Em um período pós pandemia, quando a ciência, embora questionada, se colocou à serviço da população, observa-se a necessidade das ciências sociais aplicadas ocuparem sua função social de promover a transformação da realidade dos territórios, garantindo alternativas eficientes (Santos, 2020). De forma complementar, os fenômenos sociais rompem com a mecanização dos processos metodológicos e apontam para caminhos construídos a partir do pensamento humano que, dentro de sua pluralidade, carrega os elementos presentes nas interações com a sociedade e suas codificações culturais que são reelaboradas constantemente (Geertz, 2018).

Para Moesch (2002), é preciso romper com a lógica funcionalista que reduz o fenômeno turístico a um fazer-saber performático e redutor, vinculado ao paradigma funcionalista. Em vez disso, deveria pautar-se em sua singularidade e capacidade de ressignificação a partir de

sua base cultural, diversidade ambiental, herança histórica, pelas relações sociais e sua interculturalidade.

A dinâmica estabelecida pela vida social propõe a integração do sujeito às táticas do cotidiano, enquanto componentes da cultura das cidades. Essas práticas, expressam “uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (Certeau, 2021, p. 41), estando associadas às variáveis da leitura e do espaço urbano.

O território, ao integrar uma diversidade de leituras e práticas, evidencia os efeitos dessas na transformação sociocultural e ambiental. Assim, o turismo, como um dos fenômenos integrantes dessa dinâmica, apresenta-se como potencial fomentador de transformações para a arte de viver e conviver em ambientes socialmente justos e ambientalmente equilibrados. Por vezes, gera efeitos perversos, intensificando a gentrificação e especulação, reduzindo a interação social entre as pessoas que de fato têm direito à cidade.

A integração do turismo à arquitetura e urbanismo, a partir da identificação do papel social desses dois campos do conhecimento e da possibilidade de estruturação de uma pesquisa aplicada permitirão o avanço dos debates acadêmicos e a construção de novas alternativas para a vida em sociedade em cidades dinâmicas, complexas e globais. Ademais, viabiliza a reflexão sobre as contradições existentes nesses territórios, apontando para indicadores capazes de subsidiar políticas públicas integradas e pautadas nas demandas da coletividade, e não apenas de grupos isolados.

Dessa forma, se estabelece a possibilidade de transformação do fazer-saber turístico em saber fazer a partir do aprofundamento e diálogo entre diferentes grupos por meio de jogos de linguagem e da criação de vínculos sociais. Essa missão, suscitada por Moesch (2002), corrobora com a do turismo como ciência dialógica fomentada pela legitimação de discursos antagônicos, complexos e multirreferenciados, capazes de superar seu valor de uso.

A existência de pesquisas com temática correlata concentra-se em discussões teóricas e em códigos restritivos que não promovem a interlocução dos estudos do turismo e do planejamento urbano, reforçando a compreensão da existência de incertezas e, de forma semelhante aos avanços do conhecimento, conforme sinalizado por Morin (2020). Assim, a dinâmica da vida em sociedade tem fortalecido a mutação de problemas, percepções e soluções criativas. A tese apresenta-se como uma síntese analítica de determinados fenômenos, nos quais predominam exigências da lógica formal. Mas, sem renegar essas exigências, a tese se constitui como uma oportunidade de delineamento de uma problemática que permanece aberta após a defesa. (Ribeiro, 2012).

Muitos dos trabalhos que envolvem as temáticas do planejamento urbano e do turismo priorizam o seu papel econômico, sua baixa eficiência no processo de ocupação do solo e/ou na proposição de novos modelos metodológicos que podem incluir a participação como parte do processo, mas que não permitem que o subsistema – comunidade local – tenha o protagonismo ao longo do processo de escolha e tomada de decisão.

No ambiente político-institucional, observa-se, no arcabouço legal, o reforço à integração dos elementos que compõem a dinâmica territorial, especialmente a interação do turismo com o planejamento urbano, no que tange o previsto na Lei nº6.513/ 1977, que dispõe sobre as áreas de especial interesse turístico, no Estatuto das Cidades (Brasil, 2001), Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010), dentre outros. Essas legislações apresentam, em comum, a necessidade de parametrização das áreas de interesse do turismo.

Estes marcos, embora apresentem orientações essenciais ao ordenamento das cidades, quando aplicados, atendem a processos experimentais e frágeis. Em cidades de pequeno porte, são ainda mais restritos, visto às limitações de recursos e força política para assumir tais compromissos de forma participativa, democrática e integrativa. Em muitos casos são abordados sob a perspectiva de grupos de trabalho setoriais e/ou consórcios macrorregionais igualando condições distintas como forma de extrapolação da realidade.

Assim, justifica-se, como contribuição desta pesquisa, a proposição de diretrizes que possibilitem a interpretação do território e a identificação de categorias que permitam o diálogo do desenvolvimento sustentável do turismo dentro dos instrumentos previstos pelo Estatuto das Cidades (Brasil, 2001)

Por fim, justifica-se a escolha metodológica pela pesquisa-ação, em especial pela cartografia da ação, por acreditar que não há sobreposição entre conhecimento formal e informal, mas sim um caminho contínuo e dinâmico a partir do qual o conhecimento é construído e pode promover a transformação da realidade (Paviani, 2009).

1.1.3 Hipóteses

As dinâmicas territoriais expressas na cidade evidenciam a transitoriedade das interações humanas com o ambiente, seja ele natural ou construído. A sociedade contemporânea estabeleceu novas formas de engajamento individual, apoiadas na aceleração da vida e da naturalização da condição efêmera estabelecida no círculo vicioso espaço-temporal (Fontes; Galarce, 2020). Assim, os fluxos de comunicação se sobrepõem, comprometendo a

inteligibilidade e o entendimento das interações sociais e das relações de poder que incidem sobre a definição das práticas cotidianas.

A temática do planejamento territorial participativo para o ecossistema turístico traz a oportunidade de pausa e reflexão sobre os processos decisórios e a sustentabilidade necessária à criação de um ciclo virtuoso e hospitaleiro capaz de acolher e promover a criação de laços e o fortalecimento das representações sociais. Por isso, busca-se validar as hipóteses a seguir, que representam as possibilidades de estabelecer e qualificar as interações e processos presentes no planejamento territorial.

- A ausência de compreensão dos ecossistemas urbano-turísticos complexos limita os processos de planejamento e o alcance das instituições nos territórios, negligenciando os saberes e as práxis, considerando a ausência de estudos aprofundados, como os de capacidade de suporte e de diagnóstico participativo;
- O diálogo teórico-prático e sua interação com os saberes locais garantem a participação qualificada da comunidade nos processos de planejamento em busca de um desenvolvimento territorial pautado na ampliação dos benefícios, a partir da integração do turismo e das tecnologias sociais;
- A construção de parâmetros (padrões) de planejamento territorial possibilita a melhor compreensão dos processos locais e da complexidade presente na realidade dos grupos sociais.

As referidas hipóteses partem da preconcepção da complexidade inerente à dinâmica da vida em sociedade e da adaptabilidade humana às dinâmicas construídas a partir de experiências e vivências pregressas, nas quais o conhecimento cognitivo “permanentemente revisto, revisado pelo pensamento” sendo o último capital precioso para o indivíduo e para a sociedade (Morin, 2010).

1.2 Metodologia científica

A presente tese estrutura-se a partir da compreensão da complexidade existentes nas relações socioespaciais e nas expectativas dos atores locais relacionadas à compreensão do lugar a partir da dinâmica ecossistêmica, da sustentabilidade urbana e turística e dos valores e interpretações individuais e coletivos presentes no cotidiano das cidades, como oportunidade e fomento à interação urbano turística a partir dos elos que os aproximam, como: a) a abrangência sistêmica e complexa; b) a compreensão enquanto fenômeno social e c) a morfologia do lugar a partir da ética, estética e exótica.

Para tanto, fez-se necessária o entendimento do pensamento científico, e uma posterior ruptura com os paradigmas dominantes e, conseqüentemente as epistemologias, seguidas de critérios e procedimentos orientadores de teorias, modelos, implicando na forma de saber, fazer, viver e conviver em sociedade (Moraes, 2004).

A pesquisa em tela, ao trazer questões sociais, dinâmicas e de natureza relacional, estabelece o fio condutor da investigação (Quivy, 2005) e aponta a natureza desta pesquisa, que será qualitativa, aliando oportunidades de análise do objeto de estudo às inquietações sociais a partir da construção colaborativa com a comunidade.

Para Denzin *et al.* (2006), a abordagem qualitativa permite o uso de uma variedade de estudos de casos que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos, sendo frequentes nos estudos das ciências sociais e humanas. De forma complementar, a abordagem exploratória, que entende a necessidade de ampliação do olhar para a identificação de pistas que desvelam a realidade empírica, dialoga com a discussão teórica proposta a partir da construção do objeto em estudo (Vasconcelos, 2013). Associada ao olhar transdisciplinar, proporciona a leitura dos diferentes níveis de realidade, transgredindo a lógica clássica da construção do conhecimento que tende fazer da objetividade a transformação do sujeito em objeto (Nicolescu, 2018). Ao adotar a abordagem qualitativa e exploratória, assegura-se a compreensão da realidade enquanto unidade aberta e complexa que interage de forma sistêmica, promovendo a causalidade e integrando o global ao local.

A visão sistêmica possibilita a inter-relação entre as partes e a constante retroalimentação do sistema, assegurando seu dinamismo e as inter-relações de seus componentes sem desconsiderar os conflitos intra e extra sistemas (Demo, 1985). A complexidade desses processos torna-se base qualitativa para sua totalidade constituída a partir de acontecimentos, interações, retroações e caos (Moraes, 2004). Sendo todos comuns à vida em sociedade, sendo essa “estruturada por um sistema de relações impessoais, determinadas por regras, normas e leis” (Chaui, 2013, p. 26).

A assessoria sociotécnica no âmbito da extensão universitária coloca-se como mediadora de processos, tendo a troca de saberes como base para as transformações necessárias (Andrade *et al.*, 2018; Couto, 2023). Dessa forma, desenvolve a função de catalisador da tecnociência solidária, fomentando a tecnologia social e promovendo a construção de caminhos transdisciplinares que dialogam com a complexidade presente nas dinâmicas sociais.

Criado em 2013, o Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico - Trabalhos Emergentes, balizado pelos princípios da ciência cidadã, busca, a partir da assessoria sociotécnica, da resistência, da compreensão do ecossistema e seus princípios associados aos preceitos da

sustentabilidade, enfrentar a desigualdade e a injustiça socioambiental de forma articulada com as comunidades, seus saberes e fazeres.

Portanto, apresenta como linhas de pesquisa: (1) Assessoria Técnica para Habitação Social, Autogestão e Lugares Mais Sustentáveis; (2) Inovação e Tecnologia Social: Ecoturismo e Economia Solidária, Infraestrutura Ecológica e Agroecologia; (3) Microplanejamento, Microubanismo, Informalidade, Direito à Cidade, Pedagogias, Táticas Urbanas e Direito à Cidade; e (4) Ecossistemas Urbanos, Heterogeneidade Espacial, Padrões Espacial e Fluxos de Água (Periférico, S/D). Nesse sentido, a promoção da transformação social, urbana e tecnológica emerge da democratização da adequação sociotécnica e do reconhecimento da tecnologia social (Andrade *et al.*, 2018).

Ao fortalecer e empoderar os atores locais, amplia-se a visibilidade da extensão universitária da Universidade de Brasília e potencializa os trabalhos de graduação e pós graduação que acolhem as temáticas, pesquisas, ações e intervenções, interconectando espaço temporalmente com a dinâmica dos territórios assessorados (Couto, *et al.*, 2023).

Como exemplo de assertividade na promoção da participação na transformação dos problemas locais, tem-se “Urbanismo Participativo do Grupo Periférico para Reurb-S - Metodologia Para Promover Comunidades Sustentáveis”, certificada em 2021 pela Transforma - Rede de Tecnologias Sociais (FBB, 2021), coordenado pela professora Liza Andrade, constituindo ferramentas necessárias para a discussão do planejamento territorial participativo, especialmente no que se refere à interação entre a comunidade local e a prática do turismo. As conexões estabelecidas nesse processo dinâmico são determinantes para garantir o direito à cidade, democrática, justa e igualitária. Os demais projetos de pesquisa-ação desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico Trabalhos Emergentes no Distrito Federal e entorno atuam “no desenvolvimento de pesquisas e assessoria sociotécnica sobre temas periféricos e marginalizados”, priorizando a interface com a produção do espaço no campo e na cidade resistindo às injustiças socioambientais nos territórios (Couto, 2022, p. 113).

Dentre as ações na Chapada dos Veadeiros destacam-se a assessoria à comunidade Kalunga em Cavalcante com os trabalhos finais de graduação: a) Corredor Cultural do Cerrado em Cavalcante, GO (2017), em que, a partir da participação social, mapeou-se elementos representativos para história e cultura local, assim como sua integração com a infraestrutura urbana do município, reafirmando a relevância e eficácia de metodologias dialógicas que promovam o urbanismo participativo como tecnologia social; b) Sentido Kalunga (2018), desenvolvido em parceria com a Comunidade Kalunga do Engenho II, atualmente gestora de importantes atrativos turísticos locais como a Cachoeira Santa Bárbara, Cachoeira Capivara e

Cachoeira Candaru³, projeto de infraestrutura turística e de equipamentos comunitários como o Centrinho Cultural constituído do Espaço da Memória Kalunga, Casa de Farinha, Algodão e Cana, parque infantil, biblioteca comunitária, réplica da casa Kalunga, feira e loja de produtos quilombolas.

O projeto de extensão Arquitetura Vernacular Kalunga (FAU/UnB), vinculado ao Polo Kalunga (UnB), que desde 2021 estimula o diálogo e a valorização dos saberes construtivos locais materializados em um sítio eletrônico⁴ onde estão hospedadas informações sobre a “Rede Sociotécnica AVK” criada para promover os construtores locais e, o “Guia da Arquitetura Vernacular Kalunga: difusão e preservação dos saberes tradicionais”, e a elaboração, no âmbito da especialização REABILITA – Reabilitação Ambiental Sustentável, Arquitetônica e Urbanística - da pesquisa-ação “Os impactos do turismo e da expansão imobiliária na arquitetura Vernacular da Chapada dos Veadeiros, Goiás”.

Já o projeto de extensão “Gestão Ambiental Urbana, Participativa e turística: padrões de uso e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto paraíso de Goiás e Cavalcante”, vinculado ao Polo Chapada (UnB), desde 2022 têm se dedicado a realizar o diagnóstico participativo a partir de levantamento documental, questionário e realização de oficinas com as comunidades, priorizando o apoio e a assessoria técnica na leitura e sistematização das demandas locais que estão subsidiando as discussões sobre os planos diretores municipais. Além disso, no trabalho final de graduação “Projeto Participativo do parque Urbano Ecológico de Cavalcante: padrões espaciais no nível da comunidade e no nível da paisagem” foram realizadas contribuições aos debates sobre participação social e metodologias participativas em atividades e grupos de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Turismo, além de apoio e acompanhamento às demandas da comunidade de São Jorge, vila urbana com maior representatividade para o desenvolvimento sustentável do turismo na região da Chapada dos Veadeiros.

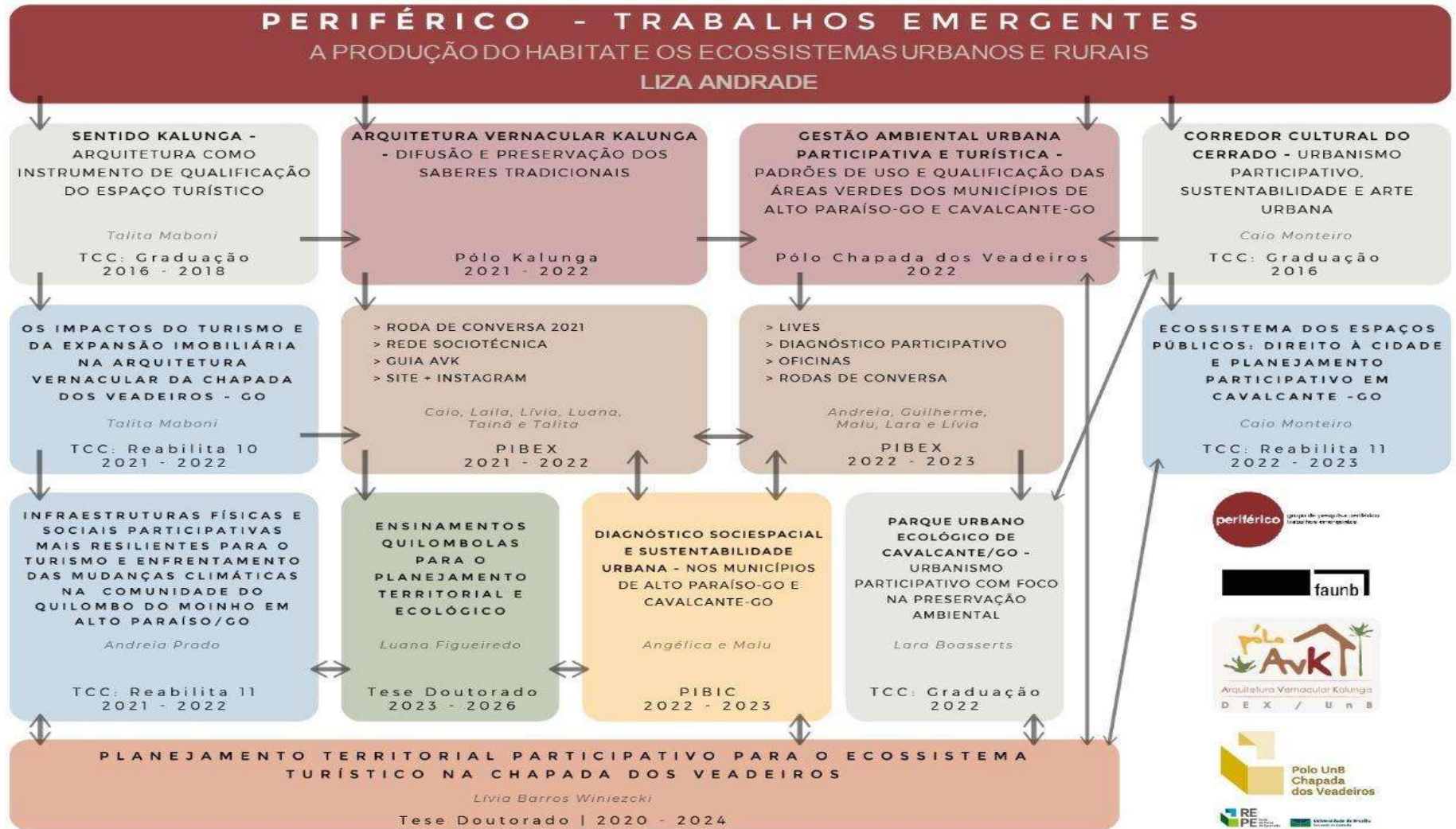
Cabe destacar que os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Periférico têm sua metodologia amparada por estudos anteriores realizados por Andrade sobre os padrões espaciais dos ecossistemas urbanos (2005, 2014), tanto pautados na compreensão e construção das dimensões da sustentabilidade urbana quanto no avanço teórico da linguagem de padrões proposta por Alexander (2013) a partir da construção, aplicação e validação teórico-metodológica.

³Portal do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural – Complexo Turístico Kalunga: <https://quilombokalunga.ecobooking.com.br/>

⁴ <https://periferico6.wixsite.com/arqvernacularkalunga>.

A ilustração 2 a seguir sistematiza a relação dos trabalhos do Grupo Periférico com as comunidades da Chapada dos Veadeiros, coordenados pela professora Liza Andrade, reafirmando seu comprometimento com o tripé institucional das universidades públicas e gratuitas ao promover ensino, pesquisa e extensão, balizado pelo urbanismo participativo como instrumento de transformação e promoção da justiça socioambiental, da solidariedade e do empoderamento comunitário.

Ilustração 2: Pesquisa Ação na Chapada dos Veadeiros – um exercício cooperativo, solidário e participativo.



Fonte: Wiesinieski e Monteiro (2022).

Enquanto assessoria sociotécnica de fomento à tecnologia social, o estudo em tela busca viabilizar parâmetros orientadores para o desenvolvimento territorial participativo a partir de estratégias construídas coletivamente por meio da interpretação e articulação de grupos locais, da universidade tanto no âmbito do ensino quanto na pesquisa e extensão promovendo a ecologia de saberes a partir de experiências, vivências e assessoria sociotécnica.

1.2.1 Pesquisa teórica e metodológica

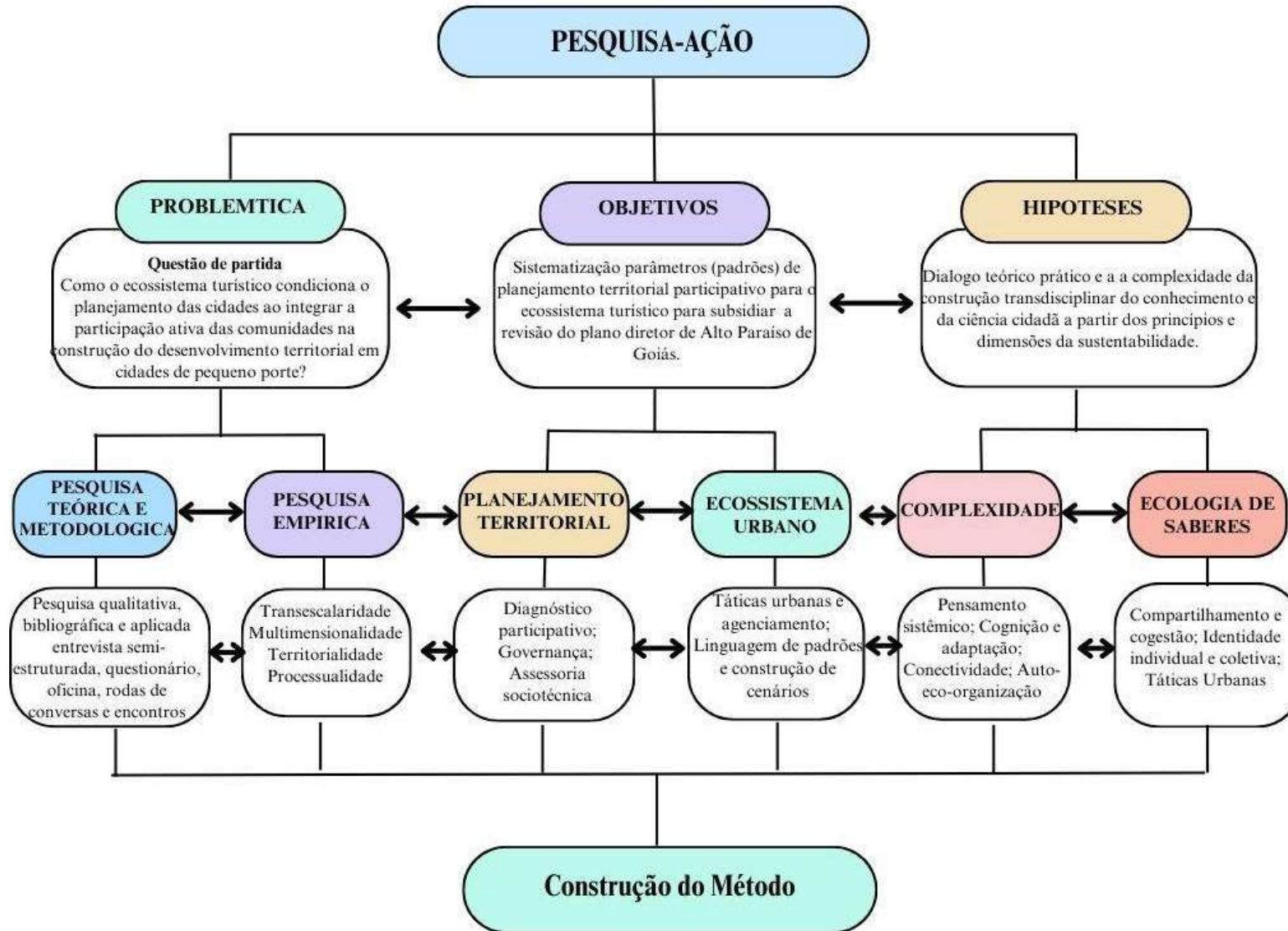
Ao contextualizar e analisar a conjuntura sócio territorial brasileira, seus efeitos relacionados ao ecossistema da cidade e à prática do turismo como fator de desenvolvimento, estabeleceu-se como ponto de partida da investigação em tela a compreensão das dinâmicas cidadinas e a possibilidade de transformação social a partir do desenvolvimento territorial integrando aos ecossistemas urbanos e turísticos, de forma transescalar, tendo como recorte empírico o distrito de São Jorge, em Alto Paraíso de Goiás. Neste sentido, a integração ecossistêmica tem como representa o “conjunto das interações entre populações vivas no seio de uma determinada unidade complexa de caráter organizador” (Morin, 2010 p. 27).

O presente estudo tem como método orientador a pesquisa-ação socialmente crítica, como investigação-ação que utiliza técnicas ao longo do processo de pesquisa contínua e inovadora, assegurando os critérios comuns a outros trabalhos e aprimorando a prática para promover as mudanças necessárias (TRIPP, 2005).

Michel Thiollent (1986) apresenta a pesquisa-ação como linha de pesquisa e atuação pautada na adoção de estratégias construídas coletivamente, tendo como função a resolução de problemas ou objetivos de transformação, adotando como pressuposto a participação e a ação planejada pautada na demanda local. No âmbito acadêmico, essa metodologia promove a integração dos eixos de ensino, pesquisa e extensão, além da interação universidade e sociedade, para que, a partir da compreensão das ações e dos problemas compartilhados pelos atores locais, ocorra o aprendizado conjunto (ator/pesquisador) e a construção de “ações e soluções úteis aos atores” (Thiollent; Collete, 2020, p. 45).

Para tanto, a seguir apresenta-se o percurso metodológico da tese em tela (Ilustração X). Esta, além de direcionar os esforços e amarrações teórico-conceituais com as atividades práticas desenvolvidas durante os trabalhos de campo, estimula o exercício de construção dos capítulos da tese.

Ilustração 3: Sistematização do caminho conceitual para elaboração da tese.



Fonte: Wiesniewski (2023).

Garantida a relevância da participação qualificada da comunidade, optou-se pela utilização da metodologia de interação do grupo de Pesquisa e Extensão Trabalhos Emergentes, a partir dos princípios da adequação sociotécnica, estruturada por meio dos seguintes tópicos: a) aproximação; b) diagnóstico participativo; c) táticas urbanas e agenciamento de atores; d) elaboração de “design de padrões/ parâmetros norteadores; e) apresentação de fotos e imagens de boas práticas; f) Construção de cenários; g) acessória sociotécnica; e h) elaboração de Plano e Projeto. O capítulo 2, ao dissertar sobre a pesquisa ação, apresentará o detalhamento de cada uma das etapas citadas e o período de realização das mesmas como processo de aplicação e adequação ao contexto urbano-turístico.

Esta metodologia tem como base a universidade cidadã pautada na transdisciplinaridade, intersetorialidade, compromisso social e solidário. A participação social se integra em todas as etapas da investigação com intensidades variáveis proporcionando o sentimento de pertença aos atores locais e a fluxos abertos de interação (Thiollent; Oliveira, 2016).

A elaboração de instrumentos técnicos, como o diagnóstico situacional, tende a limitar a estudos subsidiados por levantamento de dados históricos, demográficos e de indicadores, possibilitando a compreensão do cenário atual, estado da arte e, posteriormente, a construção de um processo de planejamento (Colmenares, 2012). Por isso, esta pesquisa se dedicou a uma proposta metodológica que assegure a construção de um diagnóstico participativo, tendo como método orientador a pesquisa ação.

As etapas de interlocução com a comunidade e envolvimento da mesma terão interface com os caminhos da sustentabilidade no turismo, reconhecendo-o como um fenômeno social de interação local e global. Através desse reconhecimento, recriam-se simbologias por meio do imaginário construído ao longo do processo de planejamento, visitação e revisitação das memórias construídas.

Ferreira (2021) destaca a necessidade de inclusão dos princípios tradicionais ao processo de construção do diagnóstico participativo, garantindo a interação e a construção colaborativa entre a academia e os saberes locais. Assim, a condução dos instrumentos de coleta de dados como entrevistas compreensivas (Ferreira, 2014), tendo o roteiro semiestruturado para assegurar maior interação com os entrevistados, questionários e roda de conversa, seguiram as dimensões e princípios da sustentabilidade urbana propostos por Lemos e Andrade (2015) e complementados por Ferreira (2021).

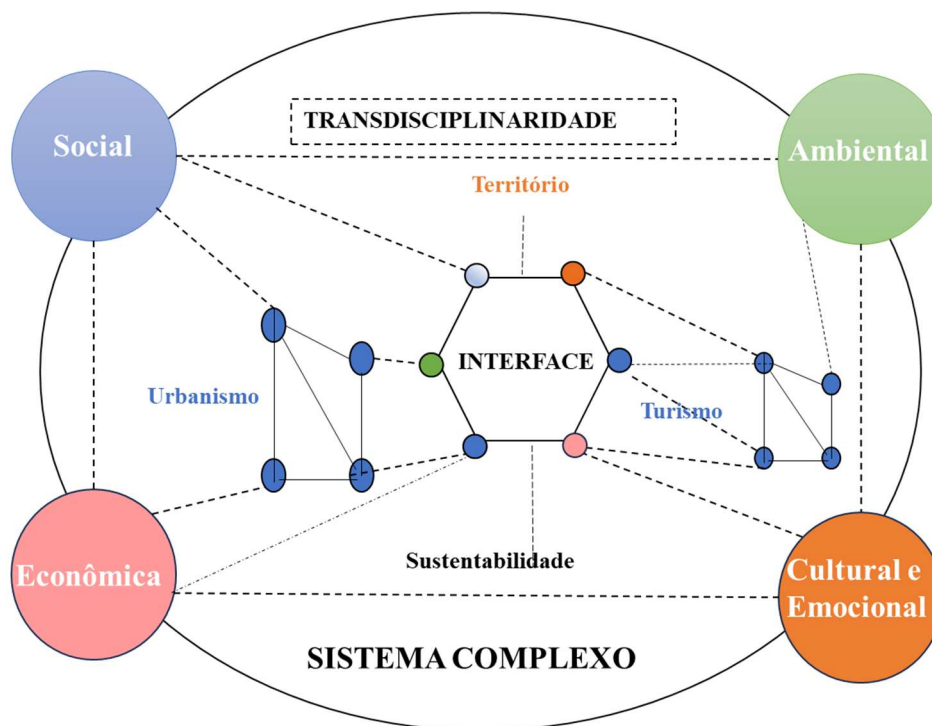
A construção teórico-metodológica da pesquisa em tela estruturou-se em três etapas que ora acontecem individualmente, ora de forma simultânea, pois a complexidade da vida nas

idades exige flexibilidade metodológica e integração com as dinâmicas impostas pela realidade. A saber: 1ª etapa – Levantamento bibliográfico e documental; 2ª etapa – Trabalho de campo; 3ª etapa – Validação dos achados de pesquisa e das hipóteses junto à Rede de Atores criada na Chapada dos Veadeiros.

Na primeira etapa, ao assumir a indissociabilidade entre conhecimento teórico e prático para a elaboração de caminhos metodológicos assertivos, buscou-se a validação do problema de pesquisa junto a interlocutores locais. Essa etapa de aproximação com a comunidade ocorreu de forma remota, em função do período de pandemia de Covid-19. Nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, foram realizadas reuniões individualizadas com representantes da sociedade civil, governo local e estadual, para o alinhamento das percepções dos atores sobre a interface urbano-turismo nas cidades de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante. Esse contato permitiu ajustar os caminhos a serem trilhados na elaboração deste projeto de tese.

Essa etapa concentrou-se, também, na pesquisa de gabinete, a partir de fontes primárias dos sítios eletrônicos das prefeituras municipais de Alto Paraíso de Goiás e do observatório de Turismo de Goiás, e de fontes secundárias, como livros e artigos acadêmicos que trabalham a fundamentação teórica sobre território, planejamento territorial, ecossistema urbano-rural, urbanismo participativo, participação social, ecossistema do turismo e tecnociência solidária. A imagem a seguir apresenta o escopo da fundamentação teórica da tese em estudo considerando seus aspectos relacionais e a complexidade sistêmica presente na interação urbano-turística.

Ilustração 4: Escopo da fundamentação teórica da tese.



Fonte: Wiesinieski (2023).

A partir dessa sistematização teórica e construção das dimensões que nortearão a investigação, propõe-se a etapa 2, que utilizará como estratégia de pesquisa o estudo de caso, por permitir a investigação do fenômeno a partir de suas variáveis, considerando as incertezas e sua totalidade (Yin, 2001). Inicialmente, foi proposta a abordagem integrada das duas principais cidades turísticas da Chapada dos Veadeiros, mas, a partir das sugestões e orientações da banca de qualificação do projeto de tese, identificou-se a necessidade de adequação do recorte territorial para alcançar a complexidade e especialização para atendimento e qualificação da assessoria sociotécnica aos atores territoriais.

Alto Paraíso de Goiás apresenta como vocações turísticas o ecoturismo, turismo de aventura, turismo de saúde, turismo cultural e turismo rural (Portal do Turismo, 2022), tendo como oferta os serviços e equipamentos da sede municipal e do distrito de São Jorge, desconsiderando a atratividade do Sertão e dos Assentamentos de Reforma Agrária, como o Silva Rodrigues, focados no turismo rural, além do Povoado do Moinho com o turismo de base.

A pesquisa ação em tela optou pelo aprofundamento de menor para maior escala, proporcionando melhor compreensão das interações entre padrões e processos. Assim, a dinâmica ecossistêmica do Distrito de São Jorge tornou-se prioridade nesta investigação, representando a microescala. Já o município de Alto Paraíso de Goiás foi integrado à mesoescala, assegurando a multiescalaridade e processualidade presente nos processos de planejamento e gestão da cidade e, por fim, a Chapada dos Veadeiro, na macroescala, a partir

de um panorama da microrregião, suas dinâmicas, interações e desafios. O capítulo 3 desta tese irá apresentar de forma detalhada e complementar as três escalas que compõem este estudo.

O município de Alto Paraíso de Goiás também compõe a Região Integrada do Distrito Federal, conforme a Lei Complementar nº 163, de 2018 (Brasil, 2018), tornando as temáticas de infraestrutura e geração de emprego e renda pontos de interesse da gestão pública do DF, cabendo ao mesmo instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (Brasil, 1998).

1.2.2 Pesquisa empírica

Estruturou-se a pesquisa-ação embasada por processos e experiências pregressas do Grupo Periférico, nos municípios de Cavalcante e de Alto Paraíso, e da autora no acompanhamento do processo de elaboração do Plano Territorial de Qualificação Profissional em Turismo. Assim, após a problematização e mapeamento das limitações e desafios oriundos do planejamento urbano e turístico, optou-se pela delimitação do estudo de caso na região da Chapada dos Veadeiros, considerando a necessidade de estar integrada ao projeto de extensão Gestão Ambiental Urbana Participativa e Turística no contexto do Polo de Extensão da Universidade de Brasília na Chapada dos Veadeiros.

Inicialmente, entende-se que Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros apresentava um papel relevante nos debates relacionados ao uso e ocupação do solo, além de representar o atrativo turístico de maior visibilidade, conseqüentemente, encaminhando para o estudo de dois municípios: Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante. Contudo, ao buscar a aproximação e materialidade das percepções comunitárias sobre a dinâmica urbana e turística, a partir de entrevistas semiestruturadas e questionário, constatou-se a profundidade das demandas e a emergência de um processo transdisciplinar e multiescalar capaz de reconhecer e integrar as diferentes escalas presentes no sistema territorial, respeitando a multiplicidade de realidade e a complexidade das relações sócio-territoriais.

Assim, optou-se, a partir da qualificação do projeto de tese, pela aplicação do método na microescala representada pelo Distrito de São Jorge, pertencente ao município de Alto Paraíso de Goiás, entendido como mesoescala da microrregião da Chapada dos Veadeiros, nesta tese pensada como macroescala. Em paralelo, no âmbito do grupo Periférico, foi desenvolvido um Trabalho de Conclusão de Curso pela estudante Maria Luiza Cotta de um projeto de urbanismo participativo para a Vila de São Jorge, com base nos padrões espaciais dos

ecossistemas urbanos de Andrade (2014), o que contribuiu para aproximação ao ecossistema turístico.

Os procedimentos metodológicos, a partir de então priorizou-se a escuta ativa da comunidade de São Jorge e dos empreendedores locais e, a partir das demais escalas a pesquisa bibliográfica e documental como estratégia de leitura técnica e construção de subsídios para a assessoria sociotécnica necessária para o empoderamento dos representantes locais nas reuniões e audiências públicas de revisão do Plano Diretor de Alto Paraíso de Goiás.

De forma complementar, acolheu-se a demanda local de construção do Plano Participativo de Desenvolvimento do Turismo de São Jorge, tendo como eixo as dimensões da sustentabilidade urbana – ambiental, social, econômica e cultural-emocional. Além da construção de um roteiro comunitário que representasse a memória e o patrimônio imaterial local, desconhecido pelos turistas.

A investigação empírica integrou-se à pesquisa teórica e metodológica a fim de entender, fundamentar e construir instrumentos de análise capazes de responder as questões desta investigação relacionadas à pertinência do planejamento territorial participativo como instrumento de gestão, cogestão e sistematização do ecossistema urbano-rural-turístico, assim como sua relevância para o fomento desenvolvimento do turismo de forma sustentável e autônoma.

A pesquisa-ação questiona como o ecossistema turístico condiciona o planejamento das cidades ao integrar a participação ativa das comunidades na construção do desenvolvimento territorial em cidades de pequeno porte. Ela apresenta uma multiplicidade de conceitos geográficos e urbanísticos que podem suscitar dúvidas ao leitor, por isto, cabe registrar que o escopo da pesquisa buscou, ao citar os termos cidade e município, se ater à complexidade da compreensão espacial proposta por Ana Fani Carlos (2015) ao destacar a cidade como identidade construída no cotidiano, a partir de um modelo econômico baseado na desigualdade e na desconsideração, impondo “a subjugação do homem às necessidades de reprodução do capital; onde o homem se vê capturado pelas necessidades do consumo e lazer” (Carlos, 2015, p. 12).

A abordagem territorial centra-se na compreensão de Marcos Aurélio Saquet (2019; 2020) ao propor observância à “complexidade e unidade de elementos e momentos, processos e conflitos, temporalidades e territorialidades” (Saquet, 2020, p. 185). Assim, o território apresenta multidimensionalidade, processualidade e movimento, possibilitando uma sociedade justa, autônoma e autogovernada, fortalecida pela ação participativa e por suas práticas sociais e territoriais.

Para compreender a complexidade do território, considerou-se, de forma endógena: pressão socioeconômica, vulnerabilidade, percursos, equipamentos e serviços, ações, fissuras e as relações de propriedade. E, de forma mais ampla: a capacidade urbana e natural, as articulações na cidade, a lógica de ocupação, os atributos e as linhas de separação.

Neste contexto, utiliza-se como referência táticas do cotidiano de Michel de Certeau (2021) ao refletir sobre o cotidiano a partir da fala, escrita, circulação e o preparo dos alimentos. Para o autor, a passividade dos sujeitos associa-se à relação estabelecida por eles com o consumo, que, por sua vez, está determinado pelo espaço de produção do sentido a partir de relações interdependentes, de tensão e de feitura e experiências individuais e coletivas.

Por fim, ao mapear as limitações relacionadas ao desenvolvimento das etapas metodológicas destaca-se: a) o comprometimento temporal para desenvolvimento de atividades presenciais, visto as limitações impostas pela pandemia de covid-19; b) a apreensão da comunidade durante os contatos iniciais e a criação de afetividade e comprometimento comunidade-equipe de pesquisa-ação; e, c) a credibilidade dada pelas instâncias de governança territorial aos processos participativos e à disponibilização de dados que deveriam ser de acesso público.

A democratização do acesso à informação ainda é um desafio comunitário a ser superado inclusive pelos representantes públicos locais que ao ocuparem cargos normativos e por vezes de fiscalização não acessam de forma ampla os instrumentos e estudos que deliberam e orientam os processos burocráticos na microescala local.

Em síntese, as etapas da pesquisa-ação da presente tese concentrou-se em movimento recursivos e retroativos que permitiram o contato contínuo com a comunidade do Distrito de São Jorge, ora apresentado assim, outrora como Vila de São Jorge, respeitando a validade, identidade e pertencimento dessa nomenclatura para os moradores locais. Sendo que, muitos deles são herdeiros de uma vida de luta, resistência e resiliência, iniciada com o garimpo de Cristais no início dos anos 1920. O quadro a seguir apresenta de forma sintética as etapas de execução das atividades de campo, com base no Grupo Periférico da FAU/UnB.

Quadro 1: Etapas de interlocução e envolvimento da pesquisa-ação

ETAPA	Descrição	Período de realização
Aproximação	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e sistematização de documentos de referência; - Conversas individuais via <i>teams</i> e <i>google meet</i> com ATORES locais, gestores públicos e articuladores; 	Janeiro a dezembro 2022

	- Mapeamento situacional, definição dos eixos estratégicos do questionário de aproximação	
Diagnóstico Participativo	Leitura inicial da cidade a partir do questionário de aproximação estruturado por meio dos eixos: perfil sociocultural, gestão da cidade e qualidade de vida; turismo; e participação social. Para sistematização e interpretação dos dados coletados utilizou-se as dimensões da sustentabilidade urbana (Andrade; Lemos, 2015) que instrumentalizaram a construção da leitura transdisciplinar das realidades presentes no território.	Julho de 2022 a maio de 2023
Táticas Urbanas e agenciamento de atores	Interação com atores locais a partir de técnicas como cartografia social, entrevista compreensiva e rodas de conversa, estimulando a leitura transdisciplinar do território e a identificação de elos entre as demandas, e à ação coletiva necessária para transformação e/ou transposição dos obstáculos.	Julho 2022 a maio 2023
Elaboração de “design interativo” para elaboração de parâmetros norteadores	Desenvolvimento de uma “linguagem de padrões” ou “códigos geradores” que podem ser sistematizados a partir dos problemas e soluções apontados pela comunidade e pela análise do contexto local. Esses padrões são vinculados às atividades humanas, à cultura e à tradição, no formato de padrões de acontecimentos que estão diretamente relacionados aos elementos físicos do espaço, que são inter-relacionados, ao planejamento territorial participativo.	Abril a agosto 2023
Apresentação de fotos e imagens de boas práticas	Apresentação de repertório fotográfico com ilustrações de soluções em lugares semelhantes ou apontadas pela comunidade possíveis soluções e desenho à mão livre.	Encontro online Abril - 2023
Construção de cenários	A partir da sistematização dos padrões, são apresentados cenários no formato de propostas alternativas a partir dos padrões espaciais e de acontecimentos nas dimensões da sustentabilidade.	Julho a outubro 2023
Assessoria sociotécnicas	Assessoria sociotécnica pautada pelo atendimento às demandas locais de síntese documental; Participação em fóruns e Conselhos como apoio técnico e promotor da participação social como ação estratégica para garantir as demandas territoriais; Atendimento às demandas locais de síntese dos marcos legais e documentação produzidas e encaminhadas a audiências públicas; Participação em fóruns e Conselhos como apoio técnico e promotor da participação social como ação estratégica para garantir as demandas territoriais.	Julho 2022 a dezembro 2023

Elaboração de Plano e Projeto	Apoio a elaboração do projeto urbanístico “Vila de São Jorge, memórias e infraestrutura”. Elaboração do “Plano Participativo para o desenvolvimento do Turismo em São Jorge”.	Julho a novembro de 2023
-------------------------------	--	--------------------------

Fonte: Adaptado de Andrade *et.al.* (2019).

Este processo de interação teórica e metodológica proporciona o empoderamento da comunidade e o reconhecimento de sua capacidade de ação, articulação e mobilização em prol da qualificação socioterritorial. Tem-se isso a partir da instrumentalização e compreensão dos marcos legais, temporais e da eficiência da comunicação ativa e consciente como ferramenta de transformação e resiliência.

1.3 Estrutura dos capítulos da tese

O percurso teórico metodológico apresentado, assim como as limitações e abstrações desta tese, possibilitaram a organização e reorganização dos capítulos e das sistematizações dos dados construídos pela comunidade, tendo como prioridade a inteligibilidade e o uso de padrões como linguagem facilitadora da comunicação, leitura e interpretação da diversidade cultural e paisagística da região turística da Chapada dos Veadeiros.

Assim, a presente tese está organizada em seis capítulos, sendo este o primeiro, em que buscou-se apresentar a conjuntura, problematização, proposta de interlocução e elaboração de parâmetros que instrumentalizem o planejamento territorial participativo a partir da interação ecossistêmica e da compreensão do urbano e do turismo, tendo como eixo norteador as dimensões da sustentabilidade.

O Capítulo 2 dedica-se à compreensão da transdisciplinaridade presente nas relações humanas e ecossistêmicas, assim como a necessidade de transgressão dos sistemas atuais em busca de novas práxis. Para tanto, apresenta-se o papel da universidade cidadã enquanto espaço de diálogo, construção e reconstrução de conhecimento em prol da transformação social.

Dedica-se também à compreensão da liquidez cotidiana e suas interfaces com as práticas da cidade, especialmente com as contradições e ambiguidades presentes nos conjuntos binários das estratégias e táticas, dominantes e dominados, fortes e fracos etc. Esses pares representam os desafios experienciados pelos atores locais nos processos de uso e produção do território, especialmente quando associado à prática do turismo e da exploração cultural e ambiental.

O capítulo 3 dedica-se à temática do planejamento territorial participativo orientado pela compreensão teórica e conceitual do ecossistema urbano (Andrade, 2014) e turístico, assim

como o recorte conceitual de cidade presente nas teorias pautadas pela discussão da sustentabilidade, transdisciplinaridade e resiliência. Apresenta como orientador destas interfaces apresentadas as políticas públicas, especialmente as que suscitam a compreensão das áreas de especial interesse turístico, como por exemplo o Estatuto das Cidades (Brasil, 2001). Muitas destas fomentam a integração urbano-rural, especialmente em cidades de pequeno porte que têm sua dinâmica territorial influenciada pela prática da atividade turística.

Evidencia a potencialidade presente na integração das práticas sociais na unidade da paisagem, ao planejamento e gestão do território guiado pela emergência da transformação multiescalar e transdimensional da realidade das cidades de pequeno porte que têm o turismo como oportunidade de fomento ao desenvolvimento sustentável, democrático, autogestionado e justo.

O capítulo 4 apresentará de forma aprofundada o percurso metodológico desenvolvido ao longo do estudo e o diagnóstico técnico da macro e mesoescala, Chapada dos Veadeiros e Alto Paraíso de Goiás, respectivamente. Este processo descritivo apresenta-se como elemento integrante e argumentativo da pesquisa empírica, habilitando e validando as hipóteses 1 e 2 da tese em tela, a saber:

1. A ausência de compreensão dos ecossistemas complexos limita os processos de planejamento e o alcance das instituições nos territórios, negligenciando os saberes e as práxis, considerando a ausência de estudos aprofundados, como os de capacidade de suporte e o diagnóstico participativo.
2. O diálogo teórico-prático e sua interação com os saberes locais garantem a participação qualificada da comunidade nos processos de planejamento em busca de um desenvolvimento territorial pautado na ampliação dos benefícios, a partir da integração do turismo e das tecnologias sociais.

Já o capítulo 5 apresenta o método de estudo construído coletivamente com a comunidade de São Jorge a partir das técnicas apresentadas no percurso metodológico e das experiências vivenciadas pelo grupo periférico, trabalhos emergentes. Ao apresentar os achados de pesquisa, complementa-se o processo com os parâmetros (padrões) de planejamento territorial participativo, adaptados ao ecossistema turístico na microescala, e os subsídios elaborados para atender às demandas do processo de revisão do Plano Diretor do Município de Alto Paraíso de Goiás, tendo como princípio a integração entre as áreas de Urbanismo, Turismo e Meio Ambiente.

A tese finaliza com as conclusões deste estudo apresentando a materialização das vivências no “Plano Participativo para Desenvolvimento do Turismo de São Jorge”, tendo como

princípio as dimensões da sustentabilidade e a prática cidadã, base do planejamento participativo (Andrade *et.al.*, 2019).

As contribuições teórico-metodológicas desta pesquisa-ação, ao apresentar as sistematizações e análise das hipóteses de pesquisa e cumprimento dos objetivos propostos, possibilitou o incentivo a novos estudos no campo do turismo e do planejamento territorial participativo. Para isso, tem-se na tecnociência solidária o apoio e engajamento para a instrumentalização de propostas e processos metodológicos de baixo custo, flexíveis e adaptáveis às realidades territoriais, podendo tornar-se plataforma coletiva, cognitiva e solidária.

Por fim, são apresentadas as referências utilizadas ao longo do estudo e apêndices e anexos que contribuíram para a construção, reconstrução e interpretação das múltiplas realidades que cercam o diálogo entre o ecossistema urbano-rural-turístico e a potencialidade das formas da paisagem e condição da existência de lugares que são transformados continuamente pelo homem.

CAPÍTULO 2 - CONSTRUÇÃO DIALÓGICA E A BUSCA POR UMA CIÊNCIA DA COMPLEXIDADE E DA PRÁXIS TERRITORIAL

Em uma era fluida, marcada pela constante mutabilidade e pela complexidade das interações sociais, a ciência desempenha um papel essencial na edificação de ecossistemas sustentáveis. Nesse cenário dinâmico, a evolução das demandas sociais impulsiona a busca por uma abordagem científica mais colaborativa e inclusiva. A ciência cidadã surge como uma ferramenta valiosa, amalgamando o conhecimento local à pesquisa científica, fortalecendo os laços entre comunidades e perícia especializada. A linguagem desempenha um papel central nesse processo, conferindo à ciência uma dimensão acessível e humanizada. Através da aplicação da pesquisa ação, tem-se o poder de catalisar mudanças efetivas, envolvendo os cidadãos na investigação e implementação de soluções sustentáveis. Isso, por sua vez, contribui para a compreensão dos atributos urbanos, fomentando uma abordagem mais holística e participativa no desenvolvimento de sociedades resilientes e conscientes.

Este capítulo dedica-se a apresentar uma reflexão filosófica a partir da compreensão da complexidade e fluidez da vida em sociedade. Essas categorias articulam-se com a transdisciplinaridade, oportunizando a adoção da pesquisa-ação como método orientador e viabilizador da construção da tecnociência solidária e da interação urbano-turística.

A construção clássica do conhecimento científico pauta-se em estudos e pesquisas que se orientam pela experimentação e a priorização de resultados capazes de embasar teorias que sustentem a compreensão dimensional e disciplinar do objeto em estudo. Muitas vezes, essa abordagem ignora a ambiguidade e complexidade do tempo presente, transitório e síncrono, detentor de dinâmicas inerentes às situações e interações do objeto dentro do seu contexto e suas limitações (Santos, 1998).

Ao transgredir o paradigma dominante, consolidado e fortalecido pelas ciências tradicionais, oportunizou-se a transformação social e a construção de novos enredos para a história da humanidade, balizados pela aproximação das ciências naturais e sociais, avançando com a síntese dos fenômenos, das relações sistêmicas estabelecidas e da complexidade das problemáticas, contextos e conjunturas (Bauman, 2010).

Os objetos estudados nesta tese possuem multidimensionalidade e seu caráter relacional e subjetivo é entendido pelas Ciências Sociais Aplicadas, a partir da associação e descrição do caminho metodológico. Ao apresentar o método de pesquisa e as técnicas como entrevistas, formulários, roda de conversa, padrões e cenários, evidencia-se as incertezas locais nas quais

as interpretações são resultado de análises pessoais acompanhadas dos pré-conceitos já estabelecidos pelo investigador (Bruyne *et al.*, 1991). Em outras palavras, rompe com a objetividade e assertividade estabelecida pelo conservadorismo científico.

Recortes isolados dos processos e da materialidade que os envolvem, negligenciam a complexidade da pesquisa, reduzindo-a a fragmentação em partes e imagens transitórias, comprometendo a leitura integral e transdisciplinar. Quando estes estudos estão comprometidos com as relações entre sujeitos e as interações com o ambiente, o espaço torna-se equivocadamente modernizado, organizado, rígido, inegociável, emancipado do ser humano e descolado das relações comunitárias (Bauman, 1999).

A dinâmica conjuntural oportuniza a investigação de problemas complexos constituídos de elementos e atributos que interagem as múltiplas percepções de realidade e demandam uma abordagem cognitiva que permite a leitura das interações sistêmicas de forma aprofundada, e o encontro de soluções adaptadas ao contexto vivenciado. Assim, torna-se possível a ruptura do círculo vicioso de pesquisas distantes das lógicas cotidianas, em detrimento da construção de um círculo virtuoso de processos participativos que acolhem e proporcionam a visibilidade de caminhos alternativos e representativos das demandas sociais.

A compreensão das múltiplas realidades requer o entendimento de sua escala e complexidade que são validadas por uma ciência que reconhece os saberes das pessoas e a ação coletiva como instrumento de transformação (Morin, *et al.*, 2007). Para tanto, a análise das partes contribui para a compreensão do todo, desde que sejam compreendidas as relações e interações que arquitetam uma totalidade do comportamento humano de sua personalidade formada por influências do ambiente externo e da “revolução organísmica⁵” presente na ciência da vida, do comportamento e da sociedade, capaz de promover a organização, o sistema” (Bertalanffy, 2012).

Ao reconhecer o sujeito como “aquele que dá unidade e invariância a uma pluralidade de personagens, de caracteres, de potencialidades”, ele torna-se transcendental e complexo (Morin, 2010, p. 128). Ou seja, está inserido em teia sistêmica que se constitui de entrelaçamentos e dinâmicas capazes de ressignificar os papéis estabelecidos pela subjetividade e pelo fluxo de informações, conforme pontuado por Maria Luiza Cardinale Baptista (2016) ao propor o conceito de sujeito-trama do turismo a partir das relações subjetivas estabelecidas a partir comunicação.

⁵ Para Ludwing von Bertalanffy o conceito de sistema nas ciências do homem constitui-se do surgimento de novas ciências capazes de retomar a visão de mundo e o sistema de valores a partir da revolução organísmica que tem como núcleo a noção de sistema, composto por significados ocultos (Bertalanffy, 2012).

Assim, as ditaduras culturais transformam as prioridades e negligenciam as demandas básicas para a vida em equilíbrio, colocando os sujeitos deslocados de seus princípios, valores e compromissos, alienados das realidades e percepções presentes em sua pluralidade de saberes (Moraes, 2015). Esta ecologia de saberes proporcionará a legitimidade de saber fazer local associado à construção do conhecimento científico (Santos, 2002).

A transdisciplinaridade necessária para esta construção de relações e interações propõe vigilância na compreensão da constituição da totalidade, seja ela do indivíduo, da coletividade ou da sociedade, em meio às dinâmicas socioespaciais, ambientais e econômicas. A complexidade e a compreensão da territorialidade presente nessas relações demandam a simplicidade e conectividade entre as partes presentes na constituição ecossistêmica da cidade. Para Nicolescu (2018), decodificar as relações sistêmicas a partir das interações transdisciplinares proporciona a compreensão do terceiro incluído articulado por uma teia complexa, ou seja, “cujos fios se entrelaçam e se conectam, de considerar a realidade em níveis tanto de realidade construída em níveis, tanto de realidade como percepção” (Nicolescu, 2018, p. 13).

O indivíduo, ao trazer seu saber racional, efêmero, dialético e antagônico, tornou-se fator de aplicação do presente. Por sua vez, o sujeito coletivo associa-se às práticas sociais, conferindo-lhes sentido e direção ao movimento contra hegemônico, remetendo-se à sabedoria popular e aos desafios desconstrutivos⁶ e reconstrutivos⁷ materializados nas experiências sociais e na inteligibilidade presente na sociologia das ausências e das emergências (Santos, 2002).

A vida social apresenta-se como um mecanismo de coexistência entre seres humanos, ambiente, suas interações simbólicas, práticas, morais e afetivas, definido a identidade de cada participante tendo no trabalho sendo ação e condição para a construção do possível a partir da práxis social enquanto atividade “na qual agente, meios, fins e ações são termos indissociáveis (Chauí, 2013).

Cabe agregar a esta reflexão a compreensão de sociedade autônoma e sua contribuição ao direito de reconhecimento ao deliberar sobre a liberdade de escolha dos seus indivíduos, as práticas democráticas comunitárias e não comunitárias, enquanto condições preliminares do

⁶ “desafio desconstrutivo, consiste em identificar os resíduos eurocêtricos herdados do colonialismo e presentes nos mais diversos sectores da vida colectiva, da educação à política, do direito às culturas” (Santos, 2002, p. 262).

⁷ “(...) desafio reconstrutivo, consiste em revitalizar as possibilidades histórico-culturais da herança africana interrompida pelo colonialismo e pelo neocolonialismo” (Santos, 2002, p. 262).

estado constitucional democrático, multicultural, plural e por vezes estimulado ao desengajado social para atender ao jogo de poder, à substituição de normas e aos excessos (Bauman, 2003).

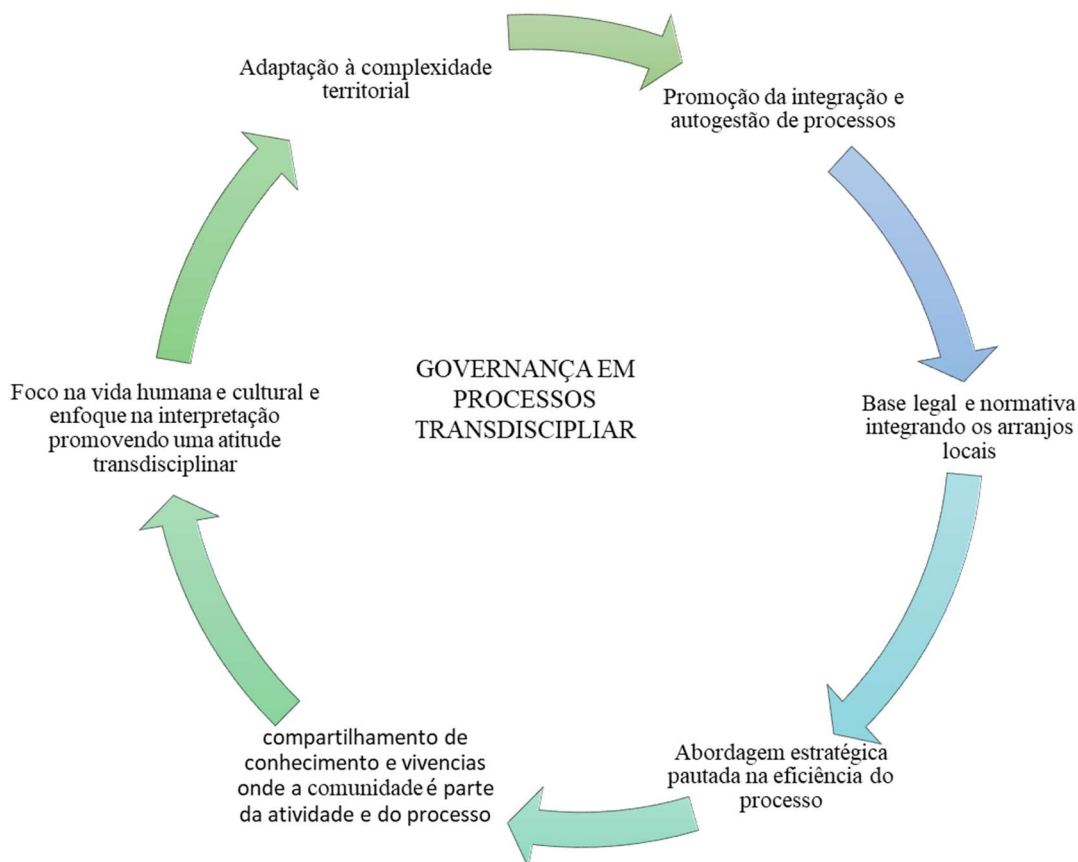
Portanto, a sociedade apresenta-se como “um sistema de uma ordem maior, de tipo diferente, determinada pela diferenciação entre sistema e ambiente”, como proposto por Niklas Luhmann (Bechmann; Stehr, 2001, p. 187). Materializando, na comunidade, seus processos histórico-determinados nos quais não há a possibilidade de fragmentação da ação e construção de interações menores ou menos articuladas às realidades (Chauí, 2013). Cabendo à rede de atores que habitam e dialogam com as práticas da cidade agrupar-se a partir de suas similaridades, crenças e interesses individuais/coletivos.

As redes, por sua vez, constituem-se de relações e interações que sustentam e conservam o sistema. Capra (2005), ao refletir sobre a natureza da vida, apresenta como importante contribuição da teoria dos sistemas a indissociabilidade entre o padrão em rede e a vida, seja ela animada ou inanimada. Quanto aos atores, observa-se a possibilidade de segmentação em: econômico, composto por associações, câmaras técnicas, conselhos e institutos; educacional, por universidades e escolas técnicas; social, agregando equipamentos culturais; sindical com sindicatos e representações de classe de trabalhadores; governamental, com gestores, comitês, políticos e equipamentos públicos (Zazueta; Mercado-Celis, 2019).

Assim, o arranjo que constitui a rede de atores tem como base a confiança, a temporalidade, a combinação de projetos, os benefícios coletivos e mobilidade e a busca por metas e finalidades globais sustentáveis (Toro, 2005). De forma complementar, as relações e conexões estabelecidas tornam-se resultado da vida em seu conjunto complexo onde as relações sociais apresentam-se de forma estratificada, especializada e inter-relacionada; e das práticas cotidianas integradas ao habitar, circular, caminhar, ler, escrever, falar e cozinhar (Certeau, 2014)

A integração dos diversos elementos e atributos que influenciam as dinâmicas sociais direcionam para a utilização da governança como instrumento de gestão eficaz, acolhedora e capaz de articular simultaneamente diversos processos, normas, estratégias, saberes e vivências (Carestiato, 2021; Cretau, 2021). A ilustração a seguir sintetiza a dialogicidade necessária à interpretação das cidades a partir de experiências teórico-práticas como a proposta na tese em tela.

Ilustração 5: Processos-chave para a compreensão das interfaces da cidade.



Fonte: WIESINIESKI (2023).

Portanto, este capítulo dedica-se a dialogar, de forma preliminar, sobre o dizer e o fazer ciência enquanto instrumentos de construção e fortalecimentos da ação humana a partir da percepção do cotidiano e da estruturação de táticas autodisciplinares que influenciam o ato de consumir, representar, agir, resistir e fortalecer a cultura a partir da resignificação e incorporação de novos saberes em busca de um futuro fragmentado (Certau, 2021).

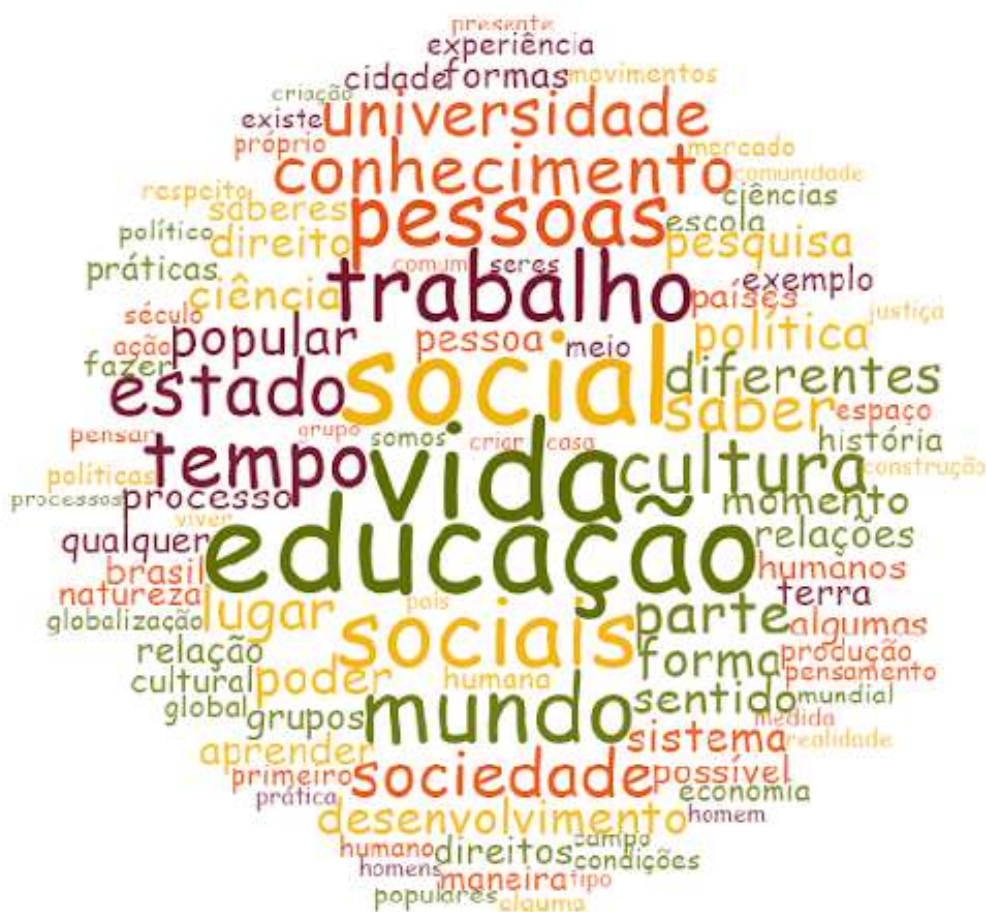
Esta tese, ao propor elaborar e sistematizar parâmetros/padrões de planejamento territorial participativo para o ecossistema turístico em cidade de pequeno porte, na região da Chapada dos Veadeiros, e subsidiar a revisão do Plano Diretor, a partir da experiência da Vila de São Jorge, em Alto Paraíso de Goiás, reconhece a pluralidade de percepções e promove a construção de um conhecimento coletivo, aberto, capaz de transgredir os limites do visível e promover acolhimento do invisível elaborado coletivamente a partir das diferentes lógicas.

Por isso, este capítulo dedica-se à investigação da transdisciplinaridade como estratégia de compreensão dos níveis de realidade e das lógicas que compõe a atitude transdisciplinar e possibilitam o entendimento, a partir da racionalidade aberta, do multirreferencial e da multidimensionalidade que caracterizam uma nova forma de entender as relações sujeito-

objeto, sujeito-sujeito e sujeito-objeto-sujeito. Isso ocorre por meio das premissas científicas associadas às práxis sociais e à compreensão da representação do cotidiano como instrumento prático para a leitura dos fenômenos sociais presentes nos territórios.

Ao apresentar as interfaces da complexidade com a transdisciplinaridade presentes na vida em sociedade, prioriza-se a compreensão filosófica que fortalece as questões de pesquisa e problematização apresentada na introdução. Ademais, conduz as escolhas de instrumentos de investigação, interpretação e análise dos saberes e fazeres inerentes à condição humana (Morin, 2010). Para tanto, traz como base as contribuições de Basarab Nicolescu, Boaventura de Souza Santos, Edgar Morin, Michel de Certeau e Zygmunt Bauman. A ilustração a seguir explicita os termos recorrentes utilizados pelos referidos autores na construção dialética da compreensão da ciência e da vida em sociedade.

Ilustração 6: Temáticas transversais à pesquisa em tela.



Fonte: WIESINIESKI (2023).

O processo de planejamento territorial participativo, estudado nesta tese, demanda, de forma complementar, a compreensão do ecossistema turístico, suas relações e interações teórico conceituais e práticas com as cidades a partir da ciência cidadã que, ao acolher a modernidade

em sua totalidade, evidencia sua capacidade de transgredir e agregar saberes elaborados pelas comunidades que acolhem a prática do turismo de forma anacrônica - as realidades locais, regionais territoriais em detrimento da avaliação qualitativa da oferta turística e do distanciamento entre sujeito e suas práticas sociais.

O turismo, enquanto fenômeno social, influencia e sobreposição de poder na dinâmica territorial e a universalização da economia capitalista que promove a marginalização das massas, a gentrificação, a restrição do acesso aos serviços, equipamentos urbanos e aos processos decisórios relacionados à governança territorial no que tange a sinergia intersetorial para além do enfoque econômico.

2.1 Desafios e oportunidades em tempos líquidos

A compreensão das dinâmicas territoriais exige rupturas importantes com os paradigmas simplificadores da ciência, pois eles não possibilitam a leituras das múltiplas realidades presentes na complexidade da vida em sociedade, que comporta pluralidade, heterogeneidade, reificação, elaboração de imaginários, mistério e incertezas, complexificando as relações e a compreensão das representações da realidade (Morin, 2020)

Assim, as correlações e interações levam ao entendimento da existência dos níveis de realidade enquanto “conjunto de sistemas invariantes sob a ação de um número de leis gerais” que integram a dinâmica da vida em sociedade (Nicolescu, p. 31). A violação dessas leis promove a descontinuidade e a elaboração de novos conceitos fundamentais, como o da dinâmica que varia em função das interações sociais e da velocidade com a qual pode ser vencida, tendo como efeitos “a constituição, separação e manutenção da identidade coletiva” (Bauman, 1999, p. 19).

Para Nicolescu (2018, p. 28) “uma coletividade é mais que as suas partes, pois um fator de interação não redutível está presente levando à não separabilidade humana”. Esta totalidade torna-se tensão nos ecossistemas, pois o saber não compartimentado não pode ser reduzido ou simplificado. Para tanto, a compreensão da complexidade estabelece conectividade e sentido à incompletude e às incertezas a partir de seus princípios reguladores ao propor um conhecimento dialógico, recursivo e hologramático (Morin, 2011, 2010, 2008), permitindo a compreensão da vida social e dos processos presentes no cotidiano.

A incompletude e as incertezas inerentes à realidade estão presente no estudo da complexidade e das relações sociais, destacando ambiguidade presente no tempo científico que estabelece pressupostos epistemológicos e regras metodológicas em busca da ordem e da

estabilidade da ciência em detrimento da dinâmica social que está arreigada de subjetividade comportamental (Santos, 2002).

Preocupar-se em qualificar, aprofundar e interpretar o pensamento complexo dentro de suas interfaces com a transdisciplinaridade, subjetividade e dialogicidade, que representam as práxis e a arte de fazer em harmonia ecossistêmica, instigando a compreensão do ser humano. Considerando-o enquanto sistema de personalidade ativa, capaz de criar seu universo a partir de comportamento e conhecimento constituídos de forma ativa em processos cognitivos integrando suas características individuais com as dinâmicas ambientais (Bertalanffy, 2012).

A cultura humana, universo simbólico criado pelo homem, o integra a partir de sua linguagem e símbolos, estado social e comportamento, trazendo fluidez e fragilidade aos valores culturais em uma sociedade líquida influenciada pelas relações voláteis da modernidade e pela legitimidade espaço temporal que a torna uma matriz mutável e inconclusa que atende à dinâmica dos sistemas complexos da vida (Bertalanffy, 2012; Bauman, 2012). Assim, sua identidade, enquanto elemento constituinte do território e da territorialidade, orienta a construção participativa e popular, pautada na justiça ambiental, em busca do desenvolvimento territorial onde materialidade e subjetividade são indissociáveis (Saquet, 2020).

Os fenômenos sociais são culturalmente determinados e condicionados à natureza subjetiva do comportamento humano. Ao assumir sua natureza social, o homem escolheu, ainda que inconscientemente, a vida em sociedade, coexistindo coletivamente, norteado por regramentos, simbologias e valores. Por outro lado, também pôde se tornar social a partir do trabalho e da relação simbólica com a sexualidade (Chauí, 2013). Ao presumir a transformação e manutenção das relações sociais, sejam elas conflituosas ou não, os sistemas compreendem a subjetividade e heterogeneidade presente nas interações sem comprometer sua integridade (Bertalanffy, 2012).

Esta teia complexa tecida a partir das interações ecossistêmicas suscita a compreensão da transdisciplinaridade a partir de três pilares metodológicos: 1. complexidade; 2. diferentes níveis de realidade; 3. lógica não clássica que leve em conta a contradição e a inclusão do terceiro termo de uma proposição (Nicolescu, 1999).

Os princípios da transdisciplinaridade dialogam de forma ativa e efetiva com a pesquisa e a extensão a partir da interlocução com uma trajetória localizável integrada com a continuidade e causalidade local a partir do indeterminismo construtivo, irreduzível e impreciso (Nicolescu, 2018). Cabendo, aos processos de interação social, a utilização da cultura como resultado da construção social e histórica e não como instrumento de poder e controle onde os

saberes são simplificados e sobrepostos pelos regramentos e pela homogeneização das múltiplas identidades dos sujeitos sociais (Bauman, 2012).

Compreender a ciência social a partir da transdisciplinaridade é validar a responsabilidade do sujeito ativo frente aos desafios e às transformações necessárias à vida a partir da superação dos interesses e prioridades individuais frente às necessidades fundamentais da coletividade e de sua identidade. Bauman (2012, p. 43) afirma que a sociedade e a cultura, assim como a linguagem, mantêm a sua distinção - sua “identidade” -, mas ela nunca é a “mesma” por muito tempo, ela permanece pela mudança” cabendo a busca pela inovação e reconstrução dos paradigmas que orientam a ciência, a vida e as escolhas.

O comportamento humano reflete a dualidade e a diversificação da cultura a partir da oscilação entre a criatividade e a regulação normativa, influenciando os modos de criar, viver, fazer (Bauman, 2012). A inventividade apresenta-se como ferramenta e estratégia a partir da identificação dos símbolos e instintos artificiais que são impulsionados pelo sistema econômico ao criar desejos e expectativas que superam as necessidades básicas da vida. Essas ideações hipercomplexifica a realidade, estabelecendo representações e interpretações efêmeras e arreigada de imaginário, incertezas e mistérios incognoscíveis (Morin, 2020).

Assim, a sociedade, ao longo do tempo, se modificou, perdeu sua solidez, associada ao comprometimento com a produção de insumos e se tornou líquida, priorizando o consumo e a individualidade. Para Bauman (2010), este tempo flexível e volátil, que caracteriza a modernidade líquida, é limitado e perecível, baseado em soluções privadas para resolução de problemas coletivos. A sobreposição do consumo e do crédito transformam as relações, reduzindo as pessoas em consumidores perfeitos, facilmente seduzidos e manipulados por estratégias de mercado pautadas na criação de desejos e necessidades efêmeras.

Esta economia produtivista determina as relações e os modos de interação entre sujeitos, marginalizando as massas (Certeau, 2021), impactando a cultura e a cognição social. Os laços sociais, nos quais os sujeitos se reconhecem, se integram e se transformam mutuamente, constituindo-se de relações de hospitalidade enquanto práxis individuais e coletivas que representam as identidades que constroem o social (Santos; Baptista, 2014).

A identidade, fortalecida pela memória no âmbito individual e coletivo, refletem a consciência contemporânea e aprimora as capacidades e habilidades sociais, proporcionando ao sujeito a construção de representações que designam um fato ou vestígios de um imaginário construído a partir de memórias e esquecimentos (Candau, 2018).

As construções imateriais das relações humanas seguirão presentes na sociedade planetária, tendo no pressuposto teórico-prático da transdisciplinaridade como uma “condição

e alicerce para uma consciência do real e, por consequência, para construir os saberes que podem salvaguardar o planeta Terra e promover uma civilização planetária” (Martinazzo, 2020, p. 15).

Esta multidisciplinaridade das personalidades é a base da sociedade de consumo que se instalou nos territórios, proporcionando ao capitalismo a possibilidade de prosperar e integrar-se aos demais sistemas que compõem a dinâmica territorial (Nicolescu, 2018; Bauman, 2010). Isso compromete a sustentabilidade da vida em sociedade a partir da manipulação das políticas públicas em favor de interesses privados que atendem a grupos privilegiados.

Os processos decisórios, ao pautar-se na lógica do mercado prioriza a alta tecnologia e o consumo, suprimindo os benefícios oriundos da ecologia de saberes que têm como pilar o bem comum e o conhecimento transformador capaz de fomentar a justiça socioambiental e a igualdade de oportunidades a partir do olhar do cidadão.

2.2 Ciência e transformação das demandas sociais na construção de ecossistemas sustentáveis

O desenvolvimento humano acompanha as transformações sociais, estruturais e mentais (Santos, 2013) inerentes à vida e aos contextos que integram a compreensão dos fenômenos complexos, como os epifenômenos do urbanismo e do turismo que ao se integrarem constituem os sistemas globais, territoriais e locais. Cabe, portanto, às escalas, a elaboração conjuntural e temporal que determinará as problemáticas urgentes emergentes aos processos de planejamento inerentes às dinâmicas ecossistêmicas das cidades.

A multidimensionalidade das cidades as representa como produto da concretização dos espaços, uma das escalas do planejamento que também contempla a região (Malta; Guerra, 2016), seus conflitos, desafios e oportunidades, muitas vezes negligenciados pela incapacidade de articulação territorial dos Governos, assim como pelo fracasso das políticas públicas setoriais. Por sua vez, o lugar se apresenta como escala do desenvolvimento por se tratar do espaço vivencial, construído a partir das percepções dos atores locais, lugar livre que abriga o cidadão, o homem do trabalho (Malta; Guerra, 2016; Santos, 2014) apto a promover conexões fortes e plurais relacionais, fomentando a governança territorial.

O desenvolvimento dos territórios, sejam eles compreendidos a partir da categoria conceitual da cidade ou do lugar, carrega sua representatividade a partir de sua dimensão relacional, heterogênea, na qual os contextos assemelham-se aos campos de disputa e poder que congregam as interações ecossistêmicas (Dallabrida, 2016). Assim, o território é um dado

simbólico elaborado a partir da dinâmica humana sintetizada em uma amálgama que reflete as interações entre os homens e o lugar onde vivem, os valores de uso e de troca que determinam a vida produtiva e social (Santos, 2014).

As compreensões de valores, representam a fragilidade da percepção humana e sua manipulação pelo capital, subjugando o ético ao estético, o religioso ao racional, potencializando incertezas e inseguranças que norteiam os sistemas de crenças sociais, (Bauman, 2001), ou seja:

(...) O que está em pauta é a questão de considerar e decidir, em face de todos os riscos conhecidos ou meramente adivinhados, quais dos muitos flutuantes e sedutores fins “ao alcance” (isto é, que podem ser razoavelmente perseguidos) devem ter prioridade – dada a quantidade de meios disponíveis e levando em consideração as infinitas chances de sua utilidade duradoura (Bauman, 2001, p. 79).

A globalização, enquanto adjetivação do sistema global, que atualmente interfere e orienta a ação das nações capitalistas, promove de forma antagônica a união e a divisão da coesão social a partir da imputação do uso dos tempos e dos espaços como estratégia de padronização e estímulo à segregação social e espacial, apresentando em seu escopo um novo modelo capitalista baseado na leveza que trouxe a perpetuação da ansiedade a partir da hesitação, agonia e incerteza. (Bauman, 1999, 2001). Assim, torna-se fragmentado, objetificado, instrumento de política cognitiva que utiliza o marketing para criar necessidades ilusórias (Santos, 2014). Pois, “dentro do sistema capitalista o objeto produzido pelo homem separa-se dele convertendo-se em um ser estranho que se lhe opõe” (Pronsato, 2005, p. 131). Sendo um contexto no qual, o sistema social que deveria representar o conjunto de valores da sociedade que incide na compreensão de sua identidade e do projeto de vida individual e coletivo foi subjugado pela busca incessante de objetivos e valores sem conectividade com os caminhos a serem percorridos para alcançá-los (Bauman, 2001).

Os sistemas sociais e capitalistas tornam-se diatópicos, mas nem sempre antagônicos, pois são protagonistas da dinâmica espaciotemporal e determinam os fluxos e fixos das cidades a partir das múltiplas realidades que ela acolhe, mesmo que de forma efêmera. A sociedade encontra na ciência cidadã um caminho possível em meio aos desafios anteriormente enfrentados, nos quais os excessos gerados pelo consumo exigiam a cisão entre o cientista e o cidadão apesar da aspiração comum pela emancipação social e a inteligibilidade dos contextos complexos (Santos, 1999).

A desigualdade de oportunidade apresenta-se de forma diatópica, priorizando o antagonismo, a ordem e o caos criado pela monotonia, pelo jogo de poder e pela perversidade inerente às relações estabelecidas. Para Bauman (2001) o mundo ordeiro é rigorosamente controlado, acolhendo o não uso como propósito legítimo já que a vida moderna e líquida está fundamentada na existência de propósitos. Para o autor:

O que está em pauta é a questão de considerar e decidir, em face de todos os riscos conhecidos ou meramente adivinhados, quais dos muitos e flutuantes dos sedutores fins “ao alcance” (isto é, que podem ser razoavelmente perseguidos) devem ter prioridade – dada a quantidade de meios disponíveis e levando em consideração as ínfimas chances de sua utilidade duradoura (Bauman, 2001, p. 79).

Ou seja, o pensar e o agir norteando os elementos que compõe a complexidade do mundo e das relações inerentes à civilização humana, suas interações, tecnologias, capacidade de transformação e alívio à fome e demais vulnerabilidades sociais e, por sua natureza global, intensificando as relações do sistema sociocultural. Assim, o conjunto central de valores orienta o projeto vida e reflete o esforço para a construção da identidade do eu, de forma efêmera quando sensibilizada pelas estratégias de mercado e a criação de necessidade.

O consumo contagia e gera alienação tornando-se perverso para a sociedade onde, “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (Santos, 2014, p. 25) e de forma alienada, fragmentada, distorcida da realidade, ignorando as fronteiras da liberdade e da cultura para atender comprometendo a compreensão do ser social e de seu pertencimento dentro das múltiplas realidades.

A modernidade contemporânea promove escolhas individuais, sedução e cultivo de necessidades até então ignoradas pelo sujeito (Bauman, 2010). Estratégia comum ao processo comunicacional do turismo quando desconectado de seu papel social, ambiental e cultural, tendo na economia sua razão de ser e fazer dos/nos territórios. Assim, a simplificação de seu campo de interação enquanto atividade econômica setorial promove a segregação e gentrificação das cidades, especialmente as com menor capilaridade e oportunidade de criação de emprego e renda.

Ao negligenciar o saber e o ser social, o turismo ignora as representações, ações e construções da sociedade, alienando-se da essência que constroi sua experiência e vivência. A articulação entre os diferentes elos que compõe a teia da vida e o fazer ciência de forma consciente e ativa conduz à compreensão da complexidade e dialogicidade presente nas práxis individuais e coletivas experimentadas no próprio processo da vida: o trabalho, a casa, a

educação, o lazer”. Ademais, o consumo condiciona a existência humana à busca pelas coisas materiais (Santos, 2014, p. 53).

A compreensão das interações ecossistêmicas, presentes na prática do turismo, influenciadas pela dinâmica urbana, estimula a compreensão da realidade multidimensional e multireferencial que permite ao ser humano o reconhecimento de seu lugar e de sua verticalidade (Nicolescu, 2018) superando a simplificação dada pelo sistema capitalista que resume a cidade e a prática social a um aglomerado de estruturas e interações fantasiosas, onde não há espaço para o cidadão

Esta nova prática cidadã pressupõe a existência de um homem ordinário, comum, dotado de uma multiplicidade de saberes que o proporcionam a leitura integral das diferentes práticas cotidianas. Ainda que ocupe espaços de poder menos favorecidos, ele desenvolve estratégias e táticas que o orientam em sua ação (Certeau, 2021). Imerso na dinâmica social, esse ser humano estabelece símbolos, normas e valores que constituem a sociedade como organismo coletivo e corpo social (Chauí, 2013) regulado por interações sistêmicas, relacionais e integrativas (Moraes, 2004). A inseparabilidade e totalidade dos elementos que as compõem determinam sua complexidade e demanda a necessidade de contextualização local e diálogo com as temáticas globais, evitando a hiperespecialização que cega e reduz os problemas (Morin, 2010).

Portanto, cabe à ciência trazer questionamentos simples que atendam às múltiplas demandas da sociedade e possibilitem a inteligibilidade. Um novo tempo se apresenta cabendo um olhar atento à relação entre os pares ciência e virtude, conhecimento científico e ordinário, ou vulgar, contributos positivos e negativos (Santos, 2002) Todos esses sugerem um caminho alternativo que permita a compreensão do futuro a partir da intersecção entre o dizer e o fazer.

Cada elo de um sistema, como por exemplo, os sistemas sociais que integram no urbano-turismo cada comunicação, (re)produz fronteiras que se encaixam, formando redes e influenciando processos e pessoas. Para Bechmann e Stehr (2001), a interação entre sistemas promove a unidade destes a partir da emergência de novas operações, articuladas e complexas, que refletem a dinâmica planetária e a condição para a revolução política, social e cultural pautada pela sustentabilidade e pela reorientação do sistema de consumo e de produção de bens materiais e imateriais de forma consciente e responsável.

Estas condicionantes têm na ecosofia⁸ o instrumento articulador e transgressor da complexidade (Guattari, 2012), estimulando um caminho alternativo orientado pelo

⁸ Articulação ético-política entre os registros ecológicos estruturados a partir do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana.

ecodesenvolvimento e suas promessas de progresso e prosperidade. Neste sentido, supera-se os modelos tradicionais de produzir e consumir ao passo que são elencadas soluções e instituições empenhadas no desenvolvimento e inovação, científico-tecnológicas. Veiga (2009) qualifica as instituições em formais, responsáveis pelas regulações das políticas, e informais, construídas a partir da mudança de hábitos e códigos de comportamento. A emergência dessa transição levará à mitigação das agressões ambientais e à promoção da complexificação dos contextos, sejam estes sociais, econômicos ou globais, capaz de promover a multiplicação dos antagonismos e a evocação da compreensão transdisciplinar das práxis humanas (Guattari, 2012).

Os sistemas sustentáveis dependem da compreensão da complexidade da vida, seja ela guiada pelas relações humanas, ambientais ou pelas subjetividades presentes nos sistemas sociais, especialmente relacionadas aos arranjos estruturados pelas diferentes escalas, pela adaptação e busca por soluções inovadoras (Salingaros, 2018). A academia integra esta jornada transformadora ao promover o encontro entre os diferentes atores, interesses e valores, pois, envolve, reflete, interpreta e descreve as múltiplas realidades e enfoques dados à dinâmica capitalista moderna e líquida (Bauman, 2001). Contudo, é necessária vigilância para que o capital não corrompa e direcione os caminhos da ciência, tecnologia e inovação.

2.3 O saber local e a construção da ciência cidadã

A ciência social torna-se a ciência dos sistemas sociais os quais encontram na transdisciplinaridade a oportunidade de interação entre sujeito, objeto e as representações simbólicas que integram a racionalidade humana constituindo uma face da realidade. “É o conjunto dos sujeitos que constroem o sujeito, é o conjunto dos seres humanos que constroem o humano” com diferentes percepções e conhecimentos, garantindo a viabilidade da vida em sociedade (Nicolescu, 2018, p. 106).

Apresenta-se como “um esforço monoteico, isto é, não uma descrição de singularidades, mas a ordenação dos fatos e elaboração de generalidades” (Bertalanffy, 2012, p. 248), que compõe as bases de elaboração dos sistemas e das diferenciações sociais, ou seja, constituindo-se das características básicas da sociedade moderna (Machado; Cosling, 2009).

Neste processo de transformação e construção social, a cultura integra-se à cidadania e à territorialidade, promovendo a comunicação entre indivíduos e grupos de forma profunda. Além disso, elabora continuamente seu processo de viver a partir das práticas sociais, das interações produtivas, da consciência e do pertencimento que os agrega ao território e à cidade, muitas vezes abrigando a cultura de massa, uniformizada e indiferenciada, e a cultura popular,

com raízes profundas e representativas que acolhe o sujeito e suas interações com o ambiente vivido, promovendo a construção de sua liberdade sem comprometer seu pertencimento e sua relação com a comunidade que o acolhe (Santos, 2014).

É a partir da inteligência coletiva que o conhecimento progride, proporcionando avanços na ciência por meio da formulação de novos paradigmas transdisciplinares que superam as lógicas simplificadoras e acolhe novas potencialidades e saberes (Nicolescu, 2018). A individualidade é um bem que adormece, não se desenvolve quando o “êxito é a norma essencial da vida”, cabendo ao cotidiano a ruptura com a alienação e subjugação da sociedade surgindo o homem livre, consciente das significações e representações de seu sistema social, transformador e revolucionário (Santos, 2014, p. 71).

A ciência cidadã, ao envolver os indivíduos e os grupos nos processos científicos e torná-los parte ativa do mesmo, promove a democratização da ciência e a adoção de ações cognitivas acessíveis (Silva; Santana, 2023). O “sujeito capaz de exercer uma tal práxis é um homem que procura a totalidade, o sujeito da ação” (Pronsato, 2005, p. 133), pois a partir da integração desse com seu pensamento e com as múltiplas realidades presentes no sistema complexo em que vive, torna-se criativo e desbravador (Pronsato, 2005).

Neste sentido, não há espaço para um ser humano abstrato e fragmentado, descontextualizado das realidades territoriais, complexas, ambientada em uma unidade histórica agregada às forças motrizes e aos instrumentos políticos, fortalecendo as exigências sociais, a resistência e, conseqüentemente, empoderando as lutas populares (Hernandez, 2020). Não há espaço para a homogeneização imposta pelo sistema capitalista tradicional, nem tão pouco para a ciência dura que prioriza o desenvolvimento de alta tecnologia para atender ao mercado e contribuir para a utopia do consumo certificada pelo homem.

A ruptura com a dicotomia paradigmática do sujeito–objeto demanda um olhar cuidadoso sobre a condição efêmera das categorias espaço-temporais que incidem nos contextos sociais e processos contemporâneos, impactando a sociedade e seu desenvolvimento, assim como suas preferências ético-estéticas (Bechmann; Stehr, 2001; Guattari, 2012).

O sujeito, ao reconhecer-se político, disputa a essência da forma social e as características das lutas sociais populares. A fragmentação do sujeito político e a disputa ideológica incide nas práticas territoriais populares a partir das interações históricas, culturais, políticas, críticas, científicas e plurais, assegurando suas faculdades e práticas de transformação e construção da totalidade social (Hernandez, 2020).

A ecosofia social, ao promover práticas criativas, leva à transformação comportamental e dos contextos, priorizando o “conjunto das modalidades do ser-em-grupo” e a compreensão

da validade da subjetividade na elaboração de práticas efetivas desde níveis microsociais até escalas maiores que acolham as dinâmicas territoriais, pois o sujeito torna-se componente da subjetivação autônomo (Guattari, 2012, p. 16). E, ao constituir a humanidade, “faculdades racionais as da sensibilidade e do impulso criativo ” (Bauman, 2012, p. 13) constroi sua liberdade territorial.

Para tanto, entende-se como liberdade territorial o “processo de construção ideológica resultante da sua própria práxis política, isto é, como preilustração e efetivação política que se constitui no presente para se manifestar como força política popular no futuro” (Hernandez, 2020, p. 23). Sendo uma existência social objetiva ou concreta, imediata .

Este processo autônomo tornou-se possível a partir do reconhecimento da dicotomia norte/sul e da limitação e multiplicidade de abordagens frente aos contextos que circunscrevem as realidades territoriais e sua capilaridade para a construção de um conhecimento emergente, subversivo, solidário e popular (SAQUET, 2019). Além da aceitação da identidade na diferença e na contradição, evidentes em dialéticos que não seguem roteiros pré estabelecidos, mas sim um fluxo consciente de pensamento capaz de manipular uma realidade dada (Bruyne, *et.al.*, 1991).

O ser humano reúne o oriente e o ocidente dentro do seu eu a partir da sabedoria e afetividade, herdada do primeiro e, da ciência e efetividade, comuns ao segundo, estabelecendo sua mentalidade e necessidade de desenvolvimento em sociedade (Nicolescu, 2018). Essa busca individual, anteriormente culminava na construção de comunidades fortalecidas por seus laços “é um mundo homogêneo e, por isso, harmonioso e afetivo” (Chaui, 2013, p. 26) corrompido pela liberdade materializada no direito da autoafirmação e identidade (Bauman, 2003)

Para Saquet (2020, p. 24) a identidade é “elemento central na constituição do território e da territorialidade, orientando a construção participativa, popular e ecológica do desenvolvimento territorial”, imerso em relações conflituosas, hegemônicas e intencionais, carregadas de processos da vida cotidiana.

Ao propor a auto-eco-organizado do homem, ou seja, sua transformação em um sujeito consciente e autônomo, compreende a superação dos limites impostos pelo capitalismo e a aceitação da tensão permanente na construção de um conhecimento não fragmentado, dialógico, incompleto, desorganizado. Dessa forma, sendo conduzido por um modelo sistêmico complexo, aberto e irreduzível, a partir de uma epistemologia acompanhada de incertezas e ambiguidades, mas que representa um pensamento complexo que tem como pilar a ordem, clareza, distinção e precisão a partir de um pensamento multidimensional (Morin, 2008).

Essa auto-organização garante a natureza ecossistêmica dos territórios organizados como sistemas abertos, caracterizados por interações e laços que levam à emergência de novas estruturas e formas de comportamento (Moraes, 2004). A ciência cidadã, aberta, que promove o diálogo com o sujeito, buscando soluções compatíveis com a capacidade de execução e a disponibilidade de recursos existentes no território, propõe a integração entre saberes e a cooperação com instituições de ensino, pesquisa e extensão.

A universidade assume o papel na escuta ativa à sociedade e no empoderamento e na valorização da diversidade cultural e dos laços construídos de forma dialógica, coletiva, consciente, circular, transacional e autônoma, conforme compreendido por (Moraes, 2004) ao propor a compreensão dos sistemas complexos. Assim, estrutura seus alicerces partindo da compreensão da complexidade, das redes de cooperações, da amorosidade da teia da vida e das esquizoanálise⁹ presentes na subjetivação dos processos sociais. A ciência, atrelada à memória, identidade, autorreflexão, avaliação e identidade, agrega a práxis social à emergência da sustentabilidade em busca da (re)elaboração da ecologia de saberes de forma horizontal, harmônica e heterogênea.

A presente pesquisa, após apresentar a base filosófica que aborda as questões-chaves que norteiam o debate sobre a complexidade da vida em sociedade e as múltiplas realidades presentes no cotidiano das cidades, desafios e oportunidades para a transformação das demandas sociais a partir da escuta ativa e do olhar atento dos indivíduos que compõem este grupo, se faz oportuno explicitar o caminho metodológico percorrido, assim como a construção socioespacial do território utilizado para a aplicação dos achados teóricos e metodológicos do estudo.

Ao contribuir para a ciência cidadã, este estudo se concentra nas reais necessidades dos cidadãos e na identificação de potenciais táticas e estratégias que fortalecerão a atuação contínua deles na busca pela promoção e preservação ecossistêmica. Assim, preza pela interação e integração transdisciplinar, multiescalar e segue os princípios orientadores adotados pela Rede Brasileira de Ciência Cidadã, a saber: “1) o engajamento do público em diferentes etapas do processo científico; 2) a educação científica e tecnológica, e 3) co-elaboração e implementação de políticas públicas sobre temas de relevância social e ambiental” (RBCC, 2023).

⁹(..) perspectiva teórica que possibilita compreender os atravessamentos/agenciamentos inerentes aos processos de subjetivação na sociedade contemporânea, a partir dos engendramentos maquímicos e fluxos incorporais a - significantes” (BAPTISTA, 2016, p. 1084).

2.3.1 A linguagem como proposta de humanização da ciência e compreensão dos atributos da cidade

A compreensão simbólica do sujeito “cientista” tradicional não tem respondido aos desafios dos novos paradigmas estabelecidos pela ciência cidadã. Isso ocorre ao propor processos de investigação dialógicos e sensíveis à transgressão das condutas convencionais. O entendimento das lógicas racionais, técnicas e empíricas se enraízam aos saberes, simbologias e valores culturais, assegurando diversidade e proteção ao processo de construção coletiva do conhecimento complexo, relacional, além de ser capaz de integrar as dinâmicas do local ao global (Morin, 2008).

As práticas individuais e cotidianas das cidades torna emergente um novo tipo de cidadania, capaz de promover o respeito à cultura e à liberdade e que integra o urbano ao rural, buscando restabelecer os laços sociais tecidos pelo afeto e determinados pela história e memória individual e coletiva (Santos, 2014; Chauí, 2013). A construção das múltiplas realidades resiste às experiências, representações, descrições, imagens ou formalizações matemáticas” (Nicolescu, 2018, p. 30) tornando-se uma trans-subjetividade expressa em diferentes formas de comunicação a partir da linguagem.

Neste contexto, não há espaço para dominação, mas sim para a transformação de valores e crenças, superando o paradigma da equivalência entre os bens materiais, culturais e naturais, assim como a subordinação política e militar a partir da articulação ético-política entre o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana (Guattari, 2012). Para refletir sobre a mudança necessária, o autor reflete sobre a necessidade de superação do sistema vigente, seus contextos e paradoxos que impulsionam o antagonismo de classes ao passo que deveriam fomentar a reconstrução das ecologias do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade

Um caminho possível para esta transformação é a compreensão da transdisciplinaridade como instrumento orientador da ecologia de saberes e da diversidade de níveis de realidade, a partir daquilo que atravessa e ultrapassa a compreensão disciplinar das relações humanas e ambientais. Proporcionando, assim, acesso, oportunidade, tolerância, respeito e compartilhamento de saberes entre os diferentes grupos sociais em suas dinâmicas espaço-temporais (Freitas *et al.*, 1994).

O cotidiano, ao refletir a criatividade humana a partir de suas invenções e da arte de fazer, materializadas em suas práticas, resistências ou inércias em relação ao desenvolvimento, expressa “pelas modalidades de ação, formalidades das práticas, os tipos de operação especificados pelas maneiras de fazer” (Certeau, 2021, p. 20). Nesse contexto, reforça-se a emergência em transgredir e fortalecer a ciência cidadã a partir de novas formas de investigação, tendo na linguagem a possibilidade de rompimento do binômio produção- consumo pela escrita-leitura, superando a formalidade presente na disciplinaridade da ciência tradicional.

Entende-se por linguagem a representação e comunicação de fatos através da fala, escrita e dos símbolos, sendo esses últimos, experimentações mentais embasadas por conceitos pré-estabelecidos e mutáveis, nos quais a incerteza torna-se pano de fundo das previsões construídas de forma sistêmica pelo homem (Bertalanffy, 2012). Assim, possibilita a inteligibilidade e a construção dialógica e recursiva da leitura dos objetos.

A compreensão dos padrões espaciais se revela como uma perspectiva intrinsecamente interdisciplinar, convergindo diversas linguagens capazes de estabelecer conexões entre os distintos campos do conhecimento. Segundo Andrade (2014), essa abordagem encontra sua base no desenho urbano, permeado pela sensibilidade aos acontecimentos que moldam o ambiente urbano. A leitura ideográfica, por sua vez, emerge a partir do reconhecimento da heterogeneidade espacial e de sua organicidade inerente. Ao considerar o desenho urbano como um reflexo sensível dos eventos, torna-se possível decifrar as complexas relações entre os elementos que compõem o espaço urbano, revelando uma trama intrincada de interações. Nesse contexto, a compreensão dos padrões espaciais transcende as fronteiras disciplinares, proporcionando uma visão holística que abraça a diversidade e a dinâmica inerente à tessitura da cidade.

Alexander, *et. al.* (2013) teorizam sobre a linguagem de padrões como possibilidade de materialização dos problemas e soluções mapeadas, na dinâmica socioambiental, a partir do desenho urbano. Os autores também evidenciam a complexidade dessa interpretação, uma vez que demanda a leitura conjuntural e o compromisso com a interação entre escalas e contextos, pois sintetizam uma estrutura em rede, constituída por sequências e situações de complementaridade.

Assim, a complexidade das relações do ecossistema urbano oportuniza a busca de estratégias comunicacionais que possibilitem a integração e dialogicidade entre as dimensões social, ambiental, cultural e emocional. Ademais, que estabeleçam processos e conexões capazes de gerar significado, resposta às questões de investigação e de vida, nas quais a

indissociabilidade dos lugares influenciam o olhar e a transdisciplinaridade das relações e interações humanas, inclusive no contexto rural.

Andrade (2014, p. 103) ao dissertar sobre o pensamento complexo sistêmico transdisciplinar, assume a lógica quântica e estabelece o princípio da comunicação (conexão) – procurar a comunicação entre a esfera dos objetos e a dos sujeitos que concebem esses objetos. O princípio novo é o “holismo”, que procura a explicação no nível da totalidade, além da soma das partes”. A complexidade, inerente à compreensão do ecossistema urbano, será abordada no capítulo que se segue, considerando sua conectividade com o campo do turismo, para além de seu reducionismo à atividade econômica.

Nesta sessão, compete a compreensão preliminar da linguagem de padrões. Ela torna-se instrumento revolucionário para o desenvolvimento de processos sensíveis à dinâmica socioespacial, acolhendo a complexidade inerente à interação homem-natureza e homem-ambiente, construindo e qualificando os processos comunicacionais e fomentando a dialogicidade entre sujeitos a partir da aplicação de seus conhecimentos e percepções. A materialização das ideias e proposições de forma lúdica e interativa agrega os elementos territoriais aos debates cotidianos, de forma cuidadosa, heterogênea e inteligível.

Uma vez que o turismo dialoga diretamente com a arquitetura e o urbanismo, cabe a aproximação ao modo de pensar e construir proposto por Alexander *et. al.* (2013) e aplicado por pesquisadores de diversos campos do conhecimento. Esta abordagem trará um outro olhar sobre o fenômeno turístico, embasado na participação efetiva e afetiva da comunidade nos processos de planejamento, desenho das políticas públicas e tomada de decisão. Para Leitner (2015), a linguagem de padrões incita a racionalidade e a participação comunitária nos processos de mudança.

Para tanto, cabe a este contexto o entendimento do ecossistema turístico, relacionado à comunicação, conexão, trama, que permite enredar e entrelaçadas dinâmicas complexas que levam à desterritorialização a partir da interação entre sujeitos, transformando e criando novos fluxos de informação, energia, forças e de saberes, a partir de uma perspectiva transdisciplinar (Baptista, 2020). O capítulo 3 desta tese abordará a compreensão conceitual do ecossistema turístico de forma a colher as inúmeras abordagens teóricas presentes na literatura brasileira.

Ao ponderar sobre a interface urbano-turística nesta pesquisa, busca-se estabelecer padrões de planejamento territorial capazes de representar as vivências e interpretações da população residente em áreas potencialmente turísticas, onde a iminência da gentrificação e do agravamento da segregação pode ser mediada por processos participativos de tomada de decisão e regramento da dinâmica territorial, a partir da elaboração de planos diretores.

De forma oportuna, apresenta-se a seguir a metodologia científica adotada na construção teórico-metodológica proposta nesta tese através da adoção a pesquisa-ação como método de investigação e ação contínua na promoção da transformação socioespacial. A escolha desse método deve-se à permeabilidade e ao diálogo com a ecologia de saberes que integra os conhecimentos científicos, presentes na pesquisa teórica pilar do desenvolvimento acadêmico, à extensão universitária, trazendo protagonismo social e aprendizado coletivo, sinérgico e interativo.

Para Dagnino (2019) a consciência tecno-científica viabiliza o crescimento redistributivo e um estilo de desenvolvimento ambientalmente justo e responsável a partir dos arranjos produtivos locais e do fortalecimento de redes solidárias, fomentando a inovação por meio de metodologias operacionais, da autogestão e da implementação da gestão estratégica a partir de políticas públicas integrando Estado-sociedade, ou seja:

A tecnociência solidária é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo ganho material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário) (Dagnino, 2019, p. 18).

Estes processos, saberes, fazeres e as dinâmicas territoriais são acolhidas de forma sistêmica, aberta, democrática e acessível a partir de metodologias participativas e de plataformas cognitivas capazes de acolher a complexidade da totalidade encontrada na abordagem transdisciplinar da ciência cidadã.

2.4 Pesquisa-ação como método para a construção da ciência cidadã – uma experiência participativa, sensível e contínua

Refletir a transformação territorial, a partir das mudanças subsidiadas pelas interações sociais, culturais, cotidianas, por sua autonomia relativa e, pelas interações e interdependências criadas pelo meio externo, ou seja, pelo ecossistema, promove a auto-eco-organização sistêmica (Moraes, 2004). Esses atributos estão presentes na sociedade e promovem a interação urbano-turística através do direito à cidade e da busca pela sustentabilidade.

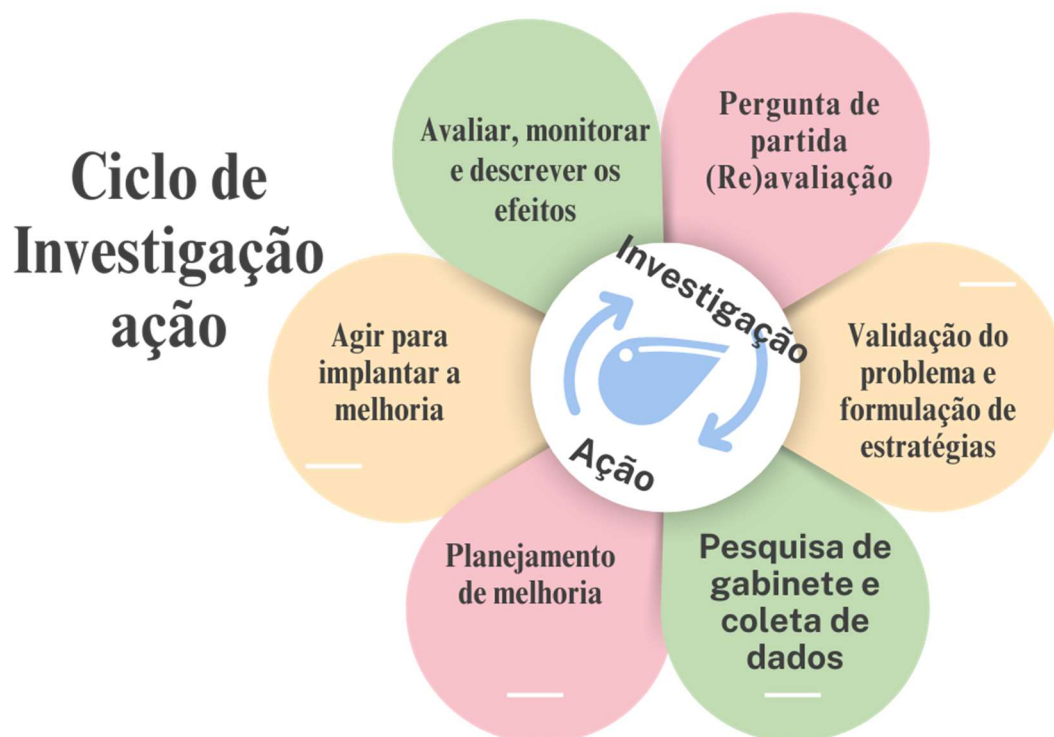
A cidade, a partir de sua centralidade, revela o lugar da democracia, da memória e da estrutura social, onde o fenômeno urbano, que à décadas promove a segregação e desigualdade, tem como potencialidade a abundância de forma distributiva que liberta a sociedade da escassez e pobreza (Lefebvre, 2010). A transformação necessária demanda a estruturação de novas estratégias de investigação e de atuação, tanto do meio acadêmico quanto dos ambientes político-institucionais, sociais e privados.

Por isso, a tese em tela, ao apresentar a temática do planejamento territorial participativo como ferramenta para a gestão democrática das cidades de pequeno porte e a transformação dos instrumentos urbanísticos em favor das comunidades locais, estabelece como prioridade a elaboração e sistematização de parâmetros (padrões) pautados pelo ecossistema urbano-rural-turístico de cidades de pequeno porte a partir da experiência na região da Chapada dos Veadeiros.

Este estudo, ao focar a transdisciplinaridade das interações nos territórios, adotou como método de investigação a pesquisa-ação socialmente crítica, como investigação-ação que utiliza técnicas ao longo do processo de pesquisa contínua e inovadora, assegurando os critérios comuns a outros trabalhos e aprimorando a prática para promover mudanças (TRIPP, 2005) e possibilitar a leitura das múltiplas realidades presentes na vida em sociedade.

A imagem a seguir representa, de forma sistêmica, a proposta de construção do conhecimento a partir de Quivy (2005) e Tripp (2005), incrementada pela dinâmica do estudo em tela. Esse processo apresenta-se de forma cíclica e retroalimentado por priorizar a visibilidade e credibilidade dada ao saber local e à totalidade de leituras possíveis. Sendo elas apresentadas pelos sujeitos que participaram das entrevistas, formulários, eventos programados e pactuados em meio digital, a partir da sensibilização da população residente em São Jorge, distrito de Alto Paraíso de Goiás, e disponibilização dos contatos telefônicos para participação em grupo de *whatsapp*.

Ilustração 7: Ciclo de investigação-ação.



Fonte: Adaptado de Tripp, 2005.

Ao se comprometer com a escuta ativa e a observação participante inerente ao método da pesquisa-ação, se reconhece complementariedade e antagonismos dos processos territoriais e seus efeitos relacionais na identificação de produtos/produtores, causa/efeito e problema/solução, evidenciando a complexidade do real. A aproximação com a realidade presente na convivência cotidiana influencia a percepção da multiplicidade de saberes e dos diferentes níveis de realidade contribuindo para uma ciência aberta e cidadã (Martinazzo, 2020).

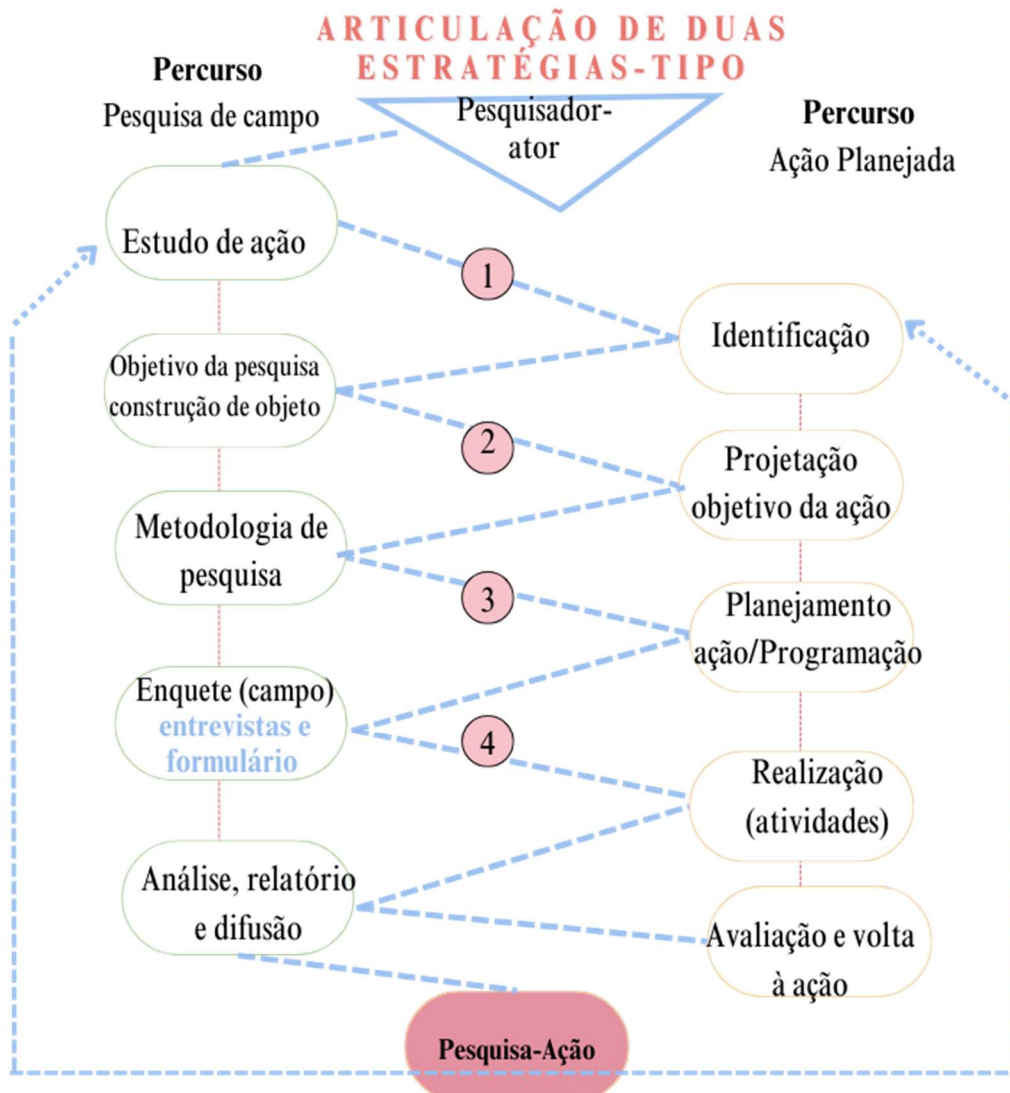
Esta construção teórico-metodológica se fortalece a partir da contribuição de Michel Thiollent (1986) ao dissertar sobre as contribuições da pesquisa-ação como linha de pesquisa e atuação pautada na adoção de estratégias construídas coletivamente, tendo como função a resolução de problemas ou objetivos de transformação, adotando como pressuposto a participação e a ação planejada pautada na demanda local.

No âmbito acadêmico, essa metodologia promove a integração dos eixos de ensino, pesquisa e extensão e a interação universidade e sociedade, para que, a partir da compreensão das ações e dos problemas compartilhados pelos atores locais, ocorram o aprendizado conjunto (ator/pesquisador) e a construção de “ações e soluções úteis aos atores” (Thiollent; Collete, 2020, p. 45).

Ao aliar o conhecimento científico aos saberes populares num processo de problematização e identificação de ações e soluções adequadas aos contextos sociais, se estabelece processos permanentes de construção, adaptação e reconstrução teórica e prática das diretrizes que subsidiam a problemática em debate, possibilitando um ganho coletivo (Thiollent; Collete, 2020). Assim, a interação social depara do processo investigativo é a vocação da pesquisa-ação, exigindo a adequação dos métodos em termos práticos, teóricos e éticos. assegurando ao pesquisador o papel de acompanhamento e ao ator o protagonismo e validação das soluções encontradas de forma coletiva ao longo do processo (Thiollent; Silva, 2019).

Dionne (2007) ao propor a pesquisa-ação, sugere sua contribuição efetiva para o desenvolvimento local a partir da articulação de estratégias e percursos orientados para o fomento à transformação de situações particulares inseridas na totalidade de sua problemática e da potencialidade de elaboração de soluções exequíveis e contínuas. Para tanto, materializa sua proposta a partir da orientação do pesquisador ator na reflexão crítica às contribuições coletivas emergidas ao longo das interações sociais. A imagem a seguir reflete o caminho metodológico proposto para orientação da pesquisa-ação, adotado no presente estudo (Ilustração 8).

Ilustração 8: Articulação de duas estratégias-tipo.



Fonte: Adaptado de Dionne (2007).

Assim, cabe ao pesquisador-ator a construção da sustentação teórica e a sistematização das proposições que trarão consistência ao método construído a partir da problemática, dos objetivos, das hipóteses e dos estudos empíricos, adotados como pressupostos para validação ou refutação das ações coletivas e do caráter científico do presente estudo. Vale ressaltar que, esses já foram apresentados no capítulo inicial no tópico dedicado à metodologia científica.

A adoção da pesquisa-ação possibilitou o alcance da proposta suscitada pela pergunta de partida, apresentada na introdução, que questiona como o ecossistema turístico condiciona o planejamento territorial ao integrar a participação ativa das comunidades na construção do desenvolvimento territorial em cidades de pequeno porte. Além de que possibilitou a adaptação das técnicas de pesquisa ao contexto imposto pelas medidas restritivas da pandemia de Covid-19 que limitava a realização de atividades presenciais e a interação social, especialmente entre março de 2020 e maio de 2022. Nesse período, limitou as vivências e trocas de experiências

com a comunidade, promovendo a estruturação das fases de pesquisa ação e, posteriormente, a organização das etapas de interação com a comunidade, conforme segue:

Ilustração 9: Fases da pesquisa-ação.



Fonte: Adaptado de Dionne, 2007.

A adequação e adaptação às regras da emergência em saúde pública possibilitaram a construção de novas realidades e interpretações a partir de seus efeitos na vida. Tem-se isso pois a natureza social do ser humano, que o conduz à vida em sociedade e à construção de seus valores, normas e experiências, foi modificada, fazendo emergir novos hábitos, olhares e desejos de uso e ocupação do cotidiano e do território, a partir da valorização dos laços afetivos e das vivências.

Por outro lado, acentuou-se a invisibilidade dos trabalhadores de setores operacionais e pouco integrados às tecnologias convencionais, já negligenciados nos processos de pesquisa clássica. Essa dicotomia, assim como as demais questões sociais, relacionais e ambientais, estabeleceram o fio condutor da investigação em tela, direcionando para uma abordagem qualitativa que permite o uso de uma variedade de estudos de casos que descrevem momentos

e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Ademais, sendo frequentes nos estudos das ciências sociais e humanas (Denzin *et al.*, 2006).

De forma complementar, o planejamento da pesquisa fundamentou-se em sua natureza exploratória ao entender a necessidade de ampliação do olhar para a identificação de pistas que desvelarão a realidade empírica, dialogando com a discussão teórica proposta a partir da construção do objeto em estudo (Vasconcelos, 2013). Mas, optou-se pelo cuidado em não objetificar os sujeitos participantes e em acolher as leituras dos diferentes níveis de realidade de forma transgressora e consciente da complexidade das inter-relações entre as partes e a constante retroalimentação do sistema de relações e conflitos.

Os procedimentos metodológicos adotados na tese buscam a construção e parametrização de metodologia orientadora do pensamento e da prática cotidiana e complexa das cidades que acolhem o turismo e buscam a sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento e equilíbrio ecossistêmico. Assim, estruturou-se em 3 macro etapas que, ora acontecem individualmente, ora de forma simultânea, pois a complexidade da vida nas cidades exige flexibilidade metodológica e integração com as dinâmicas impostas pela realidade. A saber: 1ª macro etapa – Levantamento bibliográfico e documental; 2ª macro etapa – Trabalho de campo; 3ª macro etapa – Validação dos achados de pesquisa e das hipóteses junto à Rede de Atores criada na Chapada dos Veadeiros.

2.4.1 Levantamento bibliográfico e documental

Na primeira etapa, ao assumir a indissociabilidade entre conhecimento teórico e prático para a elaboração de caminhos metodológicos assertivos, buscou-se a validação do problema de pesquisa junto a interlocutores locais. Essa etapa de aproximação com a comunidade ocorreu de forma remota, em função do período de pandemia de Covid-19. Nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março foram realizadas reuniões individualizadas com representantes da sociedade civil, governo local e estadual, para o alinhamento das percepções dos atores sobre a interface urbano-turismo nas cidades de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante. Esse contato permitiu ajustar os caminhos a serem trilhados na elaboração deste projeto de tese.

Essa etapa concentrou-se, também, na pesquisa de gabinete, a partir de fontes primárias dos sítios eletrônicos das prefeituras municipais de Alto Paraíso de Goiás e do observatório de Turismo de Goiás, além de fontes secundárias, como livros e artigos acadêmicos que trabalham a fundamentação teórica sobre território, planejamento territorial, ecossistema urbano,

urbanismo participativo, participação social, ecossistema do turismo e tecnociência solidária. O escopo da fundamentação teórica da tese em estudo considera seus aspectos relacionais e a complexidade sistêmica presente na interação urbano-turística, assim contribuindo para a complementação da lacuna teórica existente.

As fontes secundárias, como livros e artigos acadêmicos que trabalham a fundamentação teórica sobre pensamento sistêmico, território, urbanismo e turismo, são representadas no quadro síntese abaixo:

Quadro 2: Escopo da fundamentação teórica da tese

Construto	Definições	Autores
Pensamento sistêmico	Complexidade	Bauman (1999, 2003, 2012); Lessa (2004); Morin (2007, 2008, 2010, 2011, 2020); Zazueta e Mercado-Celis (2019).
	Transdisciplinaridade	Bauman (2010); Martinazzo (2020); Nicolescu (1999, 2018); Pronsato (2005), Andrade (2014).
	Ciência cidadã	Bauman (2012); Dagnino (2019); Ferreira (2016); Hernandez (2020); RBCC (2023); Seixas, Dias e Pereira (2017); Silva e Santana (2023); Silva, Santana, Cardoso, Ventura, Bernardo e Apóstolo (2022).
	Ecologia de saberes	Bauman (2001); Bechmann e Stehr (2001), Candau (2018); Chaui (2013); Guattari (2012); Malta e Guerra (2016); Moraes (2005); Santos (2002, 2013); Santos e Baptista (2014);.
Território	Planejamento Territorial	Dallabrida (2016, 2017, 2020); Fontes w Galarce (2020); Froehlich e Dullius (2012); Gazella <i>et al.</i> (2019, 2020); Hernandez (2020); Pecqueur (2005); Saquet e Silva (2008); Saquet (2015, 2019, 2020).
	Cidade e campo	Carlos (2007, 2015); Costa (2022, 2021); Certau (2014, 2021); Lefebvre (1999, 2001); Koury (2015).
	Território, territorialidade e práxis territorial	Saquet (2015; 2019, 2020); Saquet e Alves (2017)
	Governança territorial	Dallabrida (2016, 2020); Dallabrida <i>et al.</i> (2021); Dallabrida <i>et al.</i> (2021).
Urbanismo	Urbanismo, Políticas Públicas	Brenner (2019); Castriota (2016); Gonçalves (2020); Harvey (2014); Kaizer (2017); Magnani, <i>et al.</i> (2023); Maricato (2001, 2008); Sennett (2014, 2018); Singer (2017, 2018); Saguier, e Brent (2017).
	Planejamento Urbano	Alexander, Ishikawa, Silverstein (2013); Andrade (2014); Battaus (2013); Coelho (2017); Ferrari Junior (2004); Kohlsdorf e Kohlsdorf (2017).
	Participação social	Abers <i>et al.</i> (2014); Demo (1996), Dagnino (2004); LNEC (2013); Nascimento (2021); Risler e Ares (2013); Pateman (1992); Ribeiro (2012); Silva (2018).
	Urbano-turismo	Costa (2021); Costa et.al. (2021); Vargas (1996; 1998; 2016); Vargas e Allis (2015); Vargas e Paiva (2016).
	Ecossistema Urbano	Andrade (2005, 2014); Andrade e Lemos (2015).

	Desenho urbano	Andrade, Loureiro e Lemos (s/d); Delfino (2017); DED/NAU (2013); Nascimento, Freitas, Lima, Tibo e Cunha (2022); Pronsato (2005); Reuber (2016); Salinagros (2013, 2018).
Turismo	Turismo	Costa (2017); Costa <i>et al.</i> (2020); Irving (2019, 2020); Machado e Cosling (2009); Moraes e Irving (2018, 2020); Sonaglio (2017); Yázigi (2001, 2013).
	Ecosistema turístico	Moesch e Beni (2015); Beni e Moesch (2016, 2017); Baptista e Puerto (2020); Baptista (2016, 2020, 2021).
	Governança	Carestiato (2021); Chamusca (2013).
Sustentabilidade	Dimensões	Capra (1997, 2002); Leff (2010); Sachs (2009); Salinagros (2018); Veiga (2009).
	Resiliência	Pickett, Cadenasso e McGrath (2013); Andrade (2014); Gonçalves <i>et al.</i> (2021); Paes (2021); Wijnsman <i>et al.</i> (2022).

Fonte: WIESINIESKI (2022).

Essa etapa concentrou-se, também, na pesquisa de gabinete, a partir de fontes primárias como dos sítios eletrônicos institucionais, dados observatório de Turismo de Goiás e dos marcos legais que conduzem a dinâmica da cidade e sua integração à microrregião e à RIDE. Assim, foram analisados: Plano diretor vigente (Alto Paraíso de Goiás, 2000), Alíquota da Taxa de Turismo (Alto Paraíso de Goiás, 2003, 2015), Código de Obras (Alto Paraíso de Goiás, 2018), Lei Orgânica (Alto Paraíso de Goiás, 1990, 2022), Política Municipal de Turismo (Alto Paraíso de Goiás, 2023) e o material elaborado pelo grupo de trabalho da “Arismar, Expansão, Topografia”, licitada para coordenar o processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

No âmbito Estadual tem-se: Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás (Goiás, 2002), Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável no Estado de Goiás (Goiás, 2004), Fundo Rotativo da Goiás Turismo (Goiás, 2008), Projeto Turismo Pedagógico nas escolas da rede pública estadual (Goiás, 2018), Política Estadual de Desenvolvimento do Turismo Rural (Goiás, 20019, 2022), Normas gerais para o Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás (Goiás, 2019) e o Regime Extraordinário de Licenciamento Ambiental - REL como medida de enfrentamento da situação extrema de âmbito econômico no Estado de Goiás, provocada em razão da decretação de estado de calamidade pública, decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (Goiás, 2020).

Em termos de política pública, tem-se também o Sistema do Artesanato de Goiás – SAG e o Conselho do Artesanato de Goiás – CONARTGO, a criação do Selo do Artesanato de Goiás (Goiás, 2021), a sinalização indicativa de atrativos e equipamentos turístico bem como de infraestrutura de apoio ao turista, nas rodovias do Estado de Goiás (Goiás, 20021), Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado de Goiás (Goiás, 2021), a regularização

de passivos ambientais de imóveis rurais e urbanos, bem como a compensação florestal e a compensação por danos para regularizar a supressão da vegetação nativa realizada sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, também a definição dos parâmetros da compensação florestal e da reposição florestal no Estado de Goiás (Goiás, 2022), e, Selo de Qualidade Turística (Goiás, 2022).

Contudo, destaca-se a insuficiência das ações e a precariedade da sinalização turística no estado, especialmente na Chapada dos Veadeiros. Essa lacuna estende-se a outras estruturas relacionadas à acessibilidade, seja do turista ou dos munícipes que encontram dificuldade de se localizarem e se situarem em atrativos turísticos, na área rural e no espaço urbano.

Na esfera federal, foram analisados: Lei de Parcelamento do solo Urbano (Brasil, 1979), Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2001), Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2008), Programa Territórios da Cidadania (Brasil, 2008), Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (Brasil, 2011), Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências (Brasil, 2018) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Brasil, 2019).

O arcabouço documental possibilitou a participação qualificada nos Grupos de trabalho de Revisão do PDM, no I Seminário Participativo do Plano Diretor em Alto Paraíso de Goiás, realizado nos dias 03 e 04 de agosto de 2022, e na construção de documentos técnicos utilizados em Audiências Públicas grupos de temáticos para discussão e encaminhamentos para a formatação da minuta do PDM.

2.4.2 Trabalho de campo: planejar, agir, avaliar e cooperar com a transformação necessária

A escolha das técnicas de investigação-ação pautou-se nos impasses teóricos e práticos da dinâmica ecossistêmica e do uso e ocupação das cidades pela prática do turismo a partir da compreensão das escalas territoriais. Pois, o planejamento urbano, ao priorizar o zoneamento, torna-se genérico e não possibilita a criação de caminhos e interfaces com abordagens refinadas, pautadas na forma e na heterogeneidade urbana e nas expectativas sociais e afetivas (Andrade, 2014).

O olhar transescalar proposto na pesquisa em tela deve-se à relevância e ao contexto sob o qual as dinâmicas territoriais locais estão inseridas, assim como aos limites temporais, limitando a sensibilização e o engajamento apenas na microescala. Essa limitação não comprometeu a validade do método proposto, pois, entende-se que a abordagem territorial é complexa e pressupõe um processo de gestão singular a partir da criação de um novo tipo de cidadania que promova o respeito à cultura e à liberdade, integrando o urbano e o rural, assim como o mercado e o Estado (Santos, 2014). Não cabendo a replicação indiscriminada de modelos padronizados por leituras abstratas e desconectadas da realidade local.

Assim, orienta-se a pesquisa empírica e estruturação da segunda etapa de estudo, através da escolha do trabalho de campo amparado pelo refinamento a partir do desenho das escalas e da profundidade necessária para a construção técnica deste recorte espacial. A saber: microescala representada pelo Distrito de São Jorge; mesoescala por Alto Paraíso de Goiás; e, macroescala pela microrregião da Chapada dos Veadeiros.

Esta estratégia propiciou o aprofundamento das vivências territoriais e a escuta sensível¹⁰, meditativa, consciente, questionadora e multirreferencial, acolhendo de forma sistêmica e aberta a complexidade presente nas inter-relações sociais, culturais-emocionais, ambientais e econômicas.

Tem-se a inclusão dos princípios tradicionais ao processo de construção do diagnóstico participativo, garantindo a interação e construção colaborativa entre a academia e os saberes locais (Ferreira, 2021). Assim, a condução dos instrumentos de coleta de dados com entrevistas compreensivas foi conduzida a partir de roteiros semiestruturados para assegurar uma maior interação com os entrevistados (Ferreira, 2014). Além disso, transcorreram durante os anos de 2022 e 2023, pois cumpriram o papel de refinamento e validação de questionamentos levantados pelos participantes locais.

Visando a sensibilização, mobilização e empoderamento da população local, adotou-se, de forma orientadora e adaptativa, a metodologia de interação e interlocução do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico - Trabalhos Emergentes, concebida, por meio dos princípios da adequação sociotécnica e estruturada a partir da participação qualificada da comunidade no processo de construção de estratégias adequadas à complexidade do território. A etapa de aproximação, ao delimitar o alcance e a oportunidade de trocas com a comunidade, adotou como estratégia de pesquisa o levantamento e a sistematização de documentos de referência

¹⁰ Reconhecimento do indivíduo em suas relações sociais, representações e ações, do seu lugar e de sua complexidade que possibilita liberdade e imaginação criadora (Barbier, 2004)

que subsidiaram a delimitação e escopo da pesquisa-ação em tela e direcionaram a construção metodológica a partir da interação e interlocução da comunidade/universidade/gestão da cidade a partir de conversas individuais via *teams* e *google meet* com atores locais, gestores públicos e articuladores.

Além da familiarização e do mapeamento situacional, tornou-se viável a iniciação do processo de aproximação com a comunidade, de forma segura e cuidadosa, evidenciando sua potencialidade e capacidade de romper com ciclos conflituosos e insuficientes para o desenvolvimento sustentável do território. Insere-se a esse momento o reconhecimento dos laços sociais e a criação de parcerias para prestação de assessorias sociotécnicas a partir da produção de documentos que subsidiaram a participação de lideranças locais em eventos e audiência pública, propostas no processo de revisão do Plano Diretor.

Em julho de 2022, realizou-se o primeiro encontro com as lideranças locais da mesma região de Alto Paraíso de Goiás, tendo como objetivo a criação de laços e vínculos entre os pesquisadores ator e a representação dos moradores do Povoado Quilombola do Moinho e da Vila de São Jorge. A participação na organização e discussão do aventurismo junto aos empreendedores do turismo de Alto Paraíso, buscando a sensibilização para a gestão ambiental participativa, durante a I Oficina de Observação de Aves Aventurismo – para proprietários de atrativos e pousadas da Chapada dos Veadeiros – trouxe visibilidade e credibilidade ao projeto de extensão guarda-chuva “Gestão Ambiental Urbana, participativa e Turística”, ao qual a tese em tela esteve vinculada.

Nesta oportunidade foi possível observar e identificar elementos constituintes da complexidade da vida cotidiana, relacionadas às carências de infraestrutura básica e saneamento ambiental, assim como de reconhecimento e a valorização das práxis territoriais. Consolidou-se a parceria com a Associação Quilombola Povoado do Moinho, Associação de Moradores de São Jorge, Superintendência de São Jorge e Associação dos Empreendedores de São Jorge. E, interinstitucional, com o Instituto Federal de Goiás – Campus Uruaçu.

O mapeamento situacional orientado pelos eixos estratégicos da sustentabilidade e pela aproximação com percepções e proposições da comunidade, instrumentalizou a construção do questionário, trazendo uniformidade, anonimato e facilidade de exame a partir de perguntas pré-formadas, abertas e fechadas (Bruyne *et al.*, 1991). A aplicação presencial ocorreu em dois momentos: na Feira do produtor de Alto Paraíso de Goiás e em atividade desenvolvida no Centro UnB Cerrado, ambos em julho de 2022.

De forma simultânea, optou-se pela aplicação em formato virtual, via *forms*, visando a ampliação e o alcance da população que ainda se encontrava fragilizada pelos efeitos da

pandemia, tanto na saúde física e emocional quanto econômica e social. A imagem a seguir descreve a organização estrutural e temática do formulário disponibilizado e aplicado presencialmente.

Ilustração 10: Fluxograma do Questionário de Aproximação.



Fonte: Elaboração própria.

Durante o período de disponibilização do formulário, entre julho e agosto de 2022, foram alcançadas 135 respondentes representando a zona rural, o Moinho, o Distrito de São Jorge e os bairros de: Centro, Cidade Alta, Cidade Baixa, Eldorado I e II, Estância Paraíso, Fraternidade, Monte Sinai, Morrão, Morro da Baleia, Morro Encantado, Novo Horizonte, Pândavas, Paraisinho, Paraíso Velho, Raizama, Setor Planalto, Subida Mirante e Vila Bandeira. Dentre as respostas do formulário, destacaram-se as de moradores de São Jorge, totalizando 42 respondentes, ou seja, 31% dos participantes.

O detalhamento dos resultados do questionário de aproximação será apresentado, de forma dialógica, no capítulo 5, contudo destaca-se que algumas questões como as relacionadas à saúde e à regularização fundiária foram identificadas e acolhidas pelo processo de construção de cenários, mas que não estão criticamente descrita neste trabalho, por estar focado na discussão do turismo e, inicialmente, por suas interfaces com a dinâmica territorial. Ao longo do processo de interação com a comunidade e de interpretação dos dados, constatou-se que a população entendia-se como urbana, tendo áreas de expansão somente em direção à marginal da rodovia e à borda do parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Contudo, esta poligonal é ampla e alcança muitas áreas rurais pertencentes ao município de Alto paraíso de Goiás que

acolhe grandes fluxos turísticos em função da atratividade paisagística, especialmente das cachoeiras e cursos d'água.

Cabe destacar a participação, apoio e construção conjunta dos instrumentos de coleta de dados, planejamento e organização dos percursos de ação, pelas bolsistas de pesquisa e extensão acolhidas pelos projetos “Gestão ambiental urbana, participativa e turística: padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante”, aprovado pelo edital PIBEX Polo Chapada (2022 e 2023), e “A Produção do habitat e os ecossistemas urbanos e rurais: diagnóstico socioespacial e sustentabilidade urbana nos Municípios de Cavalcante - GO e Alto Paraíso de Goiás – GO”, aprovado pelo edital PIBIC_PIBITI_FAPDF, (2022 – 2023). Sendo que, ambos são coordenados pela professora Liza Maria Souza de Andrade.

E, a participação nos Grupos de Trabalho para discutir a revisão do Plano Diretor de Alto Paraíso de Goiás, organizados individualmente pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e, pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), realizaram reuniões mensais buscando identificar um caminho viável para a legitimação do processo de revisão do PDM de forma ágil e legítima para assim cumprir protocolarmente as demandas do Ministério Público do Estado de Goiás.

A dialogicidade estabelecida nestes espaços consultivos refletiram o desafio do planejamento e gestão das cidades que vislumbram a prática do turismo enquanto atividade econômica em que sua escalada emerge sobre os fenômenos urbanos, promovendo a valorização do solo urbano e levando à gentrificação das centralidades e ruptura com laços comunitários, além da “turistificação” das paisagens para consumo (Villaschi, 2018). E, o acompanhamento das discussões, questões e conflitos envolvendo o turismo e o planejamento urbano, em Alto Paraíso de Goiás, durante os anos de 2022 e 2023, fortaleceu o relatório da pesquisa e a identificação dos nós críticos que influenciam a dinâmica econômica da cidade.

A leitura inicial da cidade foi feita a partir do questionário de aproximação estruturado pelos eixos: perfil sociocultural, gestão da cidade e qualidade de vida, turismo e participação social. Para sistematização e interpretação dos dados coletados utilizou-se as dimensões da sustentabilidade urbana (Andrade, 2005, 2014; Andrade Lemos, 2015; Ferreira, 2021) que instrumentalizam a construção da leitura transdisciplinar das realidades presentes no território.

Os dados coletados pelo questionário permitiram a avaliação dos serviços urbanos e a identificação da percepção da comunidade sobre a relevância do turismo para o desenvolvimento local ao responder sobre as melhorias realizadas na cidade, o uso de recursos

públicos para a promoção do turismo e a as consequências da presença dos turistas para a cultura local e o ambiente natural. Desta forma, apresenta-se a leitura do local a partir da compreensão das práticas cotidianas que, para Certeau (2014) refletem a vida social a partir das modalidades de ação, das formalidades da prática, e das operações presentes nas maneiras de fazer expressas pela resistência ou letargia leta à produção sociocultural.

O quadro 2 representa, de forma descritiva, as dimensões da sustentabilidade urbana utilizadas como ferramenta de apoio à interpretação dos achados de pesquisa, sistematização do diagnóstico participativo e a estruturação dos encontros subsequentes, sejam estes presenciais ou remotos.

Quadro 3: Sustentabilidade urbano e interação com o turismo em comunidade tradicional

Dimensão	Princípios
Ambiental	<p>Proteção ecológica e agricultura urbana - respeito aos ecossistemas, atendimento a legislação ambiental, a planos de recuperação de nascente e propostas pautadas na agricultura urbana.</p> <p>Infraestrutura verde - gestão d'água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo.</p> <p>Conforto ambiental - relação ao desempenho luminoso, térmico, acústico e de qualidade do ar</p> <p>Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica – utilização de fontes renováveis e redução do uso de combustíveis fósseis.</p> <p>Saúde - o ambiente não deve apresentar vulnerabilidade ambiental, decorrente de materiais tóxicos e poluição do ar, do solo e das águas.</p> <p>Redução, reutilização e reciclagem de resíduos - redução do gasto de energia, reuso das edificações e reciclagem de resíduos de construção, e compostagem do lixo orgânico.</p> <p>Respeito à Natureza – disponibilidade e proximidade de água doce e contato com o meio ambiente (vegetação, florestas, trilhas, mar, montanhas) assim como limitação do uso dos recursos naturais especialmente os não-renováveis.</p>
Social	<p>Urbanidade - desempenho do espaço urbano, considerando a interação social por meio do desenho da malha viária e das macros parcelas com maior integração, conectividade, espaços externos positivos, constitutividade dos espaços, diversidade de uso do solo e acessibilidade.</p> <p>Comunidade com Sentido de Vizinhaça - sociabilidade, participação no processo e desenvolvimento pessoal em espaços públicos e instalações comunitárias</p> <p>Moradas Adequadas - diversidade e mistura de classes sociais, estabelecidas com variedade de moradas, custos diferenciados e acessibilidade universal garantida.</p> <p>Mobilidade e Transportes Sustentáveis - existência de estruturas adequadas a diferentes modais de mobilidade e inibidoras do uso de combustíveis fósseis, aliada à disponibilidade de transporte público eficiente.</p> <p>Respeito às relações – promoção da diversidade e da inclusão social com garantia plena aos recursos e serviços sociais.;</p>

Econômica	<p>Adensamento Urbano - a ocupação urbana mais densa em áreas centrais associada ao uso comercial.</p> <p>Dinâmica urbana - economia de recursos financeiros no processo de construção e manutenção dos espaços urbanos.</p> <p>Desenvolvimento da Economia Local em Centros de Bairros - espaços que favoreçam a existência de centralidades na malha viária e mescla de funções, e atividades localizadas a distâncias caminháveis.</p> <p>Respeito aos Recursos Naturais – análise em relação às atividades e usos permitidos no território que favoreçam o desenvolvimento econômico e social em paralelo a preservação e exploração sustentável do meio ambiente; formas de desenvolvimento da economia local baseadas em políticas de troca ou moedas locais.</p>
Cultural e Emocional	<p>Revitalização Urbana - recuperação e valorização de infraestrutura existente em áreas urbanas degradadas ou patrimônios culturais abandonados, promovendo o incremento da ocupação dessas áreas.</p> <p>Legibilidade e Orientabilidade - os espaços devem responder a necessidade de orientação dos usuários nos lugares, obtidos com a conectividade entre bairros e diferenciação entre bairros e continuidade de caminhos.</p> <p>Identificabilidade - características particulares ao espaço urbano resultantes de diversidade tipológica em pequenos agrupamentos e efeitos visuais que promovam imagens mentais e percepção da paisagem urbana.</p> <p>Afetividade e Simbologia - a forma física dos lugares promove satisfação emocional quando laços afetivos se estabelecem pelo reconhecimento de qualidades e plasticidade da conilustração urbana.</p> <p>Respeito aos Ancestrais – características de padrões espaciais e culturais de uso e ocupação por parte das comunidades tradicionais; memória afetiva cultural da terra; valorização dos costumes e promoção da cultura e do saber tradicional; transmissão do saber.</p>

Fonte: Adaptado de Andrade e Lemos, 2015 e Ferreira, 2021.

No transcorrer da pesquisa, observou-se a necessidade de refinamento e aprofundamento das ações a partir da concentração dos esforços de pesquisa na microescala, tendo como referência o território com maior fluxo de visitação e, conseqüentemente, afetado pelos processos de gentrificação, exclusão e ampliação das desigualdades socioespaciais. Assim, a etapa do diagnóstico participativo, foi realizada na Vila de São Jorge, distrito de Alto Paraíso de Goiás, onde está localizada a portaria principal do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A delimitação do recorte espacial considerou, também, o esforço de participação social no questionário de aproximação, pois, foram totalizadas 42 respostas para uma população de aproximadamente 800 habitantes e, dentro de um universo amostral de 135 respostas para a população total de Alto Paraíso de Goiás totalizada em 10.298 habitantes (IBGE, 2023).

Em janeiro de 2023, iniciou-se um novo ciclo de atividades, focado na comunidade de São Jorge, quando foram validadas as construções assessorias técnicas realizadas em 2022,

tendo como condutor a sistematização das entrevistas, questionários de aproximação e marcos legais. Nessa oportunidade, consolidou-se a etapa de “diagnóstico participativo” e a de “Táticas Urbanas e agenciamento de atores” desenvolvidas em oficina presencial onde foi possível, a partir da leitura do território, conduzir as dimensões da sustentabilidade que instrumentalizam a construção da leitura transdisciplinar das realidades presentes no território.

A roda de conversa oportunizou o estreitamento dos laços sociais e a identificação dos conflitos e divergências socioculturais entre as demandas e a ação coletiva necessária para transformação e/ou transposição dos obstáculos. Os territórios, cotidianamente, são marcados por conflitos, visto seu caráter processual e histórico, nos quais adaptação e coadaptação entre sociedade e ambiente natural são instigados pela diversificação cultural e da paisagem, fomentando dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização (SAQUET, 2020a, 2020b)

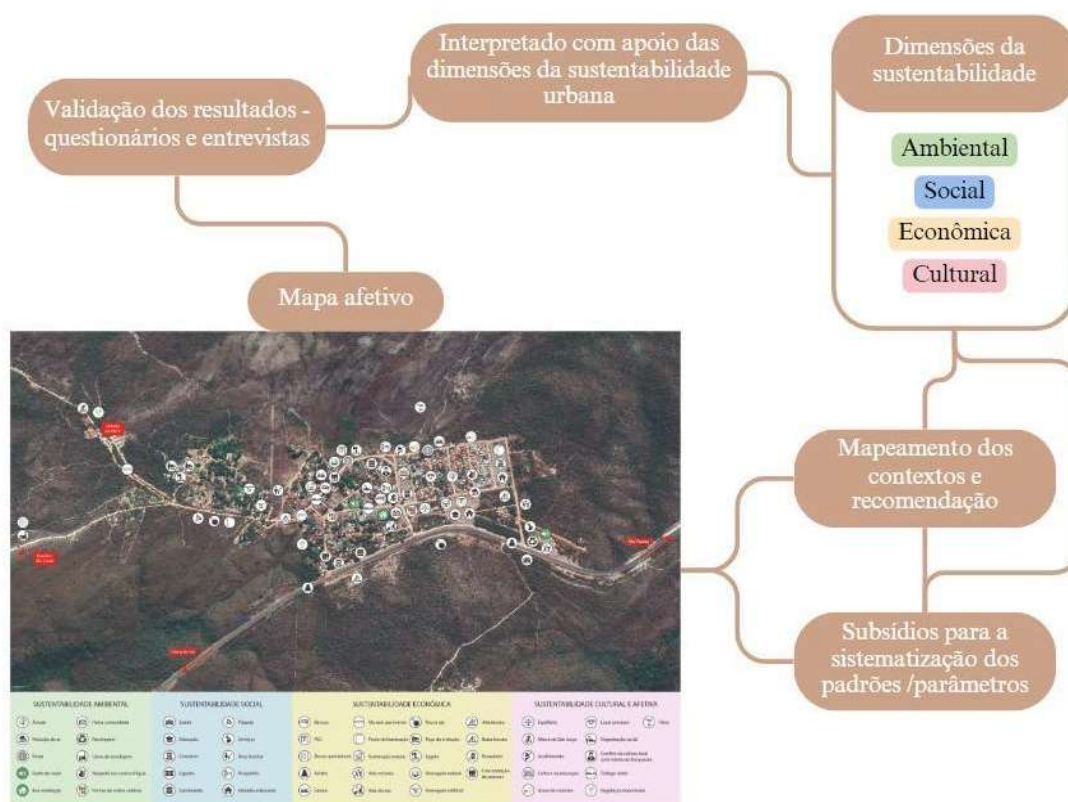
Para ilustrar este momento, apresenta-se o mapa construído com a comunidade, representando o território de São Jorge a partir da área urbana ocupada e as áreas de expansão próximas ao entorno do Parque Nacional. Além disso, tem-se ícones como forma lúdica de representação elementos espaciais e de infraestrutura urbana a partir de uma linguagem acessível e interativa instigando a abstração, representação e atitude inerentes ao sujeito transdisciplinar, que cria pontes e interliga seres e coisas numa atitude transpolítica, assegurando o direito inalienável de interação harmoniosa entre a vida interna e social (Nicolescu, 2018).

A ilustração a seguir apresenta de forma simbólica o potencial integrador das ações propostas na roda de conversa e na oficina, reverberando na construção do diagnóstico participativo e na demanda local por um projeto urbanístico da Vila e, pelo Plano de Turismo Participativo. Nessa oportunidade, mapeou-se as problemáticas e solucionáticas do território, visualizadas pelos participantes, tendo como eixo as dimensões da sustentabilidade urbana propostas por Andrade e Lemos (2015), conforme sistematizado na imagem abaixo. O detalhamento dos dados e a elaborações coletivas serão apresentados e discutidos no capítulo 5 da presente tese.

Cabe ressaltar que o processo de leitura do território, orientada pelo mapa de situação gerado pelo *Google Earth*, representava apenas a área urbana do Distrito - parte da área atualmente em expansão. Contudo, a partir desta experiência buscou-se entender a dinâmica socio territorial a partir da lei municipal nº 499 de 06 de dezembro de 1996 que dispõe sobre a criação do Distrito de São Jorge, tendo como limites:

à margem esquerda do Rio Preto no ponto da divisa de linha geodésica que divide o Município de Alto Paraíso de com Colinas do Sul; daí, Rio Preto acima até a barra do Córrego Estiva; do Estiva acima até sua cabeceira; daí, rumo reto à cabeceira do Córrego Cordoviu, daí rumo reto a cabeceira do Córrego Matozinho, deste abaixo até sua barra no Rio dos Couros abaixo até a linha geodésica que divide com o Município de Colinas do Sul; por essa divisa até o marco n / 1 do Rio Preto (Alto Paraíso de Goiás, 1996, Art. 2).

Ilustração 11: Sistematização das atividades desenvolvidas.



Fonte: Elaboração própria, com base no TCC de Maria Luiza Bisinoto.

A partir dessa sistematização sugeriu-se ao grupo de moradores a leitura e revisão dos pontos identificados e, caso necessário, a inclusão/exclusão de novas demandas de interesse coletivo. Ao assumir a indissociabilidade entre conhecimento teórico e prático para a elaboração de caminhos metodológicos assertivos, buscou-se a validação do problema de pesquisa junto a interlocutores locais a partir de reuniões virtuais realizadas via *meet*.

O primeiro encontro realizado no dia 28 de março de 2023, ilustrado pelo convite (Ilustração 11), pautou o diálogo sobre o turismo desejado pela comunidade a partir da “apresentação de fotos e imagens de boas práticas” tais como a experiência de ecoturismo na

Chapada Diamantina e turismo de base comunitária na Prainha do Canto Verde em Beberibe, CE e a Acolhida da Colônia, em Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo.

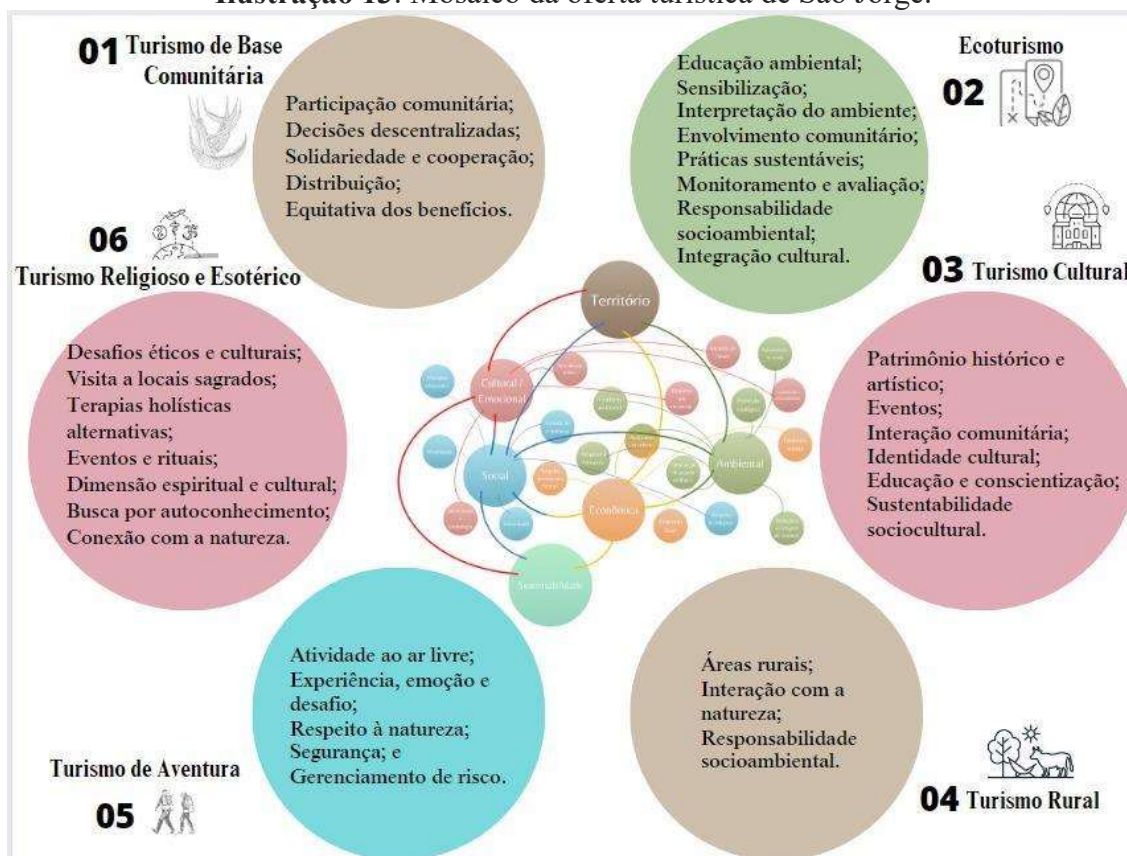
Ilustração 12: Convite para o 1º Encontro Virtual para discussão da segmentação do turismo.



Fonte: Banco de imagens do Projeto Gestão Ambiental, Urbana, Participativa e Turística, 2023.

Nesta oportunidade, foram debatidos os segmentos do turismo identificados como orientadores da percepção coletiva sobre a atratividade territorial e a possibilidade de integração harmônica e sustentável entre os múltiplos usos, além da diversificação da oferta turística de São Jorge (Ilustração 12). Assim, reduzindo a sazonalidade dos fluxos turísticos locais e regionais e fortalecendo a identidade e senso de pertencimento comunitário.

Ilustração 13: Mosaico da oferta turística de São Jorge.



Fonte: Elaboração própria.

Estas experiências serão apresentadas com profundidade no capítulo 6 desta tese, assim como os resultados da leitura feita pela comunidade ao avaliar: Que práticas de turismo têm ocorrido em São Jorge? Quais os desafios enfrentados? Como o turismo pode integrar a dinâmica da Vila? Quem pode participar deste processo de planejamento? E, onde a comunidade deseja chegar?

Em síntese, constatou-se a necessidade de articulação das ações a partir das políticas públicas de turismo, empenhando-se na busca por fomento e reconhecimento das demandas locais, tanto na esfera municipal quanto estadual. A ilustração a seguir representa de forma sintética essa percepção, fomentando os caminhos a serem traçados pelo Plano Participativo de Desenvolvimento do Turístico de São Jorge, apresentado no capítulo 5 como produto da ação coletiva desta tese.

Ilustração 14: Síntese da reunião online realizada em 28 de março de 2023.

Encontro virtual Que turismo queremos?



Utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações". (BRASIL, 2010, p. 17)

Dispõe sobre a política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável no Estado de Goiás

- território que possuem recursos naturais e patrimônio cultural que sejam objeto de visitação e turismo, são responsáveis pela elaboração de uma Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável.
- A Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável deve estabelecer regras, a serem definidas com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais, para garantir a preservação da biodiversidade.

Protagonismo da população local, na medida em que essa "passa a oferecer produtos e/ou serviços aos visitantes, tendo como principais impactos a valorização local, a geração de benefícios econômicos e a oportunidade de estreitamento de laços afetivos entre os moradores" (Babtista & Moreira, 2017, p. 200 apud. Lima Et. al. 2022)

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nesta oportunidade ficou evidenciada a necessidade da utilização da metodologia participativa na construção do Plano de Turismo local, pensando os caminhos escolhidos pela comunidade de São Jorge, os potenciais e as demandas observados pelos empreendedores. Este é o diálogo entre as expectativas de grupos de atores distintos, mas que precisam trabalhar conjuntamente para fortalecer a comunidade e maximizar os benefícios do desenvolvimento do turismo local.

Uma vez construído coletivamente a leitura da Vila, sistematizado e promovido e interlocução, com a comunidade de forma virtual, a partir do grupo de WhatsApp "UnB - IFG - São Jorge" observou-se a necessidade de um encontro virtual, via plataforma *meet*, no dia 17 de abril de 2023 (Ilustração 14), para ajustes que possibilitasse a maior assertividade na elaboração do "design de padrões".

As contribuições apresentadas neste encontro despertaram para a necessidade de incremento às propostas a partir da inserção de ilustrações e padrões direcionados à qualificação do ecossistema turístico. E, a apresentação de novas informações e orientação de marco legal, orientador das propostas da dimensão cultural e emocional, pois, já existe legislação de criação do Museu do Garimpo, contudo não houve fomento para implantação do equipamento.

A etapa seguinte, dedicada ao design, pode ser representada pela sistematização dos padrões/parâmetros norteadores a partir de uma linguagem inteligível com a comunidade, capaz de fomentar a autogestão e a parametrização de processos de projetos transescalares e coletivos (Alexander, 2013; Andrade 2014). Parte-se dos seguintes padrões: a) pequenas cidades rurais; b) mosaico de subculturas; c) comunidade de sete mil pessoas; d) limites e culturas entre subculturas; e) bairro identificável; f) redes de aprendizado; g) redes de comércio e serviços; h) ruas de comércio para pedestres; i) subprefeituras. O detalhamento destes padrões será apresentado no capítulo 3.

Assim, São Jorge apresenta-se como um território dinâmico, transformado historicamente, mas mantendo sua lógica de múltiplos usos e de diversidade de atores e interesses conectados pela unidade da ‘cidade’. Alexander (2013), ao refletir sobre as cidades artificiais e naturais, aponta para a necessidade de revisão dos planos, buscando a valorização dos diferentes laços e das estruturas sociais a partir das quais são identificados os nós e as articulações que permitem a unidade na diversidade.

O encontro com os empreendedores locais ocorreu de forma presencial, na sede da Associação de Moradores de São Jorge em 24 de maio de 2023 (Ilustração 14). Nessa oportunidade, observou-se o baixo engajamento e a baixa participação dos setores de alimentação e hospedagem, em detrimento dos gestores culturais e artistas locais. De certa forma, essa fragilidade sugere que os trabalhadores informais têm maior interesse em conciliar seu ganho de capital ao desenvolvimento da Vila e, em função disso, buscam apoio nos diversos interlocutores externos interessados em mediar conflitos e instrumentalizar a população.

Ilustração 15: Convite para Roda de Conversa com Empreendedores e prestadores de serviços para o turismo de São Jorge.



Fonte: Elaborado pelas bolsistas do Projeto Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística.

Nessa Roda de Conversa, ficou definida a necessidade de elaboração de formulário eletrônico para mapear como empreendedores e prestadores de serviços turísticos têm se relacionado com a economia local no que tange a utilização de produtos e contratação de mão de obra. Esse levantamento teve como objetivo mapear e identificar os empreendimentos parceiros da Vila. Ao todo, foram registradas 17 respostas entre prestadores de serviços de hospedagem, alimentação, agência de viagem e *souvenir*. O panorama destes resultados compõe o 5º capítulo desta tese.

Ilustração 16: XXIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros – julho/2023.



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, participativa e Turística, 2023.

A pedido da comunidade, foram realizadas reuniões paralelas com representantes locais, membros da Comissão de revisão do PD no mês de julho e agosto para discutir a proposta apresentada pela empresa contratada pela Prefeitura. Nestes encontros, observou-se a ineficiência da proposta no que tange a busca por solucionar problemas que são responsabilidades da esfera federal e estadual, como por exemplo, a criação da zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. E, a priorização da regularização fundiária e proposição alteração normativa do parcelamento urbano, viabilizando o crescimento populacional da Vila de forma desconectada com a oferta dos serviços públicos básicos.

A síntese das atividades e da participação nos Conselhos locais tornaram-se base para a “construção dos cenários” e, em agosto de 2023, foi realizado o 3º Encontro online para apresentação e discussão das propostas que subsidiaram o Projeto urbanístico de São Jorge, conduzido de forma paralela pela discente Maria Luiza Cotta Bisinoto¹¹ sob coorientação da presente pesquisadora. Esse processo, de forma indireta, compõe a pesquisa em tela, visto que atendeu a demandas emergências da comunidade e contribuíram para as interlocuções e contribuições nas ações de revisão do Plano Diretor de Alto Paraíso.

Após a organização dos achados da pesquisa-ação e dos parâmetros construídos e validados foi possível validar o potencial dialógico presente na integração dos conhecimentos formais e práticos, assim como o reconhecimento do trabalho conjunto a partir da base local para alcançar o desenvolvimento territorial participativo, dando protagonismo às técnicas e aos saberes locais, promovendo a criação de instrumento teórico metodológico compatível com a tecnologia social. Tendo como pressuposto o direito à cidade e as suas dinâmicas urbano-turística.

Em setembro de 2023, durante o II Fórum Sociocultural Local do Polo UnB Chapada, foi realizado um novo voo de drone com o objetivo de mapear a área da Ecovilla e Vila Cristal, que abrigam conglomerado de casas que aguardam a regularização e, em alguns casos, estão em processo de reconhecimento ou desapropriação por ocupar área federal pertencente ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

¹¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Bolsista PIBIC do Projeto “A PRODUÇÃO DO HABITAT E OS ECOSISTEMAS URBANOS E RURAIS: Diagnóstico socioespacial e sustentabilidade urbana nos Municípios de Cavalcante - GO e Alto Paraíso – GO”. O trabalho completo pode ser acessado em: <<https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1QU3AA93AiGm6L5xMukhVw8Gu14bEgbHQ>>

Ilustração 17: Expansão urbana, São Jorge – Alto Paraíso de Goiás.



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística.

Para a validação dos achados e compreensão dos conflitos existentes no processo de revisão do Plano Diretor de Alto Paraíso, optou-se por uma visita à Vila nos dias 28 e 29 de outubro de 2023, na qual foi possível mapear uma nova ocupação próxima à rodovia e a localização dos equipamentos turísticos. Observou-se que a implantação da pavimentação está comprometendo a área natural, especialmente o Parque Municipal do Preguiça (Ilustração 17).

Ilustração 18: Início das obras de pavimentação do Distrito de São Jorge.



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística.

Nesta oportunidade, priorizou-se o diálogo com lideranças comunitárias e a identificação de estratégias que assegurem o bem estar social e o cumprimento do objetivo do processo de revisão do Plano Diretor que está direcionada à questão da regularização fundiária, atendendo ao interesse de grupos isolados. Cabe destacar que, de acordo com encontros realizados com os grupos de trabalho e com a comunidade, a temática do turismo não será abordada com profundidade neste instrumento.

A incoerência existente no processo técnico adotado pela empresa contratada e validada pela Prefeitura Municipal, compromete a proposta metodológica prevista pelo Estatuto das Cidades (Brasil, 2001), negligenciando os direitos sociais básicos da comunidade como saneamento, “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988, Art. 6º), acessibilidade, cidadania e comunicação. Esses últimos possibilitam a ruptura paradigmática e a construção de processos, métodos e técnicas estruturados a partir de problemas sociais, tendo como pressuposto sua aplicabilidade,

replicabilidade e baixo custo, garantindo sua adequação à realidade dos grupos sociais (Andrade *et. al*, 2019; Dagnino, 2019).

A pesquisa-ação apresentou como pressuposto a elaboração coletiva, integrando as múltiplas formas de conhecimentos e saberes, para atender à realidade de cidades turísticas de pequeno porte. A partir da construção e sistematização de parâmetros (padrões) de planejamento territorial participativo para o ecossistema turístico a fim de subsidiar e complementar os debates pertinentes aos processos de revisão das políticas urbanas materializadas no Plano Diretor.

A materialização da experiência vivenciada ao longo dos últimos dois anos foi apresentada, dialogada e validada pela comunidade durante o encontro presencial realizado no dia 20 de novembro de 2023 na sede da ASJOR. Nessa oportunidade foram apresentados o projeto urbanístico “Vila de São Jorge, memória e infraestrutura” e o “Plano participativo para o desenvolvimento do turismo em São Jorge” (Ilustração 18), ambos realizados no âmbito do Projeto de Extensão “Gestão Urbana participativa e turística – padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante”, coordenado pela Prof^a Dra. Liza Andrade.

Ilustração 19: Projeto urbanístico realizado por Maria Luíza Cotta Bisinoto e Plano de turismo realizado por Livia Barros Wiesinieski, ambos orientados por Liza Andrade.



Fonte: Acervo do projeto de Extensão (2023).

A participação na audiência pública realizada em 23 de novembro do corrente ano demonstrou a fragilidade do processo participativo orientado pela empresa contratada em 2019 para a revisão do “Plano Diretor Participativo, Urbano-Rural-Ambiental de Alto Paraíso de Goiás”. A apresentação de ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável evidenciou a incompletude da proposta e inviabilidade de aprovação em audiência pública, uma vez que a proposta não atende de forma ampla aos regramentos do Plano de Manejo da APA Pouso Alto, unidade de conservação em que o município está inserido.

A partir da compreensão da complexidade das relações humanas e do ambiente seja ele natural e/ou construído, observa-se o potencial criador e transformador das realidades humanas e das cidades a partir da multiplicidade de usos possíveis para cada conjunto ou sistema. Portanto, a compreensão do planejamento territorial participativo para o turismo, em pauta nas agendas urbanas, demanda um diálogo coeso e abrangente sobre as percepções, saberes e experiências vivenciadas a partir do local ao global, e do individual ao coletivo.

O Próximo capítulo, ao apresentar a abordagem teórica desta tese, oportuniza-se a identificação dos atritos, elementos e nós orientadores da qualificação das estruturas sociais, e

da flexibilização necessária para a construção da ciência cidadã a partir da tecnociência solidária e da ecologia de saberes.

CAPÍTULO 3 - PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO E A VISÃO ECOSISTÊMICA - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DIALÓGICA

Este capítulo, ao abordar o planejamento territorial participativo, integrando as dimensões do ecossistema urbano, rural e turístico, busca promover o diálogo entre agendas urbanas e compromissos de governança, envolvendo atores públicos, privados, universidades e a sociedade civil. Reconhece o território como um sistema interconectado, destacando a importância da participação comunitária na definição de políticas. Prioriza a sustentabilidade, equidade social e qualidade de vida, incluindo estratégias para integrar áreas urbanas. No contexto turístico, destaca a necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, com participação local. Enfatiza a interlocução entre governos, setor público e privado, universidades e sociedade civil, para abordar a totalidade do planejamento participativo, alinhado com diretrizes, compromissos e relações inerentes à vida humana e às cidades.

As dinâmicas territoriais, presentes nas cidades, têm como base os elementos e interações que compõem o sistema da vida, orientando para uma compreensão da totalidade e complexidade em que estão imersos. Novas práticas e vivências foram potencializadas a partir da pandemia do Coronavírus. A preocupação com os direitos e garantias sociais emergiram trazendo a necessidade de reposicionamento político dos movimentos de resistência e das lideranças locais. As arenas de debate sobre os rumos a serem seguidos pelos gestores, conforme esperado por Lefebvre (2001), se fortaleceram propagando a potência da participação da sociedade nos processos decisórios.

A instrumentalização da sociedade propõe a compreensão teórica do planejamento participativo e das dinâmicas ecossistêmicas a partir da promoção da sustentabilidade e da resiliência urbana, considerando a preservação ambiental e cultural, e o equilíbrio social e econômico como eixos norteadores da vida em sociedade. Estimula-se a substituição da lógica simplificadora da globalização a partir dos pares de ação/ reação, da unidade de causa/ efeitos, sustentado pelos limites da reversão das ações individuais e coletivas, pela economia cooperativa, territorial e comprometida com o bem estar.

Assim, ao resistir, a realidade incorpora as “experiências, representações, descrições, imagens ou formalizações matemáticas” (Nicolescu, 2018, p. 30), tornando-se uma trans-subjetividade que ultrapassa a concepção de construção social e o consenso de coletividade. Pois, a natureza social do ser humano o conduz à vida em sociedade e à construção de normas e valores que permitem uma experiência em comum” (Chauí, 2013).

Os processos de gestão e elaboração de pactos territoriais, presentes nas cidades, instrumentalizam o planejamento territorial, setorial e urbanístico a partir das diretrizes e parâmetros, conforme estabelecido pela Carta da Paisagem (Delfino, 2017). Quanto à paisagem, considera-se a ilustração como elemento territorial básico e responsável pela integração do planejamento territorial à capacidade de autogestão. A partir de sua unidade, é fortalecida pela conilustração morfológica que fomenta a transformação dos referenciais geográficos e históricos por meio da leitura dos habitantes locais, já acompanhados por seus contextos e vivências, e fomentadores da construção dos lugares (Pronsato, 2005). Por isto,

Negligenciar espaços como as pequenas cidades é negar-se a conhecer a dinâmica do fenômeno do urbano no Brasil e até mesmo desconsiderar a história e o presente das cidades brasileiras. Por isso, o desafio inicial que precisa ser vencido é observar a cidade para além de dados populacionais, porque lugares pouco populosos são características não apenas das cidades, mas também de municípios brasileiros (Silva; Silva, 2022, p. 33).

Para Andrade (2014), o planejamento territorial precisa acolher a complexidade das cidades a partir de sua totalidade ecossistêmica e da sabedoria popular que é capaz de identificar e solucionar seus problemas a partir de suas experiências e vivências, tendo as iniciativas públicas e privadas como aparatos para apoio e sistematização de suas propostas para transformação da multiplicidade de realidades presentes nas comunidades.

Portanto, o objetivo deste capítulo é apresentar o planejamento territorial participativo a partir das dimensões do ecossistema urbano e rural, integrado ao ecossistema turístico e envolvendo o meio físico, biológico, social e o ambiente construído. De forma complementar, promover o diálogo com a agenda urbana e os compromissos assumidos pelas governanças local, estadual e federal da interlocução entre atores públicos, privados, universidade e sociedade civil, dentro de sua totalidade e complexidade.

3.1 Da compreensão do território, territorialidade e da práxis a partir da diversificação cultural e da paisagem

A política urbana brasileira, ao priorizar a função social da propriedade, ressalta a importância de considerar não apenas aspectos materiais, mas também imateriais ao abordar a questão do território. A discussão sobre o planejamento como instrumento destaca desafios relacionados à desconexão entre as propostas de planejamento e as dinâmicas locais, sugerindo que a replicação de modelos pode comprometer a diversidade e a efetividade dos processos.

Esse processo envolvente e dinâmico fomenta transformações socioculturais, materiais e imateriais, alimentadas pela resiliência diante das vicissitudes da vida e dos princípios éticos, estéticos e ecóticos acolhidos como instrumentos de resistência e enfrentamento das incertezas, inseguranças da vida.

A produção de lugares e paisagens compreende a dinâmica da ação humana, tornando-se síntese e processo, simultaneamente (Pronsato, 2005). Nesse contexto, a atividade criadora está intrinsecamente ligada à condição de estranhamento ou alienação que permeia a produção de objetos em uma sociedade caracterizada pela propriedade privada. A dicotomia entre valor de uso e valor de troca evidencia a contradição inerente à arte que, no contexto capitalista, se separa do artista, transformando-se em mercadoria. Assim, o lugar enquanto tipo de relação, permite a observação e a conilustração espacial (Kholtdorf; Kholtdorf, 2017).

Santos (2014) destaca a cultura como forma de comunicação entre o indivíduo e o grupo com o universo, sendo, ao mesmo tempo, uma herança e um aprendizado contínuo das relações entre o ser humano e seu ambiente. Ao abranger tanto o processo produtivo quanto às práticas sociais, desempenha papel agregador, unindo pessoas em um grupo, proporcionando a consciência de pertencimento e moldando a identidade coletiva e individual.

Ao se organizarem em sociedade, os indivíduos moldam e são moldados pelos lugares que habitam de forma complexa e criativa. Assim, tornam-se a combinação de faculdades racionais, sensibilidade e impulso criativo (Bauman, 2012). Pois, suas necessidades ultrapassam seu sustento fisiológico, emocional, de abrigo, segurança e da busca pelo equilíbrio de forma relacional, dialética e dialógica. Assim como a lógica humana, o território representa uma diversidade cultural, paisagística, constituída de forma dinâmica, processual e multiescalar, onde, a participação ativa e a escuta efetiva tornam-se objeto de luta e fortalecimento dos indivíduos residentes.

O território é moldado pelas práticas sociais, ao mesmo tempo em que as estruturas espaciais influenciam e restringem as ações da sociedade. A dialética socioespacial reconhece a mutabilidade do espaço em resposta às mudanças sociais, econômicas e culturais, criando uma interação dinâmica entre o homem e seu ambiente. Assim, tornando-se resultado e condição dos processos, subjugados ao tempo e ao espaço (Saquet; Silva, 2008). Essa abordagem destaca a interdependência entre o ambiente e as ações humanas, reconhecendo a dinâmica e a mutabilidade do espaço em resposta às mudanças sociais, econômicas e culturais.

Assim, apresenta-se como agente ativo nas interações simbólicas, moldando premissas e proposições que orientam o cotidiano dentro de um determinado espaço, o indivíduo não apenas influencia, mas também é moldado por esse ambiente, resultado da complexa interação

socioespacial e das dinâmicas econômicas. A síntese do pensar e fazer determina a produção do lugar e o trabalho, além da materialização das expectativas sociais e da diferenciação das escalas e valores a partir de sua complexidade e capacidade relacional (Kholtdorf; Kholtdorf, 2017).

Por sua vez, a territorialidade tange as relações entre elementos e processos sociais e territoriais, definidos historicamente a partir da problemática urbana e rural, cidade e campo, mobilizando a luta contra hegemônica, tendo o tempo e o espaço como campo de interação e interlocução (Hernandez, 2020). Pois, não há possibilidade de leituras simplificadoras e excludentes que não abarcam a dinâmica do campo a partir de sua interação com a cidade, assim como as relações construídas entre os sujeitos dentro de seu cotidiano.

O planejamento, neste contexto, torna-se instrumento de racionalização, organização e utilização de recursos desconectados da realidade local, a partir do diálogo entre os problemas, soluções vivenciadas, níveis de decisão e escalas (Santos, 2013). Todos esses atributos, de alguma forma, comprometem a efetividade dos processos, especialmente aqueles materializados em propostas de replicação que não são capazes de trazer a diversidade das dinâmicas locais.

Portanto, a seção a seguir trará importante contribuição acerca do planejamento, resiliência e resistência territorial, por entender a normatização dos sistemas locais a partir de sua inteligibilidade, clareza, coesão, comunicação e compreensibilidade. Esses sistemas integram o rural ao urbano, o turismo ao território e as práticas cotidianas à governança local e territorial.

3.2 Planejamento, resiliência e resistência territorial

O espaço vivido, desigual e injusto representa a ausência do cidadão e a ineficiência do planejamento urbano que prioriza a economia em detrimento da sociedade, imobilizando-a e/ou expulsando-a do seu lugar de origem em função da especulação imobiliária (Santos, 2014). As contradições estabelecidas entre o valor de uso e o valor de troca neste contexto capitalista evidencia a mercantilização da cidade.

Amparados pela cidadania enquanto abordagem situacional, social, jurídica e política, torna-se lei da sociedade, mas não garante autonomia aos cidadãos que, a partir das transformações cotidianas, ficam limitados às manifestações homogeneizadas e alienadas. Torna-se consumidor e usuário, distanciando-se dos componentes culturais e territoriais

(Santos, 2014). Emergindo a necessidade de mudança no foco dos problemas sociais de forma adaptativa e resiliente.

Por sua vez, o planejamento territorial, quando concebido de maneira eficaz, transcende a simples organização espacial, integrando dimensões cruciais de resiliência e resistência. No âmbito do desenvolvimento sustentável, o planejamento territorial não apenas delinea o ordenamento do espaço, mas também incorpora estratégias que promovem a resiliência, capacitando comunidades a enfrentar e se recuperar de adversidades.

A resiliência territorial, nesse contexto, refere-se à capacidade de uma região resistir a choques e estresses, adaptando-se de maneira positiva às mudanças. Paralelamente, a resistência territorial implica na capacidade de enfrentar pressões externas que ameaçam a identidade, cultura e a autonomia local.

Ao entrelaçar planejamento, resiliência e resistência, cria-se um arcabouço que não apenas modela o espaço físico, mas também fortalece a capacidade das comunidades de superar desafios, preservando suas características distintivas e promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Essa abordagem holística não apenas prepara territórios para o futuro, mas também fomenta a construção de sociedades mais resilientes, capazes de enfrentar de forma adaptativa as transformações e adversidades que possam surgir.

A produção de lugares e paisagens, conforme destacado por Pronsato (2005), é uma dualidade complexa, representando tanto um produto quanto um processo resultante da ação humana. Esse contexto incorpora a atividade criadora desses espaços, que, por sua vez, carrega consigo a condição de estranhamento e alienação inerente à produção de objetos dentro da propriedade privada.

Apesar da complexidade inerente ao espaço e à dinâmica humana, o planejamento regional com base territorial, conforme apontado pelo GTSCA2030 (2022), tem falhado em impulsionar efetivamente políticas públicas regionais. Saquet e Silva (2008) enfatizam a relação dialética entre espaço e homem, considerando-os sínteses dinâmicas numa combinação teórico-metodológica. O espaço é concebido como a morada do homem, moldado por forma, função e processos de organização e reorganização.

A interação dialética entre as dimensões ambientais e as políticas urbanas, ambientais e territoriais revela desafios na busca por cidades inclusivas, sustentáveis e resilientes. Apesar do arcabouço normativo e teórico abranger uma variedade de instrumentos e normas, sua aplicação efetiva é muitas vezes deficiente, resultando na redução do direito à cidade e à autodeterminação territorial.

A reflexão sobre estratégias alternativas para o desenvolvimento territorial, conforme sugerido na página 40, amplia a compreensão das diversas realidades e dinâmicas fundamentais para a sustentabilidade. A integração de saberes estimula a resiliência e a construção do conhecimento, oferecendo uma visão mais completa das complexidades envolvidas.

Citando Santos (2014), a relação entre cidadania, cultura e territorialidade se entrelaça, sendo a cultura uma forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo. A cultura, que abrange o processo produtivo e práticas sociais, é o elo que conscientiza as pessoas a pertencerem a um grupo, sendo o cimento que as une. Santos também destaca que a desterritorialização resulta em alienação, estranhamento e culturalização, ressaltando a importância de considerar não apenas o espaço físico, mas também as dimensões culturais e sociais no entendimento e planejamento do desenvolvimento territorial.

Ao longo das décadas, a evolução dos atributos humanos reflete as demandas e os desafios de cada época. Nas décadas de 60 e 70, atribuía-se valor à capacidade de conferir significados apropriados às crenças individuais, enquanto assumir riscos era considerado válido, desde que garantisse a sobrevivência (conceito expresso pelo acrônimo SOBRARE). Na tumultuada década de 80, a ênfase recai sobre a capacidade de ser flexível diante das adversidades, destacando a importância da invulnerabilidade, capacidade adaptativa e bom manejo do estresse, incluindo a habilidade de resolver traumas.

Avançando para os anos 2000, emergiu a percepção de que a capacidade de ser flexível, ao atribuir significado aos fatos, pode ser desenvolvida, sinalizando uma mudança na abordagem psicológica. Nesse contexto, Barbosa (2011) propõe um conceito mais abrangente: um conjunto de crenças individuais que capacita o ser humano a transcender obstáculos, interpretar o ambiente e compreender outras pessoas com acuidade, permitindo-lhes imaginar o futuro com uma perspectiva de superação. Assim, a evolução desses atributos ao longo das décadas reflete não apenas as mudanças nas demandas sociais, mas também a contínua busca pela resiliência e adaptação diante dos desafios do tempo.

O planejamento territorial participativo emerge nesse contexto de luta, resistência e resiliência, tornando-se uma abordagem que envolve a participação ativa da comunidade na definição de políticas e diretrizes para o desenvolvimento de determinada região. Quando aplicado à visão ecossistêmica, isso implica em considerar o território como um sistema complexo, no qual as interações entre os diversos elementos (naturais, sociais, econômicos) são levadas em conta.

A resiliência, por sua vez, materializa-se a partir da adaptação e inovação dos sistemas tornando-os resistentes, seja por meio da qualificação das infraestruturas ou dos planos de

enfrentamento, como, por exemplo, os relacionados às mudanças climáticas e os processos de ressignificação e empoderamento local a partir dos eventos e projetos culturais.

A compreensão do uso racional do território e do desenvolvimento são primordiais para as discussões relacionadas à sustentabilidade, pois estabelece um parâmetro sob o qual as futuras propostas de ação deverão seguir. Quanto ao conceito de desenvolvimento, cabe aprofundar a leitura de outros autores, mas mantendo como norteador as ideias de “apropriação de direitos” sejam eles econômicos, sociais, culturais, políticos ou ambientais (Sachs, 2009). Assim, cabe destacar os princípios orientadores do desenvolvimento sustentável a partir das perspectivas de Capra (2002), Dauncey e Peck (2002), Braun (2003), Andrade (2005) e Sachs (2009), sintetizados no quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Síntese dos princípios da sustentabilidade

Princípios				
Capra (2002)	Dauncey e Peck (2002)	Braun (2003)	Andrade, (2005)	Sachs (2009)
Redes - Ciclos	Proteção ecológica (biodiversidade)	Arquitetura e alimentação orgânica	Proteção ecológica	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social
Energia solar	Adensamento urbano	Tecnologia alternativa	Adensamento urbano	Mudança no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação)
Alianças	Revitalização urbana	Arquitetura ecológica	Revitalização urbana e sentido de vizinhança	Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis
Diversidade	Implantação de centros de bairro	Dinheiro alternativo	Mobilidade sustentável	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais
Equilíbrio dinâmico	Desenvolvimento da economia local	Permacultura	Drenagem Natural	Condições urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
	Implantação de transporte sustentável	Integração social	Política dos 3R's	Desenvolvimento econômico Inter setorial equilibrado
	Moradias economicamente viáveis	Espiritualidade	Economia local	Democracia definida em termos de

				apropriação universal dos direitos humanos
	Comunidades com sentido de vizinhança	Desenvolvimento sustentável	Gestão integrada da água	Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
	Tratamento de esgoto alternativo e drenagem natural		Tratamento de esgoto	
	Gestão integrada da água		Moradias economicamente ativas	
	Energias alternativas		Energias alternativas	
	Políticas baseadas nos 3 R's			

Fonte: elaborado a partir das obras de Capra (2002), Dauncey e Peck (2002), Braun (2003) Andrade (2005), Sachs (2009).

Assim, sustentabilidade urbana e resiliência urbana se interconectam, visando a prosperidade de maneira equitativa e sustentável diante dos desafios presentes e futuros, tendo como condutor os objetivos do desenvolvimento sustentável expressos na Agenda 2030, apresentado brevemente na introdução. Compreender dialeticamente esse processo exige a transgressão do olhar e o entendimento do território e do espaço de foram transdimensional e multirreferencial, ao promover a ampliação e redução das fronteiras e das interações a partir da busca por interesses em comum e pela lógica estabelecida pelos ciclos viciosos e virtuosos da vida em sociedade.

A compreensão da complexidade que envolve a governança tangencia a complexidade das redes de relações sociais no âmbito político-administrativo e territorial. Ao assumir o caráter relacional da vida em sociedade, torna possível o reconhecimento das problemáticas emergentes e do potencial transformador das ações individuais conectadas a uma estrutura maior, complexa e resiliente. Podendo assumir diferentes perspectivas quando vinculada à política pública intraorganizacional: perspectiva tradicional ou *top-down*, perspectiva participativa ou *bottom-up*, e perspectiva da governança de redes (Calmon; Costa, 2013).

Zazueta e Mercado-Celis (2019) refletem sobre a governança enquanto fenômeno social, limitados, muitas vezes incoerentes e desarticulados, constituídos pela sobreposição sistêmica de atores e elementos pautados pelas questões econômicas e pela sinergia intersetorial

e seus respectivos aparelhos, estratégias e ações inerentes à desarticulação dos aglomerados turísticos.

A Governança territorial possibilita o alcance do codesenvolvimento a partir da interpretação do desenvolvimento humano dentro de sua totalidade, sinergia e de suas interconexões entre os diferentes municípios, atores e valores. Implicando em uma leitura holística orientada por critérios verificadores e indicadores da dinâmica cotidiana. Dessa forma, esta sessão acolherá teórica e conceitualmente a compreensão do ecossistema urbano e do ecossistema turístico como caminho síntese da interface urbano-turística.

A interlocução entre turismo e planejamento urbano-ambiental revela-se, portanto, como “[...] instrumento idôneo para racionalizar as manifestações do fenômeno, para vinculá-las ao processo de desenvolvimento global no nível econômico e social” (Molina, 2005, p. 38), garantindo o bem-estar daquele que recebe e do turista, que, ao se deslocar, busca saciar suas expectativas de interação, descanso e revitalização de suas necessidades físicas e emocionais.

Portanto, em territórios considerados como destinos “exóticos”, a possibilidade de um novo turismo é subjugada por instâncias de governança que, ao priorizar a retomada econômica em tempo de pandemia, negligencia a possibilidade de adoção de processos de planejamento capazes de promover a integração entre as demandas reais da região e sua capacidade de suporte e adaptação.

3.3 Ecossistema urbano, dinâmicas da cidade e capilaridades

A compreensão das dinâmicas territoriais fundamenta-se no entendimento do ecossistema como “unidade funcional básica onde organismo e ambiente influenciam as propriedades do outro, sendo ambos necessários para a conservação da vida” (Odum, 2001, p. 12). Os ecossistemas urbanos são processos multidimensionais que sustentam os recursos naturais e humanos integrados aos componentes biológicos, físicos e sociais presentes no ambiente construído. Portanto, ao apresentar os padrões espaciais, promove a transdisciplinaridade presente nas cidades, tendo em vista a complexidade existente na integração de agentes, institutos e instituições para a construção da heterogeneidade espacial e das hierarquias integrativas¹² para cidades resilientes (Andrade, 2014).

¹² São constituídas por níveis de sistemas com capacidade de reorganização, constituindo arranjos mais resilientes (Andrade, 2015).

Adler e Tanner (2015) compreendem a contribuição do ecossistema urbano como princípio ecológico para o ambiente construído, estruturado a partir da ecologia urbana, tendo como características: a morfologia, a fisiologia, o comportamento, a história de vida e as características sociais relacionadas à integração. Os autores destacam as transformações da cidade, seus impactos e a capacidade de modificação da paisagem e impacto nas dinâmicas de uso e ocupação como forma de reorganização do sistema.

A complexidade do ecossistema urbano esbarra na baixa efetividade das políticas públicas e na mercantilização da cidade. Cabe ao Estado o controle e regulamentação da produção do ambiente construído, especialmente no que tange ao uso e ocupação do solo (Maricato, 2015). Neste sentido, as dinâmicas imobiliárias apresentam-se como objeto de contradição no qual o poder público abdica de defender a função social da propriedade e passa a agir em função do valor de troca dos espaços urbanos, inclusive associados a propostas desenvolvimentistas, como a da utilização do turismo como atividade econômica.

O urbano torna-se multidimensional, cabendo atenção à sua potencialidade e integração de forma sobreposta e ambígua (Alexander, 2015). Sua complexidade exige a compreensão dos processos que sustentam as relações existentes entre sujeito, sujeito-natureza-sujeito e sujeito-ambiente construído-natureza-sujeito. Tudo isso se associa às incertezas políticas, econômicas, ambientais e culturais, que influenciam o desvelar das intencionalidades presentes no território. Incorpora-se o espaço rural e seu potencial paisagístico como lugar bucólico e sensível seja do ponto de vista ambiental, social, econômico e turístico.

Para Andrade (2014, p. 161) a cidade, ao ser entendida como um sistema “caracterizado por propriedades que emergem das interações entre partes”, representa a lógica ecossistêmica a partir de uma hierarquia fluida na qual a população local, entendida na escala da comunidade, interage com o ambiente natural e construído onde a heterogeneidade espacial promove a resiliência por meio da integração entre os sistemas biológico, social, físico e construído.

Assim, a compreensão das pequenas cidades e seus processos relacionais demandam a conectividade entre visão e ação, visando sua análise a partir da “sua posição na rede urbana, as práticas sociais existentes, os fluxos que nela ocorrem, a sua paisagem e todo o contexto regional na qual está inserida. Deve-se enxergá-la como lugar de realização da vida humana, diante de um mundo globalizado” (Silva; Silva, 2022, p. 27).

3.3.1 A linguagem dos padrões/ parâmetros como facilitador inteligibilidade

A compreensão dos padrões espaciais revela-se como uma abordagem intrinsecamente interdisciplinar, conectando distintas linguagens capazes de estabelecer vínculos entre diversos campos do conhecimento. Segundo Andrade (2014), essa perspectiva encontra seu alicerce no desenho urbano, impregnado pela sensibilidade aos eventos que moldam o cenário urbano. A leitura ideográfica, por sua vez, emerge do reconhecimento da heterogeneidade espacial e de sua organicidade inerente. Nesse sentido, observa-se um salto conceitual e teórico para a construção metodológica em favor da justiça socioambiental.

Ao considerar o desenho urbano como um reflexo sensível dos eventos, torna-se possível decifrar as complexas relações entre os elementos que constituem o espaço urbano, revelando uma intrincada trama de interações. Nesse contexto, a compreensão dos padrões espaciais transcende as fronteiras disciplinares, proporcionando uma visão holística que abraça a diversidade e a dinâmica inerente à tessitura da cidade.

A noção de "padrão" se manifesta como uma solução recorrente para os desafios em arquitetura e urbanismo, sendo aplicável em diversas esferas, inclusive em problemas técnicos e sociais. Contudo, uma problemática surge do desejo modernista de purificar visualmente as áreas urbanas, eliminando estruturas complexas, subdivisões e conexões características da cidade tradicional. A concentração geométrica das funções, ao consolidá-las, resulta na perda da mistura complexa que define a trama urbana tradicional.

Salingeros (2003) destaca a contemporânea tendência de separar espacialmente os elementos urbanos, dificultando processos participativos de desenho devido às visões contraditórias sobre o ambiente construído. Ademais, à medida que o processo de desenho avança, a introdução de diversos padrões torna-se imperativa, especialmente ao lidar com diferentes escalas e a crescente complexidade, demandando decisões rápidas e considerações técnicas, práticas e legais. A força desse método reside em sua continuidade nas escalas menores, permitindo a adição de regiões individuais à medida que a escala maior é estabelecida, proporcionando uma abordagem flexível e adaptável ao desenvolvimento urbano.

Os padrões apresentam-se como elementos de linguagem capazes de descrever problemas recorrentes, e soluções abrangentes de forma clara e lúdica. O desenho representa as correlações presentes nas dinâmicas urbanas e territoriais (ALEXANDER *et al.*, 2013). A partir do “mapa base” elaborado pelos autores, contendo 253 padrões globais, 9 se destacaram como guia dos processos de leitura territorial e diálogos às problemáticas: a) pequenas cidades rurais pensando na proteção do solo e a demarcação dos limites das cidades; b) mosaico de subculturas estimulando a formação de políticas e estruturas que definem a cidade; c) comunidade de sete mil pessoas; d) limites e culturas entre subculturas; e) bairro identificável relacionados à

comunidades autogovernadas e lugares fisicamente identificáveis; f) redes de aprendizado; g) redes de comércio e serviços, conectividade e encorajamento a partir de redes; h) ruas de comércio para pedestres encorajando a consolidação de comércios locais e novas centralidades; e i) subprefeituras. Assim, a ilustração a seguir representa as figuras referentes a cada um desses.

Ilustração 20: padrões globais orientadores da construção comunitária.




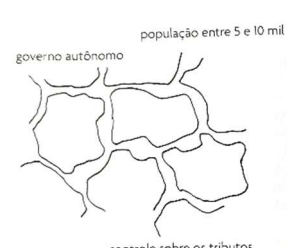


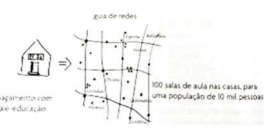
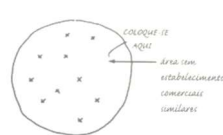
Fonte: Adaptado de Alexander *et al.*, 2013.

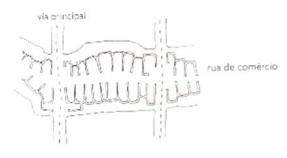

A adoção da linguagem de padrões suscita a leitura integrada das realidades presentes no cotidiano complexo e relacional (Alexander, *et al.*, 2013) que acolhe as dinâmicas sociais, ambientais, econômicas e culturais, proporcionando coerência e completude ao ecossistema e preservando sua eficiência e diversidade.

A compreensão dos padrões pressupõe o exercício descritivo das realidades, seus contextos e capilaridade, assim como a identificação de oportunidades de ruptura e adequação sociotécnica, assim, estabelecendo processos recursivos e conjunturais do global ao local, onde a microescala tem papel fundamental na formatação transdisciplinar das táticas do cotidiano. O quadro a seguir apresenta de forma dissertativa e ilustrativa os padrões espaciais propostos por Alexander *et al.* (2013):

Quadro 5: Padrões espaciais representativos da pesquisa ação

PADRÃO	PROBLEMA	SOLUÇÃO	ILUSTRAÇÃO
Pequenas cidades rurais	Zonas rurais dando suporte às urbanas; Crescimento do centro urbano; Êxodo rural e busca pela qualidade de vida.	Recuperação econômica e incentivo à comercialização; Zoneamento; Serviços sociais.	

<p>Mosaico de subculturas</p>	<p>Homogeneidade, falta de variedade entre pessoas e monotonia;</p> <p>Pouca variedade de estilos de vida;</p> <p>Medo de ser autêntico e pobreza de personalidade;</p> <p>Mosaico de subcultura.</p>	<p>Heterogeneidade espacial;</p> <p>Mapear as interações que levam à pobreza de personalidade;</p> <p>Formação da identidade – educação, trabalho e lazer;</p> <p>Organização social em larga escala;</p> <p>Autorrealização.</p>	 <p>centenas de subculturas distintas</p> <p>limites das subculturas</p>
<p>Comunidade de sete mil pessoas</p>	<p>Distância entre pessoas e centro de poder;</p> <p>Disjunção entre cidadão e governo;</p> <p>Tamanho da comunidade política;</p> <p>Localização visível do governo local.</p>	<p>Comunidades autônomas, autogovernadas e com recurso próprio;</p> <p>Descentralização;</p> <p>Serviços comunitários.</p>	 <p>população entre 5 e 10 mil</p> <p>governo autônomo</p> <p>controle sobre os tributos</p>
<p>Limites e culturas entre subculturas</p>	<p>Opressão e subjugação;</p> <p>Similaridade.</p>	<p>Subculturas entre barreiras físicas e desenvolvimento de caráter próprio.</p>	 <p>6.5 km de terreno com 75 metros de altura</p> <p>limites artificiais</p> <p>barreiras físicas</p> <p>valões naturais</p>
<p>Bairro identificável</p>	<p>Identidade da unidade espacial influenciada pelo tráfego;</p> <p>Relação e interação entre vizinhos.</p>	<p>Unidade espacial identificável;</p> <p>Autodeterminação como forma de reconhecimento.</p>	 <p>população máxima de 500 pessoas</p> <p>diâmetro máximo de 300 metros</p>
<p>Redes de aprendizado</p>	<p>Crise da educação escolar;</p> <p>Recursos físicos e de aprendizagem limitados.</p>	<p>Currículo da cidade e facilitação do acesso ao aprendiz;</p> <p>Participação voluntária na sociedade;</p> <p>Descentralização do sistema educacional.</p>	 <p>guia de redes</p> <p>pagamento com vale-educação</p> <p>100 salas de aula nas casas para uma população de 10 mil pessoas</p>
<p>Redes de comércio e serviços</p>	<p>Distribuição desigual de pontos de comércio;</p> <p>Instabilidade dos comércios;</p>	<p>Distribuição homogênea das lojas para atender a comunidade;</p> <p>Mapeamento de áreas de influência, potenciais</p>	 <p>coloque (X) aqui</p> <p>áreas com estabelecimentos comerciais similares</p> <p>lojas do mesmo tipo</p>

	Ênfase na concorrência e similaridades.	cliente e lacunas de mercado; Ênfase nos serviços.	
Ruas de comércio para pedestres	Centros comerciais lineares atendendo ao tráfego de automóveis e não de pessoas; Vias estreitas.	Lojas distribuídas em vias para pedestres, articuladas com vias arteriais; Ocupação de vias perpendiculares de forma orgânica.	
Subprefeituras	Ausência de centro de atividade política local para atendimento comunitário.	Fortalecimento de grupos autogovernados e organização local; Implantação de estruturas físicas de acolhimento e empoderamento local por meio de subprefeitura.	

Fonte: Adaptado de Alexander, *et al.* (2013).

Esta seleção de padrões representa uma linguagem possível a partir da leitura territorial e da busca por interfaces urbano-turísticas que atendam às demandas ecossistêmicas e o compromisso ético, estético e ético da vida em sociedade e das expectativas sociais. Assim, compreende-se a dinâmica territorial a partir da microescala local e da transformação socioespacial, tem-se a diversificação cultural como instrumento de resiliência e resistência, tendo nas redes um processo gradual de transformação conceitual e descentralização, na acessibilidade a capacidade de orientação e elaboração de lugares harmoniosos e na subprefeitura a organização democrática.

Neste sentido, a integração ecossistêmica torna-se elemento chave para a leitura das dinâmicas territoriais de forma adaptativa e autogestionária. Por isso, se integra à complexidade do turismo em busca de estratégias e parâmetros que proporcionem a vivência ativa, distributiva e sustentável.

3.4 Ecossistema turístico e a construção de um novo turismo em busca de cidades sustentáveis

Dentre a multiplicidade de conceitos de turismo, observa-se maior alinhamento mercadológico desta práxis social a partir da reafirmação de sua compreensão como atividade econômica capaz de incrementar o desenvolvimento socioeconômico e aliviar a pobreza em países em desenvolvimento (Malta *et al.*, 2019).

Para Silva (2017, p. 55), o turismo “é indissociável dos acontecimentos que o circundam, caracteriza-se por um sistema aberto que sofre influências de agentes internos e externos”. Isso oportuniza benefícios e mazelas às cidades receptoras sempre que o planejamento da oferta não possibilita a integração dos produtos e serviços aos trabalhadores, sejam eles formais ou informais.

A prática do turismo em comunidades rurais ou de baixa densidade esbarra em impactos positivos e negativos, devendo ser compreendido como um fenômeno interdisciplinar, processual e dialético, em que a sistematicidade das ações e os efeitos indesejáveis devem ser avaliados sob a perspectiva dos sistemas e suas interações (Moesch, 2014). O ecossistema, enquanto “conjuntos coletivos de enredamentos e fluxos” (Baptista, 2020, p. 15), acolhe a prática social e dialoga com o turismo, promovendo uma diversidade de padrões no tempo e no espaço.

Assim, a trama ecossistêmica do turismo constitui-se de processos complexos de desterritorialização a partir das interações entre sujeitos nas quais o sujeito-trama do turismo, em outras palavras, o turista, “aciona uma teia de materialidades e imaterialidades, desde as potentes tramas econômico-político-sociais-culturais e de prestação de serviços, até os subjacentes fluxos de energia” (Baptista, 2020, p. 14), atingindo os níveis de afeto e promovendo a transformação e reinvenção de sujeitos e lugares.

Ou seja, supera-se a perspectiva econômica estabelecida historicamente, fortalecida pela criação de postos de trabalho e pelo aumento na renda das famílias e receitas dos municípios, quando bem articulado com a comunidade local, assim como o reconhecimento e a valorização dos patrimônios locais, fortalecendo a identidade sociocultural coletiva. Portanto, quando planejado e implantado de maneira sustentável, seguindo o tripé economia, ecologia e sociedade, priorizando uma relação de troca mútua com as comunidades envolvidas, pode ser uma ferramenta de defesa para o patrimônio ambiental e cultural (Fernandes *et al.*, 2020).

Contudo, em uma relação dialética, apesar de o turismo se apresentar como solução, por outro lado, pode trazer prejuízos socioculturais e ambientais por forçar um processo de homogeneização cultural em prol do desenvolvimento econômico em contextos nos quais a atividade não é inclusiva. A “invasão” das comunidades despertam o interesse de ruptura com o ciclo turístico e de retomada da vida sem a presença dos turistas (Krippendorff, 2001). Isso ocorre pois a maior parte da renda e das tomadas de decisão se concentram nas mãos de poucos com maior poder. Além de impulsionar a especulação imobiliária e o conseqüente aumento no custo de vida (Dias, 2017).

A exploração do território, conduzida pela gentrificação, impede que a comunidade desfrute dos benefícios do turismo, pois ela não é a principal protagonista na oferta turística (Ferreira *et al.*, 2023). A introdução do mercado imobiliário compromete diretamente a segurança, o acesso da população aos serviços urbanos e a habitação ao modificar os padrões de qualidade e uso, além das expectativas em relação ao lugar, acelerando as transformações da paisagem. Em complementação, estabelece ritmos e custos para além da disponibilidade de compra dos trabalhadores locais e seu acesso à moradia quando condicionados à locação de imóveis.

Neste sentido, um dos principais desafios das cidades turísticas é assegurar à sua população o acesso aos domicílios particulares e reduzir seu déficit habitacional, pois, em muitas das vezes, o quantitativo de imóveis de uso ocasional é superior à demanda por moradia, forçando a migração da população mais vulnerável para regiões fora da centralidade e/ou para municípios do entorno.

O ecossistema turístico refere-se ao conjunto de elementos interconectados que influenciam e são influenciados pela atividade turística em um determinado território e precisa acessar a diversidade de perfis de atores e elementos, incluindo recursos naturais, culturais, infraestrutura, serviços, instâncias de governança e pessoas residentes inseridas ou não no mercado de trabalho do turismo, buscando garantir o equilíbrio ecossistêmico.

Ao serem “compreendidos a partir da descentralização de vozes, da dialogicidade de fatores bióticos e abióticos, em um processo de interação” (Baptista, 2020, p. X), pressupõem a harmonia comunicacional nas relações entre atores e ambientes em busca do equilíbrio, fluidez e harmonia. A complexidade comunicacional constituída por interações entre sujeitos e seus saberes, e a ampliação do olhar sobre a cidade para a visão de território como espaços complexos em si mesmos, é representada pelas múltiplas pertencas e identidades, refletindo as contribuições e interesses da pluralidade de atores que o habitam e compõem seus espaços de poder (Chamusca, 2013; Carmo, 2014).

Ao compor esta estrutura complexa, o turismo passa a abranger os grupos de agentes sociais e os processos produtivos, explicitando a diversidade cultural com que ora se complementam e outrora se contrapõem (Fratucci, 2014). Essa dialogicidade pressupõe a visão do turismo enquanto uma prática social em que a parte está no todo, constituindo uma dinâmica hologramática em que a incompletude torna esse processo humano mais singular (Beni; Moesch, 2015, 2017).

Assim, o sistema turístico de uma cidade pode ser dividido em dois grupos socioterritoriais, heterogêneos, com interesses diversos, sendo eles: os turistas e os residentes.

Quanto às dimensões de sua estrutura, são explicitados em quatro subsistemas, dois materializados (fixos), representados pelo ambiente natural e ambiente construído, e dois imateriais (fluxos) – dinâmicas sociais e dinâmicas econômicas. Demanda interação direta e processual de seus instrumentos de planejamento e gestão com a dinâmica da cidade e de seu entorno. A dialogicidade estabelecida deve ser amparada pelas diretrizes presentes na política urbana e turística de forma transescalar, especialmente no que diz respeito aos planos diretores e planos de desenvolvimento integrado.

Na tentativa de descentralizar e promover a fragmentação e criação de tipologias, o Ministério do Turismo estabeleceu a segmentação enquanto prática de divisão do mercado turístico em segmentos distintos com base em características específicas dos turistas. Essas características podem incluir interesses, comportamentos, demografia, motivações de viagem, entre outros. Ao entender as diferentes necessidades e preferências dos turistas, os destinos podem adaptar suas estratégias para atender a esses segmentos de maneira mais eficaz.

O Ministério do Turismo (2010), ao entender o turismo com elemento de complementaridade à vida, à economia e à diminuição das carências materiais, promovendo a responsabilidade e respeito pelo ser humano, identifica como atores envolvidos na atividade turística, o turista, os prestadores de serviço e o grupo social de interesse turístico, constituído pelas “comunidades que conservam seus patrimônios tradicionais a exemplo de quilombolas e indígenas” (Mtur, 2010, p. 5).

E, considerando o Plano Nacional de Turismo (2007-2010), avalia-se positivamente o Programa de Regionalização do turismo e a criação do Selo de Turismo – roteiros do Brasil, que estabelece destinos indutores de desenvolvimento regional e de roteirização turística. Esses, orientados pela continuidade do programa, adota como base estratégica e organizacional do planejamento turístico a segmentação da oferta e demanda para orientação de seus roteiros.

Ao delimitar de forma cartesiana o desenvolvimento, o programa limita a diversidade existente nos territórios e a pluralidade de leituras existentes na complexidade da vida em sociedade e, conseqüentemente, da compreensão das dinâmicas da e na cidade. Dentre esses destacam-se: turismo social, o ecoturismo, turismo de base comunitária e o turismo cultural.

O turismo social, apontado pelo Ministério do Turismo (2010) como um dos segmentos importantes no contexto das políticas públicas, traz com contribuição fundamental sua capilaridade para os prestadores de serviços turísticos por priorizar pequenos e microempreendedores e os trabalhadores, incentivando a inclusão social e a articulação com outras atividades econômicas do arranjo produtivo local. De forma complementar, traz como compromisso a conservação dos patrimônios natural, cultural e social, associando-se a forma

de condução e prática do turismo, e à “igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MTUR, 2010, p. 6)

Para o MTUR (2023), o turismo sustentável pode ser entendido como uma orientação geral que se propõe à satisfação das necessidades socioeconômicas nas regiões receptoras e dos visitantes, associada ao respeito aos aspectos culturais, à inteligibilidade ambiental e à diversidade biológica, assegurando às futuras gerações o acesso a esse patrimônio.

O ecoturismo traz em sua essência o uso sustentável do patrimônio natural e cultural, a conservação e construção da consciência ambiental através da interpretação do ambiente (MTUR, 2010). Sua institucionalização ocorre a partir das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) que substituiu os esforços iniciados pelo “Projeto Turismo Ecológico”, criado na década de 1985 e impulsionado pelas discussões e acordos da Eco 92.

Neste contexto, o segmento coloca-se como uma oportunidade de empoderamento e protagonismo da comunidade receptora que mantém seu patrimônio preservado, desfrutando de uma interação harmônica entre si, com os turistas e com a natureza, promovendo o desenvolvimento local e regional.

Contato com ambientes naturais, vivência e a proteção das áreas onde ocorre (interpretação-conservação-sustentabilidade). Para o Plano de Manejo do PNCV (MMA, 2009, p. 162), o ecoturismo não se caracteriza como uma subcategoria ou segmento, mas como um “processo à parte”, a exemplo do artesanato, cabendo sua complementação por um modelo de gestão específico que integre membros da comunidade e gestores públicos.

O turismo de base comunitária pode ser entendido como uma atividade capaz de promover e satisfazer os interesses comunitários, promovendo diálogo e troca de saberes entre turistas e anfitriões, e assegurando a gestão ambiental e territorial (Carta De Arraias, 2022).

O turismo de base comunitária é um modelo de gestão em que a comunidade anfitriã é protagonista e ativa nos processos decisórios relacionados ao desenvolvimento do turismo, gerando benefícios coletivos, solidariedade, cooperação e valorização da cultura brigada local, troca de saberes, vivências e proteção ao ambiente natural (MTUR, 2023).

Para o coletivo responsável pela Carta de Arraias (2022), as boas práticas presentes no turismo de base comunitária têm como pilares o intercâmbio entre iniciativas como a participação social e inteligibilidade nos diálogos, os processos de inventariação, a compreensão de instrumentos legais e técnicos, o protagonismo comunitário, tanto na gestão quanto na construção e difusão dos saberes, a inclusão socioproductiva e qualificada de mulheres e jovens,

o estabelecimento de parcerias, a construção de soluções que respeitem as demandas e interesses da coletividade, dentre outros.

A cultura possui relação intrínseca ao turismo, mas a segmentação associa-se exclusivamente à motivação principal do turista que deve associar-se à vivência a partir da visitação a equipamentos e à participação em eventos que valorizem e preservem a história e a cultura local, promovendo experiências participativas, contemplativas e de entretenimento (MTUR, 2010). O turismo cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural¹³ e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MTUR, 2010, p. 13).

É preciso uma mudança real na compreensão da prática do turismo, assegurando um desenvolvimento harmonioso no qual os interesses da população local e dos turistas se sobrepõem aos interesses das categorias profissionais (Krippendorf, 2001). A emergência de um novo paradigma para o turismo associa-se à compreensão da complexidade da vida e dos laços criados pelo processo de construção e reconstrução dos indivíduos, garantindo a estes a oportunidade de se tornar síntese de seus anseios e de suas virtudes. Para isso, é preciso ultrapassar as fronteiras ideológicas e sensíveis à perenidade do consumo e ao parasitismo do capitalismo que impulsiona a criação de necessidades fantasiosas e insustentáveis (Bauman, 2010).

A interação e integração social, a partir das transformações culturais inerentes à vida humana, na qual a fluidez e a fragilidade dos valores influenciam a visão de mundo e as relações de consumo presentes na dinâmica territorial. Assim, o entendimento dos ecossistemas perpassa os processos econômicos, culturais, políticos, ambientais e urbanos, inclusive a diversificação cultural e da paisagem, intrínsecas à efemeridade da cidade.

3.4.1 Turismo e a prax territorial

Em cidades com vocação para o turismo, uma oportunidade é o diálogo destas práxis locais tanto na gestão quanto na estruturação de serviços, rompendo com a lógica segregadora do capitalismo parasitário, na qual a atividade turística privilegia interações massivas,

¹³ Considera-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades (MTUR, 2010, p. 14).

gentrificadoras e descomprometidas com a distribuição de recursos e oportunidades, deixando a população local acuada e excluída do processo de desenvolvimento (Krippendorff, 2001).

Por um lado, este pressuposto reflete políticas públicas equivocadas, além da sobreposição dos interesses de investidores que pouco interagem com a população local por desconhecer o capital social presente nela. Essa simplificação do olhar sobre o turismo o resume a uma atividade econômica na qual a lógica do capital determina a interação entre os sujeitos e os espaços onde habitam ou visitam.

Mas é possível buscar a transformação desta percepção ao entender o Turismo como fenômeno social resultante do tempo livre e da mobilidade que traz como oportunidade reflexos na economia das destinações receptoras (Boullón *et al.*, 2004). Para Beni e Moesch (2017) o turismo, enquanto uma prática social, compreende o todo em suas partes e as partes em seu todo, expressando sua complexidade enquanto processo humano transdisciplinar que reflete a interação entre os campos do saber.

Ao propor a interação entre turismo e planejamento urbano, institui-se uma lógica de superação da formalização e manutenção dos modelos de produção, pois garante a inclusão socioprodutiva dos trabalhadores locais, garantindo a eles o direito de fala e a troca de práticas onde o seu conhecimento ganham espaço no processo de construção coletiva das experiências.

A ruptura deste círculo vicioso demanda interlocução e envolvimento da comunidade em busca da construção do conhecimento a partir da prática social (Thiollent; Collet, 2020). Além disso, é necessário reconhecer a dialogicidade e a participação como elementos estruturantes e flexíveis, garantindo constantes adequações e reconstruções das etapas da investigação. A adoção de instrumentos de análise e interpretação dos achados de pesquisa é essencial, assim como a busca pela sustentabilidade na prática turística e seu reconhecimento enquanto fenômeno social de interação local e global, a partir do qual recriam-se simbologias através do imaginário construído ao longo do processo de planejamento, visitação e revisitação das memórias construídas.

Esta oportunidade de repensar as práxis do cotidiano tornam-se oportunidade para visitar os paradigmas teóricos estabelecidos a partir de contradições dialéticas que demandam o exercício de vigilância e reformulação. No campo de conhecimento do turismo fomenta-se a inversão da construção do saber turístico a partir do aprofundamento interdisciplinar e qualificação das ações em curso nas cidades, condicionado ao funcionamento e desempenho dos contextos sociais nos quais o saber se desenvolve (Moesch, 2002).

Neste processo recursivo e retroativo, reafirma-se a natureza dinâmica e interconectada dos sistemas, enfatizando a importância de abordagens interativas e da compreensão das

influências mútuas entre diferentes elementos, proporcionando novas correlações das interações humanas com o espaço e o fortalecimento dos laços afetivos na troca de experiências.

Assim, ao propõe-se a abordagem territorial transdisciplinar e transescalar, capaz de representar as relações e correlações entre sociedade e espaço, considerando suas interações recíprocas e em constante transformação, compreendida por Milton Santos (2014) como dialética socioespacial. A análise e interpretação das influências mútuas estabelecidas são balizadas pela resiliência, resistência e valorização da complexidade ambiental, social, cultural-emocional e econômica. Tendo na política e na democracia o espaço de luta e pleito de qualificação. Além do ordenamento e estruturação do ambiente natural e construído, e da prática do turismo.

Portanto, a compreensão das práticas do turismo deve considerar a complexidade e a transdisciplinaridade das relações vivenciadas nos territórios balizadas pelo respeito à multidimensionalidade das cidades que acolhem o turista e ofertam, por vezes, história, memória, atratividade natural e espaços construídos. Cercear essa pluralidade implica na desqualificação das vozes da população e sua possibilidade de participação ativa e efetiva na estruturação das políticas públicas e da melhoria da oferta de equipamento e serviços urbanos de acesso amplo, ou seja, que atendem tanto à comunidade quanto aos visitantes.

3.5 Participação social e democratização do acesso às decisões da/na cidade e no campo

O papel crucial do ambiente urbano surge na dinâmica complexa das cidades, evidenciando a compreensão dos processos que sustentam as relações entre sujeitos, natureza, ambiente construído e as incertezas políticas, econômicas, ambientais e culturais que moldam as intenções no território.

Em consonância com o Princípio 7 da Carta da Terra, a necessidade de adotar padrões de produção, consumo e reprodução surge como um caminho para proteger as capacidades regenerativas da terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário. Além disso, tem-se a fortificação das comunidades locais, capacitando-as a zelar por seus ambientes e atribuindo responsabilidades ambientais aos níveis governamentais (UNESCO, 2002).

A preocupação com o bem comum e a efetividade da participação social leva em consideração a compreensão da cidadania como uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer

circunstância. (Santos, 2014, p. 19). Ou seja, um instrumento jurídico e político que representa os interesses e limites do cidadão.

Dentre os marcos legais que avaliam, nacionalmente, os direitos constitucionais de uma cidade justa e ordenada regulamentada pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) que estabelece como diretriz a necessidade de adequação e o diálogo com as políticas setoriais de forma a assegurar o bem-estar da população, destacam-se: qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas, assegurando a sustentabilidade da cidade.

Para tanto, a participação social apresenta-se como garantia de implementação dos direitos que eram tidos na teoria democrática, desempenhando função positiva no conjunto do sistema ao amortecer o choque das discordâncias dos ajustes e das mudanças (Pateman, 1992).

Tem-se a participação ora parcial, na qual os que são subordinados têm influência no processo decisório, mas não cabe a eles o poder de decidir, outrora plena, enquanto espaços e mecanismos, nos quais se democratiza o processo decisório, não havendo hierarquia. Tornam-se determinantes para os processos decisórios que extrapolam os limites das políticas públicas, alcançando a complexidade das relações e expectativas sociais.

Nesse sentido, a participação emerge como demanda da sociedade civil na tentativa de garantir as liberdades democráticas o acesso às cidades e a criação de modelos participativos focados no empoderamento dos cidadãos e na efetividade deliberativa (Abers, *et al.*, 2014)

Ao considerar os ecossistemas, os sujeitos-trama, e a trajetória dos sujeitos participantes (Baptista, 2021), busca-se assegurar o direito a cidades sustentáveis, à gestão democrática e participativa e a cooperação entre governos, visando o planejamento e o desenvolvimento das cidades, corrigindo distorções do crescimento urbano, efeitos negativos sobre o meio ambiente e identificando alternativas coletivas de fomento à governança territorial em detrimento à governança local.

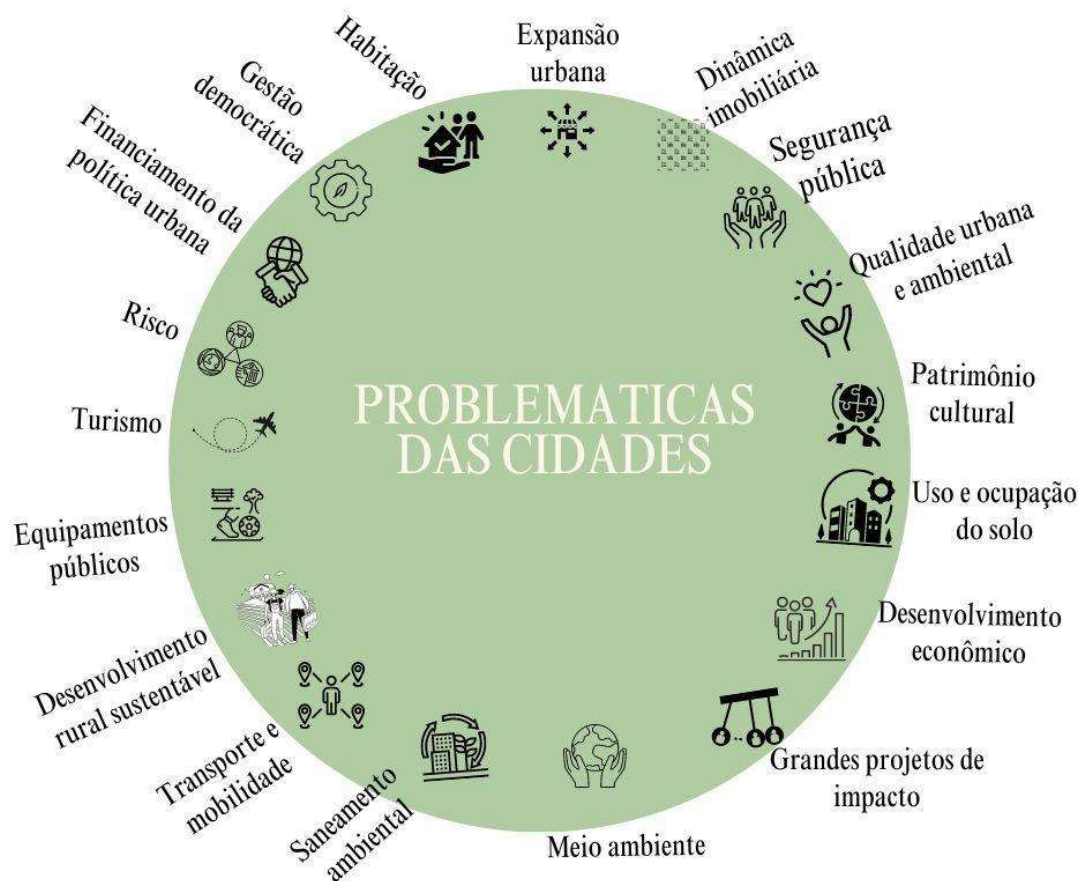
O Plano Diretor, instrumento de regulamentação da política urbana, ao disciplinar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, reconhece os direitos individuais e coletivos, assim como, processos, instrumentos jurídicos e urbanísticos pautados na:

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência. XII proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arquitetônico (Brasil, 2001, Art. 2º).

Contudo, dentre as críticas recorrentes, destaca-se o conservadorismo dos PDMs e a insuficiência da participação popular em contraposição ao avanço que ela proporcionou na suspensão e anulação de processos antidemocráticos. Cabe destacar que o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, e/ou integrantes de áreas de especial interesse turístico, e/ou inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional (Brasil, 2001).

Portanto, a participação social emerge a partir do mapeamento situacional das problemáticas das cidades e do campo (Ilustração 20) seus contextos históricos, políticos e técnicos, conforme sugerido pela Cartilha de Plano Diretor Orientado ao Turismo (MTUR, 2022). A preocupação com a integração das zonas rurais permeia a mitigação de impactos e a qualificação socioterritorial, visto a concentração de atividades de impacto ambiental e a oportunidade de gentrificação e marginalização da população local.

Ilustração 21: Problemáticas da cidade.



Fonte: Wiesniewski (2023).

Se por um lado compreendemos o papel da política na dinâmica social, cabe acrescentar ao debate elementos essenciais à construção do público, a partir de metodologias participativas e dos saberes democráticos, garantindo amplitude no atendimento à coletividade e permitindo o bem-estar comum por meio da compreensão das particularidades de cada indivíduo. Logo, sistematiza e representa seus interesses, e os dos demais setores da sociedade. Assim, “é aquilo que convém a todos, da mesma maneira, para sua dignidade” (Toro, 2005, p. 29). Estabelece-se, neste contexto, a criação da agenda política.

Ao trabalhar a temática da organização das agendas de forma a ampliar o número de instituições que atuam no processo de tomada de decisão (Kingdon, 2001), idealiza-se na potencialidade de articulação entre as políticas de turismo e a urbana, reforçando a utilização do Plano Diretor como ferramenta prioritária.

Em síntese, política pública é um “campo do conhecimento” que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (Souza, 2006, p. 26). Desta forma, assegura-se a democracia e os direitos individuais e coletivos, sejam estes contraditórios ou não.

As políticas públicas de urbanização, desde a década de 1980, buscam atender à demanda por participação social. A Constituição Federal de 1988 apresenta como passo fundamental a obrigatoriedade da institucionalização dos Conselhos Gestores como oportunidade de promover a democratização das agendas e incluir a comunidade nos processos decisórios, assim como a orientação para elaboração de Planos Diretores Municipais. Contudo, a tentativa tende a se frustrar, uma vez que os membros desse Conselho muitas vezes não são representantes da coletividade, mas sim de associações com demandas pré-estabelecidas e posicionamentos que não comprem o papel de atendimento e representação dos interesses das majorias (Pupo; Bueno, 2012).

Por sua natureza subjetiva, a participação social reflete as contradições dos processos urbanos, visto a necessidade de dialogar com os espaços urbanos e territórios de forma constante e imperfeita. Pereira (2015, 2017) e Luchmann (2003) refletem sobre a participação de qualidade ao elencar quatro condições para que ela aconteça: a tradição associativa, a vontade política, o desenho institucional e o comprometimento dos técnicos envolvidos.

Neste contexto, cabe aos conjuntos de atores, dentro de sua natureza e representação, assegurar assertividade ao planejamento urbano a partir de seus instrumentos normativos e da interação com a vida pulsante das cidades, entendendo a diversidade e universalidade das demandas que, de forma transversal, tocam as questões urbanas, econômicas e sociais.

Neste sentido, este trabalho busca aproximar as temáticas urbanas às do turismo, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. Isso por considerá-la um dos marcos de interação dos pressupostos que priorizam a qualidade de vida do cidadão brasileiro. Cabe registrar que a associação das políticas de turismo à outras pastas deve-se aos constantes programas já estabelecidos desde a década de 1930, e principalmente de 1940, quando foram estabelecidas as primeiras ações federais relacionadas à temática (Santos Filho, 2008).

Desde então, as políticas públicas de turismo e de urbanismo, em certa medida, têm dialogado na tentativa de garantir à sociedade transformações socioespaciais compatíveis com a realidade das cidades. Entretanto, a falta de regulamentação em ambos retardou os processos que apenas a partir dos anos 2000 ganharam maior notoriedade, seja pela aprovação do Estatuto das Cidades (2001) ou pela criação da pasta do ministério do Turismo (2003) e institucionalização da Lei Geral do Turismo (2008).

A perspectiva da inclusão refere-se à expectativa de inserção

de pessoas, grupos e regiões que por motivos variados podem ser consideradas excluídas da fruição do turismo – da possibilidade de acesso aos benefícios da

atividade pelo potencial consumidor, pelo ofertante, e pela comunidade receptora – ou dos que usufruem da experiência turística de forma inadequada ao consumir produtos turísticos sem a devida qualidade. Trata-se do envolvimento e participação do ser humano como pertencente ao exercício dos direitos e deveres individuais e coletivos (MTUR, 2010, p. 7).

Assim, a abordagem participativa pressupõe a organização pela ação, assegurando à paisagem seu papel de produto e processo de transformação pautado nas vivências e experiências da sociedade que usufrui deste espaço e constroi de forma coletiva o território (Pronsato, 2005). Ou seja, os processos participativos tornam-se inter e transdisciplinar a partir da interação profunda e troca de saberes, levando à compreensão e transformação dos lugares e das relações entre sujeitos e dos sujeitos com o mundo (Pronsato, 2005).

3.6 Adequação e assessoria sociotécnica como ferramenta para transformação das demandas sociais e fortalecimento da tecnociência

A desigualdade concentra-se na “distribuição desigual da propriedade do capital” (Piketty, 2015, posição 465), em que os trabalhadores, muitas vezes subempregados, têm remunerações incompatíveis com as atividades desenvolvidas ou com o lucro gerado para os detentores do capital. Nesse contexto, as crises econômicas tornam-se oportunidade de transformação estrutural da sociedade.

Entende-se por prática social as representações mentais a partir das percepções de atores e agentes no que tange a suas compreensões quanto à interpretação de objetos e fatos inseridos no real ou na representação do real (Bourdieu, 1998).

A atratividade das regiões metropolitanas, assim como ícones culturais, não deve ser transformada em “propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer” (Bourdieu, 1996, p. 17-18). O espaço social, ao destacar as distâncias sociais existentes, deve romper com os condicionamentos sociais, priorizando o maior engajamento entre capital social, cultural e econômico, priorizando a mobilidade e a criação de um novo *habitus*, superando as fronteiras predeterminadas pela conilustraçãoção espacial.

O capital social, enquanto mecanismo de distinção, promove a estruturação dos espaços sociais e a tomada de posição a partir das escolhas e das oportunidades de trabalho disponibilizadas no mercado capitalista. As necessidades de mobilidade criadas estão associadas à sobrevivência, mas também às influências culturais, ao criar demandas por produtos e serviços que priorizam bem-estar, lazer e entretenimento, por exemplo.

A economia das metrópoles, ao acompanhar as tendências globais, coloca-se em processo de mutação, tornando-se parasitária e efêmera, subjugando o papel do trabalhador em detrimento da finalidade da produção (Bauman, 2010); atenderá, assim, à sua função enquanto (...) “resolução de todas as necessidades, as culturais, as simbólicas, as de sociedade, e também as de necessidades materiais” (Coraggio, 2000, p. 118).

Neste contexto, a busca pela economia solidária prioriza tanto a melhor distribuição das oportunidades de acesso ao trabalho decente quanto à renda equivalente ao serviço/produto ofertado. No Brasil, em meados dos anos 1990, em meio à crise política e econômica instalada, iniciaram-se movimentos em busca da transformação social a partir do protagonismo do trabalhador, o que se intensifica a partir das políticas públicas adotadas nos anos 2000 por meio da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, integrando o então Ministério do Trabalho. Como política, estabeleceu-se o Plano nacional de Economia Solidária (2015-2019) tendo como lema “promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável” (CNES, 2015). Cabe destacar que, a partir de 2019, essas instituições passaram pela reforma ministerial, sendo redirecionadas para o Ministério da Cidade (Brasil, 2019, SEÇÃO IX).

Diante da lentidão na aproximação com a economia solidária, torna-se evidente o distanciamento das políticas públicas e dos mecanismos alternativos ao sistema de formalização do trabalho e mercantilização das relações. Esse descompasso reflete a resistência em reconhecer e promover modelos econômicos que transcendam a lógica tradicional do capitalismo.

Como assinalado por Bauman (2010), o sistema capitalista muitas vezes negligencia os atributos da dinâmica social que vão além das simples relações de consumo. Ao fazê-lo, perpetua uma visão limitada que subestima a riqueza e a diversidade de formas colaborativas de produção e organização socioeconômica presentes na economia solidária. Nesse sentido, a urgência em repensar e redirecionar as políticas públicas para abraçar e fortalecer tais iniciativas se torna crucial, visando construir um cenário mais inclusivo e sustentável.

Assim, o engajamento do capital social, que poderia potencializar o desenvolvimento à partir da economia solidária e da criação de novas tecnologias que apropriem-se da vocação turística da metrópole, fica em segundo plano. A idealização mantém-se como símbolo de caminhos ilusórios com pouca ou nenhuma credibilidade por parte dos gestores públicos.

A associação da ciência e tecnologia ao campo econômico há muito tempo tem contribuído para a criação de novos mecanismos de trabalho, controle e garantia de lucro, pois o foco dos mercados capitalistas globais permanece priorizando esses pressupostos ao passo

que criam estruturas fragmentadas para tornar invisíveis as desigualdades territoriais. A partir das sucessivas crises urbanas e, em especial, com a pandemia de covid-19, estas conexões frágeis romperam-se e demandaram um novo arranjo capaz de reequilibrar a vida em sociedade, garantindo a justiça ambiental, a sobrevivência e a dignidade humana.

Lundvall & Borrás (2005), desde o início dos anos 2000, chamam atenção para a necessidade de repensar a interação entre ciência e tecnologia, ampliando seu olhar para além dos benefícios econômicos e o integrando às agendas políticas, exercitando o processo de aprendizagem existente na busca pela inovação.

Na América Latina, a possibilidade de construção de tecnologias capazes de dialogar com os pressupostos da economia solidária sensibiliza governos e instituições de pesquisa na tentativa de transformação a partir da interlocução de saberes. A busca pela democratização da economia possibilita um capitalismo ecológico e sustentável, além de uma sociedade pós trabalho (Scholz, 2016). O que, em termos teóricos, garantiu o desenvolvimento da ciência e certo avanço nas políticas de tecnologia, diminuindo a dependência do modelo de produção vigente.

De forma oportuna, emerge a possibilidade de caminhos em direção à tecnologia *lato sensu* e ao diálogo às demandas sociais, viabilizando economicamente os empreendimentos autogestionários¹⁴ apoiados pela tecnociência solidária (Dagnino, 2014). E, pela tecnologia social, como um caminho possível para a ruptura paradigmática da produção capitalista e propor a construção de uma nova plataforma cognitiva na qual o conhecimento coletivo e solidário proporciona transformações da realidade a partir de soluções de problemas sociais (Andrade *et al.*, 2019).

Dagnino (2019) entende a tecnologia social como produto de processos, métodos e técnicas estruturados a partir de problemas sociais, tendo como pressuposto sua aplicabilidade, replicabilidade e baixo custo, o que garante sua adequação à realidade dos grupos sociais (Dagnino, 2019). Assim, integra-se esse produto à capilaridade da tecnociência solidária e da oportunidade de construção de redes sociotécnicas e formativas possibilitadoras da autonomia dos trabalhadores e interlocutores sociais a partir da articulação e diálogo com a universidade.

A adequação sociotécnica (AST), ao englobar a tecnologia social e a compreensão cognitiva do sujeito coletivo, promove a integração entre o conhecimento acadêmico à dinâmica da sociedade por meio da elaboração de tecnologias acessíveis e adaptadas às múltiplas

¹⁴ Autogestão pressupõe a gestão democrática com decisões tomadas em assembleias (pequenas) ou por delegados eleitos pelos sócios (grandes), proporcionando o empreendimento e o compromisso com a paridade nos processos decisórios (Singer, 2002).

realidades presentes no cotidiano das cidades (Couto, 2022) onde habitam, trabalham e/ou vivenciam suas experiência e trocas culturais.

Esses aprendizados fomentam o processo de produção de saberes (Lago et.al., 2020), integrando as lógicas formais às dinâmicas territoriais e instigando o associativismo e cooperativismo, dimensões essenciais à vida em comunidade amparada pela autonomia dos sujeitos coletivos e, pela autogestão dos processos produtivos (Dagnino, 2019; Neder, 2016).

A interação entre o processo de elaboração do conhecimento científico e tecnológico proporciona a ampliação das perspectivas do aprendizado focado no desenvolvimento educacional e econômico, pois, ao acolher o saber local, absorve as sínteses territoriais e as práticas sociais presentes no cotidiano e na compreensão socioespacial da vida em sociedade, imersa nas dinâmicas da natureza e do ambiente construído (Andrade, 2014; Andrade *et al.*, 2019).

A assessoria técnica, por sua vez, ocupa papel fundamental na resiliência e resistência social frente aos conflitos e à marginalização dos grupos mais vulneráveis. A metodologia do grupo Periférico, orientadora da pesquisa ação em tela, vislumbra, nessa categoria operativa, a oportunidade de articulação da política cognitiva e identitária do sujeito sociotécnico a partir de sua interação territorial. Além da busca pela justiça socioambiental e a crença na participação social como instrumento democrático de controle dos processos tecno científicos (Andrade *et al.*, 2019).

Tem-se a ciência como construção social negociável, tendo na microescala o artefato responsável pelas relações autênticas, influenciadas por valores, interesses e tessituras organizacionais (Dagnino, 2019). Cabe, portanto, à articulação em rede a busca pela construção criativa e alternativa de soluções baseadas em problemas comuns.

A partir da assessoria sociotécnica como estratégia de implementação de linguagens capazes de representar a diversidade e multiplicidade das realidades territoriais, implicando na compreensão das interações complexas presentes nos processos de construção do planejamento participativo dialógico e compreensivo.

Para superação do paradigma dominante e potencialização de novas abordagens tecno-científicas, o capítulo a seguir descreve a leitura técnica da cidade a partir de instrumentos legais e indicadores socioambientais e econômicos, pois, entendeu-se que a compreensão objetiva da cidade não atende à complexidade apresentada nos processos participativos.

Assim, a emancipação destes sujeitos promoverá a autogestão, fortalecendo os processos participativos e a criação de pertencimento. Para Pronsato (2005) a participação social torna-se deliberativa, ainda que limitada, mas de forma ativa, ao contrário da co-gestão

na qual interação e colaboração ocorrem de forma consultiva, limitada ao senso comum de bem estar social.

CAPÍTULO 4 - APROXIMAÇÃO TRANSESCALAR E LEITURA TÉCNICA DA CHAPADA DOS VEADEIROS

A elaboração técnica e acadêmica de investigações pautadas na caracterização, aproximação e materialização da visão geral de um objeto de estudo perpassa os limites e oportunidades da escolha do arcabouço que permitirá à pesquisa exploratória encontrar estratégias que respondam com clareza a problemática em estudo (Gil, 1999). Para tanto, elencados métodos e técnicas para levantamento de dados e formatação de diagnósticos que subsidiaram a construção de proposições e soluções.

Nos estudos socioespaciais, a compreensão dimensional das dinâmicas e objetos demandam a utilização do conceito de escala. De forma ampla, a geografia apresenta uma variedade de abordagens para esse conceito que atende desde o campo da cartografia, da política e da sociedade. Para Souza (2022, p. 181) existem dois tipos de escala, a cartográfica, habitualmente utilizada na representação de mapas, cartas e plantas, e a geográfica, dedicada “a extensão ou magnitude do espaço” que será estudado destacando determinado contexto e realidade.

Portanto, a presente tese busca a aproximação transescalar do território de forma inteligível, processual e dialógica, considerando de forma cuidadosa a multiplicidade de realidades presentes nos territórios. Para tanto, estruturou-se a partir da escala de análise, pois entende que o distanciamento metodológico da construção dos diagnósticos técnicos possibilita a leitura parcial e tendenciosa por meio de interpretações de objetos inertes e desconectados das relações entre o ambiente e as atividades antrópicas.

Portanto, este capítulo ao caracterizar a microrregião da Chapada dos Veadeiros, seus municípios e as dinâmicas socioeconômicas, utilizou a escala geográfica e suas interações na construção social, territorial, política e cultural das cidades. Tendo, a Chapada na macroescala, o município de Alto Paraíso de Goiás na mesoescala e o distrito de São Jorge na microescala.

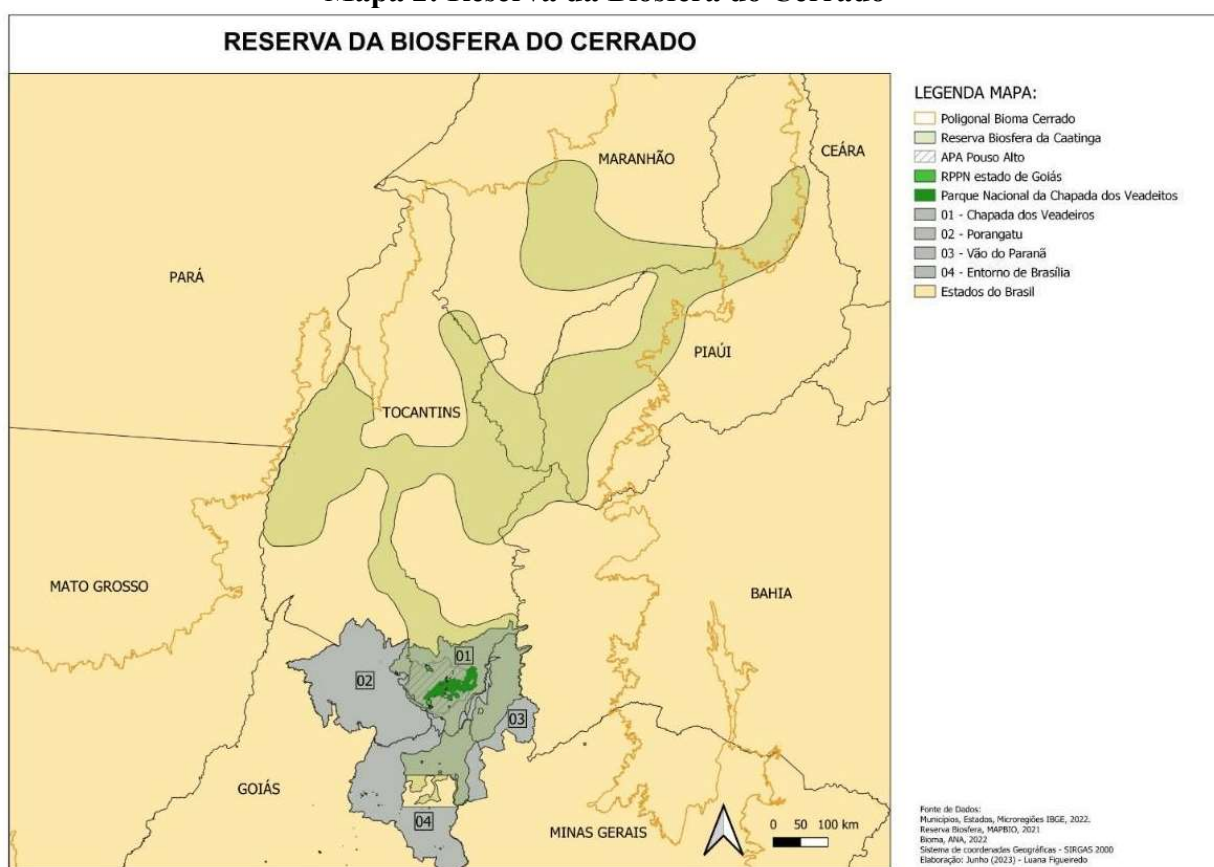
4.1 Microrregião da Chapada dos Veadeiros – contextualização da macroescala

Em 1971, como resultado da Conferência sobre a Biosfera, realizada pela UNESCO em 1968, em Paris, foi lançado o Programa Homem e Biosfera¹⁵, propondo a cooperação internacional para pesquisas científicas que contribuíssem com o debate sobre a interação entre

¹⁵O Programa MAB <https://rbma.org.br/n/mab-unesco/o-programa/>.

o homem, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a partir de processos de planejamentos pautados na justiça socioambiental. Em 1995, realizou-se a Conferência Internacional das Reservas da Biosfera, em Sevilha, para sensibilizar e mobilizar os países quanto aos parâmetros que asseguram o tombamento, assim como os compromissos assumidos. Em 2001 foi reconhecida Região da Reserva da Biosfera Goyaz como Patrimônio Natural da Humanidade (Mapa 2), constituída das unidades de conservação de proteção integral: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) e Parque Nacional das Emas (GO/MS).

Mapa 2: Reserva da Biosfera do Cerrado



Fonte: Wiesinieski, 2023.

Este compromisso firmado internacionalmente fortalece o princípio constitucional que assegura o direito “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, Art. 225), restaurando processos ecológicos e manejando os ecossistemas, regulamentado em 2001 pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).

Este estudo está restrito às escalas da microrregião, do estado, município e do distrito, respeitando a complexidade da hierarquia da divisão político administrativas adotadas pelo

IBGE (2022)¹⁶. Assim, se limitará em abordar a microrregião da Chapada dos Veadeiros localizada na região norte do Estado de Goiás, tendo os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João d'Aliança, Forte¹⁷ e Teresina de Goiás como representantes territoriais (IBGE, 2000).

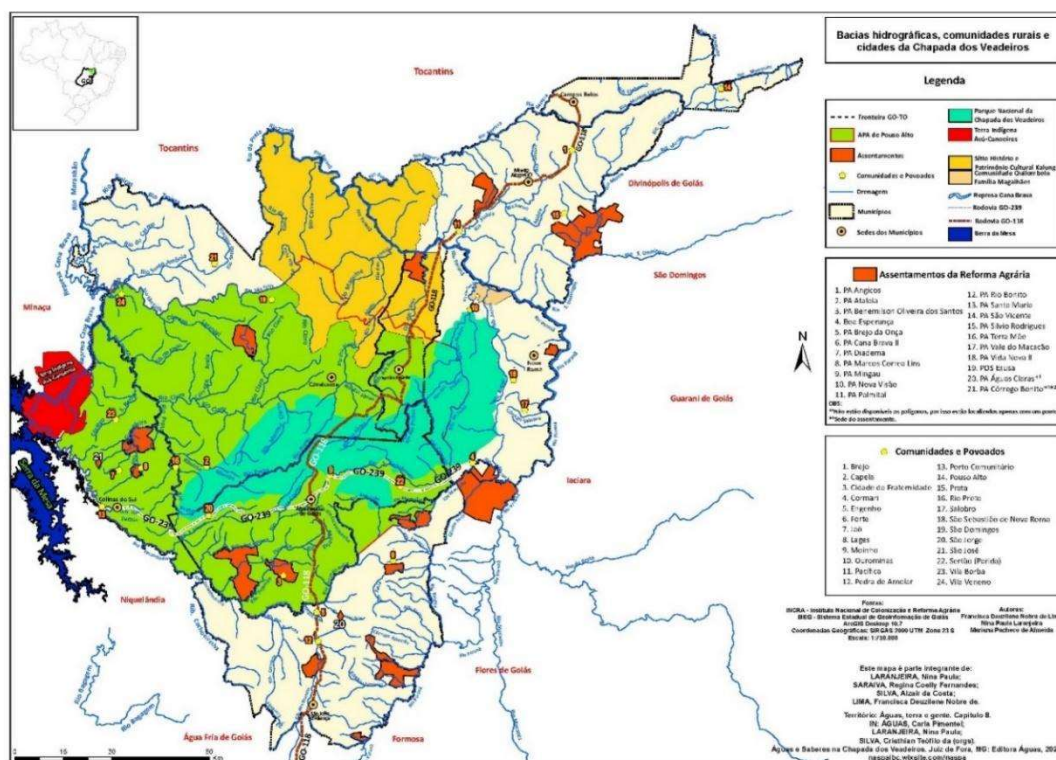
A microrregião da Chapada dos Veadeiros abrange uma área de 21.338 Km² e altitude de 757m (Cidade Brasil, S/D). De acordo com os dados preliminares do CENSO (2022), a região conta com uma população de 68.478 habitantes sendo, Campos Belos (GO) o de maior população, 18.108, seguido de São João d'Aliança (GO) com 13.984, Alto Paraíso de Goiás (GO) com 10.298, Cavalcante (GO) com 9.589, Monte Alegre de Goiás (GO) com 6.692, e os de menor população, Colinas do Sul (GO), Nova Roma (GO) e Teresina de Goiás (GO) com 4.030, 3.76 e 2.701, respectivamente (IBGE, 2022).

Os municípios destacam-se pela abundância de recursos hídricos (Ilustração 20) e diversidade de fauna e flora, contudo, com o crescimento do desmatamento e dos impactos oriundos das mudanças climáticas, a microrregião perdeu parte significativa de sua vegetação nativa.

¹⁶ Quadro geográfico de referência para produção, análise e disseminação de estatística, estruturado pelo IBGE em conformidade com as definições Comitê de Especialistas na Gestão Global de Geoinformação, da Organização das Nações Unidas: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/24233-quadro-geografico-de-referencia-para-producao-analise-e-disseminacao-de-estatisticas.html?=&t=acesso-ao-produto>.

¹⁷ Localidade quilombola identificada por registros administrativos. Distrito de São João d'Aliança conforme a lei municipal nº 9154, de 14-05-1982 e a divisão territorial datada de 1988 <https://www.saojoaodalianca.go.gov.br/pagina/128-historia-do-municipio>.

Mapa 3: Mapa da Chapada dos Veadeiros - bacias hidrográficas, comunidades rurais e cidades



As riquezas ainda preservadas conferem beleza cênica, pois, está rodeada de unidades de conservação, como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs, e terras indígenas como a Avá - Canoeiros, além de abrigar o maior território Quilombola do Brasil – Kalunga (Silva, *et al.*, 2018; Lima Franco, 2013).

Os parques nacionais são unidades de conservação de proteção integral que têm como foco a preservação e conservação ecossistêmica a partir de usos que possibilitem a integração do homem com o ambiente natural (Brasil, 2000). Tratam-se de domínio público, com atratividade turística que demanda estudos prévios, como plano de manejo aprovado pelos órgãos competentes.

O Código Florestal (2012) destaca o papel fundamental das unidades de conservação na recuperação de bacias hidrográficas, ecossistemas e espécies ameaçadas, assim como a conservação dessas áreas e a criação de corredores ecológicos. Para tanto, está previsto apoio técnico-financeiro a proprietários localizados em zonas de amortecimento de áreas de proteção integral, cabendo a desapropriação (Brasil, 2000), como o PNCV. Portanto,

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000, Art.11).

A pesquisa em tela, apesar de não ter como foco investigar as dinâmicas presentes nos usos turísticos previstos para os parques nacionais, entende ser fundamental o registro simplificado da composição do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, uma vez que se trata de um atrativo importante para o território em estudo, além de representar um espaço determinante para a dinâmica socioespacial dos municípios da microrregião.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi criado em 1961 sob a denominação de Parque Nacional do Tocantins, abrangendo 625 hectares. Em 1972, ao ter seus limites reduzidos para 172 mil hectares, recebeu a atual denominação (Brasil, 1972). Nas últimas décadas ocorreram estudos para revisão da área, tornando o PNCV um território de disputa entre agronegócio, mineração, turismo, pesquisa e os interesses locais das governanças dos municípios afetados. Atualmente, a área está estimada em 65.514 hectares de cerrado (Brasil, 2021; ICMBIO, 2022;), mas, após o decreto legislativo que sustou o Decreto Presidencial de 05 de junho de 2017, a área do foi ampliada parque para 240.611 hectares, por entender não ser da competência do executivo tal proposição e por julgar ser desfavorável aos agricultores familiares que não receberiam apenas pelas benfeitorias na terra (Câmara dos Deputados, 2023).

Os conflitos presentes neste processo de demarcação da área do PNCV seguem em tramitação em prol da aprovação do Projeto de Lei nº 2.847 de 2021 que apresenta texto equivalente ao proposto pelo Decreto Presidencial de 2017, tanto nos termos de poligonais como nos objetivos de ampliação representatividade do bioma, garantia dos serviços ecossistêmicos, estabilidade ambiental e o desenvolvimento de atividades de lazer e de turismo (Senado Federal, 2023). Para tanto, iniciou-se a apreciação pela Comissão de Meio Ambiente, podendo avançar para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

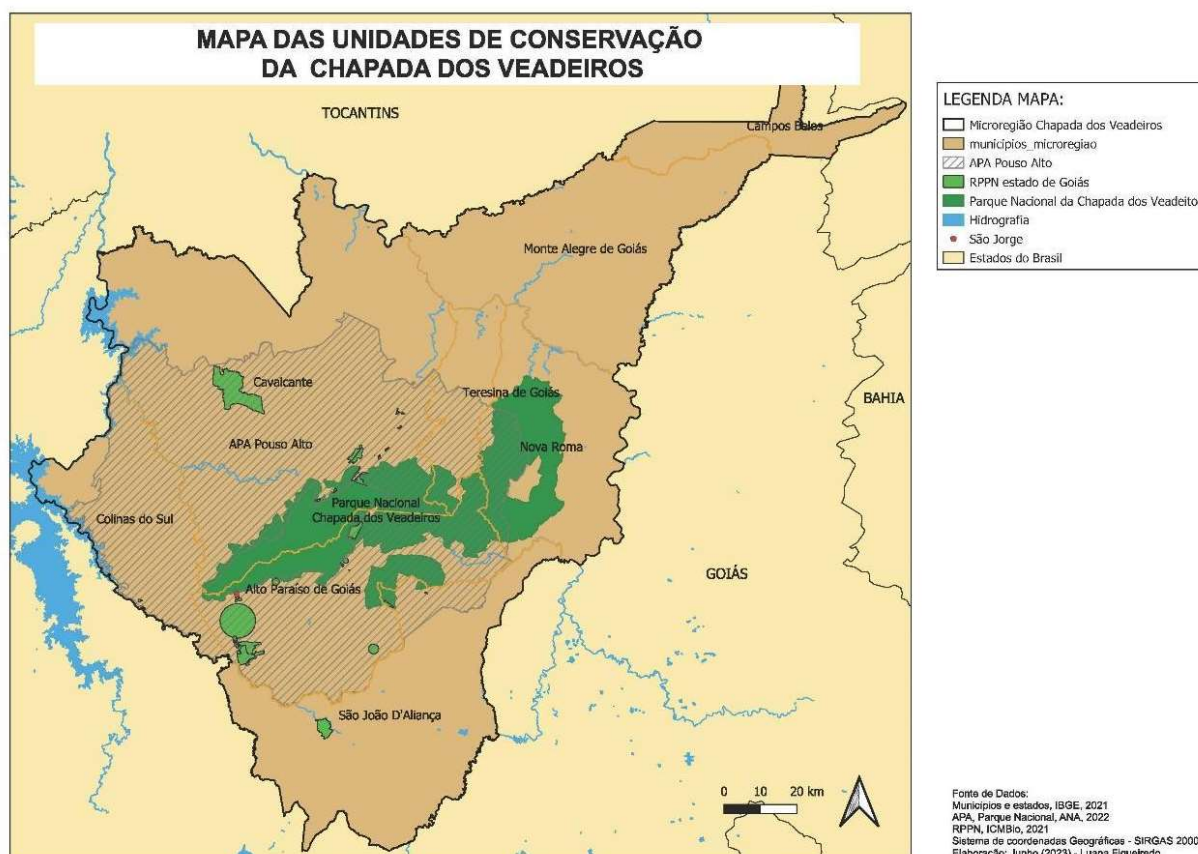
Neste escopo estão inseridos territórios pertencentes aos municípios goianos de: Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João da Aliança. Sendo os primeiros com maior presença de equipamentos e serviços turísticos e com centros urbanos próximos ao Parque que tem como limite a Vila de São Jorge, que está economicamente vinculada ao PNCV, a comunidade de Capela, vila rural entre Cavalcante e Colinas do Sul, e Catingueiro, com pequenas propriedades rurais próximas à Cavalcante (ICMBIO, s/d).

Já a APA Pouso Alto, unidade de uso sustentável, desempenha papel fundamental para a qualidade de vida da população local a partir da concentração de áreas públicas e privadas,

totalizando 872.000 hectares e, “para resguardar e proteger a integridade da APA de Pouso Alto todos os empreendimentos susceptíveis de provocar modificações e/ou impactos ambientais dentro e num raio de 10 km dos limites desta Unidade de Conservação, deverão ser submetidos à anuência” (Goiás, 2001, Art. 4º) do órgão ambiental estadual.

Está inserida no Corredor Ecológico Paranã-Pirineus tornando-se prioritária para a conservação da biodiversidade do cerrado e dos demais biomas que a integram, uma vez que se trata de uma importante área de transição. Para Guedes e Loureiro (2021), a gestão territorial da APA está condicionada aos interesses individuais e à disputa de poder local, comprometendo a conservação em detrimento do agronegócio. De forma complementar, têm-se “desde a dificuldade de simetria do seu Plano de Manejo até a falta de fiscalização, passando pela importância da gestão participativa, observa-se a negligência da ação do Estado” (Guedes; Loureiro, 2021, p. 135).

Mapa 4: Unidades de Conservação da Chapada dos Veadeiros



Fonte: Wiesnieski (2023).

Complementando os ativos naturais, têm-se as unidades de conservação criadas exclusivamente em áreas de domínio privado. Os RPPNs têm como finalidade a pesquisa científica e a visitação, respeitando os estudos e apontamentos dos planos de manejo. Assim,

parte das reservas particulares (Quadro 6) utilizam a prática do turismo como atividade econômica de baixo impacto, desde que não ofereça risco à vida e/ou à integridade humana e ambiental podendo promover a redução das desigualdades econômicas e sociais e melhoria da qualidade de vida da população desde que seja orientado e planejado de forma endógena, seguindo os parâmetros, articulações e transparência estabelecidas pelas políticas públicas, como por exemplo a PNDR (Brasil, 2019).

Quadro 6: Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) da Chapada dos Veadeiros, GO

Município	RPPN	Área(ha)	Atrativo turístico	
	RPPN Fazenda Mata Funda	110	Chalé Toca do Lobo, cachoeira privada	
	RPPN Vale dos Sonhos	60,16	Valle das pedras (chalés e restaurante), Rio São Miguel (piscinas naturais e cânions), Cachoeira do Lajeado	
	RPPN Fazenda Campo Alegre	7.500,82	Cachoeira do Segredo, Rio dos Couros, Rio São Miguel, Rio Segredo, Rio Silêncio e Rio São Pedro, pesquisa	
	RPPN Terra do Segredo	40	Trilhas	
	RPPN Fazenda Branca Terra dos Anões	612	Pousada (possivelmente fechada), trilhas, lago, caverna, mirante, planetário.	
	Biorregional	2,5	Visita educativa, pesquisa	
	<u>Murundu</u>	40,9	Ecovila Aratikum, pesquisa, Rio dos Couros	
	Alto Paraíso de Goiás	RPPN Vita Parque	23,27	Ecovila
		Campos Úmidos Vochysias	17,9	-
		RPPN Cara Preta	971,38	Visita educativa, pesquisa, Rio Preto
RPPN Escarpas do Paraíso		82,71	-	
RPPN Flor do Cerrado III		1.543,4	-	
RPPN Flor do Cerrado		1.551,24	-	
RPPN Flor do Cerrado II		74,08	-	
	Rio Almas	62,1	Rio Almas	
	Bacupari	36,8	Observação de aves, Visita educativa, trilhas, Rio São Bartolomeu	
	Flor das Águas do Cerrado	27,8	Rio Almas	

Cavalcante	Reserva Natural do Tombador	8.730	Pesquisa (sem visitação)
	RPPN Integra o Parque	310,89	-
	RPPN São Bartolomeu	72,9	Cachoeira Poço Xamânico
	RPPN Maria Batista	47,7	Marco natural Ponte da Pedra (cânion e piscina natural)
	RPPN Ponte da Pedra	112,75	Marco natural (cânion e piscina natural), trilha guiada
	RPPN Soluar	42,49	Rio das almas
	RPPN Catingueiro	60	Trilha, Corrego Diogo
	RPPN Varanda da Serra	1,43	-
	RPPN Avá-Canoeiro	1.017,5	-
	RPPN Avá-Canoeiro	49,25	Rio Montes Claros
	RPPN Vale das Araras	54,35	Cachoeira São Bartolomeu, Poço Buriti, Recanto das Pedras, Pousada (chalés e restaurante, piscina), mirante, trilha, visitas educativas, observação de aves
	RPPN Acauã	1,70	-
	RPPN Recanto do Arco-Íris	126,30	Pousada Recanto do Arco Iris
Colinas do Sul	RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas	92,2	Cachoeira das pedras bonitas, praia, chalés, camping, restaurante
São João d'Aliança	RPPN Parque do Capetinga	1.584,26	Ribeirão das Brancas, Ribeirão Corrente, visitas educativas, rafting
	RPPN Santuário das Pedras	25,61	Cachoeira do Encontro, Cachoeira da Caverna, Cachoeira da Luz
	Nascentes do Rio Tocantins	270,9	Rio Tocantinzinho

Fonte: Sistematizado a partir dos dados IMBIO (2023) e Google Earth (2023).

As terras indígenas e aglomerados quilombolas são importantes pontos de memória e resistência cultural na Chapada dos Veadeiros, pois ocupam essa região desde o século XVIII. Em 2023 foi homologada a terra indígena Avá-Canoeiros em 31 mil hectares, destes, 57,16% em Colinas do Sul e, 43,72% em Minaçu. Não há sobreposição de terras a unidades de

conservação, contudo, a comunidade sofre pressão de madeiras e mineradoras (Terras Indígenas, S/D)

Este território ainda apresenta uma vasta atratividade cultural preservada pelas comunidades quilombolas (Quadro 7) que resistem à pressão imobiliária e ao agronegócio enquanto aguardam a regularização fundiária. Em 1991, território Kalunga, ainda em processo de regularização fundiária, foi reconhecido como Sítio de Valor Histórico para o Estado de Goiás (Goiás, 1991). Após a titulação das terras em 2003, tornou-se Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. O quadro a seguir apresenta as diversas comunidades quilombolas presentes na microrregião da Chapada dos Veadeiros.

Quadro 7: Comunidades Quilombolas da Chapada dos Veadeiros

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	CATEGORIA
Alto Paraíso de Goiás	Comunidade Quilombola Povoado Moinho	Agrupamento quilombola - Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Campos Belos	Brejão	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Cavalcante	Kalunga	Território quilombola oficialmente delimitado
	Comunidade Quilombola São Félix	Agrupamento quilombola - Localidade quilombola identificada por registros administrativos
	Comunidade Quilombola Kalunga Engenho Dois	Agrupamento quilombola
	Comunidade Quilombola Capela	Agrupamento quilombola - Localidade quilombola identificada por registros administrativos
	Comunidade Quilombola São Domingos	Agrupamento quilombola - Localidade quilombola identificada por registros administrativos
	Dos Morros	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
	Jose De Coletto	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Colinas do Sul	Jose De Coletto	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
	Kalunga	Território quilombola oficialmente delimitado
	Kalunga E Pelotas	Localidade quilombola identificada por registros administrativos

Monte Alegre de Goiás	Família Magalhaes	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
	Abobreira	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Nova Roma	Família Magalhães	Território quilombola oficialmente delimitado - Localidade quilombola identificada por registros administrativos
	Comunidade Quilombola Abobreira	Agrupamento quilombola - Localidade quilombola identificada por registros administrativos
São João d'Aliança	Comunidade Quilombola Forte	Agrupamento quilombola - Localidade quilombola identificada por registros administrativos

Fonte: Sistematizado a partir dos dados do Instituto Palmares (2022).

Portanto, a integração da microrregião da Chapada dos Veadeiros deve considerar os resultados dos estudos realizados pelo IBGE ao longo dos últimos anos, pois eles, a partir do quantitativo populacional, conseguem descrever a densidade e a ocupação (Quadro 8). Nesse caso, destaca-se o crescimento desigual da demanda por serviços públicos que atendam a municípios como Alto Paraíso de Goiás e São João da Aliança que apresentaram crescimento significativo do número de habitantes. Por outro lado, demonstra a fragilidade do processo de ocupação territorial quando o município com menor área, Campos Belos, possui maior população dentre os pertencentes à microrregião.

Quadro 8: Panorama da Chapada dos Veadeiros

Município	Variáveis				
	População residente (Pessoas)	Área da unidade territorial (Km ²)	Densidade e demográfica (Hab/Km ²)	Taxa de crescimento geométrico (%)	Total de domicílios
Alto Paraíso de Goiás (GO)	10.298	2.595	3,97	3,41	5430
Campos Belos	18.108	735	24,63	-0,14	8385
Cavalcante	9.589	6.949	1,38	0,17	5707
Colinas do Sul	4.030	1.708	2,36	1,13	2267
Monte Alegre de Goiás	6.692	3.120	2,14	-1,19	3789
Nova Roma	3.076	2.137	1,44	-1	1855

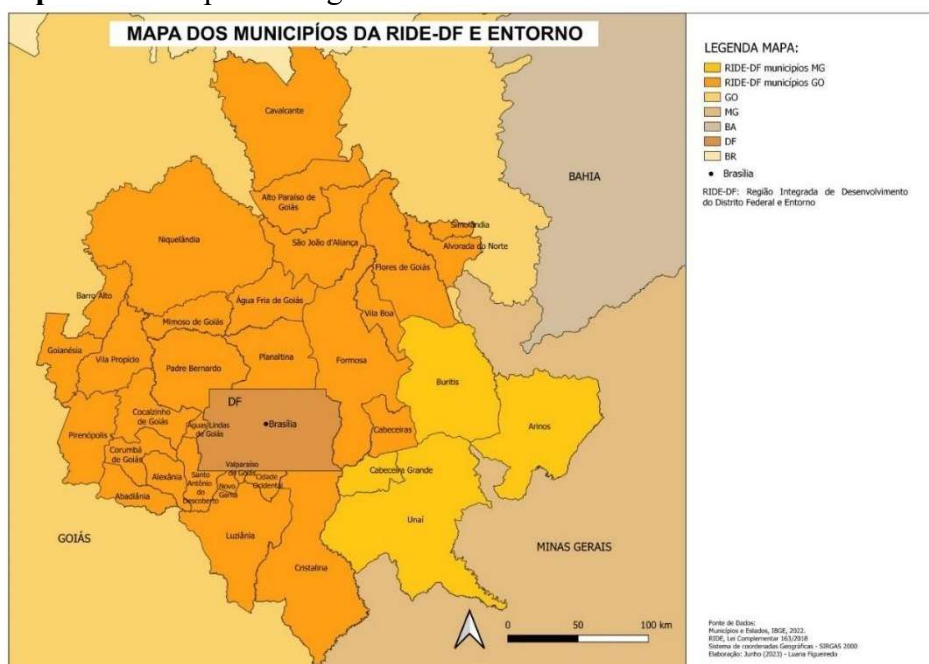
São João d'Aliança	13.984	3.334	4,19	2,62	5237
Teresina de Goiás	2.701	785	3,44	-0,92	1349

Fonte: IBGE, 2023.

Apesar da microrregião abranger 8 municípios, 3 deles também compõe a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE – DF (Mapa 4), apresentando como interesses comuns os eixos estratégicos de: infraestrutura; geração de emprego e capacitação profissional; saneamento ambiental; abastecimento de água; coleta; tratamento de esgoto; serviço de limpeza pública; uso, parcelamento e ocupação do solo transportes e sistema viário; proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular, serviços de telecomunicação, turismo e segurança pública (Sudeco, 2022).

O mapa a seguir apresenta os municípios que compõem a RIDE/DF:

Mapa 5: Município da Região de Desenvolvimento Econômico do Distrito



Fonte: Eldorado a partir de fontes do SIEG (2023).

Para a região em estudo, a integração com o Distrito Federal se justifica pela proximidade geográfica e pela dependência de serviços e infraestrutura de suporte e transporte para acesso aos municípios, inclusive para o fomento do turismo a partir do Aeroporto internacional Juscelino Kubitschek localizado a pouco mais de 155km de São João D'Aliança,

230km de Alto Paraíso de Goiás e 311km de Cavalcante. Os demais municípios pertencentes à microrregião, embora lindeiros à poligonal da RIDE-DF, não foram agregados à Região de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

Esta integração territorial extrapola os limites geográficos a fim de promover a estruturação e organização dos arranjos produtivos locais a partir da articulação e criação de vínculos, interações, cooperação e compartilhamento de experiências entre governos, associações e instituições, priorizando a redução das desigualdades entre os municípios. A partir do Zoneamento Ecológico e Econômico da RIDE, torna-se possível a disponibilização de recursos para fomento de projetos. Atualmente, essa região é contemplada pelo ZEE-DF como um de seus objetivos: “VII – Promover a integração do Distrito Federal com a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, especialmente junto aos municípios limítrofes” (Distrito Federal, 2019).

De forma complementar às legislações que tratam a composição da RIDE-DF e o ZEE-DF, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou a criação do Sistema Distrital de Trilhas Ecológicas “Caminhos do Planalto Central” (Distrito Federal, 2021) que tende a agregar os municípios da Chapada dos Veadeiros, que pertencem à RIDE-DF, e compõe a Rota Turística Estratégica a partir do Programa Investe Turismo – parcerias para transformar destinos.

A partir da contextualização e descrição de elementos naturais e culturais que promovem a articulação e integração dos municípios da Chapada dos Veadeiros, se faz necessário aprofundar o debate sob a ótica dos indicadores socioeconômicos que determinam a dinâmica territorial.

4.1.1 Índices de desenvolvimento dos Municípios da Chapada dos Veadeiros, um caminho para a sustentabilidade

São muitos os indicadores socioeconômicos que proporcionam a leitura fragmentada da realidade social dos estados e municípios brasileiros, pois, amparados pelas temáticas prioritárias das políticas públicas, possibilitam a avaliação e qualificação dos serviços públicos. Em comum, identifica-se a parametrização a partir das diretrizes que dialogam com os aspectos econômicos, sociais e ambientais, sob os quais as populações são mensuradas e qualificadas.

Ao longo dos anos, se observa a preocupação com infraestrutura urbana, preservação ambiental e a inclusão socioprodutiva. Portanto, para entender a dinâmica de integração entre os municípios da Chapada dos Veadeiros, se faz necessário uma visão, ainda que periférica, do

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, que a partir dos ODSs estabeleceu 100 indicadores temáticos que proporcionam uma visão geral da sustentabilidade nas cidades brasileiras. A utilização desses indicadores deve-se à sua pertinência com a problemática desta tese que se insere no diálogo inter e intragovernamental que abrange as políticas ambientais, urbanas, turísticas e mudanças climáticas.

A utilização desta ferramenta se deve ao compromisso do instituto Cidades Sustentáveis em compilar dados atualizados disponíveis em fontes nacionais oficiais. O quadro a seguir apresenta de forma simplificada o desempenho dos oito municípios que compõem a microrregião da Chapada, destacando em cores o desempenho individual em cada objetivo. As faixas adotadas pelo estudo consideram: azul – muito alto (80 a 100 pontos), verde – alto (60 a 79 pontos), castanho claro (50 a 59 pontos), bege – baixo (40 a 49,99 pontos) e rosa – muito baixo (0 a 39,99 pontos). A partir da visualização do quadro 8 é possível inferir que a microrregião apresentou desempenho muito baixo em muitos dos ODSs.

Quadro 9: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades da Chapada dos Veadeiros

Município	2023	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8
Alto Paraíso de Goiás	40,6	48,8	47,4	63,7	45,4	40,3	31,9	64,0	48,1
Campos Belos	18,0	48,3	40,1	57,7	43,71	44,05	80,7	68,1	32,8
Cavalcante	36,2	45,1	45,8	51,7	25,4	52,3	30,2	27,7	44,1
Colinas do Sul	42,8	50,7	42,2	69,0	51,4	37,8	-	55,6	27,7
Monte Alegre de Goiás	50,7	46,7	35,2	59,9	29,9	31,6	21,3	40,6	38,3
Nova Roma	32,1	47,7	62,3	63,5	40,6	29,4	-	68,3	40,1
São João d'Aliança	46,6	47,6	52,5	66,1	36,4	6,58	26,4	68,5	50,1
Teresina de Goiás	27,3	48,1	46,5	76,4	35,3	30,4	28,5	64,8	42,1

Município	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17
Alto Paraíso de Goiás	5,4	65,5	67,1	44,6	30,7	-	60,8	49,2	17,8

Campos Belos	13,9	71,8	77,1	62,2	61,6	86,	20,8	23,4	3,95
Cavalcante	2,1	65,5	77,6	100	28,3	-	69,0	82,1	6,47
Colinas do Sul	1,1	74,7	62,3	50,1	32,5	-	72,0	77,3	14,9
Monte Alegre de Goiás	0,1	67,6	69,3	75,9	41,0	-	21,4	82,5	6,38
Nova Roma	2,2	79,6	73,9	77,0	47,2	-	54,9	79,7	5,79
São João d'Aliança	7,2	69,6	71,5	65,9	36,2	-	41,3	42,7	11,0
Teresina de Goiás	0,4	76,3	52,2	99	65,6	-	29,8	86,9	11,4

Fonte: IDSC (2022).

Para o ODS 1 – Erradicação da pobreza, utilizou-se as informações do Cadastro Único, percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza e/ou com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Isso sintetiza o alcance dos programas sociais e as principais demandas da população com baixa renda. Essa problemática é fundamental para os processos de revisão do planejamento territorial ao destacar a desigualdade, injustiça social e precarização da vida humana, uma vez que sete dos oito municípios ficaram com avaliação entre muito baixa e baixa, sendo apenas um no limite inferior da condição mediana.

O indicador de percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa contabilizou o crescimento do número de inscritos em programas sociais em Alto Paraíso de Goiás, o que representou a redução do comprometimento com o ODS (IDSC, 2023).

Para o Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos socioeconômicos de Goiás, a baixa dignidade da população está relacionada ao acesso à moradia, pois o déficit habitacional do território, que em 2017 correspondia a 5.531 pessoas organizadas em 2.033 famílias, se contrapõe aos 10.178 domicílios não ocupados e aos 5.357 domicílios de uso ocasional (IMB, 2018). Sendo que muitos desses são destinados aos turistas e a casas de segunda residência.

Em estudo anterior ao CENSO (2022), o IMB (2020) identificou que a microrregião da Chapada dos Veadeiros apresenta problemáticas distintas que refletem na composição do DÉFICIT habitacional. Em Alto Paraíso de Goiás, 8,74% da população é impactada pelo ônus excessivo com aluguel, enquanto Cavalcante e Campos Belos apresentaram variação relativa de 600% e 181%, respectivamente, na quantidade de famílias em moradias improvisadas entre 2020 e 2019. Cavalcante lidera o ranking de municípios goianos com relação às famílias em déficit por moradias rústicas, sendo acompanhado de Monte Alegre de Goiás, Colinas do Sul, Teresina de Goiás e Nova Roma. A cidade com maior proporção de pessoas em déficit devido

ao adensamento é Colinas do Sul (IMB, 2020). O quadro a seguir, apresenta um panorama da questão habitacional na microrregião da Chapada:

Quadro 10: Panorama Habitacional da Chapada dos Veadeiros

Municípios	Panorama Habitacional da Chapada dos Veadeiros						
	População residente (Pessoas)	Área da unidade territorial (Km ²)	Densidade demográfica (Hab/Km ²)	Taxa de crescimento (%)	Total de domicílios	Particular	Coletivo
Alto Paraíso de Goiás (GO)	10.298	2.595	3,97	3,41	5430	5341	89
Campos Belos (GO)	18.108	735	24,63	-0,14	8385	8370	15
Cavalcante (GO)	9.589	6.949	1,38	0,17	5707	5683	24
Colinas do Sul (GO)	4.030	1.708	2,36	1,13	2267	2257	10
Monte Alegre de Goiás (GO)	6.692	3.120	2,14	-1,19	3789	3786	3
Nova Roma (GO)	3.076	2.137	1,44	-1	1855	1849	6
São João d'Aliança (GO)	13.984	3.334	4,19	2,62	5237	5205	32
Teresina de Goiás (GO)	2.701	785	3,44	-0,92	1349	1344	5

Fonte: Adaptado de IBGE, 2022.

A complexidade da questão habitacional perpassa os desafios do crescimento das cidades, especialmente quando desacoplado do desenvolvimento e da eficácia da gestão pública que assegura vida digna e justiça social à sua população. A desigualdade de acesso à moradia não representa a escassez de domicílios, mas a subutilização deles, pois, de acordo com o IBGE (2022), as cidades que compõe a microrregião possuem 4.709 domicílios particulares permanentes não ocupados – vago e 5.357 particulares permanentes não ocupados – uso ocasional, ou seja, 29,58% dos domicílios particulares permanentes. De forma complementar, os coletivos também apresentam essas contradições, uma vez que 60,86% estão sem moradores.

Por fim, o índice multidimensional de carência das famílias (2022) complementou o panorama descrito ao apresentar Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás e Teresina

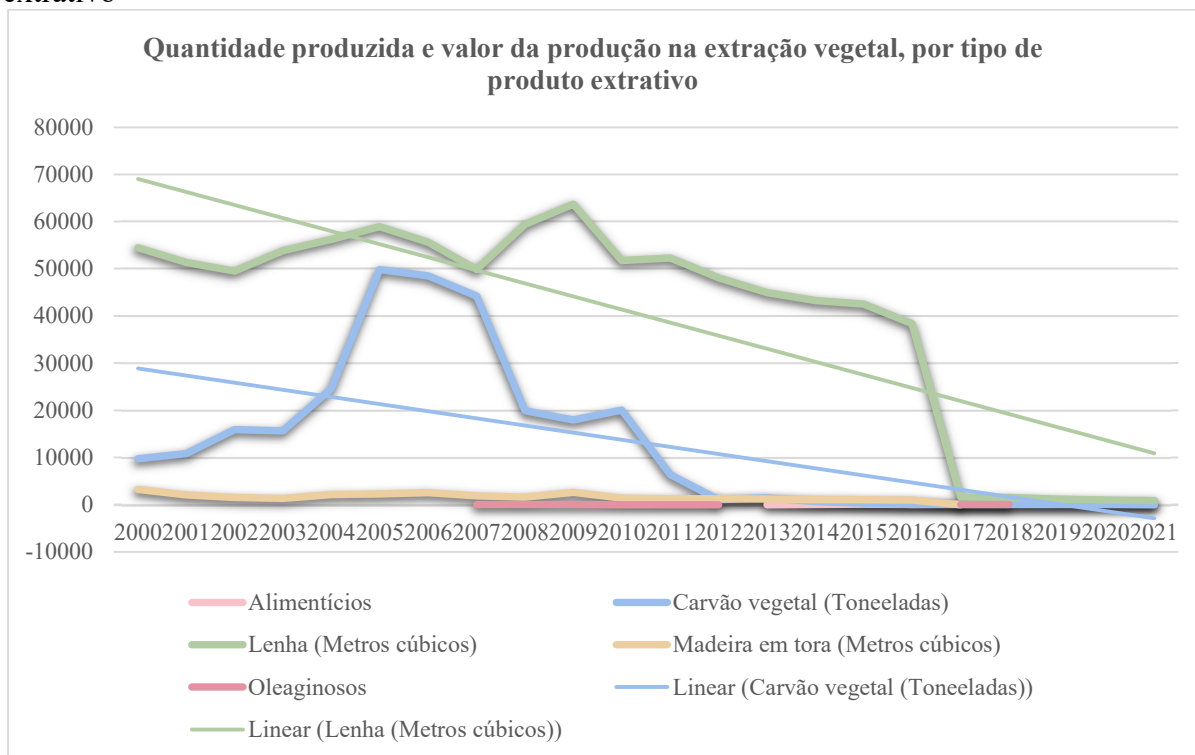
de Goiás como municípios prioritários, sendo o primeiro líder do ranking desde dezembro de 2018 (IMB, 2022).

As diretrizes relacionadas à fome zero (ODS 2) direcionam para o monitoramento da taxa de obesidade e desnutrição infantil, baixo peso ao nascer, agricultura familiar e orgânica. De forma geral, as cidades apresentam pontuação entre baixo e médio, cabendo destaque ao desempenho de Cavalcante, Colinas do Sul e Monte Alegre de Goiás para o indicador de baixo peso ao nascer, no qual esses municípios apresentaram desempenho muito baixo. Quanto às práticas agrícolas, observa-se a recorrência de resultados entre muito baixo e baixo, com exceção para Colinas do Sul que obteve alto percentual de estabelecimentos que participam da agricultura orgânica (IDSC, 2023).

De acordo com a série histórica da produção da extração Vegetal¹⁸ e da Silvicultura disponibilizada pelo IBGE (2021) concentra-se na retirada decrescente de lenha e carvão vegetal, o que pode contribuir para a melhoria da saúde ecossistêmica desde que haja o comprometimento do agronegócio com a preservação ambiental e foco em práticas sustentáveis pautadas na produção de alimentos para distribuição interna. O referido levantamento destaca o registro da produção de pequi a partir de 2007 e de outros produtos alimentícios a partir de 2018. O gráfico a seguir sistematiza o desempenho das cidades da Chapada dos Veadeiros. Cabe destacar que São João d'Aliança é a única a ilustração entre os principais produtores agrícolas de 2021 com oferta de tomate para comercialização no CEASA-GO (IMB, 2022b).

¹⁸ Valor da produção na extração vegetal: variável derivada calculada pela média ponderada das informações de quantidade e preço médio corrente pago ao produtor, de acordo com os períodos de colheita e comercialização de cada produto. As despesas de frete, taxas e impostos não são incluídas no preço (IBGE, 2021).

Gráfico 2: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo



Fonte: IMB (2022b).

Em 2021 a microrregião arrecadou 534 mil reais com a produção extrativa vegetal. Esse montante concentrou-se nos municípios de Monte Alegre de Goiás e Alto Paraíso de Goiás, com 260 e 155 mil reais respectivamente, sendo 68 toneladas em produtos alimentícios – 54 do fruto do pequi e 14 em outras variedades. Chama atenção o fato do município com maior arrecadação não produzir o principal produto da região, o pequi.

A boa saúde e bem estar (ODS 3) da população da microrregião esbarra na fragilidade do sistema de acompanhamento às gestantes e puérperas e, conseqüentemente, na mortalidade infantil em Cavalcante, Monte Alegre e Nova Roma (IDSC, 2023). Já o combate à dengue é subestimado, tendo alcançado resultados muito baixos em todas as cidades (IDSC, 2023).

As questões relacionadas à esperança de vida ao nascer, unidades básicas de saúde (UBS), percentual da população atendida por equipes de saúde da família e detecção de doenças como hepatite A, B e C, têm apresentado alto desempenho entre a maior parte das cidades. Esse dado fortalece o Índice de Desempenho dos Municípios 2020/2021 na categoria saúde, no qual todos os municípios da Chapada obtiveram pontuação superior à 7,15 em uma escala graduada até 10 (IMB, 2021).

Quanto à qualidade da educação (ODS 4), a Chapada apresenta desempenho muito baixo, com exceção para Colinas do Sul que alcançou melhorias a partir da qualificação do

serviço de internet nas escolas. A acessibilidade, por sua vez, encontra obstáculos nas escolas de Cavalcante e São João d'Aliança, limitando o deslocamento de pessoas deficientes (IDSC, 2023).

O IMB publicou o Índice de Desempenho dos Municípios (IDM Educação) e obteve baixo desempenho geral da região, apresentando Campos Belos como melhor avaliação, 6,64, e São João D'Aliança com o pior desempenho, 3,19 (IMB, 2022). Já Alto Paraíso de Goiás obteve 5,93, Cavalcante, 4,17, Colinas do Sul, 4,71, Monte Alegre de Goiás, 3,77, Nova Roma, 5,07, e Teresina de Goiás, 4,13 (IMB, 2022).

Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais - apresentou-se baixo em todas as cidades, além de que o percentual de jovens com ensino médio concluído até os 19 anos foi muito baixo. Na prova Brasil, apenas Alto Paraíso de Goiás apresentou alto rendimento em língua portuguesa e mediano em matemática (IDSC, 2023).

Os indicadores responsáveis pelo monitoramento das ações pautadas pela igualdade de gênero (ODS 5) evidenciam a precariedade vivida pelas mulheres, que deixam de estudar para ocupar postos de trabalho ainda que para receber remuneração inferior a um trabalhador do sexo masculino ocupando cargo equivalente. A participação na Câmara Legislativa é o resultado com pior pontuação para todas as cidades, seguido do número de jovens mulheres que não estudam, especialmente em Alto Paraíso de Goiás, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João d'Aliança e Teresina de Goiás (IDSC, 2023). A insegurança relacionada à taxa de feminicídio apresenta resultados satisfatórios, acima de 70 pontos, exceto em São João D'Aliança.

Nas questões relacionadas à água limpa e saneamento ambiental (ODS 6) destacam-se a precariedade e ineficiência da política pública visto a categorização de 7 das 8 cidades com percentual muito baixo da população atendida com esgotamento sanitário e índice de tratamento de esgoto, sendo a exceção Campos Belos com pontuação de 80,7 (IDSC, 2023). Essa condição se contrapõe ao direito constitucional, visto que é “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Brasil, 1988, Art. 23) e ao Marco Legal do Saneamento Básico (Brasil, 2007, 2020). Cabe ressaltar que essa temática também engloba resíduos sólidos e as águas pluviais urbanas (MDR, 2021).

Mas, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento Ambiental da microrregião da Chapada dos Veadeiros, apresenta informações parciais, em sua maioria relacionadas à água e resíduos sólidos que possuem gestão compartilhada entre o Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO e as Prefeituras Municipais. As exceções ficam para Colinas do Sul, que apresenta dados sobre resíduos sólidos, tendo como prestador de serviço apenas a Prefeitura

Municipal, e para Nova Roma que não oferta qualquer informação cadastrada no sistema (SNIS, 2021).

Quanto ao ODS 7 – Energia acessível e limpa, observa-se a baixa vulnerabilidade energética das cidades que alcançaram de médio a bom desempenho na pontuação agregada realizada pelo índice. Contudo, ainda existem elevados percentuais de domicílios sem acesso à energia elétrica, como por exemplo, em Cavalcante e Nova Roma (IDSC, 2023).

O emprego digno e crescimento econômico (ODS 8) avaliado a partir de dados relacionados ao percentual da população ocupada entre 10 e 17 anos, PIB per capita (R\$ per capita), taxa de desemprego e população desocupada. Esta microrregião apresenta fragilidade neste tema, pois as cidades apresentam pontuação muito baixa, entre 27,7 em Colinas do Sul e 38,3 em Monte Alegre, baixa, entre 40,1 em Nova Roma e 48,1 em Alto Paraíso de Goiás e média em São João D’Aliança alcançando 50,1. A desigualdade refletida pelo PIB per capita é o principal agravante, seguido pelo desemprego (IDSC, 2023).

Já a indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9) apresenta pontuação muito baixa no que se refere ao investimento público em infraestrutura da cidade por habitante, não alcançando pontuação superior a 7,2 em São João d’Aliança (IDSC, 2023), sugerindo a baixa resiliência dos setores industriais e de tecnologia, além do descompromisso com a qualificação da infraestrutura regional.

De acordo com os dados do Índice FIERJAN de Desenvolvimento Municipal - 2018, consolidado pelo Sistema S (SENAI, SESI, IEL e CIRJ) com ano base 2018, as cidades em estudo apresentam desempenho mediano, ocupando posições periféricas tanto no ranking nacional quanto no estadual, validando a inferência de comprometimento da resiliência da cidade no que tange a infraestrutura regional de apoio à economia e ao bem estar humano.

Quadro 11: Índice Fierjan de Desenvolvimento Municipal

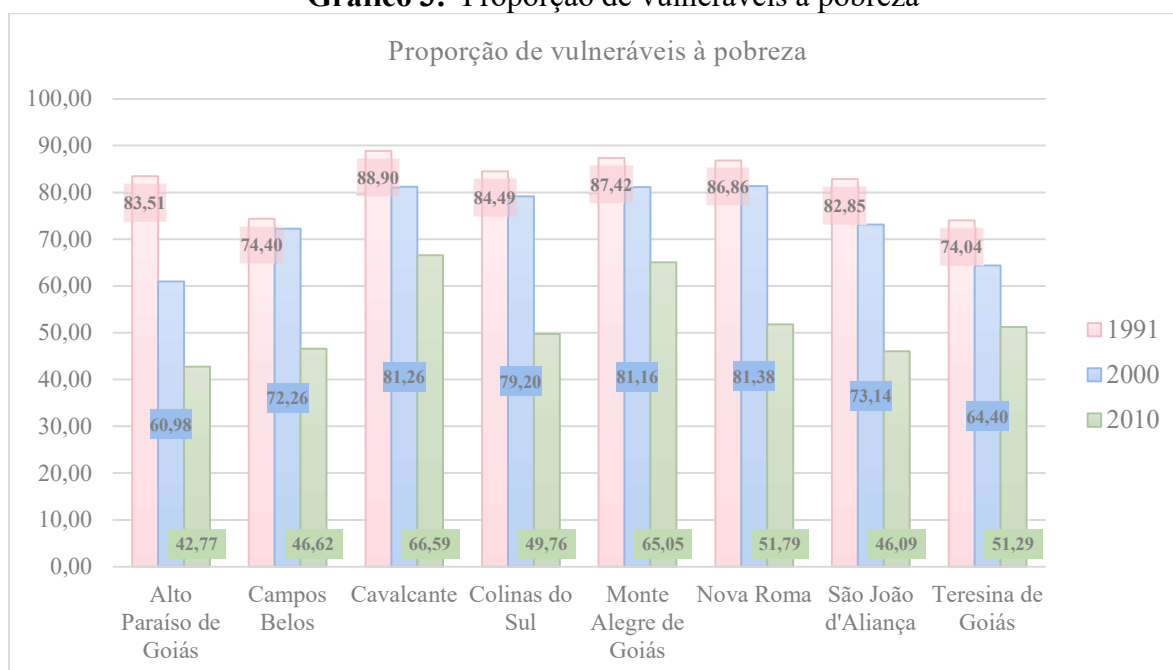
Município	Ranking IFDM Geral		IFDM 2018
	Nacional	Estadual	
Alto Paraíso de Goiás	2208°	132°	0,6967
Campos Belos	2825°	169°	0,6697
Cavalcante	4362°	234°	0,5869
Colinas do Sul	3426°	209°	0,6428
Monte Alegre de Goiás	4881°	241°	0,5383

Nova Roma	3734°	215°	0,6266
São João d'Aliança	3087°	190°	0,6593
Teresina de Goiás	4579°	238°	0,5694

Fonte: Adaptado de FIERJAN, 2018.

A falta de acesso qualificado a produtos, serviços e espaços públicos refletem a desigualdade de oportunidade desde a escala local até a global, ao considerar o comprometimento e escassez da renda levando à desagregação e exclusão social. Ao avaliar o ODS 10, que propõe a redução das desigualdades, observa-se a precarização da vida humana nas cidades da Chapada dos Veadeiros quando observados o percentual da renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres e os microdados que compõem o coeficiente de Gini. São representadas pontuações inferiores a 10, evidenciando a concentração de renda na mão de poucos e inferior a 30 para o segundo indicador, o que reflete a sistematização da insuficiência do Estado na promoção da distribuição de renda. O gráfico a seguir apresenta a proporção de vulneráveis a partir dos dados censitários.

Gráfico 3: Proporção de vulneráveis à pobreza



Fonte: Adaptado de IPEADATA, 2022.

Embora a proporção de vulneráveis à pobreza tenha reduzido no período entre 1990 e 2010, sabe-se que a pandemia de Covid-19 comprometeu significativamente o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Portanto, não há perspectivas de elevadas taxas de redução a partir dos dados coletados em 2022. Contudo, os gastos públicos não refletem investimentos expressivos pautados na qualificação dos serviços públicos e na garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.

O desempenho satisfatório na pontuação geral deste objetivo de desenvolvimento sustentável deve-se à razão mortalidade infantil (negros/não negros), ao índice de gravidez na adolescência, violência contra a população LGBTQI+ e ao risco relativo de homicídios, ou seja, questões relacionadas à segurança na cidade. De acordo com o Índice de Desenvolvimento dos Municípios, 2020-2021, a segurança é o critério com melhor desempenho, a saber: Alto Paraíso de Goiás - 4,39; Campos Belos – 7,3; Cavalcante – 6,27; Colinas do Sul – 7,75; Monte Alegre de Goiás – 8; Nova Roma – 9,55; São João D'Aliança – 8,68; e Teresina de Goiás – 8,06 (IBM, 2021).

As temáticas descritas até o momento são basilares e complementares para a compreensão transdisciplinar das cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11). conforme proposto pela ONU (2015), pois preconiza a segurança e a inclusão socioespacial da população, assim como a resiliência e sustentabilidade da vida em sociedade, seja ela ocupante de áreas periféricas ou centralidades. De forma transescalar, dialoga com os próximos ODS ao visualizar as questões relacionadas a pautas ambientais, como as mudanças climáticas, a diversificação e uso consciente das águas, terra e ar, e o fortalecimento e engajamento em prol da paz e justiça socioambiental. Nesse sentido, as cidades da Chapada apresentam bom desempenho quanto à inexistência de ocupações em favelas (IDSC, 2023).

Quanto à preocupação com os desastres ambientais observa-se a baixa letalidade dos registros de ocorrências junto ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, o que não representa a inexistência de danos e prejuízos conforme apresentados no quadro abaixo:

Quadro 12: Série histórica dos registros de ocorrência da Chapada dos Veadeiros

Cidade	Ocorrências registradas	Ano	Tipologia	Grupo de desastre	Danos/Prejuízos
Alto Paraíso de Goiás	5	2022	Incêndio Florestal	Climatológico	Agricultura
		2021	Chuvas intensas	Hidrológico	Danos Humanos

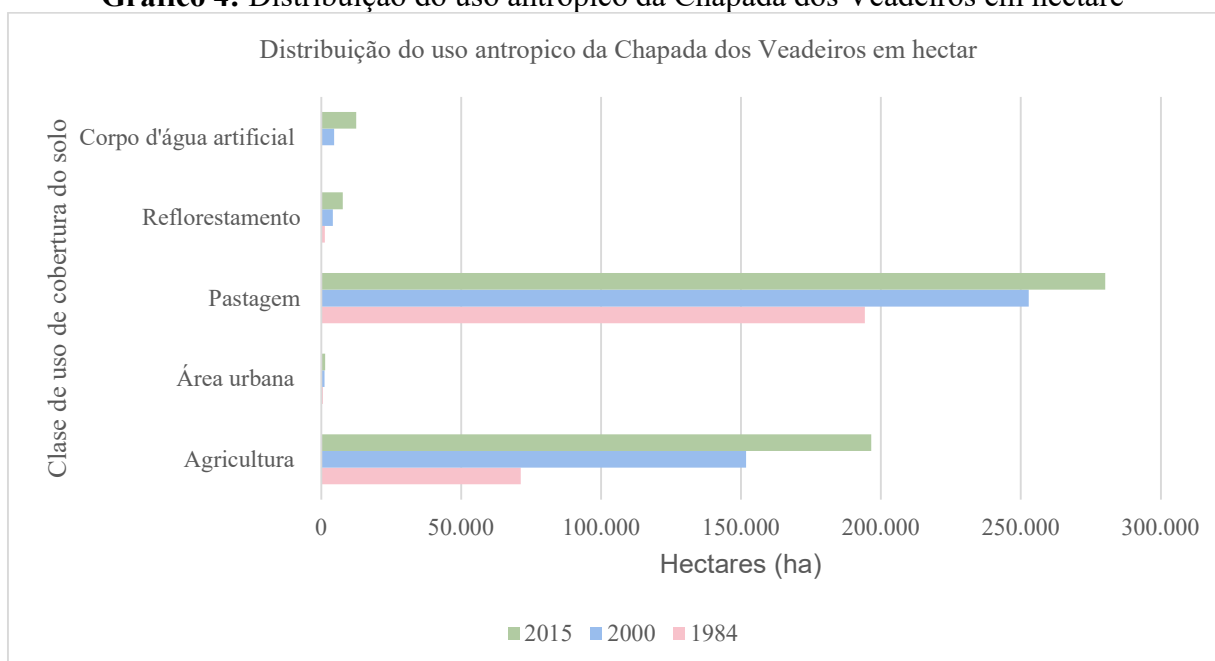
		2017/2020/ 2021	Incêndio Florestal/ Chuvas intensas	Climatológico/ Hidrológico	-
Campos Belos	1	2021	Chuvas intensas	Hidrológico	-
Cavalcante	10	2020/2021	Vendavais e Ciclones/ Enxurradas/ Alagamentos/ Inundações/ Incêndio Florestal/ Chuvas intensas	Meteorológico/ hidrológico/ climatológico	Danos humanos
		2021	Chuvas intensas	Hidrológico	Saúde/Habitação
		2018/ 2021/ 2022	Alagamentos/ Chuvas Intensas/ Incêndio Florestal	Hidrológico/ Climatológico	Agricultura
		2018/ 2021	Alagamentos/Inundações/ Incêndio Florestal	Hidrológico/ Climatológico	Infraestrutura
		2018/ 2021	Alagamentos/ Chuvas Intensas	Hidrológico	Pecuária
		2021	Chuvas intensas	Hidrológico	Serviços públicos
Colinas do Sul	4	2021	Incêndio Florestal	Climatológico	Danos humanos
		2022			Agricultura
		2021	Chuvas intensas	Hidrológico	-
Monte Alegre de Goiás	1	2021	Chuvas intensas	Hidrológico	Danos humanos/ Serviços públicos/ Habitação/ Infraestrutura/ Agricultura
Nova Roma	6	1992	Inundações	Hidrológico	-
		2021 e 2022	Chuvas intensas/ Incêndio Florestal	Hidrológico/ Climatológico	Danos humanos/ Infraestrutura
		2017/ 2022	Enxurradas/ Incêndio Florestal	Hidrológico/ Climatológico	Agricultura / Serviços públicos

		2017	Enxurradas	Hidrológico	Pecuária/ serviços privados
		2017/2021	Enxurradas/ Chuvas intensas	Hidrológico	Infraestrutura
		2020	Incêndio Florestal	Climatológico	
São João d'Aliança	1	2022	Incêndio Florestal	Climatológico	Danos humanos/ Agricultura
Teresina de Goiás	4	2021	Incêndio Florestal	Climatológico	Danos humanos/ Habitação/ Infraestrutura/ Serviços Públicos
		2022	Chuvas Intensas	Hidrológico	Agricultura

Fonte: Adaptado de Atlas Digital de Desastres no Brasil, 2022.

O mês de dezembro de 2021 tornou-se marco histórico para a microrregião, pois entre os dias 25 e 30 foram registradas chuvas intensas impactando a população de Cavalcante ao registrar 1 pessoa ferida, 10 enfermas, 6 desabrigadas, 334 desalojadas, além de prejuízos materiais relacionados à habitação, infraestrutura, comunicação, agricultura, pecuária, e à prestação de serviços privados e públicos como saúde, saneamento ambiental e transporte. Monte Alegre e Teresina de Goiás também registraram ocorrência em 2021 com registro de 10 enfermos, 75 desalojados e 2.370 na categoria outros, na primeira cidade e 15 registros de desalojados na segunda. A população atingida contou com o apoio de familiares, amigos e instituições que buscaram atender de imediato a demanda por água, alimento e vestuário. Em um segundo momento, pautou-se as condições de mobilidade e acessibilidade, solucionadas de forma paliativa por falta de recursos e força política para a transformação necessária.

Para Silva *et al.* (2018) a dinâmica espacial da região, especialmente as lindeiras ao PNCV, reflete pressão antrópica sobre as áreas naturais do cerrado, em função da substituição de 15% da cobertura natural – de savana – pela antrópica. A agricultura e pecuária destacam-se como os principais representantes desta transformação entre os anos de 1984 e 2015. O gráfico que se segue representa a dinâmica espaço temporal estudada por Silva (*et al.* 2018).

Gráfico 4: Distribuição do uso antrópico da Chapada dos Veadeiros em hectare

Fonte: Silva *et al.* (2018).

O turismo, nesse sentido, apresenta papel importante no avanço do uso e ocupação do solo, tanto pela busca de atratividade em áreas privadas, quanto na especulação imobiliária que restringe o acesso à moradia em áreas urbanas e rurais a partir da valorização da terra e da ocupação de áreas por segunda residência, além do uso compartilhado por aplicativos, desconsiderando a capacidade de suporte dos serviços públicos e a existência de planos de contingenciamento de riscos ambientais, sociais e econômicos.

Quanto às questões relacionadas ao consumo e à produção responsável (ODS 12), consideram-se dimensões essenciais e sensíveis para a construção e manutenção da sustentabilidade econômica, pois está imerso na construção cultural e social dos sujeitos que têm no sistema capitalista o modelo de alienação e acumulação de capital de forma desigual. Cabendo destaque ao desempenho das cidades em relação à produção de resíduos domiciliares per capita. Contudo, cabe atenção à coleta seletiva que, atualmente é realizada, ainda que de forma ineficiente, em Alto Paraíso de Goiás e Colinas do Sul. Nova Roma não apresenta dados referentes a esse indicador, o que está relacionado à falta de cadastramento dos microdados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamentos (SNIS, 2022).

A experiência brasileira destaca a oportunidade de compreensão da complexidade que envolve esta temática e seu entendimento a partir das interações humanas e ambientais, assegurando os direitos constitucionais e a busca pela qualificação das infraestruturas públicas.

De forma complementar, as ações contra a mudança global do clima (ODS 13) enfrenta desafios expressivos em Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul e São João d'Aliança, enquanto Campos Belos e Teresina encontram-se com pontuação mediana e as demais com baixo desempenho. Dentre os indicadores analisados, observou-se a avaliação muito baixa de todos os municípios com relação aos marcadores de saúde infantil, acesso à educação de qualidade validada pelas Provas Brasil, taxas de violência, coeficiente de Gini, tratamento de resíduos sólidos e coleta seletiva, 3Rs, desmatamento, gestão de riscos e prevenção a desastres naturais.

Visando o cuidado e a mobilização dos estados e municípios, o Ministério do Meio Ambiente, em outubro de 2023, reabriu o módulo do Sistema Nacional de informações sobre a Gestão de Resíduos sólidos, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, o Decreto nº 10.936/2022 e a Portaria nº 412/2019. O sistema apresenta dados temáticos referentes ao período de 2014 a 2019, dentre eles a situação das declarações dos SINIR e SNIS. Alto Paraíso de Goiás e Monte Alegre de Goiás encontram-se inadimplentes com o SINIR, enquanto Cavalcante e Colinas do Sul não entregaram as declarações ao SNIS. Nova Roma, São João d'Aliança e Teresina de Goiás estão com situação regular nos dois sistemas nacionais de informação.

Seguindo no cuidado com as águas e com o ecossistema (ODS 14), observa-se a fragilidade dos dados utilizados pelos indicadores de emissões de CO² per capita e a proporção de estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres, pois ao ser normalizado, apresentam resultados muito baixos, próximos ou iguais a zero. Logo, oportuniza-se uma pontuação insuficiente para a maior parte das cidades (IDSC, 2023). Quanto à concentração de focos de calor, Campos Belos e Teresina de Goiás apresentam bons resultados.

Quanto à vida sobre a terra (ODS 15), destaca-se a boa pontuação da Microrregião em função da taxa de áreas florestadas e naturais, do percentual de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, especialmente pela presença do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, e o grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental. Como exceção, tem-se o desempenho de Campos Belos, Monte Alegre de Goiás, São João d'Aliança e Teresina de Goiás (IDSC, 2023).

A paz, justiça e instituições fortes (ODS 16) refletem os bons resultados de Cavalcante (88,2), Colinas do Sul (77,3), Monte Alegre de Goiás (82,5), Nova Roma (79,7) e Teresina de

Goiás (86,9). Muitos dos indicadores estão pautados na temática da segurança pública, estruturação da política de controle interno e combate à corrupção. Já o ODS 17 - parcerias em prol das metas - prioriza a gestão eficaz das cidades, a partir da razão investimento/receita. Todas as cidades apresentaram muito baixa ou baixa pontuação nos indicadores de Investimento público (R\$ per capita) e no percentual de receitas arrecadadas.

A tabela a seguir apresenta a arrecadação anual das cidades nos anos de 2021 e 2022 e os meses com melhores resultados disponíveis para os municípios de Monte Alegre de Goiás e Nova Roma.

Quadro 13: Melhor arrecadação dos municípios da microrregião da Chapada dos Veadeiros

Ano	Município	Mês de melhor arrecadação	Valor de melhor arrecadação	Valor anual
2021	Alto Paraíso de Goiás	Agosto	122.756,83	555.874,79
	Cavalcante	Fevereiro	9.133,25	15.507,13
	Colinas do Sul	Março	6.362,76	8.666,55
	São João da Aliança	Julho	11.667,02	59.109,11
	Teresina de Goiás	Agosto	3.147,45	14.592,28
2022	Alto Paraíso de Goiás	Maiο	144.455,60	975.769,16
	Cavalcante	Novembro	1.686,52	11.521,95
	Colinas do Sul	Setembro	2.743,90	15.496,91
	São João da Aliança	Outubro	10.315,01	90.210,44
	Teresina de Goiás	Abril	5.104,50	24.088,34

Fonte: Adaptado de Painel de Arrecadação das atividades características do turismo - GO.

Em síntese, o índice de desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras apresenta o desempenho dos municípios frente a agenda 2030. Dentre os municípios da Chapada dos Veadeiros observa-se a existência de desafios significativos, como no caso de Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul, e de grandes desafios, como em Cavalcante, São João d'Aliança, Teresina de Goiás e Nova Roma. O quadro a seguir sintetiza a análise geral dos municípios da Chapada dos Veadeiros.

Quadro 14: Visão geral das avaliações 2022, 2023 dos municípios da Chapada dos Veadeiros

Município	2022		2023		Nível de desenvolvimento sustentável
	Pontuação	Classificação	Pontuação	Classificação	
Alto Paraíso de Goiás	41	4.554	43,02	4.067	Baixo
Campos Belos	48,67	2.095	49,23	1.807	Baixo
Cavalcante	41	4.555	44,35	3.627	Baixo
Colinas do Sul	45,02	3.300	42,36	4.284	Baixo
Monte Alegre de Goiás	38,2	5.205	39,32	5.079	Muito Baixo
Nova Roma	44,35	3.522	45,45	3.216	Baixo
São João d'Aliança	45,77	3.053	41,18	4.663	Baixo
Teresina de Goiás	44,73	3.389	46,72	2.730	Baixo

Fonte: Elaborado a partir dos dados do IDSC, 2022 e 2023.

A partir da sistematização e leitura dos dados gerados pelo IDSC, destaca-se a necessidade de afirmar o papel do desenvolvimento enquanto processo contraditório de que leva à “transformação da estrutura de produção e, conseqüentemente, de toda a sociedade, e caminha junto com a urbanização” (Singer; Justo, 2017). Nesse sentido, promove um movimento dialético semelhante ao do turismo ao identificar sua responsabilidade econômica e social, ora comportando-se como atividade, outrora como fenômeno capaz de compreender cognitivamente e dialogicamente com a práxis social.

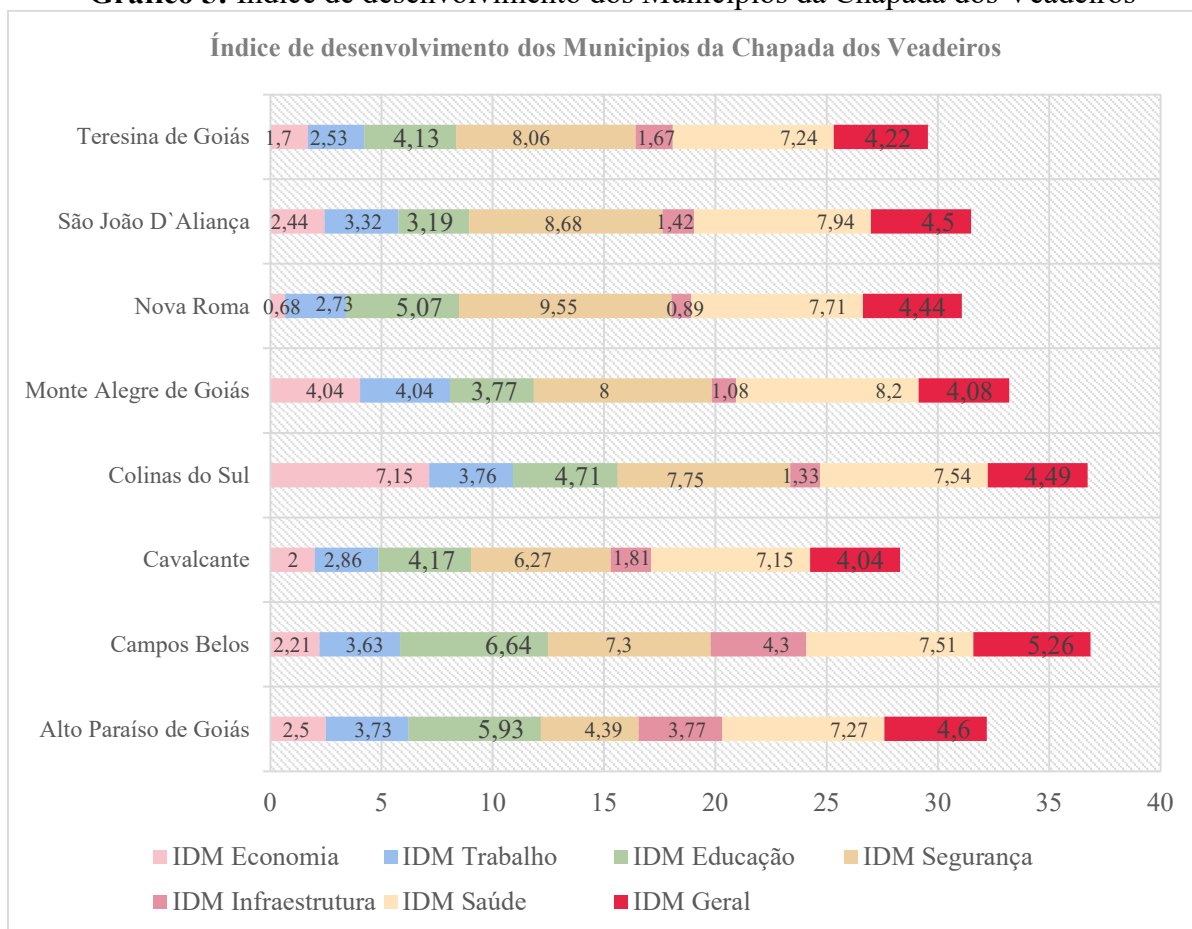
Os dados quantitativos apresentados anteriormente, apresentam a face descritiva dos municípios da Chapada sem o comprometimento de qualificar e destacar os contextos envolvidos e a necessidade de articulação das instâncias de governança territorial de forma processual, coletiva e propositiva. Logo, possibilita instrumentos de planejamento e gestão capazes de acolher a multiplicidade de contextos e conflitos presentes na prática cotidiana das cidades.

Esta interação político institucional, social, ambiental, econômica e cultural fomentar a mitigação da (in)sustentabilidade instalada na microrregião da Chapada dos Veadeiros a partir de ações e políticas públicas eficazes e acessíveis, ou seja, que garantam as interações, relações

e coadaptações necessárias à convivência humana com seus pares, com a natureza e com o ambiente construído.

A diversidade metodológica adotada na coleta de dados trará credibilidade aos Planos, Programas e Projetos capazes de criar e recriar condições e possibilidades significativas para as políticas públicas. Parte expressiva das informações coletadas em sítios eletrônicos institucionais concentram-se na apresentação descontextualizada de dados elaborados a partir de metodologias próprias, nem sempre descritas, de forma precisa, nas quais busca-se minimizar o colapso existente nas múltiplas realidades das cidades.

A sustentabilidade, apresentada a partir do IDSC, pode ser contrastada pelo Índice de desempenho dos Municípios – IDM (Gráfico 15), pois utilizam fontes distintas, o que, observado de forma isolada, apresenta menor impacto nas ações institucionais. Nesse caso, observa-se dentre os indicadores demandantes de maior atenção o trabalho e a infraestrutura, pois, o limite superior alcançado é inferior à média aritmética da pontuação total a ser conquistada. Além disso, destaca-se a fragilidade multisetorial do município de Cavalcante que obteve baixa desempenho em quase todos os setores analisados, sendo a exceção para a saúde e segurança.

Gráfico 5: Índice de desenvolvimento dos Municípios da Chapada dos Veadeiros

Fonte: IMB (2023).

Por outro lado, observa-se certa homogeneidade em relação ao desempenho dos municípios em relação à infraestrutura, pois, todos apresentaram resultado insuficiente, demonstrando a responsabilidade inter e intragovernamental na construção de ações sensíveis às demandas do local ao territorial, de forma coesa e eficiente. Assim, faz-se necessário a mitigação da (in)sustentabilidade instalada na microrregião da Chapada dos Veadeiros a partir de ações e políticas públicas eficazes e acessíveis, ou seja, que garantam as interações, relações e co-adaptações necessárias à convivência humana com seus pares, com a natureza e com o ambiente construído.

Dentre os indicadores demandantes de maior atenção, destaca-se trabalho e infraestrutura, pois, o limite superior alcançado é inferior à média aritmética da pontuação total a ser conquistada. Esses indicadores municipais, complementados pelo Índice de Gestão Eficaz – IGE, possibilitam o monitoramento da ação pública e o cumprimento do papel constitucional de assegurar educação, saúde e demais demandas de interesse local a partir da atuação legislativa, da garantia de acesso aos serviços públicos essenciais orientados pelo interesse local (Brasil, 1988). Biliatto (2022), ao desvelar o princípio da sustentabilidade como “valor

supremo” suscitado pelo Art. 3 que trata dos objetivos fundamentais da República, ao pressupor a liberdade, dignidade humana, a diversidade e, o desenvolvimento global e local da sociedade, assim, tornando-se um direito fundamental, a partir das múltiplas dimensões que compõe o princípio de forma transdisciplinar.

Assim, a busca pela sustentabilidade, inerente às políticas e aos compromissos políticos assumidos internacionalmente tornam-se factíveis a partir do monitoramento da eficácia da gestão pública e do IGE dos municípios que compõem o recorte territorial da macroescala em estudo (Quadro 16).

Quadro 15: Índice de Gestão Eficaz dos Municípios da Microrregião da Chapada dos Veadeiros

Município	Faixa Populacional	Transparência	Gestão Pública	IMC F	Educação	Média	Geral	Ranking
Alto Paraíso de Goiás	5001 até 10000	43,52	87,61	75,19	68,26	68,65	75,37	23
Campos Belos	20001 até 50000	65,91	81,09	60,88	28,05	58,98	56,10	116
Cavalcante	5001 até 10000	56,86	74,96	82,08	48,32	65,56	69,21	47
Colinas do Sul	Até 5000	77,65	74,58	76,85	44,56	68,41	74,91	26
Monte Alegre de Goiás	5001 até 10000	80,06	49,66	70,11	52,66	63,12	64,35	73
Nova Roma	Até 5000	73,21	53,84	60,36	37,25	56,17	50,48	141
São João D'Aliança	10001 até 20000	91,28	79,91	76,89	36,82	71,23	80,52	13
Teresina de Goiás	Até 5000	89,8	66,51	70,22	32,99	64,88	67,86	55

Fonte: Adaptado de IMB (2022).

O índice de transparência, composto pelo acesso aos sítios e portais municipais do executivo e legislativo, representa a importância destas ferramentas comunicacionais para o controle social e o monitoramento das atividades em debate e execução, visando o desenvolvimento social e o posicionamento do município em relação a seu entorno e ao estado, conforme explicitado pela Constituição Federal (1988). Alto Paraíso de Goiás apresentou desempenho abaixo da média, conforme ilustrado no quadro acima, puxando para baixo o desempenho do município. Este foi afetado principalmente pelo resultado alcançado na análise

do acesso a informações do poder legislativo (valor próximo à 50) em contraste com o executivo que atingiu 71,37. São João d'Aliação, por sua vez, representa o melhor desempenho, com pontuação superior a 90, podendo tornar-se boa prática e agente multiplicador para a microrregião.

A gestão pública, avaliada a partir do percentual de servidores públicos e de conselhos vinculados ao setor habitacional, de transporte, agropecuário e meio ambiente, chama atenção pela limitação da análise qualitativa, pois não reflete o desempenho destes, tão pouco o cumprimento de seu papel de fomento ao controle social. Além disso, por se tratar de um índice estadual, cabe avaliar a pertinência do grupo selecionado, visto que alguns municípios possuem economia baseada na indústria e/ou serviços, cabendo, assim, a inclusão de dados a este respeito para de fato representar globalmente a realidade do Estado. Por fim, cabe salientar que nenhum dos municípios possuem Conselho Municipal de Transporte, embora esta seja uma temática essencial para a dinâmica territorial.

Os pilares do Índice Municipal de Carência das Famílias e o da Educação, consolidados a partir de estudos comparativos, o primeiro referente ao desempenho no mês de junho dos anos 2021 e 2022 e, o segundo pelo resultado alcançado pela avaliação federal – IDEB, 2019 e 2021 suscitam a necessidade de continuidade das iniciativas pautadas na melhoria da qualidade da assistência social e da educação visto seu papel essencial para o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida e resiliência das cidades.

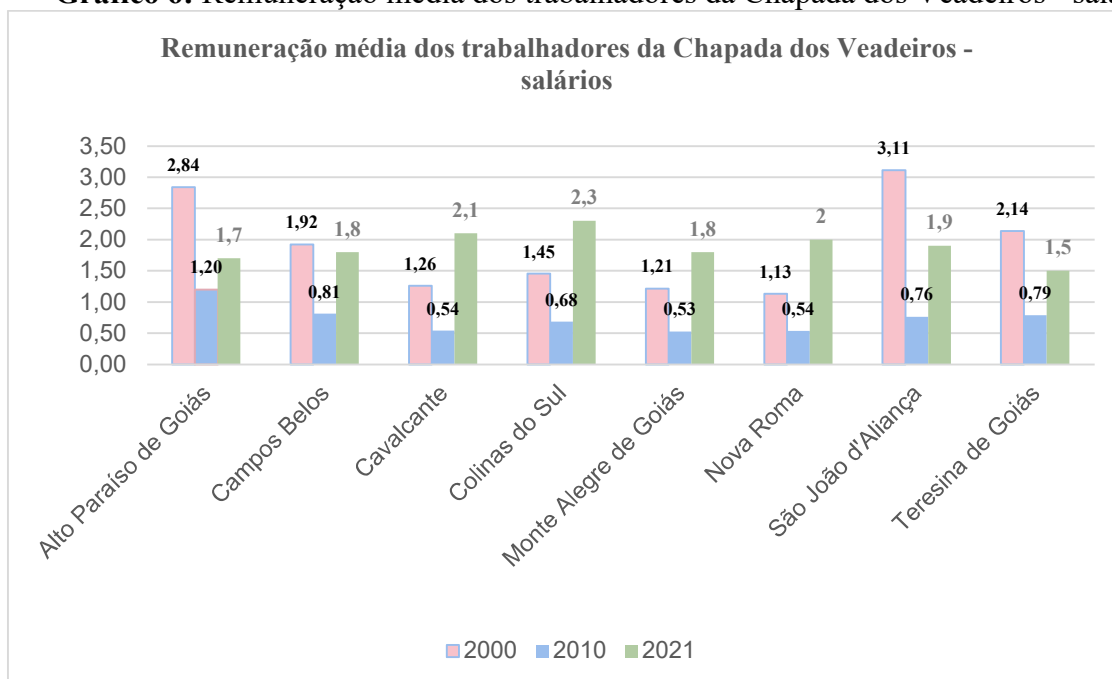
Essa análise, apresentada como síntese preliminar da leitura técnica da Chapada dos Veadeiros, evidencia a oportunidade e necessidade de articulação política institucional, visando a integração dialógica e a construção de mecanismos de trocas de boas práticas e de complementação das iniciativas de forma a fomentar o (co)desenvolvimento territorial sustentável por meio da compreensão da complexidade das limitações enfrentadas pelas instâncias de governança em função da necessidade de acesso a recursos.

Para complementar e integrar o turismo a este cenário descritivo da Chapada dos Veadeiros, de forma quali-quantitativa, observou-se a oportunidade de apresentar um panorama a partir dos dados disponibilizados por instituições governamentais do estado do Goiás e do Governo Federal, quanto ao uso e ocupação das cidades pelo turismo e ao seu potencial de interação com a política urbana.

4.1.2 Turismo na Chapada dos Veadeiros

A infraestrutura turística da região da Chapada dos Veadeiros concentra-se predominantemente nas atividades de alojamento e alimentação, contando em menor escala com agências de viagem, cultura, lazer e aluguel de transporte, conforme os dados do Observatório do Turismo de Goiás (2020). Estas, totalizam 516 empreendimentos prestadores de serviço no território, sendo 410 em Alto Paraíso de Goiás, 53 em São João D’aliança, 25 em Cavalcante, 17 em Teresina de Goiás e 11 em Colinas do Sul.

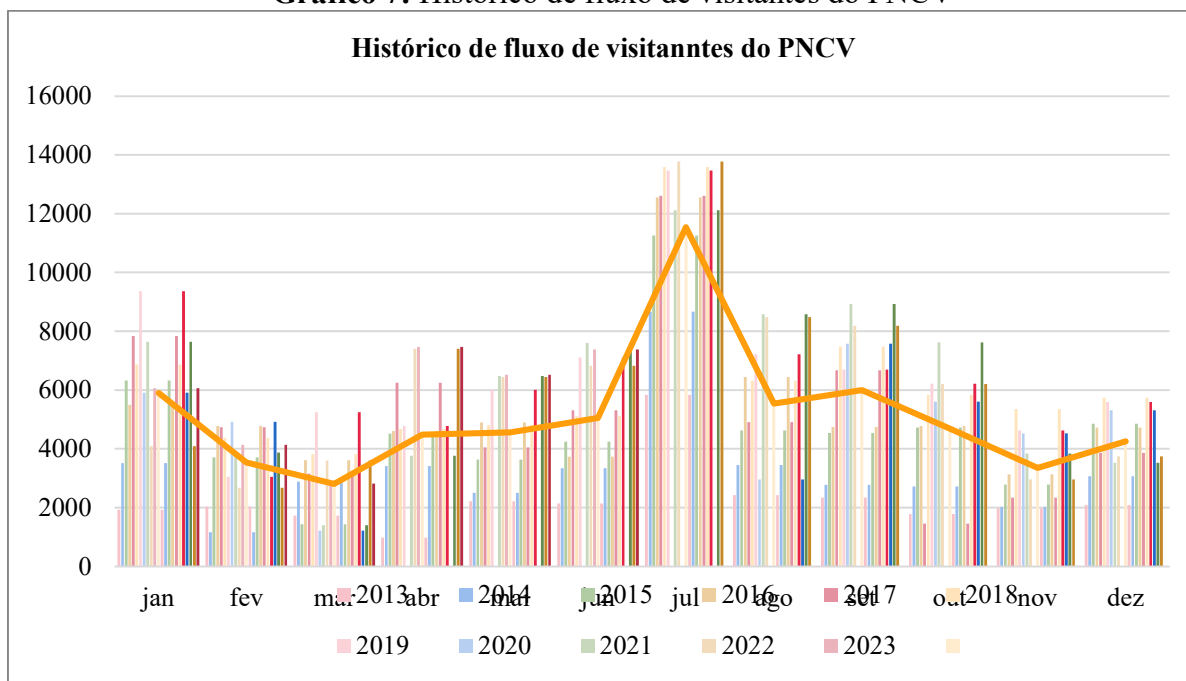
Os trabalhadores do setor ocupam postos de trabalho como de auxiliar nos serviços de alimentação, camareiro em meios de hospedagem, recepcionista, manutenção de edificações, cozinheiro, faxineiro, garçom e atendente de lanchonete, apresentando remuneração média nominal entre R\$ 1344,00 em alojamentos, R\$ 1.061,00 em alimentação, R\$1.005,00 em agência de viagem e R\$ 637,00 em cultura e lazer. O gráfico abaixo apresenta a relação da remuneração média por município, demonstrando a falta de padronização mesmo em municípios próximos.

Gráfico 6: Remuneração média dos trabalhadores da Chapada dos Veadeiros - salários

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE e IPEADATA (2023).

A equivocada simplificação do turismo como uma atividade econômica associa-se ao posicionamento setorial das políticas públicas ao priorizar instrumentos pautados em dados qualitativos, como a categorização dos destinos turísticos em detrimento de uma ação efetiva que possibilite a integração multissetorial e o desenvolvimento territorial integrado, conforme idealizado em 2007 no 65 Destinos Indutores. Para o Ministério do Turismo (2016), trata-se de um instrumento de mensuração do desempenho econômico do setor, ou seja, "não é um diagnóstico turístico de um destino". Também não é um catálogo de informações turísticas de um destino. É um recurso matemático no qual não se avalia potencial turístico, atratividade, potencialidade, qualidade nem demais aspectos de caráter subjetivo" (MTUR, 2016, p. 2).

O fomento ao turismo a partir dos destinos indutores priorizou o estímulo à sustentabilidade regional a partir do desenvolvimento da infraestrutura, do acesso, da atratividade turística, das políticas públicas, da economia local e da cooperação regional. Nesse sentido, o município de Alto Paraíso de Goiás, por possuir maior oferta de equipamentos e serviços turísticos, assim como por abrigar a portaria de acesso do principal atrativo da microrregião, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O gráfico a seguir representa o fluxo de visitação mensal do PNCV nos últimos 10 anos, onde os meses de janeiro e julho se destacam com maior quantitativo de visitantes, coincidindo com os meses de férias, e os meses de março, novembro e dezembro com menor fluxo, sendo estes os períodos de chuvas intensas.

Gráfico 7: Histórico de fluxo de visitantes do PNCV

Fonte: Elaborado a partir de dados cedidos pelo ICMBio (2023).

Para a Goiás Turismo, a região da Chapada dos Veadeiros compreende os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, São João d'Aliança, Teresina de Goiás e o distrito de São Jorge, deixando Monte Alegre de Goiás e Nova Roma desconectados dos demais por não serem categorizados pelo Mapa do Turismo Brasileiro. Este instrumento, vinculado à Política Nacional de Turismo, busca, a partir dos dados quantitativos oficiais relacionados a ocupações formais, estabelecimentos de apoio ao turismo e fluxo de turistas nacionais e internacionais, categorizar a oferta turística local.

Uma vez apresentada as relações e interações entre os municípios da macrorregião em estudo, apresenta-se a caracterização da mesorregião representada pelo município de Alto Paraíso de Goiás, destacando a evolução urbana e os aspectos territoriais com maior interface com o uso e ocupação do solo.

4.2 Alto Paraíso de Goiás – construção do diagnóstico técnico do município, evolução urbana e a prática do turismo

Alto Paraíso de Goiás localiza-se a 230 Km de Brasília e os primeiros registros de ocupação humana no território contam com tribos indígenas como os Cayapós, os Xavantes e os Guayazes. No século XVIII, teve início o ciclo de mineração com a ocupação de bandeirantes, que trouxeram consigo pessoas escravizadas para trabalhar nas minas, dando

início a Cavalcante em 1740 e, para atender a demanda da mineração, a agricultura e a pecuária passaram a se desenvolver na região. Alto Paraíso, na época distrito reconhecido como Veadeiros, era uma fazenda fundada por Francisco de Almeida.

A emancipação de Veadeiros em 1953 possibilitou a anexação do distrito de Nova Roma, conservando as divisas distritais e elevando a sede do município à categoria de cidade (Goiás, 1953), tendo como função o desenvolvimento da agropecuária para atender ao grande fluxo de garimpeiros da região. Pouco tempo depois, em 1958, o distrito foi emancipado, constituindo-se em novo município (Goiás, 1958). Em 1963 o município passa a chamar Alto Paraíso de Goiás, estando constituído apenas de sua sede, sendo sua divisão territorial alterada e em 2011 para Alto Paraíso de Goiás e São Jorge (IBGE, 2023; Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, 2019). Seu território ocupa uma área de 2.594,998 km² (IBGE, 2023), tendo sofrido poucas atualizações nos últimos anos e uma redução de aproximadamente 10 km² entre 1995 e 2005 (IPEADATA, 2023). A ilustração 21 ilustra a área central da sede do município.

Ilustração 22: Alto Paraíso de Goiás - Foto de Valmor Pazos Filho (2021).

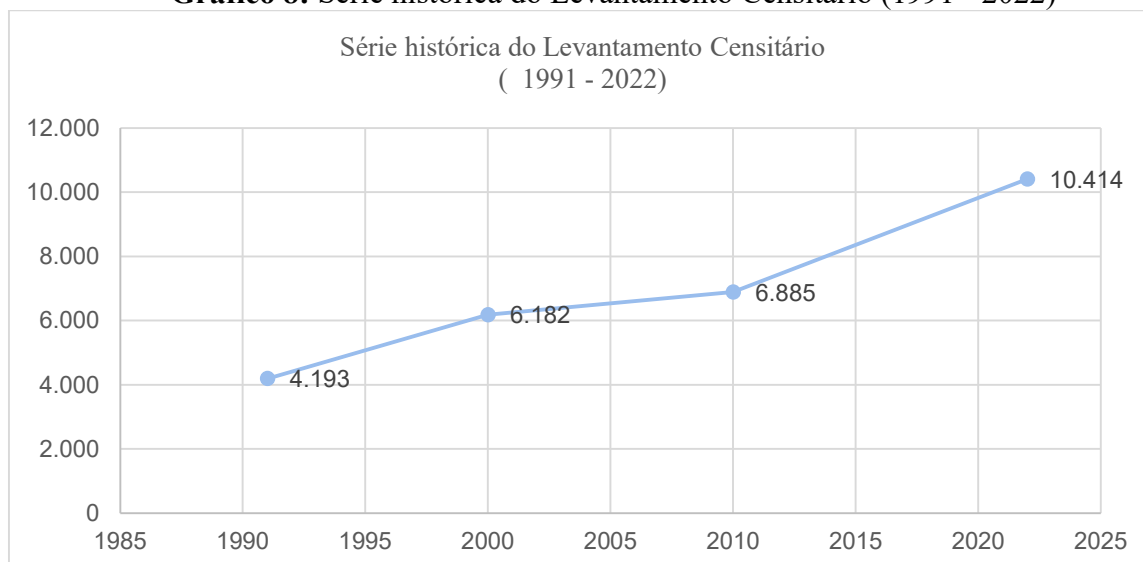


Fonte: Banco de imagens do Projeto Gestão Ambiental Urbana Participativa e turística: padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante.

Em pouco mais de 30 anos, a população do município apresentou crescimento expressivo, tendo, em 1990, 4.193 habitantes e, em 2022, 10.414, conforme representado no gráfico abaixo. Nos últimos 12 anos, tem-se o crescimento de forma mais acentuada, inclusive em relação aos demais municípios da microrregião da Chapada dos Veadeiros. O gráfico a

seguir representa o crescimento populacional a partir da série histórica do censo demográfico (Brasil, 2023).

Gráfico 8: Série histórica do Levantamento Censitário (1991 - 2022)

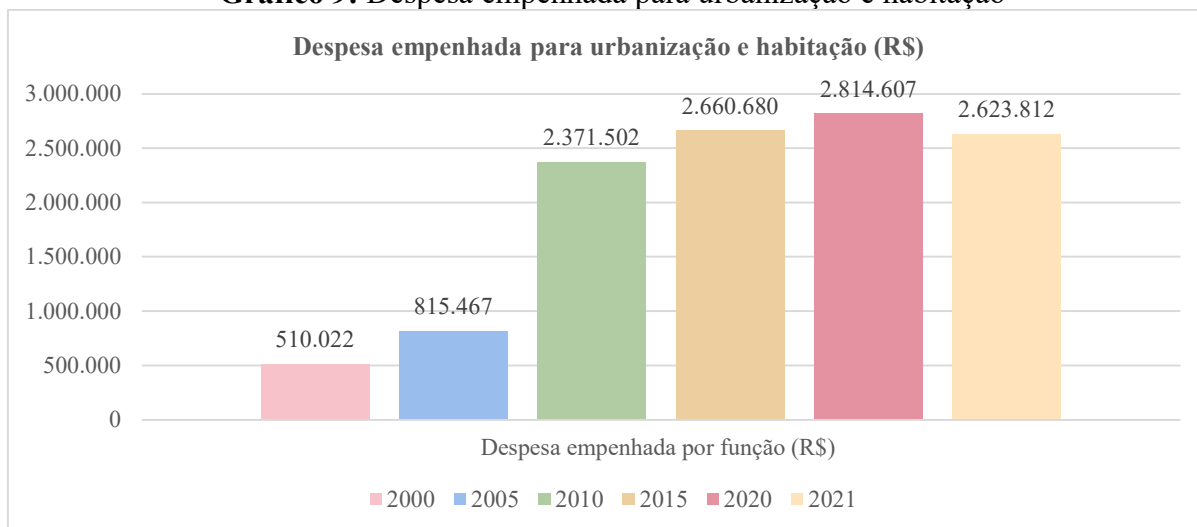


Fonte: Adaptado do IBGE, 2023.

De forma complementar, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apresenta dados quantitativos da população local desde 1960, corroborando para o crescimento acelerado, pois em 1960 havia apenas 2.147 habitantes, tendo crescido, em 30 anos, aproximadamente 95%. A década de 1980 se destaca ao apresentar taxa de 54,1%. Posteriormente, o período de maior crescimento ocorreu entre 2010 e 2022, apresentando taxa correspondente a 49,69% (IPEADATA, 2023).

Alto Paraíso de Goiás possui 5.430 domicílios, sendo 5.341 particulares e 89 coletivos. Os 3.625 domicílios ocupados abrigam 10.005 pessoas e, os 31,62% dos domicílios particulares não ocupados de forma permanente, pois em sua maioria são para uso ocasional (1.109 domicílios). Dentre os coletivos, 58 estão sem morador (IBGE, 2022). Salgado et. al. (2014) destacam a possibilidade de taxaço diferenciada para domicílios de uso ocasional como estratégia da governança pública para mitigar os impactos nas despesas relacionadas à gestão do turismo, pois o município ainda apresenta déficit habitacional e, em 2017 era de 9,75% da população, conforme estudos do Instituto Mauro Borges (2017).

Considerando a área geográfica do município e a população censitária, observa-se a sensível ampliação em sua densidade demográfica de 3,97 hab/km² (IBGE, 2022). Embora o município possua uma grande área geográfica, possui apenas 4,19 km² de área urbanizada (IBGE, 2019).

Gráfico 9: Despesa empenhada para urbanização e habitação

Fonte: Adaptado do IBGE, 2023.

O planejamento no nível da cidade tem como finalidade o cumprimento da Política Nacional de Saneamento Básico (Brasil, 2020; 2007). Em 2012, o município encontrava-se adimplente com o Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento - SNIS, limitando, dessa forma, o acesso aos dados municipais e comprometendo a participação e o controle social previsto na Lei Federal nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento. Esse instrumento foi atualizado pela Lei nº 14.026 de julho de 2020 (Brasil, 2020; 2007) em meio à emergência sanitária. Assim, os dados disponíveis para avaliação dessa temática seguem os censitários, conforme o quadro abaixo, cabendo salientar que apenas em 2010 foi registrado o percentual de pessoas em domicílios que não sejam de alvenaria ou madeira, correspondendo a 5,32% da população.

Quadro 16: Série censitária referente ao saneamento ambiental em Alto Paraíso de Goiás

Ano	% população em domicílio com energia elétrica	% população em domicílio com água encanada	% população em domicílio com água e esgotamento sanitário inadequados	% população em domicílio urbano com serviço de coleta de lixo
1991	62,37	58,64	5,36	-
2000	89,53	86,22	2,36	98,09
2010	93,22	87,01	6,92	99,46

Fonte: Adaptado de IDEADATA (2023).

Com a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico (Alto Paraíso de Goiás, 2017), o município passa a compor o SNIS, apresentando dados de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem e manejo de águas pluviais. Esses serviços são prestados pela Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO e Secretaria Municipal de Transporte, obras e serviços urbanos na sede e no distrito de São Jorge. Em 2020, com a aprovação da participação do município no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e Ambiental do Nordeste Goiano, estabelece-se a parceria com os municípios de São Domingos, Alvorada do Norte, Buritinópolis, São João D'Aliança, Teresina de Goiás, Cavalcante, Formosa, Cabeceiras, Vila Boa, Água Fria de Goiás, Flores de Goiás, Sítio de Abadia, Damianópolis, Iaciara, Monte Alegre de Goiás, Campos belos, Divinópolis de Goiás, Guarani de Goiás, Simolândia e Mambáí.

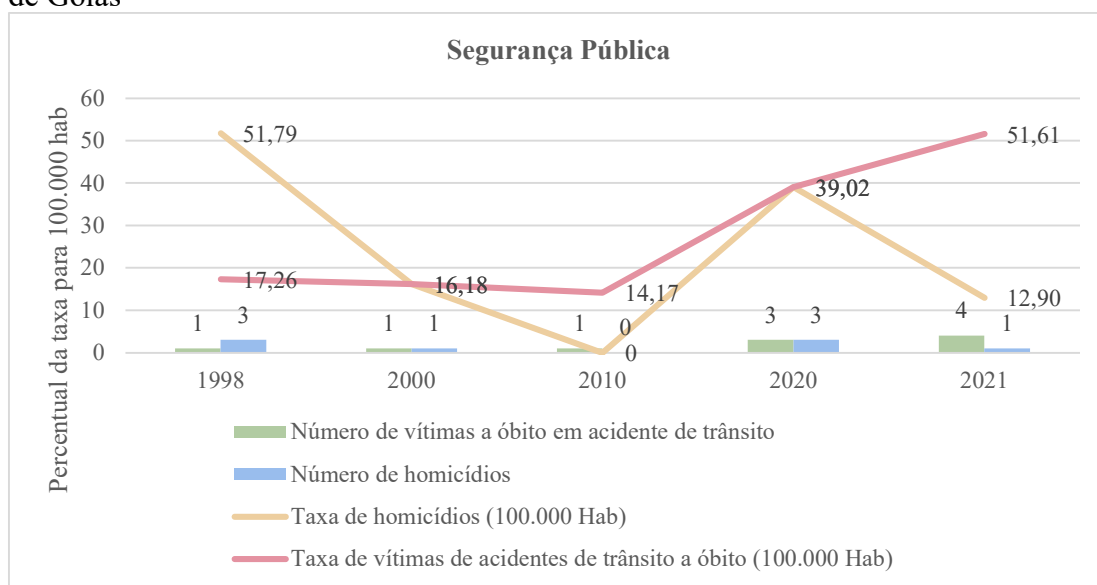
O referido Plano, ao estabelecer as diretrizes da política municipal, busca assegurar a universalização do acesso, a integralidade dos serviços considerando as peculiaridades locais e regionais de forma sustentável. Contudo, de acordo com os dados abertos disponíveis na plataforma do Sistema Nacional, 5.897 pessoas foram atendidas pelo abastecimento de água a partir de 3.620 ligações. Não houve registro de qualquer prestação de serviços relacionada ao esgotamento sanitário. A coleta de lixo regular, pelo menos uma vez por semana, atendeu a 6.500 pessoas, sendo 4.200 atendidas de forma direta, porta a porta (SNIS, 2021).

Seguindo na compreensão das relações ambientais, o município também abriga um mosaico de Unidades de Conservação, tanto de Proteção Integral quanto de Uso Sustentável, que recobre 100% de seu território, as quais estão distribuídas nas seguintes categorias: 1 Parque Nacional – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; 1 Área de Proteção ambiental – APA do Pouso Alto; 1 Parque Estadual – Parque Estadual Águas do Paraíso; 3 Parques Municipais – Parque Municipal de São Jorge, Parque Municipal Abílio Herculano Szervinsk e Parque Municipal da Barragem; 1 ARIE Manhãna - Área de Interesse Ecológico – ARIE-Cachoeira do Córrego Manhãna; 16 Reservas Particulares do Patrimônio Natural Fazenda Mata Funda, Vale dos Sonhos, Fazenda Campo Alegre, Terra do Segredo, Fazenda Branca Terra dos Anões, Biorregional, Murundu, Vita Parque, Campos Úmidos Vochysias, Cara Preta, Escarpas do Paraíso, Flor do Cerrado III, Flor do Cerrado, Flor do Cerrado II, Diamante e Komodo, sendo as duas últimas RPPNs estaduais (Arismar, 2023).

A existência das unidades de conservação e o uso de muitas delas como atrativos turísticos têm fortalecido a necessidade de elaboração de um Plano de Segurança, visto a frequência de acidentes e o desaparecimento de pessoas em trilhas, especialmente nos períodos chuvosos, quando ocorrem chuvas intensas nas cabeceiras dos rios que cortam a cidade. De

forma complementar, esse instrumento também deve atender as demais interfaces, como a segurança em desastres, alimentar, em saúde, e segurança pública. O gráfico a seguir apresenta o panorama da segurança pública do município, cabendo destacar que os anos selecionados não tiveram registros de ocorrências de suicídio, contudo, entre 1998 e 2021, ocorreram 10 casos, sendo três deles em 2019.

Gráfico 10: Série histórica das ocorrências relacionadas à segurança pública em Alto Paraíso de Goiás



Fonte: Adaptado de IDEADATA (2023).

De forma complementar, a baixa frequência de ocorrências deve ser analisada com atenção, visto o quantitativo da população nos anos estudados. Além disso, tornam-se instrumentos norteadores do planejamento e orçamento ao evidenciar a necessidade de qualificação das vias públicas visto o crescimento de óbitos em acidentes de trânsito.

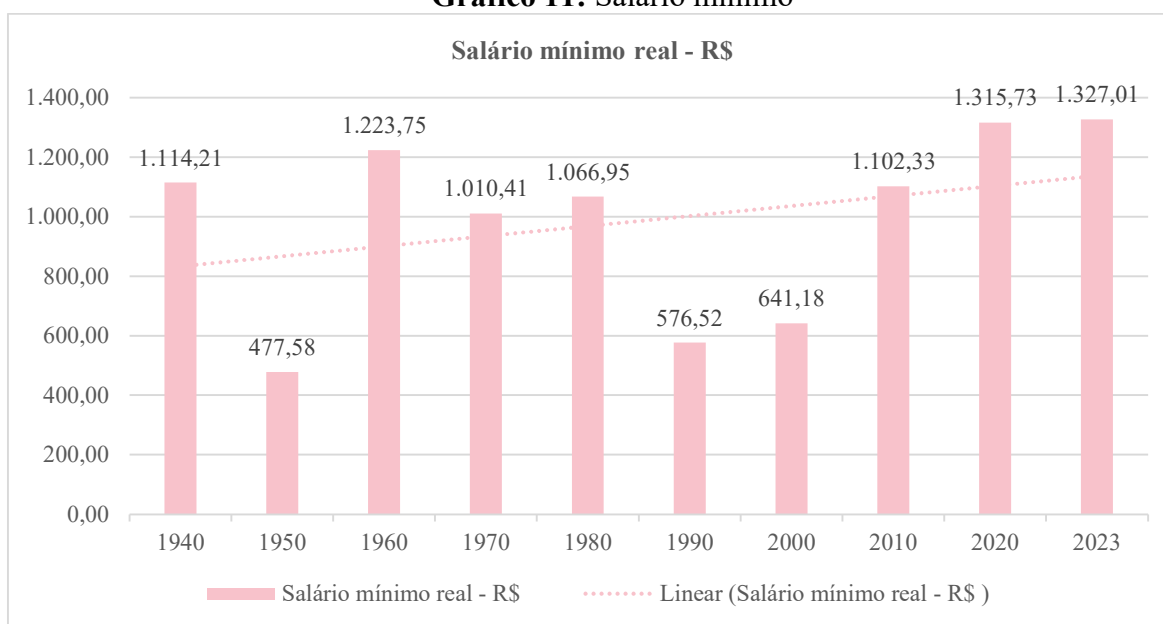
A mobilidade urbana e a acessibilidade, ocupam pasta equivalente na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, nomeada como Secretaria Municipal de Infraestrutura, tendo como competência a gestão dos serviços urbanos, das obras, dos transportes, supervisão e fiscalização do cumprimento dos marcos legais. Dentre estes destacam-se o Código de Obras (Alto Paraíso de Goiás, 2018), Fundo de Transportes (Alto Paraíso de Goiás, 2012) e Conselhos Municipais correlatos, como o Conselho Municipal Urbano (Alto Paraíso de Goiás, 2023). Quanto à acessibilidade, observa-se a carência de instrumentos que amparem as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, assim como as em situação de vulnerabilidade social limitando seu acesso a serviços qualificados.

Quanto à infraestrutura de saúde vinculada ao Sistema único de Saúde (SUS), têm-se três Unidades Básicas de Saúde (UBS) e uma sala de vacinas, 16 profissionais de saúde da família, 17 agentes comunitários, serviços odontológicos e de atendimento básico prisional (Mamed, *et al.*, 2019).

Apesar do município apresentar evolução no Índice de Desenvolvimento Humano Geral, partindo de 0,428 em 1991 e alcançando 0,713 em 2010, a educação representa um dos setores com maior ganho qualitativo, embora não represente a maior pontuação, já que, em 2010, alcançou 0,611 pontos, enquanto as dimensões longevidade e renda alcançaram respectivamente 0,819 e 0,723 pontos.

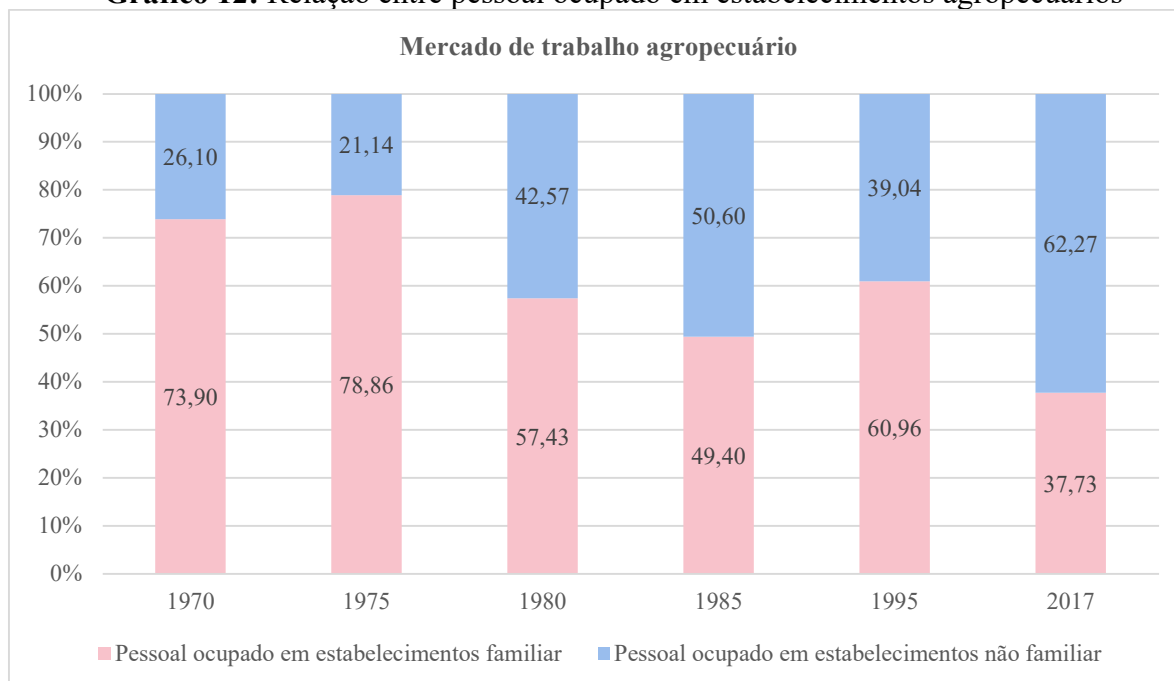
A economia local tem como pilares de sustentação o setor de serviços e a agropecuária que contribuem com 75% do valor adicionado bruto a preços correntes. E o PIB per capita a preços correntes é de R\$ 29.784,01 (IBGE, 2020). Em 2021, o valor da produção da extração vegetal foi de 155 mil reais, correspondendo a 25 toneladas de gêneros alimentícios como o pequi (BBGE, 2021). De acordo com os dados do IBGE (2021), 1968 pessoas estão ocupadas, sendo 78% assalariadas, o que reflete a elevada taxa de desigualdade, se comparado ao salário de 22% dos que possuem ganhos maiores e, mantêm a remuneração média mensal do trabalhador formal em 1,7 salários. Cabe destacar que em 2003 (IBGE) 31,82% compunham a taxa de incidência da pobreza do município.

Quanto ao emprego, cabe apresentar os dados do IPEADATA relacionado ao mercado de trabalho em que apresenta a população economicamente ativa de 3523 pessoas em 2010, com crescimento de 44,5% em relação a 2000. A taxa de desocupação da população com 18 anos ou mais reduziu entre 2000 e 2010, saindo de 7,61 para 6,61% (IPEADATA, 2023). Já o salário mínimo real apresentou instabilidade principalmente entre as décadas de 1990 e 2000. O gráfico a seguir representa a série histórica do valor real do salário mínimo e sua tendência de crescimento linear.

Gráfico 11: Salário mínimo

Fonte: Adaptado de IPEADATA, 2023.

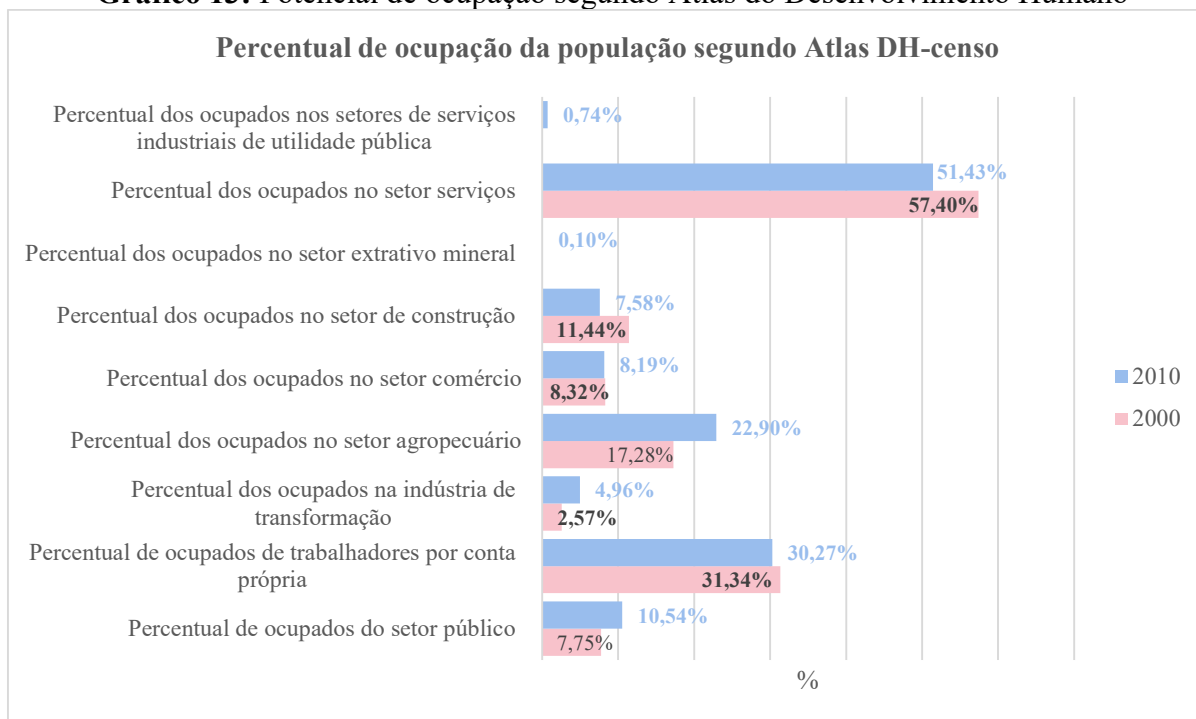
Se analisado de forma setorial, o agronegócio, importante atividade para a economia, e ao mesmo tempo, alvo de críticas em função do comprometimento ambiental, especialmente em relação à manutenção das unidades de conservação, representa parte significativa do total de pessoas ocupadas. Contudo, observa-se a mudança do padrão em 2017 com o crescimento do número de pessoas empregadas em estabelecimentos não familiares. Nesse mesmo ano, após a ampliação da área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, foram divulgados, por parte da bancada ruralista, dados indicando essa ampliação para a agropecuária regional, especialmente para a agricultura familiar. O gráfico a seguir apresenta a série histórica da ocupação no mercado de agronegócio.

Gráfico 12: Relação entre pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários

Fonte: Adaptado de IDEADATA (2023).

Dentre as demais atividades ocupacionais, foram mapeadas pelo Atlas de Desenvolvimento Humano, com base nos dados censitários (2000 e 2010) o setor público, indústria de transformação, comércio, construção, extrativo mineral, serviços, serviços industriais de utilidade pública, trabalhadores por conta própria e o agropecuário, conforme apresentado no Gráfico 13. No contexto dos dados disponíveis, observou-se a representatividade do setor de serviços para a empregabilidade local, assim como de trabalhadores locais, ambos diretamente ligados ao turismo.

O setor de mineração, em decadência na região desde os anos 1980, não apresenta dados municipais desde os anos 2000. Mas, é necessária cautela, pois a microrregião da Chapada dos Veadeiros possui lavras com potencial de exploração, podendo não estar licenciadas e/ou registradas na Agência Nacional de Mineração.

Gráfico 13: Potencial de ocupação segundo Atlas do Desenvolvimento Humano

Fonte: Adaptado de IPEADATA (2023).

A inexistência de marcadores direcionados à leitura situacional da participação do turismo na economia local compromete a compreensão de seu incremento e do impacto nas finanças públicas, a partir de contribuições do setor de serviços, conforme destacado no quadro acima, pela dinâmica imobiliária e tributária (Salgado, *et al.*, 2014), embora existam registros de fluxo difusos de turistas, desde a década de 1970.

4.2.1 Turismo em Alto Paraíso de Goiás

Desde a década de 1992 a região da Chapada, especialmente o município de Alto Paraíso de Goiás, foi inserida nas políticas públicas federais de apoio e fomento ao turismo. Inicialmente na Política Nacional de Municipalização do turismo e no programa de Melhoria da qualidade de produtos turísticos. Posteriormente, no Projeto Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil – parceria Embratur, na ocasião Instituto Brasileiro de Turismo e o Instituto de Ecoturismo no Brasil, IEB – constituindo o Pólo Chapada dos Veadeiros em parceria com os municípios de Cavalcanti, Colinas do Sul, São João d’Aliança, Posse e São Domingos (PMPNCV, 2009).

Entre os anos de 2007 e 2011, Alto Paraíso se destacou na microrregião da Chapada dos Veadeiros ao ser eleita como um dos 65 destinos indutores brasileiros, tendo acesso facilitado aos recursos de qualificação da infraestrutura turística e compromisso de fomentar a competitividade entre os demais destinos turísticos¹⁹ do entorno. Nesse período, o MTur, a partir dos critérios de avaliação dos destinos indutores do turismo, destacou as fragilidades locais por meio de critérios estabelecidos com base na sustentabilidade, segmentadas em: infraestrutura, acesso, atrativos turísticos, políticas públicas, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais, serviços e equipamentos turísticos, cooperação regional, monitoramento, aspectos culturais e marketing.

A partir do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, outras iniciativas foram fomentadas, como a da Região da Reserva da Biosfera Goyaz, composta pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Estadual Terra Ronca, Parque Municipal do Itiquira e o Sítio Histórico Kalunga, conseqüentemente todos os municípios limítrofes a estes atrativos (PMPNCV, 2009). O SEBRAE, em 2006, propôs o Percurso de Roteirização Brasília – Chapada dos Veadeiros. Posteriormente, ainda foram apresentados o Plano de Marketing Regional, o projeto Estrada Real do Sertão, Caminhos de Dom Bosco – ação em parceria com o Distrito Federal e Tocantins, dentre outros projetos da iniciativa pública e privada (PMPNCV, 2009).

Muitos destes planos, programas e projetos apresentam em comum a descontinuidade, não apenas pela transição político partidária, mas pela dificuldade de articulação, resiliência e comunicação dentro e fora do município. Assim como as instâncias superiores, buscando o protagonismo inerente à capacidade de atratividade e de acomodação, alimentação e hospitalidade da cidade.

Os resultados deste monitoramento demonstraram a fragilidade da economia local, especialmente quanto à infraestrutura de comunicação e de negócios, participação do setor privado na economia local, capacidade empresarial e sua competitividade com os demais indutores. Outro ponto relevante, que reflete a ineficiência das ações de fomento local, relaciona-se à baixa integração socioproductiva e cidadão, possibilitando a distribuição dos benefícios e oportunidades à comunidade residente. O Quadro 16 apresenta a sistematização da avaliação de Alto Paraíso de Goiás como destino indutor do turismo.

¹⁹ Para Marín-Idárraga *et al.* (2023) o destino turístico corresponde a um espaço geográfico com limites determinados, com atratividade turística e sensibilização de fluxos de visitantes em busca de trocas culturais.

	Pesquisas de demanda								
	Setor específico de estudos e pesquisas no destino								
	Pesquisas de oferta								
Aspectos Culturais	Patrimônio histórico e cultural	38,6	54,6	45,7	54,6	45,1	55,9	53	57,5
	Aspectos de governança								
	Produção cultural associada ao turismo								
Marketing	Material promocional	18,1	38,2	25	41,1	24,6	42,7	21,9	45,6
	Participação em feiras e eventos								
	Planejamento de Marketing								
	Sítio do destino na internet (website)								
Índice Geral		41,4	52,1	43,6	54	44	56	43,6	57,5

Fonte: Elaborado a partir de dados do MTur (2011).

Observa-se o direcionamento de ações desarticuladas com as políticas públicas estadual e federal, que propõem a atuação integrada entre política ambiental, territorial e turística. Assim, conectam-se unidades de conservação, atrativos, áreas urbanas e rurais e territórios, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, potencializando o aproveitamento consciente e responsável do ambiente natural, construído e cênico (Brasil, 2007; Goiás, 2021; Distrito Federal, 2021).

Como ressaltado por Salgado, *et al.* (2014), até o ano de publicação de seu artigo não era possível a compreensão do impacto econômico positivos relacionados à presença de fluxo turístico no município. Pelo contrário, o que se observou foi a inflação e a especulação imobiliária levando à mudança do perfil dos domicílios, especialmente em relação ao seu projeto arquitetônico. A ilustração a seguir representa a mudança no padrão das casas no município.

Ilustração 23: Imagem aérea das proximidades ao Aeroporto de Alto Paraíso de Goiás.



Fonte: Banco de imagens do Projeto Gestão Ambiental Urbana Participativa e turística: Padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante (2022).

Ilustração 24: Imagem aérea do centro urbano do Distrito de São Jorge.



Fonte: Banco de imagens do Projeto Gestão Ambiental Urbana Participativa e turística: Padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante (2022).

Apesar do município possuir oferta satisfatória de equipamentos turísticos, com 232 de atendimento à hospedagem, na sede do município, e 9 em São Jorge, além de 32 acampamentos turísticos, observa-se, com a utilização de domicílios de forma ocasional e a locação por temporada, a elevação do valor venal dos imóveis e, conseqüentemente, dos alugueis onerosos. Com isso, impulsiona-se a gentrificação e a segregação social (Cadastur, 2023).

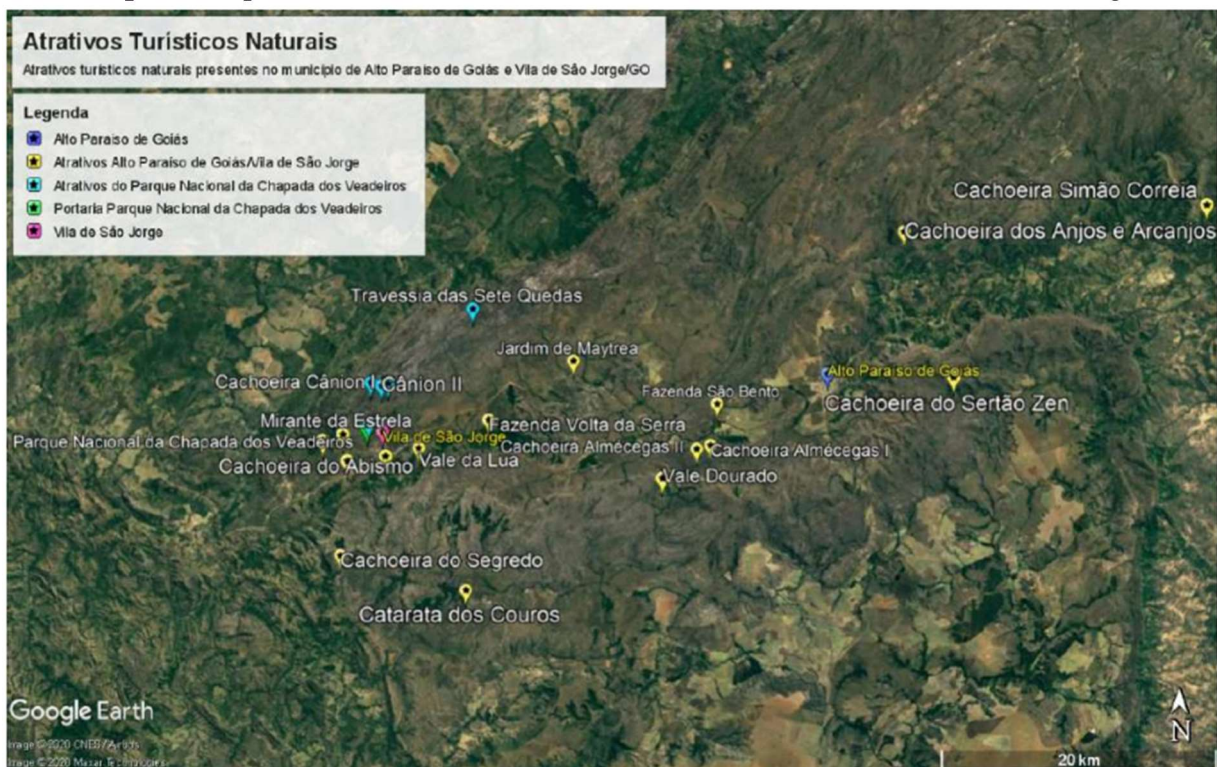
A partir do cruzamento de dados da ferramenta oficial do Governo Federal e o Censo Hoteleiro realizado pelo observatório de Turismo do Estado em 2019, pode-se inferir a representatividade de empreendimentos vinculados a plataformas de alugueis por temporada, pois, na ocasião da pesquisa, identificou-se que 65% da oferta de hospedagem pode não estar contribuindo com a economia local a partir do pagamento dos tributos, conforme previsto no Código Tributário municipal.

Quadro 18: Empreendimentos de Hospedagem de Alto Paraíso de Goiás

Empreendimentos de Hospedagem de Alto Paraíso de Goiás		
In loco	Web	Pesquisa de campo, web e Airbnb
112	212	324

Quanto à atratividade, têm-se 10 cadastrados no Cadastur (2023), e 17 no Inventário da Oferta Turística de Alto Paraíso de Goiás e São Jorge, conforme ilustrado a seguir (Goiás Turismo, 2019).

Mapa 6: Mapa dos atrativos naturais de Alto Paraíso de Goiás e Vila de São Jorge



Fonte: GOIÁS TURISMO (2019).

Neste sentido, cabe retornar ao código tributário municipal no que tange ao pagamento de tributos pelos serviços relativos à hospedagem, turismo, a viagens e congêneres, assim como guias de turismo, negócios empreendidos em atrativos, entretenimento, esporte, equipamentos de lazer e companhias de aviação, sujeitos à alíquota de 3% referente ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza- ISQN. Essa importante e recente atualização poderá, a longo prazo, possibilitar a contribuição econômica da atividade turística (Alto Paraíso De Goiás, 2019).

Este, também prevê a cobrança da taxa de turismo sustentável, para manutenção ambiental, sanitária e demais infraestruturas urbanas, como hospitais, cabendo aos atrativos o recolhimento do referido tributo e o registro no livro eletrônico ou pelo ISQN, estando seu valor determinado por decreto municipal com base no índice de variação do INPC. Em 2021, a Lei Complementar nº038/2021 atualiza o artigo referente à taxa, explicitando o fato gerador da taxa enquanto regulador do “exercício do poder de polícia municipal em matéria de fiscalização,

proteção, preservação e conservação do patrimônio natural, histórico e cultural” (Alto Paraíso de Goiás, 2021, Art. 208). Após inúmeros debates dentro do Conselho de Turismo e a partir da orientação jurídica dada pela Prefeitura Municipal, optou-se pela reorganização desse tributo pautado na questão ambiental. Em 2023, iniciou-se o período de teste da plataforma que dará suporte à cobrança do tributo.

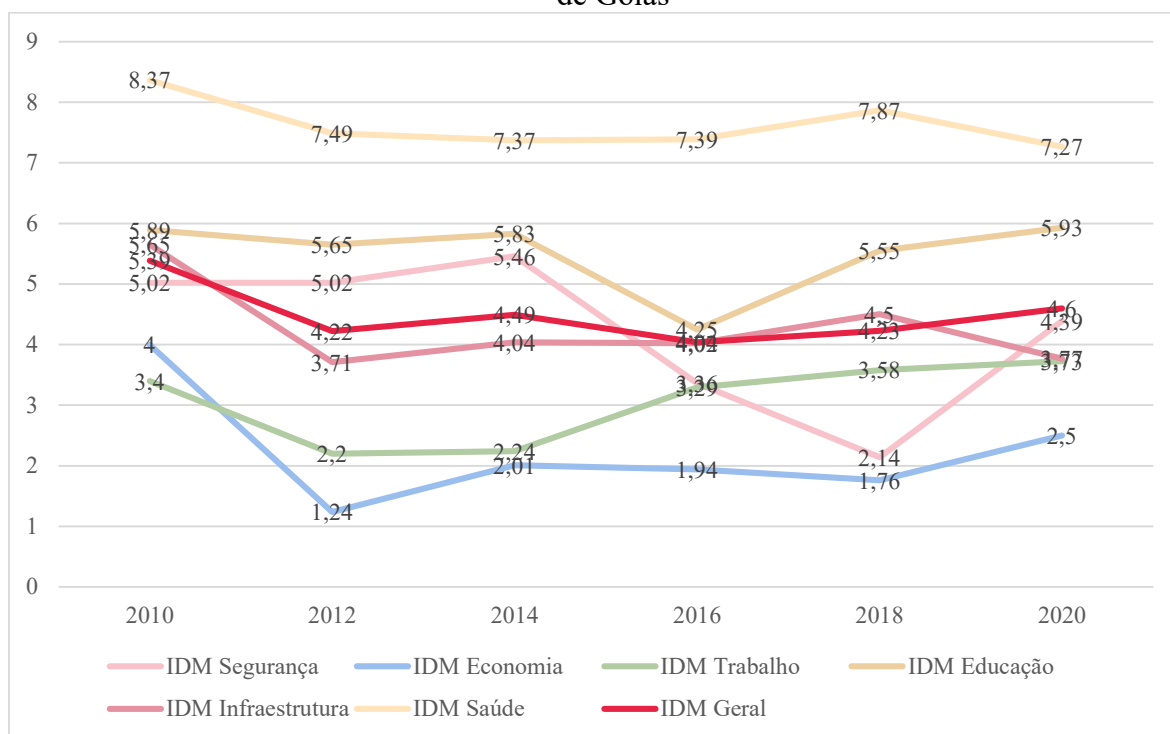
O cenário representado pelo quadro acima reflete as fragilidades locais e, de certa forma, regionais, já que o destino se destaca dentre os demais como o de melhor infraestrutura turística. De acordo com os dados da RAIS, disponibilizados pelo Painel do Turismo Goiano, em 2020, Alto Paraíso possuía 410 de turismo, sendo 247 alojamentos, 148 de alimentação, 11 agências de viagem, 3 equipamentos de cultura e lazer e 1 de aluguel de transporte com remuneração média de R\$ 1238,00 (Painel do Turismo Goiano, 2020). Cabe destacar, dentre as atividades cadastradas, as com maior representatividade, que foram: auxiliar de serviços de alimentação, manutenção de edificações, recepcionista de hotel, camareira de hotel, garçom, faxineiro e cozinheiro, representando 60,4% dos vínculos (Painel do Turismo Goiano, 2020).

Em 2023, a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico realizou uma pesquisa de sondagem para atualização dos dados dos atrativos turísticos do município, tendo mapeado 20 atrativos naturais. Destes, 15 informaram apresentar de médio a alto fluxo turístico. Os dados, ainda em processo de consolidação pela pasta, serão disponibilizados oficialmente em tempo oportuno. O acesso foi concedido especificamente para a construção desta tese, visto sua relevância e contribuição para a discussão da temática do turismo integrada à dinâmica urbana municipal.

Em síntese, ao compreender tecnicamente Alto Paraíso de Goiás e dialogar de forma transversal com os indicadores locais, especialmente, economia, educação, infraestrutura, saúde, segurança e trabalho, pois, acolhem as múltiplas atividades da/na cidade e permitem a elaboração de estratégias de redução e mitigação das insuficiências das políticas públicas e da ação integrada para a gestão da cidade.

Portanto, o quadro geral de Alto Paraíso de Goiás, representado pelo índice de desenvolvimento do município, representa a baixa evolução das categorias avaliadas se comparadas conjuntamente, pois, apesar da segurança, economia e educação apresentaram evolução significativa, infraestrutura e saúde têm retrocedido.

Gráfico 14: Série histórica do Índice de Desenvolvimento dos Municípios - IDM Alto Paraíso de Goiás



Fonte: Elaborado a partir de dados do Instituto Mauro Gomes, 2021 (2023).

O retrocesso, de forma geral, precisa ser avaliado de forma integrada com os demais municípios limítrofes, uma vez que Alto Paraíso atende muitas demandas das populações de seu entorno, inclusive dos turistas que visitam a Chapada.

A presente tese, ao se comprometer com a pesquisa-ação e com a construção de subsídios para a revisão do Plano Diretor municipal, identificou a emergência da apresentação parcial da evolução urbana como instrumento para identificar a fragilidade dos documentos disponibilizados pela empresa contratada para revisão do Plano Diretor, Urbano, Rural e Ambiental de Alto Paraíso de Goiás (2020-2030).

4.2.2 Evolução Urbana

As cidades experimentam diferentes padrões de crescimento e transformação, tornando complexas as interações existentes entre os diversos elementos que as constituem. Alguns dos fatores que influenciam a dinâmica da cidade ao longo do tempo, refletindo os processos sociais, econômicos, culturais e ambientais que moldam o ambiente urbano, incluem a migração rural-urbana, planejamento urbano, mudanças tecnológicas e dinâmicas socioeconômicas.

Assim, a evolução urbana refere-se ao processo de mudanças e desenvolvimento que ocorrem nas áreas urbanas ao longo do tempo. Essas mudanças podem envolver o crescimento populacional, a expansão física da cidade, transformações na infraestrutura, alterações no uso do solo, desenvolvimento econômico e modificações na paisagem, cultura e sociedade.

Historicamente, a região da Chapada dos Veadeiros, vivenciou ciclos migratórios motivados, nos anos de 1780, pela agricultura, com o cultivo de trigo utilizando mão de obra escrava, o que levou, séculos depois, ao reconhecimento e à regularização fundiária de uma das maiores comunidades quilombolas do Brasil, Comunidade Kalunga, e ao reconhecimento da Comunidade Quilombola do Moinho, inserida na área do município. O Povoado guarda a memória e a história do apogeu do então distrito de Veadeiros, vinculado a Cavalcante, que posteriormente, fortaleceu sua vocação agrária com o cultivo de frutas, milho e pecuária (MMA, 2009).

A partir das primeiras décadas de 1950, Alto Paraíso de Goiás, já emancipada, recebe fluxo migratório, inicialmente dos seguidores do esperantismo e, posteriormente, do Kardecismo, abrindo espaço para outras seitas e grupos esotéricos, interferindo ativamente na paisagem, cultura e arquitetura da cidade (MMA, 2009). Cabe destacar que, desde 1960, a área do município sofreu poucas alterações em seu tamanho, tornando-se inexpressivas para justificar conflitos territoriais e políticos. Inicialmente possuía 2.368 km², avançando para 2.429 km² em 1970, 2.603 km² em 1991 e, desde 2000, oscila entre 2.593 e 2.595 km² apresenta área de (IPEADATA, 2023).

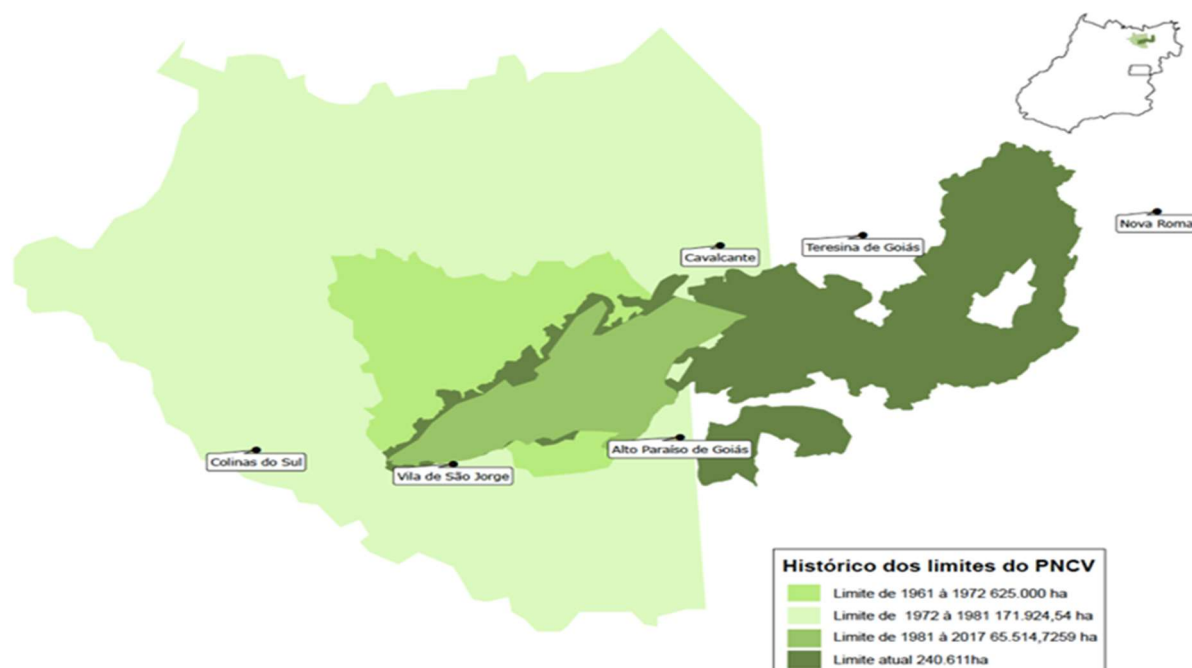
Juscelino Kubitschek, vislumbrando o desenvolvimento local, criou em 1961 o Parque Nacional do Tocantins, pautando sua relevância para a conservação ambiental em meio ao desenrolar da industrialização brasileira (MMA, 2009). Estes elementos históricos, além de relatar os primeiros fluxos migratórios, categoria essencial para a compreensão da dinâmica socioespacial, integram-se à compreensão econômica e ambiental quando trata da produção de alimentos, do uso e ocupação do solo e das transformações culturais inerentes ao intercâmbio cultural. Além disso, tem-se o “Projeto Rumo ao Sol”, dando ponta pé para o turismo esotérico.

O município lindeiro, atualmente denominado Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Brasil, 1983), inserido na Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, faz-se de imediata a compreensão da interação entre as unidades de conservação, seus regramentos e normativas, pois, a proposição de qualquer intervenção ou regularização de áreas de ocupação estão condicionadas aos usos permitidos pelos órgãos ambientais responsáveis pela gestão das UCs e pelo Plano de Manejo delas.

A proposta levada em Audiência pública em novembro de 2023, pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás e pela empresa responsável pelos estudos prévios e apresentação da minuta do PD, de certa forma, não se atentou a esta condição e ao final teve a proposta reprovada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás.

Antes de detalhar os apontamentos da SEMAD na ocasião da audiência pública, observa-se a dinâmica local a partir das transformações da/na cidade, a começar pela constituição do PNCV, criado em 1961, por legislação federal. A ilustração a seguir, apresentada pela Chefe do PNCV no XI Encontro de Pesquisadores da Chapada dos Veadeiros, destaca o processo de uso e ocupação do território pela UC de uso integral e sua abrangência como instrumento de restauração e conservação do cerrado.

Ilustração 25: Histórico das alterações dos limites do PNCV.



Fonte: Nayara Stacheski – apresentação no XI Encontro de Pesquisadores da Chapada dos Veadeiros (2023).

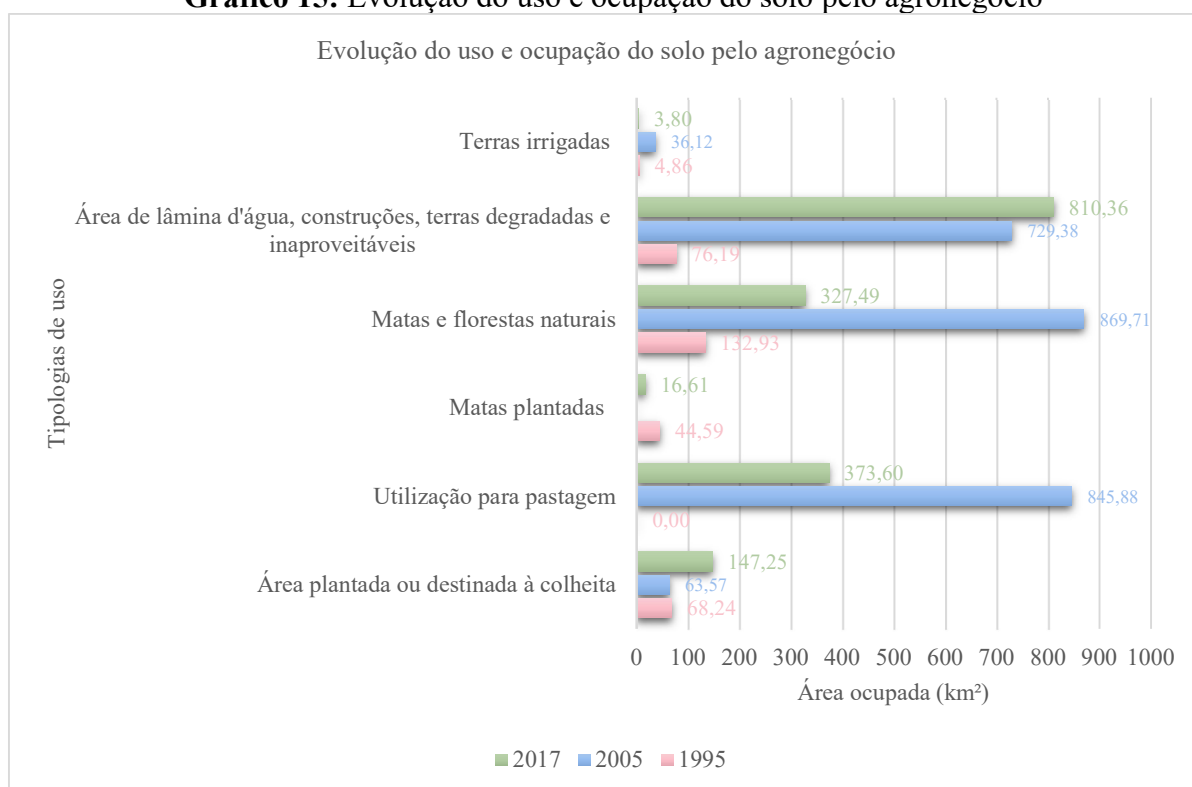
O processo atual de ampliação dos limites do PNCV suscitou movimentação importante na Câmara Federal, tanto em defesa do meio ambiente quanto em defesa dos interesses difusos que envolvem o agronegócio e outros usos relacionados à acumulação de capital e de propriedade de poucos. Por outro lado, trouxe à comunidade empoderamento e voz a partir de campanhas de sensibilização como a *#NenhumhectareaMenos*, *#amplia*, dentre outras. Em 2022, 5 anos após o Decreto Presidencial de 05 de junho de 2017, o Supremo Tribunal Federal

rejeita mandado de segurança impetrado por proprietários rurais, conformando a legalidade do processo e legitimação do decreto.

Assim, o Instituto Chico Mendes, administrativamente, retoma os processos de fiscalização e regularização fundiária no entorno do Parque, que, desde sua criação, não estabeleceu zona de amortecimento, mosaico ou corredores ecológicos, conforme Decreto Federal nº 4.340 de agosto de 2002. Isso legitimou o avanço da ocupação de suas bordas, assim como a disputa de poder e manipulação da população residente em favor dos donos de terra, vislumbrando acesso à moradia e ao trabalho.

Dentre os usos do solo do município de Alto Paraíso de Goiás, tem-se o agronegócio, atividade econômica de destaque para a cidade, historicamente amparada pelas políticas municipais e pelas finanças públicas, uma vez que as despesas empenhadas na rubrica “gestão ambiental, agricultura e organização agrária” em 2020 e 2021 corresponderam a cerca de 3% das despesas orçamentárias municipais.

Gráfico 15: Evolução do uso e ocupação do solo pelo agronegócio



Fonte: Adaptado de IDEADATA (2023).

Entre as décadas de 1970 e 1995 observou-se a redução das pastagens naturais e terras improdutivas, ao passo que as lavouras temporárias, pastagens plantadas (artificiais) e as terras produtivas não utilizadas apresentaram elevado percentual de crescimento, passando de 2,3% das terras utilizadas em 1970 para 4,5% em 1995 (IDEADATA, 2023; MMA, 2009).

Cabe destacar que, os estudos do IPEA apresentam como categorias de usos que fomentam a economia local: pecuária, prática do turismo, dentre outras atividades. Assim, para a compreensão do contexto que envolve o turismo, deve-se considerar a ocupação urbana do município, seu crescimento populacional e do fluxo de turistas, assim como a relação domicílios de uso ocasional x domicílios permanentes e o valor venal do hectare. Além das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor vigente e seus instrumentos complementares como lei orgânica, código de obras e código tributário.

O Plano de Manejo do PNCV (2009), ao contextualizar o município de Alto Paraíso de Goiás, destaca a sequência de iniciativas de estímulo ao turismo, inicialmente com o Projeto Alto Paraíso, idealizado pelo Governador Ary Valadão, “encantado pela doçura do clima de Alto Paraíso - que então era quase frio durante todo o ano, vislumbrou a criação da capital temporária do Estado” (p. 87), a exemplo de Petrópolis (RJ), o que não ocorreu, apesar dos inúmeros esforços e fomento, tendo finalizado de forma trágica com o acidente aéreo que tirou a vida de Aryzinho, filho do governador e diretor do projeto. Este projeto tornou-se marco da urbanização do município, ao incentivar a colonização, “por meio da instalação de equipamentos urbanos diversos, dentre eles, algumas infraestruturas que tiveram papel decisivo nos primórdios da atividade turística na região” (p. 89), como pistas de pouso e rodovias, promovendo a acessibilidade à cidade e ao Parque Nacional.

O fomento da educação ambiental, a partir de 1991, mostrou para a comunidade local métodos alternativos de desenvolvimento, potencializando o interior goiano e promovendo visibilidade para seus municípios limítrofes, além de acarretar mudança nos paradigmas imobiliários para atender as expectativas da demanda turística (FERNANDES *et al.*, 2020).

Contudo, a procura pelo ecoturismo e pela questão ambiental pouco inclui o patrimônio cultural local. Segundo Costa (2015), a principal ameaça para a região e para as comunidades nativas é o aumento considerável de visitantes, concentrados em atrativos como cachoeiras, cânions e rios que ocupam 2% da área do parque, negligenciando a atratividade das comunidades tradicionais.

O Plano Diretor vigente apontou como prioridades para a criação de planos setoriais as temáticas do saneamento ambiental integrado, parcelamento do solo, zoneamento urbano, transportes municipais e tráfego, sistema viário, desenvolvimento ambiental rural, saúde e saneamento básico, abastecimento de água, esgoto urbano e resíduos sólidos. Apesar de se tratar de um município limiteiro em um Parque Nacional, não são discutidas as interações com o mesmo nem a necessidade de regulamentação de áreas de amortecimento e/ou mesmo estudos de capacidade de suporte para o distrito que acolhe a entrada principal do PNCV.

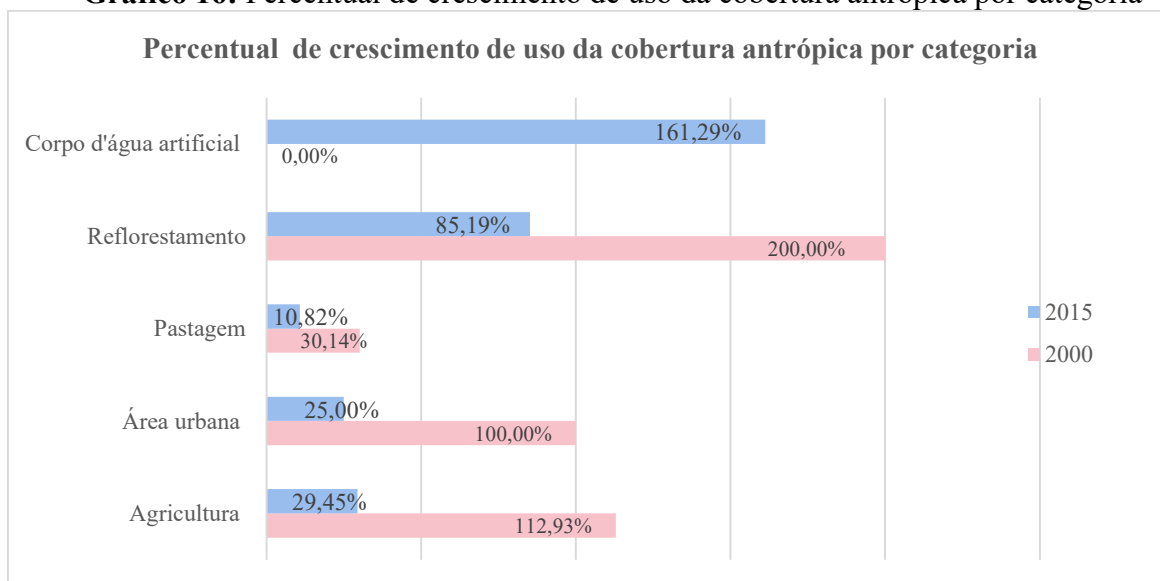
A área da sede do município (ILUSTRAÇÃO 25), conforme imagens de satélite a seguir, observa-se a ampliação da área ocupada que impactou a oferta dos serviços urbanos e da economia municipal, refletindo no número de domicílios. A Ilustração 25 apresenta as transformações espaciais associadas ao uso e ocupação do solo na sede do município, evidenciando seu adensamento nos últimos 36 anos.

Ilustração 26: Imagens de satélite da cidade de Alto Paraíso de Goiás.



Fonte: Wiesinieski (2023).

Uma parcela significativa da expansão está vinculada aos diferentes usos atribuídos à cobertura antrópica, totalizando 498.551 hectares em 2015, representando um aumento de 86% em comparação com 1984. O gráfico 16, subsequente, exhibe as categorias de ocupação do solo, evidenciando seu percentual de crescimento ao longo do mesmo intervalo temporal. Apesar de o reflorestamento e os corpos de água apresentarem taxas de crescimento mais elevadas, é importante notar que a agropecuária desempenha o papel preponderante no uso da terra, contribuindo conjuntamente com cerca de 90% da cobertura antrópica.

Gráfico 16: Percentual de crescimento de uso da cobertura antrópica por categoria

Fonte: Adaptado de IDEADATA (2023).

A expansão da área urbana encontra respaldo no crescimento populacional, conforme indicado pelos dados censitários coletados entre 2022 e 2023. Em 1991, a população local era de 4.193 habitantes, mas em 2023, esse número atingiu 10.414 habitantes, ocupando 3.683 domicílios classificados como particular permanente ocupado, particular improvisado e coletivo, em um universo de 5.430 domicílios (IBGE, 2023). Destaca-se que o uso ocasional, muitas vezes associado ao turismo, abrange aproximadamente 20% do total de domicílios particulares existentes, contrastando com o déficit habitacional de 9,75% e afetando cerca de 247 famílias (IMB, 2017).

Assim, as transformações socioeconômicas e ambientais foram significativas com o avanço do turismo e o êxodo incentivado pela pandemia. Isso desencadeou uma busca crescente por terrenos e propriedades em regiões mais isoladas, impulsionada pela adoção do trabalho remoto "na natureza" como segunda residência e por um estilo de vida renovado. Tal fenômeno tem intensificado a demanda por propriedades voltadas para hospedagem, assim como a necessidade por projetos arquitetônicos específicos para casas de veraneio ou para a plataforma *Airbnb*. Nesse contexto, o aumento de empreendimentos imobiliários, loteamentos e venda de terrenos evidencia de que forma o turismo está influenciando a ocupação do solo. Para Fernandes e Castro (2020), a economia do município precisa ser diversificada para alcançar a sustentabilidade necessária à região:

O turismo e seu efeito multiplicador em Alto Paraíso de Goiás, fortalecem o desenvolvimento regional, promovendo geração de emprego e renda, todavia não devem ser unicamente os únicos instrumentos de impulso para a

economia, assim cabe aos órgãos públicos e privados repensarem em modelos econômicos alternativos visto o grau de ineficiência do turismo em meio a cenários adversos ao pleno exercício da atividade (2020, s/p).

Pois, o desequilíbrio oriundo da exploração turística, os impactos e ameaças ao PNCV e a necessidade de participação da população nos processos decisórios agravam o cenário municipal, ampliando conflitos e incertezas em meio ao processo de revisão do Plano Diretor. Este processo dialético e dialógico precisa alcançar as áreas rurais, em processo de elitização, disputa e transformação da paisagem, rompendo com os aspectos culturais da forma a partir da projetos arquitetônicos desconectados do contexto socioeconômico local para atender aos perfis dos novos moradores, substituindo a população local por pessoas com maior poder aquisitivo (Cánoves; Blanco, 2006)

Ao analisar a dinâmica urbana local, integrada aos impactos gerados pela prática do turismo, nota-se a emergência da revisão da política urbana municipal vislumbrando a qualificação dos regramentos, assim como a criação de instrumentos de suporte ao desenvolvimento local sustentável. Assim, a sustentabilidade da cidade torna-se princípio fundamental para o planejamento, gestão e posicionamento eficaz das instâncias de governança municipal.

O Instituto Cidades Sustentáveis apresenta uma fotografia desafiadora para a gestão pública, iniciativa privada e para a sociedade civil de Alto Paraíso de Goiás, pois, na última avaliação (2023), o município alcançou 43,02 pontos, numa escala de pontuação geral de 0 a 100, tendo se classificado em 4.067 num total de 5.570 municípios, avançando 487 posições em relação à avaliação anterior quando ocupava a posição 4.554. Essa métrica utilizou como referência metodológica os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Dentre os principais desafios encontram-se o cumprimento do ODS 6 – Água Potável e saneamento, devido à insuficiência no atendimento ao esgotamento sanitário, e a inexistência de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. O crescimento populacional confirmado em 2023 pelo Censo e os conflitos pela posse e regularização das terras a partir da proposição de expansão e dispersão urbana no município tendem a precarizar o acesso ao saneamento ambiental, já limitado pela insuficiente na aplicação do Marco Legal do Saneamento Básico (2020) que substituiu, em 2020, o Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB 2014 – 2033.

De acordo com os dados estatísticos da Plataforma IPEADATA (2023), pouco se avançou com o atendimento básico à população. Apesar do acesso à energia elétrica já alcançar mais de 93% dos domicílios, o esgotamento sanitário não alcançou índice satisfatório. O quadro

a seguir apresenta o panorama do saneamento em Alto Paraíso de Goiás no período de 1991 a 2010.

Quadro 19: Panorama do saneamento ambiental em Alto Paraíso de Goiás – 1991 a 2010

Ano	% população com acesso domiciliar à energia elétrica	% população com acesso domiciliar à água encanada	% população com acesso domiciliar à água e esgotamento sanitário inadequados	% pessoas em domicílios que não sejam de alvenaria ou madeira aparelhada	% população em domicílio urbano com serviço de coleta de lixo
1991	62,37	58,64	5,36	-	-
2000	89,53	86,22	2,36	-	98,09
2010	93,22	87,01	6,92	5,32	99,46

Fonte: Adaptado de IPEADATA (2023).

Quanto aos resíduos sólidos, chama atenção a realidade vivenciada pela população rural, com acesso limitado à coleta regular do lixo, visto a baixa qualidade de acesso viário às comunidades. O Povoado Quilombola do Moinho, por exemplo, possui coleta quinzenal, podendo ser suspensa por tempo indeterminado em período de chuvas, e/ou comprometimento da estrada terra (Arismar, 2023). Assim, observa-se que o pilar da drenagem urbana e das águas pluviais, também incluídos na discussão do saneamento das cidades, é eficiente e/ou atende a demanda da população local.

O comprometimento com a proteção da vida marinha também fica à parte quanto ao fornecimento de dados relacionados ao tratamento do esgoto sobre o seu escoamento para os rios e córregos. Isso, por não haver de fato um sistema local eficiente e comprometido com a justiça socioambiental e o direito fundamental à saúde.

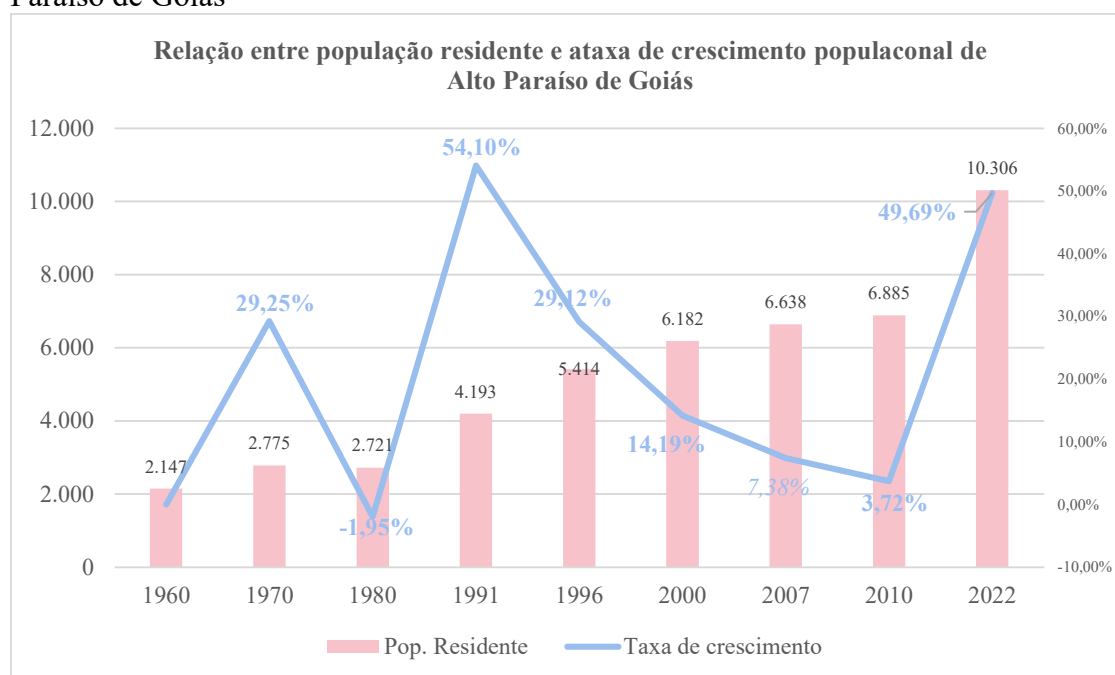
Indústria, inovação e infraestrutura – ODS 9 é outro desafio para a cidade de Alto Paraíso, tanto por sua base econômica permanecer fortalecida pelo setor agropecuário e de serviços, estando neste a maior arrecadação do município, como pelo baixo investimento público na modernização e construção infraestrutura urbana resilientes, assim como fomento à inovação e a inclusão socioproductiva.

O ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima, deveria ser prioritário para o município, já que compõe a Reserva da Biosfera do Cerrado e tem enfrentado períodos de emergência climática, ora pelas chuvas intensas, outrora pelas queimadas. Ao analisar relatos históricos de meados dos anos 1900, apresentados em documentos como Plano de Manejo do Parque Nacional (MMA, 2009), observa-se o impacto das transformações ambientais refletindo

na temperatura local, especialmente no mês de janeiro de 2015, quando a temperatura máxima média chegou a 25,38°C e a média da mínima 23,24°C, conforme dados da Estação meteorológica de Alto Paraíso de Goiás – A024 (INMET, 2023).

Em síntese, pensar a dinâmica socioespacial de Alto Paraíso de Goiás demanda o aprofundamento nos instrumentos e nas metodologias de cenarização capazes de mitigar e/ou reduzir os danos consolidados pelo crescimento acelerado da população, já citado e retomado no gráfico 17, visto sua acentuada taxa de crescimento e o agravamento da oferta qualificada de equipamentos e serviços urbanos capazes de atender, especialmente, às demandas de saneamento ambiental e moradia dessa população emergente.

Gráfico 17: Relação entre população residente e a taxa de crescimento populacional de Alto Paraíso de Goiás



Fonte: Adaptado de IPEADATA (2023).

À medida em que a população acelera seu crescimento, as instituições governamentais atentam-se pelo risco ambiental e a escalada rumo a áreas de unidade de conservação.

4.3 São Jorge

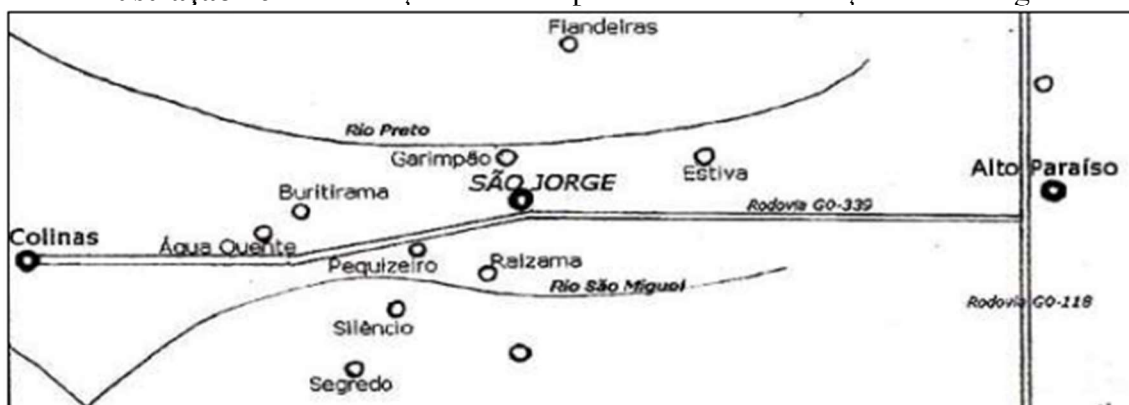
A microescala, espaço de ação e construção dialógica, caracteriza-se historicamente por processo de resistência e marginalização, pois seu contexto de povoamento associa-se à chegada de garimpeiros a partir de 1910 em “Baixa Veadeiros”, às bordas do Parque Nacional, até então pouco regulamentadas pelo Estado (MMA, 2009). A ilustração 26, apresenta os

garimpos de cristal próximos à São Jorge, a partir das memórias contadas por Ivanilton José de Oliveira na obra “Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros (GO)” (2005).

Por se tratar de um território remanescente da exploração de ouro e com presença de outras pedras preciosas, despertou interesse do movimento esotérico e espiritual na década de 50, estabelecendo um fluxo migratório de pessoas atraídas pelo misticismo e belezas naturais, tornando-se a Capital Brasileira do Terceiro Milênio e uma das regiões destinadas a receber seres escolhidos pelos planos superiores da vida (Chapada Nativa, 2018).

Houve a criação do Parque Nacional em 1961, denominado como Parque Nacional do Tocantins, como estratégia de preservação e proteção do cerrado, abrangendo uma área onde encontravam-se diversas fazendas e garimpos de cristal e abrigavam centenas de espécies únicas de fauna e flora, cursos d’água, nascentes e rochas com mais de um bilhão de anos. Em 2001, foi declarado Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO (ICMBIO, s/d.).

Ilustração 26: Localização de Garimpos de cristal em relação a São Jorge.



Fonte: Oliveira, 2005 *apud* MMA, 2009.

Com o fim da II Guerra Mundial, a extração de cristais sofreu com a baixa demanda, já que parte da oferta local era destinada para fins científicos, especificamente relacionados a “sonares, transmissores de rádio, telegrafia e telefonia” (MMA, 2009, p. 91). Na década de 1960, retoma-se a extração mineral, mesmo após a criação do Parque Nacional de Tocantins, perdurando até 1968. Posteriormente, os moradores dedicaram-se à agricultura e, somente a partir da década de 1980, inicia-se a aproximação com o turismo, fomentada pela transformação cultural dos moradores locais (MMA, 2009; Plano Diretor, 2001).

A criação do Distrito pela Lei Municipal nº 499/96 delimitou a área do município em 350 km², sendo 54 desses ocupados pelo Parque Nacional. A ilustração a seguir representa a

área do Distrito, evidenciando sua grandeza e relevância na discussão do Plano Diretor tanto nas temáticas urbanas quanto rurais.

Ilustração 27: Distrito de São Jorge.



Fonte: Adaptado do Google Earth (2023).

A presença do portão de entrada do Parque Nacional e a proximidade com a Fazenda Escola Bona Espero e a Cidade da Fraternidade, trouxe o crescimento do fluxo turístico e a criação de infraestrutura rodoviária, especialmente a partir da pavimentação das GO-118 na década de 1980 e GO-239 nos anos 2000.

De forma complementar ao Plano Diretor foi apresentado o Plano de Gestão Ambiental de São Jorge (2006) que, dentre outras questões, tratou do parcelamento do solo. Na ocasião foram informados 291 lotes, sendo 183 edificadas, 98 vagos, mas de propriedade da Prefeitura e 10 vagos de propriedade privada (PMPNCV, 2009). Este quantitativo, já na época, demonstrava ser insuficiente para a dinâmica urbana estabelecida a partir do incremento do turismo.

A compreensão da dinâmica socioespacial na escala micro concentrou-se nas informações parciais disponibilizadas por órgãos governamentais, como o IBGE (2010), por não haver dados publicados da edição 2022. Assim, a compreensão transescalar a partir do quantitativo populacional, apresentada no Quadro 17 abaixo, destaca a necessidade de uma leitura urbana e rural do território.

Quadro 20: Caracterização da distribuição da população nas escalas

						Urbana	Rural
--	--	--	--	--	--	--------	-------

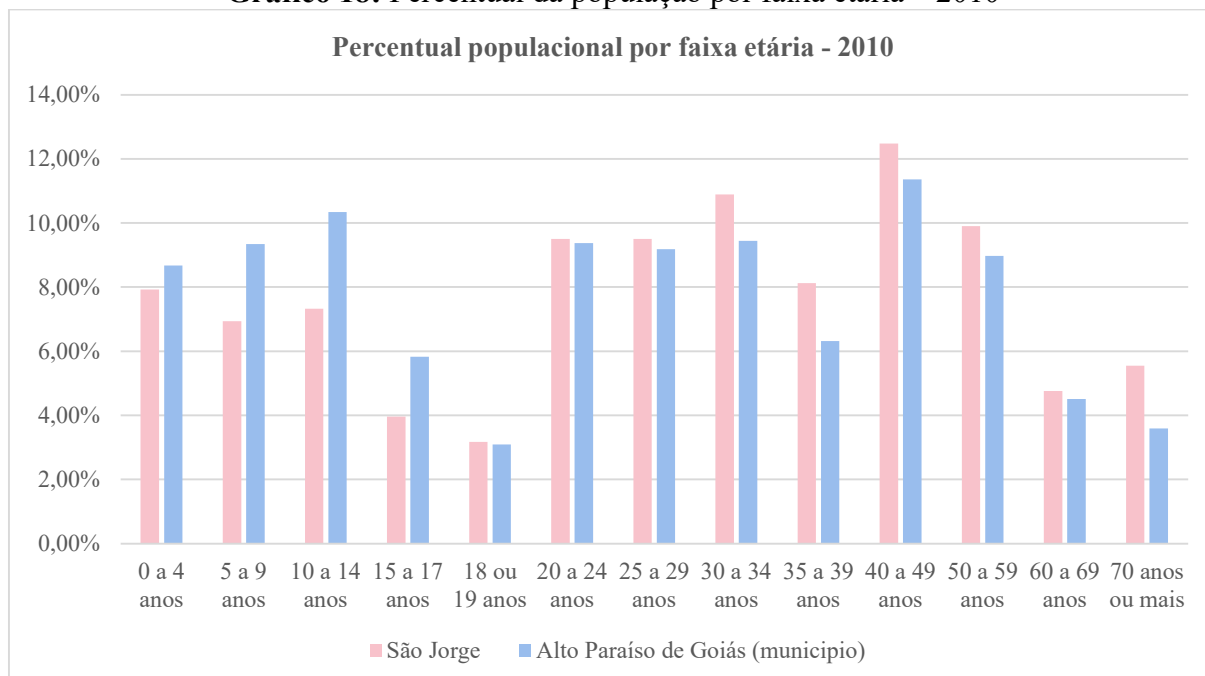
Lugar	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Chapada dos Veadeiros	62 684	31 890	30 794	42 140	20 665	21 475	20 544	11 225	9 319
Alto Paraíso de Goiás	6 885	3 408	3 477	5 219	2 521	2 698	1 666	887	779
Sede	6 380	3 155	3 225	4 773	2 304	2 469	1 607	851	756
São Jorge	505	253	252	446	217	229	59	36	23

Fonte: IBGE (2010).

A moradia, temática necessária à garantia da dignidade humana e à efetividade da política urbana apresenta quantitativo de 143 domicílios, estando estes, em sua maioria, 118, na zona urbana, acolhendo cerca de 444 pessoas.

A partir destes dados, observa-se que a distribuição populacional por faixa etária (gráfico 18) evidencia a proporção de pessoas em idade ativa, cerca de 70% se considerar as faixas entre 18 e 60 anos, ou seja, mais de 321 pessoas carecendo de postos de trabalho e/ou capacidade de empreender para o próprio sustento.

Gráfico 18: Percentual da população por faixa etária – 2010



Fonte: IBGE (2010).

A infraestrutura urbana baseia-se no abastecimento de 97% dos lotes urbanos com água potável fornecida pela SANEAGO (Arismar, 2023). O referido estudo, pode ser utilizado para a atualização dos dados censitários, já que a concessionária informa atender 247 lotes a partir

de 507 ligações. Destas, 357 são residenciais, 128 comerciais, 15 de públicas e 7 industriais (Arismar, 2023).

A energia elétrica é deficitária na localidade pela baixa cobertura da iluminação pública e pelos frequentes picos de energia, tanto em função da concentração de pessoas nos finais de semana, feriados e férias escolares, períodos característicos da presença de turistas, quanto em função de instabilidades da rede e da ocorrência de chuvas, afetando o fornecimento da água e dos serviços de telefonia e internet. De acordo com o plano estratégico do Governo estadual, estava previsto o cabeamento subterrâneo da energia elétrica até 2022 (Goiás, 2019), o que não ocorreu.

Apesar do Plano Diretor Municipal (2001) ter caracterizado o Distrito de São Jorge como área de especial interesse social, assim como de infraestrutura para a expansão urbana, o diagnóstico técnico realizado pela empresa contratada evidenciou que apenas em 2019 houve regularização fundiária de 30 imóveis em São Jorge (Arismar, 2023).

Além disso, o adensamento urbano em direção ao PNCV intensificou-se a partir de 2016, coincidindo com o processo de redimensionamento da área do parque e do estabelecimento de um novo ciclo migratório a partir da pandemia do coronavírus, a exemplo do que acontece na sede do município. Nesse ciclo, intensificou-se a criação de loteamentos para condomínios e *time share*, amparados a partir de 2018 pela Lei Federal nº 13.777 que regulamenta a multipropriedade baseada no tempo de uso do bem imóvel. Anteriormente, esta modalidade estava restrita aos resorts. O “inchaço urbano do Distrito e, da sede do município já estavam previstos no PMPNCV” (2009).

Se observarmos as imagens de satélite abaixo, (Ilustração 28), constata-se que a atuação pública foi ineficiente, pois o perímetro urbano cresceu expressivamente e tem pressionado as bordas do Parque Nacional, muitas vezes adentrando os limites estabelecidos no Decreto Federal que ampliou a área total do PNCV para 264 hectares (Brasil, 2017).

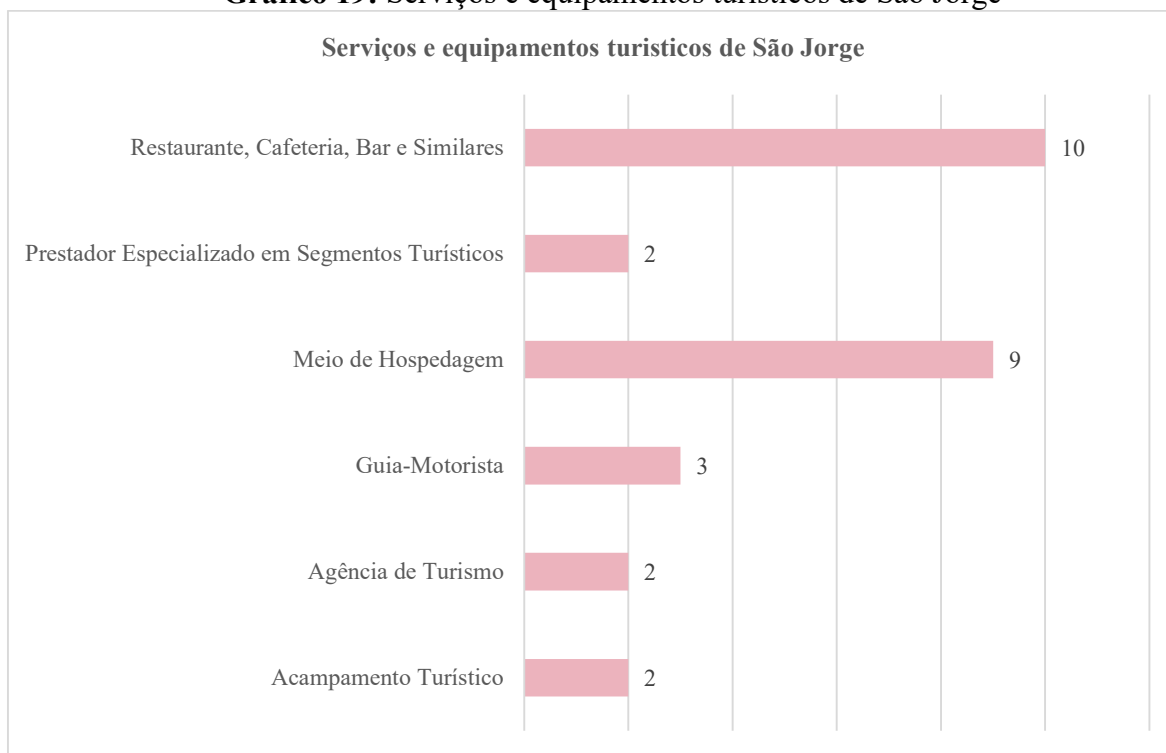
Ilustração 28: Imagens de satélite ampliadas da Vila de São Jorge – 1985 a 2020.



Fonte: *Google Maps*, 2023.

Este crescimento populacional deve-se também à ampliação e pavimentação da GO 237 sentido Alto Paraíso de Goiás – Colinas do Sul, facilitando o acesso ao Distrito e o incremento no fluxo turístico.

Para atender ao turismo observa-se sua potencialidade em relação à concentração de atrativos próximos à área urbana da cidade e pela entrada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, internacionalmente reconhecido como patrimônio da humanidade. De forma complementar, têm-se a disponibilidade de equipamento e serviços, conforme ilustrado pelo gráfico 19, a seguir.

Gráfico 19: Serviços e equipamentos turísticos de São Jorge

Fonte: Cadastur (2023).

Cabe destacar o descumprimento das diretrizes gerais previstas no PD municipal, no qual previa-se a elaboração de legislação municipal básica, no prazo de 1 ano, ou seja, até 2002, materializada no Código municipal de Turismo (Câmara Legislativa de Alto Paraíso de Goiás, 2001), o que não ocorreu até 2023.

O esperado desenvolvimento proporcionado pela qualificação do acesso rodoviário e da atratividade turística, aos poucos transformou a paisagem local, a partir da intensificação do uso do solo e acarretou a precariedade do atendimento à população, seja pela carência de creches, policiamento, habitação de interesse social ou pela especulação imobiliária e pela inflação, inclusive de produtos básicos para o sustento e higiene.

CAPÍTULO 5 - ECOSSISTEMA URBANO-RURAL-TURÍSTICO COMO ESPAÇO DA DINÂMICA E DE ELABORAÇÃO DE PADRÕES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

A condição efêmera das relações estabelecidas pela sociedade contemporânea concretiza a cidade em meio à aceleração da vida e às novas formas de engajamento individual pautadas pela lógica espaço-temporal, e pela fluidez do sistema capitalista parasitário (Fontes; Galarce, 2020; Bauman, 2010). Portanto, esta tese apresenta, neste capítulo, as evidências e os resultados encontrados ao longo da pesquisa ação e das vivências e troca de experiências em São Jorge. O foco direcionado à microescala deve-se ao potencial criativo e conceitual traçado a partir das interações com a comunidade.

De forma complementar, tem como objetivo apresentar as bases teórico-metodológicas orientadoras do processo de construção do método, elaborado a partir da articulação entre as práxis sociais e o conhecimento acadêmico. Como resultado, observou-se como contribuição dessa ecologia de saberes a formatação de um processo participativo, acessível e replicável, com características consonantes e com as reconhecidas credibilidade da tecnociência solidária e da ciência cidadão.

Ao considerar a velocidade de transformação sociocultural e seus efeitos na substituição de demandas emergentes, destaca-se a limitação dos modelos tradicionais de planejamento urbano e/ou turístico que negligenciam as agendas locais em detrimento das globais. A invisibilidade compromete a estruturação de ações coordenadas às janelas de oportunidade que surgem a partir da convergência e articulação socioespacial visando o desenvolvimento ambientalmente responsável e justo (Dagnino, 2019)

Para tanto, emerge o conceito de tecnociência solitária, superando a compreensão temporal e cartesiana da ciência, fomentada por um conhecimento ambíguo e limitado. Ao propor um conhecimento aplicado e transgressor, estruturado a partir da “explicitação e processamento das demandas cognitivas embutidas nas necessidades materiais coletivas”, objetivando adequação e datação dos percursos de produção do conhecimento a partir da aproximação com as múltiplas realidades presentes no habitar (Dagnino, 2021, s/p).

O processo de acolhida das demandas cognitivas entende sua potencialidade na diversificação do conhecimento e identificação das necessidades materiais, imateriais e ambientais. Nesta tese, esse percurso seguirá estruturado a partir dos movimentos de descrição, explicação e padronização, sendo este último, sugerido por Dagnino (2021) como “momento de normatização”.

Neste contexto, ao assumir a compreensão da sociedade como um sistema determinado pela capacidade de diferenciação e “condição de possibilidade para a própria cognição social” (Bechmann; Stehr, 2001, p. 88), repassa-se a ela o protagonismo criativo para a transformação necessária da cidade amparada pela sistematização de suas vivências e experiências.

A multiplicidade de práticas e interesses entre os sujeitos que compõem este grupo social implica na problematização e reconhecimento de soluções factíveis para construção de um lugar comum em que o fazer cotidiano supere o paradigma capitalista do binômio produção-consumo, excesso-escassez, necessidade-desejo (Certeau, 2014), pares contraditórios e complementares que influenciam a vida cotidiana e a compreensão do turismo dentro de sua complexidade.

5.1. Experiências participativas e integração teórico-metodológica – uma leitura afetiva das percepções dos atores locais de São Jorge, distrito de Alto Paraíso de Goiás

O estudo em tela, a partir da abordagem sistêmica e complexa, apresenta a leitura e elaboração transdisciplinar da Vila de São Jorge, distrito de Alto Paraíso de Goiás, pautada pela problematização e identificação de soluções a partir da inteligência coletiva da comunidade, conforme proposto Basarab Nicolescu (2018) no Manifesto da Transdisciplinaridade, amplamente apresentado nesta tese.

Dentre os princípios-chave associados à compreensão dos sistemas complexos e sua contribuição para a leitura participativa da cidade, destaca-se: a) a interconexão, ou seja, a conectividade entre partes determina o efeito das mudanças nas demais, seja na causalidade local ou em processos históricos, multidimensionais e diversos; b) a emergência inerente às relações e interações ambientais; c) a adaptabilidade enquanto capacidade de adaptação a ambientes complexos, onde as mudanças são frequentes e imprevisíveis; d) o contexto e temporalidade que incidem sobre as dinâmicas sistêmicas; e e) o pensamento não linear, possibilitando a multiplicidade de realidades elaboradas a partir de percepções, valores e abstrações (Nicolescu, 2018; Morin, 2011).

As comunidades residentes em cidades de pequeno porte apresentam inúmeras limitações quanto ao acesso a fontes de fomento e a empresas de consultoria consolidadas, capazes de realizar projetos e programas integrativos que permitam a criatividade e a adequação às múltiplas realidades presentes no território. A pressão pela regularização fundiária de invasões vai além dos atuais limites de suas malhas urbanas e grilagens, além de que a expansão urbana vislumbra no planejamento urbano o ordenamento necessário para a organização da

dinâmica da cidade de forma sustentável, melhorando a qualidade de vida da população (MMA, 2009)

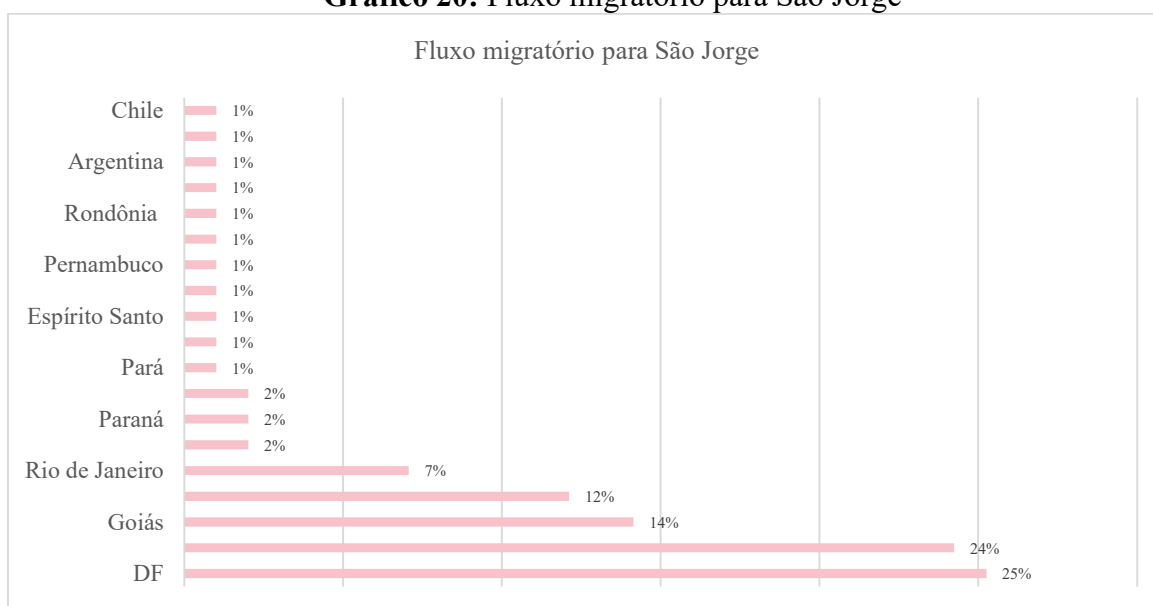
Estas expectativas tangenciam o imaginário e o discurso dos grupos de interesse locais, setoriais e regionais em prol da sensibilização e fomento à ascensão democrática da população vulnerável e/ou com mobilidade limitada quanto ao espaço de fala e tomada de decisão. Os Conselhos, tidos como espaço de controle social, seguem liderados e polarizados, permitindo a condução e o rearranjo necessário para atender aos interesses de poucos em detrimento da marginalização de muitos.

Uma vez apresentado, no capítulo anterior, a leitura técnica e transescalar dos territórios que compõem o recorte desta pesquisa, optou-se pela articulação e descrição dos processos vivenciados em parceria com a comunidade desde o início de 2022. O caminho trilhado iniciou com a delimitação dos recursos e fontes primárias constituídas pelos materiais resultantes de registros cotidianos e regulares e que não receberam tratamentos analíticos (Vasconcelos, 2013).

Os achados de pesquisa e suas contribuições para a construção do método estão apresentados de forma descritiva e explicativa neste capítulo. Tendo como princípio ético o compromisso com a validação, correção, e análise dos impactos e desdobramentos a partir de sua implantação. Assim, a Vila de São Jorge iniciou em 2022 sua jornada em busca da autogestão, adaptação e engajamento, tendo como pilar a solidariedade e a sustentabilidade.

O detalhamento das atividades realizadas em cada etapa da pesquisa-ação, apresentado no capítulo 2 desta tese, foram essenciais para a materialização, complementação e articulação para a construção coletiva da leitura do território do distrito de São Jorge. Ao longo do processo de sistematização e interpretação das contribuições cognitivas, fez-se necessária a qualificação do entendimento e o alinhamento metodológico visando a integração urbano-turística a partir das dimensões da sustentabilidade.

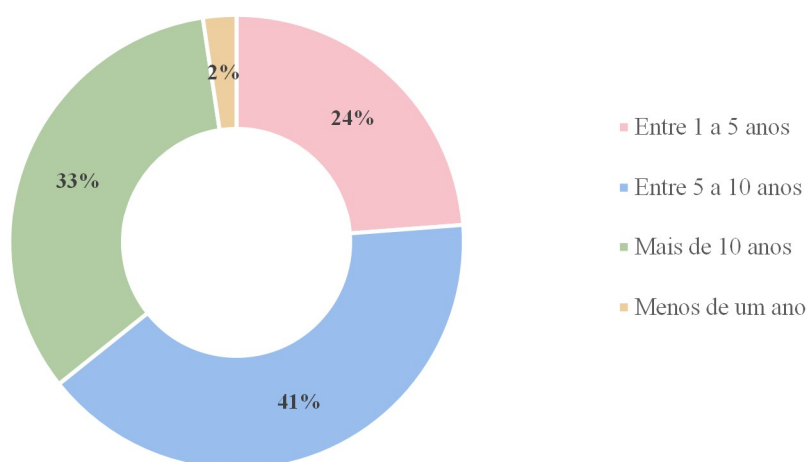
O diagnóstico participativo contou com as contribuições do questionário de aproximação e informações colhidas pelas entrevistas, encontros e pela oficina de leitura do território. Possibilitando, assim, a compreensão dos principais fluxos migratórios para a Vila de São Jorge (Gráfico 20) e o tempo de residência dos entrevistados (Gráfico 21). Cabe destacar que a Vila se constitui a partir da chegada de garimpeiros na década de 1940, tendo na década de 1980 uma redução populacional significativa em função da queda da demanda por cristal de rocha (Tavares, *et al.*, 2007; MMA, 2009).

Gráfico 20: Fluxo migratório para São Jorge

Fonte: Dados do questionário de aproximação (2023).

Gráfico 21: Tempo de moradia em São Jorge e/ou na sede do município

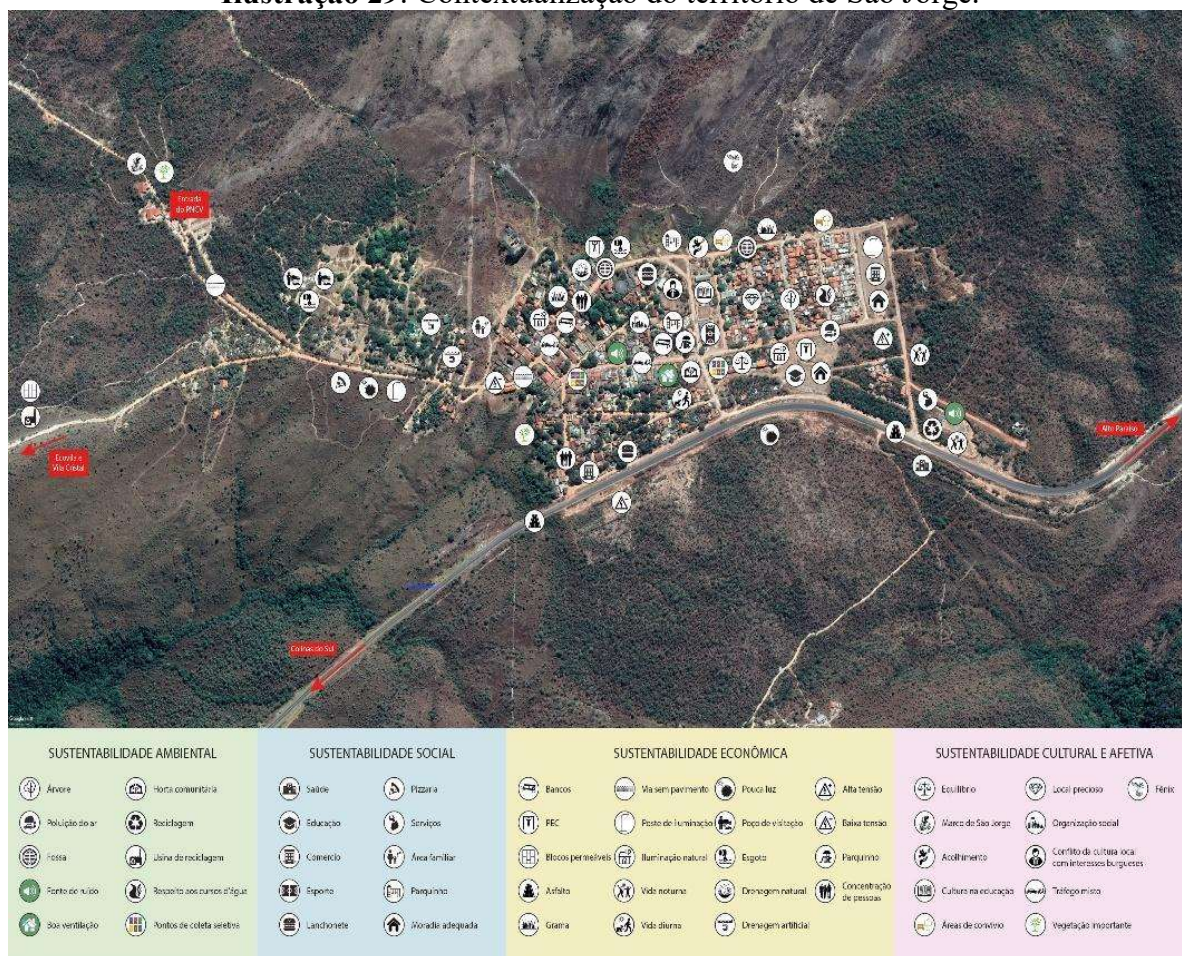
Tempo de moradia em São Jorge e/ou na sede do município



Fonte:

A partir da apresentação dos ícones vinculados às dimensões da sustentabilidade urbana, os participantes organizaram, de forma lúdica, um mapa afetivo simbolizando a imagem criada por eles sobre a distribuição dos equipamentos urbanos presentes e/ou necessários ao desenvolvimento local. A ilustração a seguir representa a síntese das participações formatadas no mapa de contextualização e referências da comunidade.

Ilustração 29: Contextualização do território de São Jorge.



Fonte: Bisinoto e Wiesnieski - Contribuições coletivas dos participantes das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística (2023).

Esta proposta, que será apresentada de forma explicativa na subseção a seguir, estruturou-se a partir do detalhamento e refinamento das discussões, priorizando as relações sociais e a aproximação afetiva com moradores e empreendedores de São Jorge. Complementada pela observação das rodas de conversas realizadas na XXIII edição do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros²⁰ realizado em julho de 2023.

Posteriormente, são apresentados o design de padrões elaborado no âmbito do projeto de extensão em parceria com discentes da graduação em arquitetura e urbanismo, viabilizando especialmente as ilustrações. Esse processo de intercâmbio entre estudantes, e complementado com encontros presenciais e virtuais com moradores locais, enriqueceu as vivências, além de trazer maior dialogicidade ao processo. Além disso, proporcionou a releitura das dinâmicas da

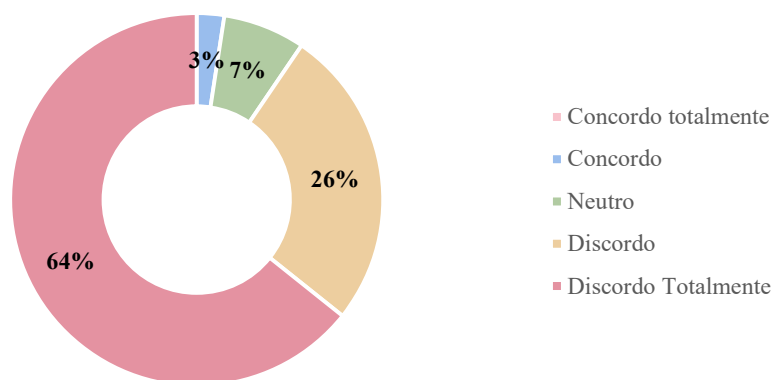
²⁰ Em abril de 2023 o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros foi reconhecido como Patrimônio Imaterial do Estado de Goiás (Alego, 2023), tendo recebido o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2015 (IPHAN, 2015).

sustentabilidade e complementação das diretrizes a partir da descentralização do olhar e das percepções.

No âmbito ambiental, destacam-se a emergência de adequação dos instrumentos normativos e fiscalizadores do saneamento ambiental, responsável, eficiente e eficaz, capaz de mitigar ações causadoras de degradação ambiental, poluição atmosférica, difusa, sonora e visual, e a contaminação do solo e das águas.

Gráfico 22: Percepção da oferta de saneamento ambiental

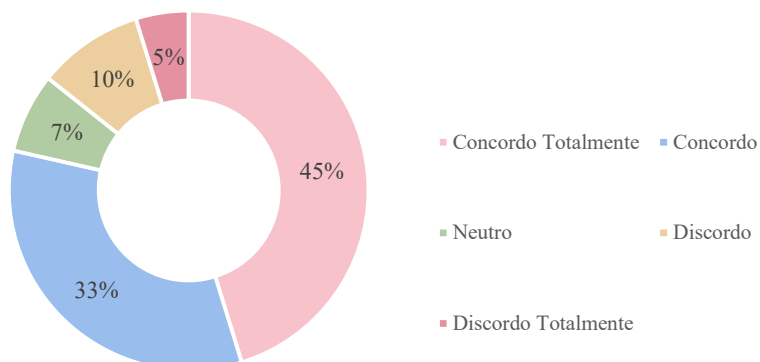
Percepção da oferta de saneamento básico



Fonte: Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística (2023).

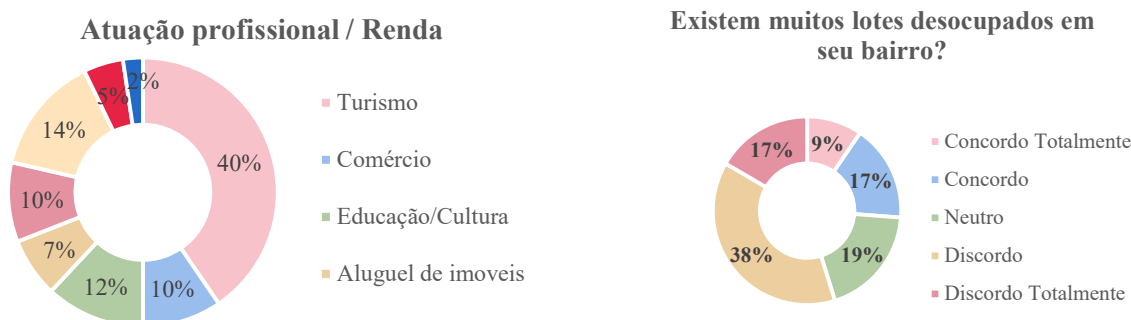
Gráfico 23: Situação da drenagem urbana

Quando chove onde você mora facilmente alaga?



Fonte: Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística (2023).

Integrando as temáticas econômicas e culturais, cabe a busca pela diversificação da Oferta Turística a partir da promoção difusa das diversas atrações turísticas que destaquem a singularidade da cidade e o incentivo a eventos culturais, festivais e atividades que atraiam diferentes perfis de visitantes.

Gráfico 24: Atuação profissional/Renda

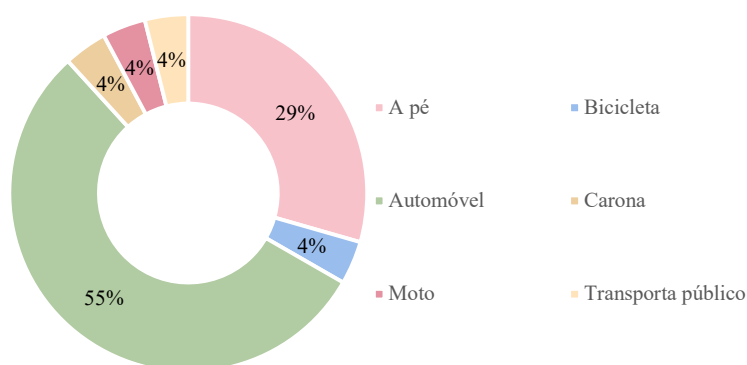
Fonte: Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística (2023).

A dimensão social, por sua vez, abrange o envolvimento da comunidade local no processo de tomada de decisões relacionadas ao planejamento urbano e turístico, garantindo que seus interesses sejam considerados, como por exemplo, a partir de investimentos em transportes sustentáveis e acessíveis para melhorar a mobilidade dentro da cidade a por meio de práticas turísticas responsáveis, incentivando visitantes a respeitar a cultura local e minimizar seu impacto ambiental. Ademais, tem-se a sensibilização da comunidade local

quanto aos benefícios do turismo sustentável e como ela pode participar ativamente, tanto no processo de elaboração quanto no monitoramento e avaliação.

Gráfico 25: Transporte urbano

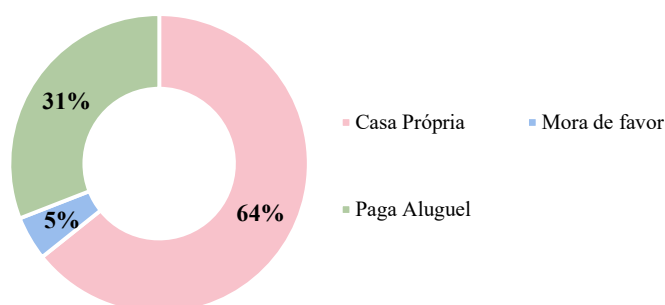
Meios de transporte



Fonte: Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística (2023).

Gráfico 26: Habitação

Moradia



Fonte: Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística (2023).

A ludicidade nas ilustrações trouxe leveza e inteligibilidade, despertando o interesse dos diferentes perfis de participantes dos encontros. Alexander *et al.* (2013) destaca o papel humanizador da linguagem de padrões como uma possibilidade de representação dos atributos espaciais dos lugares a partir do olhar de seus usuários. Assim, representando os problemas e soluções elaborados coletivamente.

5.1.1 Dimensões da sustentabilidade e integração urbano-turística como instrumento para leitura do território, problematização e identificação de soluções baseadas nas táticas do cotidiano

Saquet (2019) ratifica a compreensão da filosofia da práxis a partir de um conjunto de ideias e opiniões elaboradas em um dado contexto, tempo, ambiente e diversidade de interações, diálogos, reflexão e participação social na vida cotidiana. Ao integrar o saber na luta e resistência, emerge-se o fazer das atitudes táticas e das práticas como oportunidade e possibilidade de futuro (Certeau, 2014).

Portanto, a integração urbano-turística em cidades de pequeno porte, no contexto do desenvolvimento territorial sustentável, envolve características específicas dessas áreas e o fomento e pacificação do desenvolvimento urbano integrado às atividades turísticas. Tendo no planejamento o instrumento norteador e orientador da qualificação dos serviços e equipamentos urbanos de uso misto, ou seja, que atendem, ainda que esporadicamente, ao turista.

As dimensões da sustentabilidade integram este processo teórico metodológico ao apresentar-se, inicialmente, como eixo temático transversal capaz de orientar as interações presentes na vida cotidiana, despertando o comprometimento e a busca pela resiliência para transformar as dinâmicas sócio territoriais, restabelecer e reinventar as dinâmicas culturais. Para Bauman (2010), a cultura constitui-se da liberdade de escolhas individuais estabelecidas pela sociedade de consumidores.

Para romper com esse ciclo virtuoso e fomentar a participação ativa nos processos de planejamento, espera-se o comprometimento e engajamento da comunidade, possibilitando a construção simbólica dos nós críticos, elos e componentes da rede comunitária. Ao empoderar os cidadãos, assegura-se sua participação nas tomadas de decisão e na autoconstrução dos princípios individuais e coletivos que guiam a dinâmica da micro à macroescala socio-espacial.

A partir da credibilidade e assertividade na delimitação transescalar, apresentou-se o ecossistema urbano-turístico como interação complexa entre os elementos urbanos e as atividades turísticas em uma área urbana. Isso envolve infraestrutura, cultura, meio ambiente e a forma como são integrados para promover experiências turísticas sustentáveis e agradáveis.

Vislumbrando sua adaptação às práticas sustentáveis, seja na construção, eficiência energética e/ou na produção de resíduos e amparado pelo comprometimento com a preservação do patrimônio cultural, da autenticidade e identidade local, propôs-se o diálogo e a elaboração de premissas a partir das percepções políticas e estratégicas locais e microrregionais, a partir da janela de oportunidade criada pelo fomento à Agenda 2030 (ONU, 2015). Cabe justificar a

complementação teórico-metodológica desta tese como resposta à ineficiência de instrumentos balizados pelo Planejamento Regional de base territorial (GTSCA2030, 2022).

A presente tese, ao optar pela compreensão territorial das cidades, adota-se o compromisso com a abordagem da dialética socioespacial a partir de uma análise complexa e contextualizada das relações entre sociedade e espaço, superando visões estáticas e unilaterais comuns a compreensão holística da sustentabilidade.

A partir da compreensão das contradições e interdependências que caracterizam as transformações socioespaciais, fez-se emergente a ampliação da visão ecossistêmica integrada ao compromisso com o território e suas complexidades.

No decorrer da pesquisa em tela, utilizou-se como campo norteador as dimensões da sustentabilidade urbana proposta por Andrade e Lemos (2015), a partir da qual propôs-se o diálogo com a comunidade de São Jorge e demais interlocutores locais que atuam no cenário turístico, além de representantes públicos da esfera estadual e municipal, da iniciativa privada, da esfera local e de Conselhos Municipais atuantes na temática do turismo e do meio ambiente para assim propor uma interface entre a sustentabilidade urbana e o turismo.

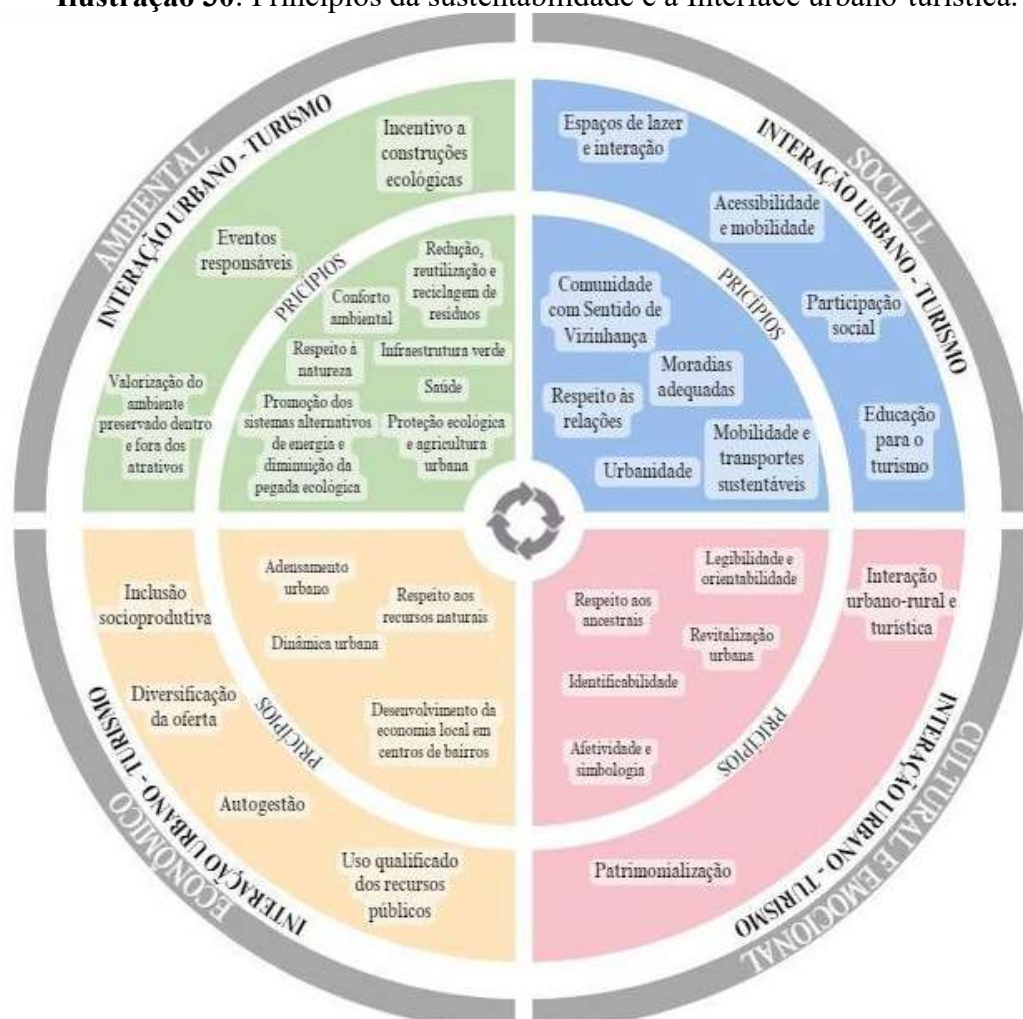
Contudo, observou-se a necessidade de avançar, consolidar e incluir a dimensão territorial a este sistema integrado, pois, ao fomentar o planejamento participativo, se estabelece a integração ecossistêmica potencializando as dinâmicas territoriais e as relações complexas e transdisciplinares presentes na vida em sociedade. Cabe sua complementação representativa da política inerente ao processo de planejamento territorial participativo, no qual o jogo de poder é determinante neste processo, impactando a sustentabilidade dos arranjos locais e dos sistemas locais de ordenamento territorial (Saquet, 2020).

Nesta sessão, a temática do ambiente natural, ainda que integrada à dinâmica da vida em sociedade, será abordada de forma transversal às demais dinâmicas socio-territoriais associadas às relações sociais e subjetividade humana. Estas duas ecologias, por representar a complexidade da vida em sociedade, carece de uma abordagem pautada na multiplicidade de saberes e fazeres na qual as relações cotidianas protagonizam a construção do lugar enquanto “experiência de uma localidade específica, enraizamento, pertencimento e reconhecimento” e da filosofia popular (Saquet, 2019, p. 60).

A partir da aproximação e pré diagnóstico, elaborados com base na análise documental e na pesquisa exploratória instrumentalizada por entrevistas semiestruturadas e questionários/formulários, já que em função da pandemia foram disponibilizados via *forms*, constatou-se: a síntese desta etapa da pesquisa possibilitou a complementação dos princípios da pesquisa em tela, sistematizados na Ilustração 30. Estes têm como compromisso a síntese de diretrizes

fundamentais e orientadoras da abordagem teórico-metodológica e ética, comprometidas com a justiça socioambiental e a igualdade de oportunidade. Como referência, foram utilizados os princípios da sustentabilidade propostos por: Capra (2002), Dauncey e Peck (2002), Bauman (2003), Andrade (2005), Andrade e Lemos (2015) e Ferreira (2021). Ademais, tem-se os resultados do formulário eletrônico e da leitura cognitiva deles a partir das oficinas e mesas redondas realizadas presencialmente na Vila de São Jorge.

Ilustração 30: Princípios da sustentabilidade e a Interface urbano-turística.



Fonte: Elaborado a partir das sínteses dialógico-conceituais (2023).

Portanto, a compreensão dos princípios da sustentabilidade urbano-turística perpassa as quatro dimensões propostas por Andrade (2005), Andrade e Lemos (2015) e Ferreira (2021), apontadas como diretrizes complementares:

- a) **Ambiental:** *Incentivo a construções ecológicas* – valorização de empreendimentos e iniciativas que utilizam produtos de baixo impacto ambiental e estimulam o consumo consciente de água; *Valorização do ambiente preservado dentro e fora dos atrativos* – utilização de campanhas de conscientização sobre a importância dos espaços públicos e privados para garantia da atratividade do destino e sustentabilidade ambiental da comunidade. E, implementação de estudos de capacidade de suporte a partir das infraestruturas existentes e do potencial de expansão; *Eventos responsáveis* – priorização de iniciativas que apresentem estudos de capacidade de suporte e alternativas que minimizem a produção de resíduos sólidos e poluição sonora.

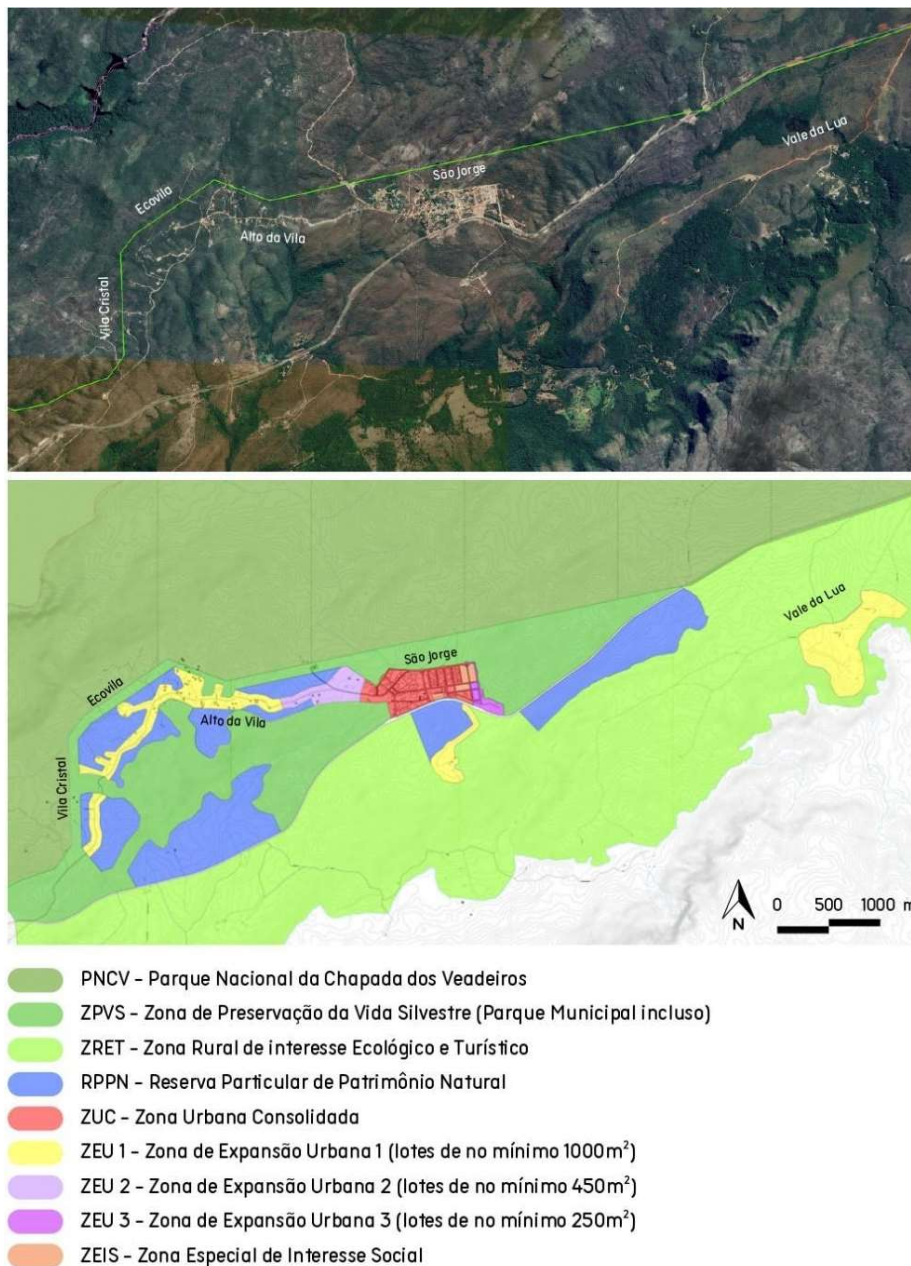
- b) **Social:** *Espaços de lazer e interação* - valorização e qualificação dos espaços públicos de lazer; *Acessibilidade e mobilidade* – construção de planos de melhorias que integrem acessos da centralidade e dos bairros, assim como a oferta de modais de transporte mais eficientes e de baixo impacto. *Participação social* – inclusão das demandas sociais nos estudos de viabilidade econômica, ambiental e social da infraestrutura turística; *Educação para o turismo* – inclusão das temáticas do turismo cidadão de forma transversal ao conteúdo presente nas bases curriculares; *Comunicação e integração territorial* – promoção dos fluxos de pessoas e insumos apoiados por políticas públicas integrativas e afirmativa
- c) **Econômica:** *Inclusão socioproductiva* – criação de emprego e renda para a população local na oferta turística; *Diversificação da oferta* – avaliação da disponibilidade e interesse em implementação de infraestrutura turística de forma difusa, incluindo territórios de baixa densidade. *Autogestão* – incentivo a iniciativas de cooperativismo e associativismo na gestão de equipamentos e serviços turísticos; *Uso qualificado dos recursos públicos* – identificação de custos de interesse local sem comprometimento das demandas sociais; *Organicidade para integração sócioterritorial* - assegurando a construção de redes complexas que acompanham processos inovadores e ações de amplo alcance apoiados por instâncias de governança; *Roteirização e fomento a parcerias* – priorização de estratégias pautadas na colaboração, cooperação e associativismo em detrimento das metodologias estratégicas que priorizam a competitividade nas quais as relações socioambientais e culturais proporcionam o desenvolvimento auto-eco-organizado.
- d) **Cultural e Emocional:** *Interação urbano-rural e turística* – promoção dos saberes locais a partir da complexidade territorial e da viabilidade de acesso e respeito aos interesses locais; *Patrimonialização* – valorização da cultura local, dos saberes e reconhecimento das comunidades tradicionais; *Hospitalidade* – construção de laços sociais e representações simbólico-ideológicas que possibilitam articulação, fomento e inventividade; *Político institucional* – promove a articulação de programas de Estado e o financiamento público a partir da prototipação de projetos e programas trans escalares e de alcance transdisciplinar.

Dentre os desafios assumidos no processo dialético e dialógico da pesquisa ação em tela, destacam-se o respeito e proteção dos territórios a partir da valorização da cultura local e

a inclusão social, especialmente de grupos e coletivos de jovens e mulheres em prol de uma economia que respeite e coopere com os interesses coletivos (Carta De Arraias, 2022). Considerando que, emergem a partir da demanda local pela sistematização e orientação de percursos voltados à patrimonialização materializada pelo Museu do Garimpo e pelos roteiros dos saberes locais das benzedadeiras e raizeiras.

A política institucional é complementada pelo mapeamento dos instrumentos urbanísticos possibilitadores da qualificação socioespacial e da justiça ambiental a partir da ampliação do olhar para além da área urbana de São Jorge, já que a oferta turística se encontra de forma difusa nas proximidades urbanas. A Ilustração 31, a seguir, representa a proposta síntese que subsidiou o pleito das associações de moradores e empreendedores no processo de revisão do PD.

Ilustração 31: Contraproposta da comunidade de São Jorge para o processo de revisão do Plano Diretor.

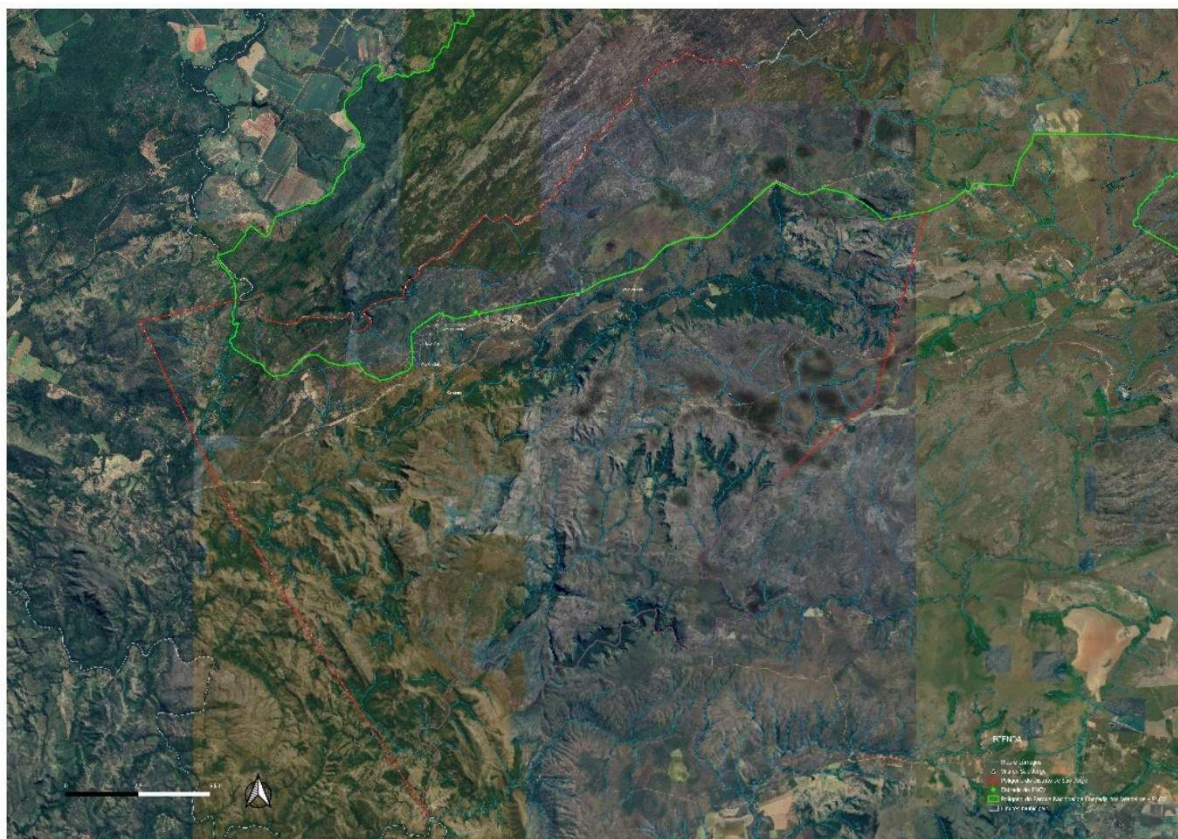


FONTE: Bisinoto, 2023.

De forma complementar, a proposta suscitou a revisão documental e busca pela delimitação do Distrito como instrumento de reivindicação e ação comunitária. Os atores locais, de forma geral, reconheciam apenas a área urbana e o entorno do Parque Nacional, atualmente alvo da especulação imobiliária e do parcelamento do solo, como os limites de São Jorge.

A partir da retomada aos marcos legislativos, identificou-se a poligonal que evidencia a abrangência territorial e relevância econômica da Vila para o desenvolvimento do turismo e para as finanças municipais.

Ilustração 32: Limites do distrito de São Jorge.



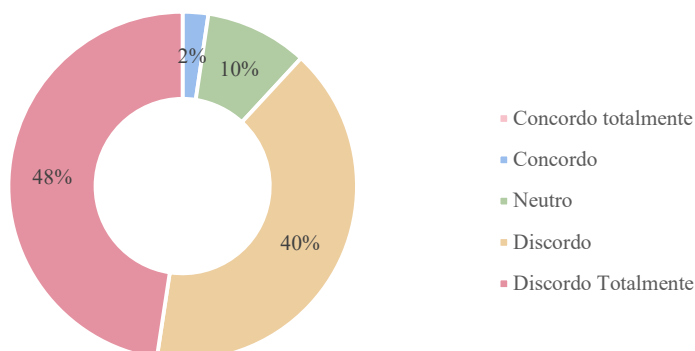
FONTE: Bisinoto, 2023.

5.1.2 A linguagem de padrões aplicada ao turismo a partir das vivências na Vila de São Jorge

Ao analisar os resultados dos questionários de aproximação, observou-se a avaliação negativa da gestão pública, especialmente em relação à mobilização e ao incentivo à participação social e democrática na gestão da cidade.

Gráfico 27: Acesso à Gestão Pública

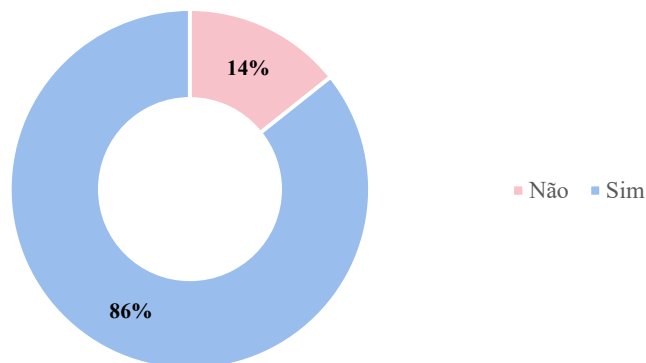
Você se sente ouvido e amparado pela prefeitura?



Fonte: Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística (2023).

Gráfico 28: Interesse em participar do processo de revisão do PDM

Você gostaria de contribuir no planejamento e gestão da cidade?



Fonte: Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana, Participativa e Turística (2023).

Durante o processo participativo, são realizadas consultas públicas, reuniões, workshops e outras formas de envolvimento da comunidade. Essas atividades permitem a troca de conhecimentos, a identificação de problemas e oportunidades, a definição de diretrizes e metas, e a busca por soluções que beneficiem a comunidade local e promovam um turismo responsável.



A elaboração de “design interativo” - Desenvolvimento uma “linguagem de padrões” ou “códigos geradores” que podem ser sistematizados a partir dos problemas e soluções

apontados pela comunidade e pela análise do contexto local, vinculados às atividades humanas, à cultura e à tradição no formato de padrões de acontecimentos que estão diretamente relacionados aos elementos físicos do espaço, que são inter-relacionados na estrutura da uma cidade.



Partindo dos nós críticos mapeados a partir do processo de aproximação, observou-se como questões ambientais determinantes: a) O saneamento ambiental representa umas das principais fragilidades socioambientais na cidade e no distrito; b) A existência da coleta seletiva não atende as necessidades da comunidade; c) A drenagem urbana, assim como outros serviços relacionados ao saneamento básico precário; d) O direito constitucional e a necessidade fundamental ao acesso à água é desrespeitada no município; e) A conservação ambiental por meio da ampliação do PNCV é bem vista pelos residentes, havendo casos pontuais de discordância.

Estes nós críticos, associados ao processo de participação e leitura do território possibilitaram a construção de contextos e recomendações, integrando os saberes locais elaborados pelas experiências pregressas, além do saber acadêmico, a partir dos diálogos e orientações do processo de identificação e hierarquização das questões locais. De forma geral, a diversidade de interesses e percepções entre os participantes da oficina permitiam o maior detalhamento das necessidades territoriais, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 21: Designe de padrões e a praxe territorial na construção da sustentabilidade urbano-turística

DIMENSÃO AMBIENTAL			
Padrão	Contexto	Recomendação	Ilustração
Áreas de preservação	Uma parte da Ecovila e da Vila cristal já está invadindo o perímetro do PNCV	Fomentar a regularização fundiária ambientalmente responsável e realocação de pessoas em casos mais graves	
Zoneamento pertinente a uma região urbana	O Plano Diretor de Alto Paraíso não dispõe um zoneamento para São Jorge	Produzir um projeto de zoneamento urbano	

Corredores ecológicos	Existe o projeto do corredor ecológico Paranã-Pirineus que interligaria APAs de cerrado, mas até hoje ele não foi posto em prática	Criar corredores e trampolins ecológicos menores que englobem São Jorge e seu entorno	
Agricultura urbana	As poucas áreas de cultivo existentes foram criadas pelos moradores, sem incentivo público	Criar hortas e pomares urbanos integrados com áreas verdes e de lazer	
Drenagem pluvial e sistemas de infraestrutura verde	Inexistência de um Plano de Drenagem Pluvial para São Jorge	Produzir um plano de drenagem pluvial para a vila envolvendo sistemas de infraestrutura verde	
Abastecimento de água e energia	Moradores relatam problemas de abastecimento e capacidade dos sistemas	Executar novos cálculos de capacidade, de um sistema integrado de abastecimento de água e de um sistema de energia renovável	
Esgotamento sanitário	Sem incentivo público para o ecosaneamento	Incentivar o saneamento ecológico por meio de campanhas de conscientização	
Sistemas alternativos de energia	Sem incentivo público para ecoeficiência e sistemas alternativos de energia	Incentivar os sistemas alternativos de energia por meio de campanhas de conscientização	
Poluição do solo	Lixão e Cemitério não possuem tratamento que evite a contaminação do solo e dos lençóis freáticos	Tratar o solo adequadamente de acordo com o uso do cemitério e liberar o espaço do lixão	
Usinas de reciclagem, compostagem	Atualmente as usinas estão concentradas na Sede de Alto Paraíso	Projetar uma usina integrada de reciclagem e compostagem	
Redução, reutilização de resíduos	Destinação inadequada do lixo não atendendo ao cronograma de coleta da prefeitura.	Campanha educativa para a coleta seletiva e práticas sustentáveis	
Proteção da vida animal	Animais domésticos soltos pelas vias e nos parques	Parceria com a zoonose e com o PNCV	

Poluição sonora	Poluição sonora gerada por estabelecimentos e carros de turistas	Projeto de educação ambiental	
Ecoeficiência e comunidades sustentáveis apoiadas pelo turismo	Inexistência de estudos de capacidade de suporte da Vila	Planejamento, gestão e monitoramento do fluxo de turistas e de empreendimentos de apoio ao turismo	

Fonte: Wiesinieski, Bisinoto e Mendonça (2023).

A dimensão social, orientada pelo princípio democrático da equidade de oportunidade, potencializou a emergência de demandas relacionadas por qualificação dos espaços de vivência, produção coletiva de alimentos e garantia de acesso aos processos participativos e controle social. Dentre os nós críticos identificados destacam-se:

- a) As áreas verdes são espaços ocupados pelos residentes;
- b) Baixa oferta de hortas comunitárias;
- c) O automóvel se destaca entre os modais de transporte mais utilizados, assim como o quantitativo de pessoas que se deslocam a pé;
- d) Moradia própria e de aluguel representam as tipologias mais frequentes, emergindo como alternativa o uso coletivo de domicílios;
- e) As relações de vizinhança refletem certa harmonia nas relações entre vizinhos, havendo avaliações pontuais de discordância;
- f) A acessibilidade não atende às expectativas e necessidades dos moradores locais;
- g) O controle social previsto pela política urbana não possui efetividade no micro e mesoescala em estudo;
- h) A percepção de segurança, por caracterizar-se pelas experiências individuais e coletivas, apresenta posicionamentos difusos;
- i) A oferta de equipamentos de saúde atende a comunidade em sua maioria;
- j) A precarização da mobilidade se estende à pavimentação das vias locais;
- k) A iluminação pública, um dos elementos de influência na percepção de segurança na cidade, não atende à expectativa da população;
- l) Existe conhecimento sobre a composição do Plano Diretor;
- m) A participação social desperta o interesse no acesso a audiências públicas e favorece a opção pelo fortalecimento das lideranças, tornando-as representantes.

Quadro 22: Designe de padrões e a praxe territorial na construção da sustentabilidade urbano-turística

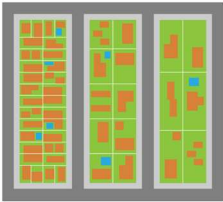
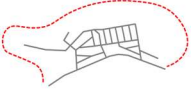



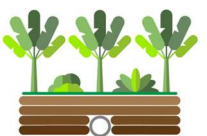

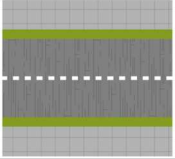

DIMENSÃO SOCIAL			
Padrão	Contexto	Recomendação	Ilustração
Vias e acessos acessíveis	Vias e acessos sem pavimentação e acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida	Produzir um projeto urbano acessível de acordo com as normas da NBR 9050	
Áreas verdes e de lazer	Poucos locais públicos, como praças e ambientes permeáveis que promovam o convívio urbano	Criar mais áreas de convívio bem interligadas com seus entornos	
Inclusão social no planejamento urbano	Comunidade relata não ser incluída nos processos de planejamento da vila e não se sente ouvida e amparada pela prefeitura	Promover a participação social e sua importância para o processo de projeto	
Variabilidade socioeconômica	Por conta do aumento no valor do m², apenas pessoas mais abastadas têm poder aquisitivo para morar confortavelmente em São Jorge	Criar diferentes tamanhos de lotes e tipologias construtivas	
Equipamentos institucionais	Abrangência de equipamentos de educação, saúde e segurança não cobrem o território satisfatoriamente	Prever áreas para implantação desses equipamentos em falta no projeto urbano	
Percurso mínimo do pedestre	Algumas quadras são excessivamente grandes, não permitindo uma melhor ligação entre ruas	Projetar as novas quadras com tamanhos pertinentes ao uso do pedestre	
Planejamento de sistema viário	Quando o distrito passou a ter características de vila urbana era necessário haver um projeto de sistema viário	Projetar ruas e calçadas condizentes com a classificação do sistema viário	




Transporte público	Faltam rotas de ônibus que liguem São Jorge à Sede de Alto Paraíso e a outras localidades	Prever novas rotas de ônibus para São Jorge assim como uma rodoviária	
Combustíveis fósseis	Sem incentivo público para a diminuição de uso de combustíveis fósseis fomentando o uso de transportes de baixo impacto ambiental	Projetar ciclovias ou ciclofaixas	
Moradia de interesse social	Déficit habitacional muito relatado por moradores, porém ainda não existe um cálculo certo de pessoas nessa situação na vila	Criar uma ZEIS e projetar um conjunto de habitação social	
Oportunidade	Carência de oferta de formação de grupos vulneráveis como crianças e adolescentes	Promoção e incentivo de projetos de responsabilidade social	
Empoderamento da comunidade	Baixa oferta de qualificação profissional	Fazer parcerias com instituições de ensino para qualificação profissional	

Fonte: Wiesinieski, Bisinoto e Mendonça (2023).

Já sobre as problemáticas relacionadas à dimensão econômica, tem-se: a) O turismo, comércio, educação e cultura são categorias como maior quantitativo de oferta de emprego, cabendo atenção à sazonalidade dos fluxos e das características socioculturais da população trabalhadora; b) A existência de vazios urbanos e/ou áreas de baixa densidade são percebidas de forma desigual pela população; c) A utilização de recursos públicos para a promoção do turismo não é interpretada como comprometedora do orçamento municipal; d) A associação do turismo como fator gerador de empregos é comum entre os residentes; e) O crescimento do fluxo turístico não tem implicado em melhorias para os bairros e distritos; f) A pandemia reaqueceu o mercado imobiliário da cidade; g) A disponibilidade de imóveis para locação existe para grupos pontuais; h) A participação social é de interesse coletivo.

Quadro 23: Designe de padrões e a praxe territorial na construção da sustentabilidade urbano-turística

DIMENSÃO ECONÔMICA			
Padrão	Contexto	Recomendação	Ilustração
Densidade habitacional	Quase todo território habitável dentro de São Jorge já está habitado e com taxas de ocupação semelhantes	Projetar novas quadras e lotes que promovam a diversidade de densidade	
Ampliação do perímetro urbano	Áreas como a ecovila, a vila cristal e uma área próxima à entrada do PNCV se localizam fora do perímetro do distrito	Criar um plano de expansão do perímetro	
Parâmetros urbanísticos	No Plano Diretor são dispostos parâmetros de afastamentos e gabaritos que não estão sendo seguidos em muitas construções	Aumentar a fiscalização construtiva na vila	
Sistema de iluminação pública	A vila não fica iluminada satisfatoriamente à noite	Aumentar a rede de iluminação pública	
Sistema de drenagem pluvial	O distrito não dispõe de um plano de drenagem, causando muitos alagamentos	Projetar um sistema de drenagem pluvial ecológico	
Sistema de esgotamento sanitário	A maioria dos locais faz a utilização de fossas sépticas ou rudimentares	Promover sistemas sustentáveis de manejo de águas cinzas e negras	
Abastecimento de água e energia elétrica	O abastecimento é descontínuo principalmente quando chove ou na época de alta temporada	Executar novos cálculos de capacidade desses sistemas	
Pavimentação viária	Não existe diferenciação entre pista e calçada todas sendo apenas de terra batida	Prever pavimentação adequada ao tipo de uso de cada pista e calçada	
Mobiliário urbano	Poucos mobiliários urbanos, mais concentrados apenas nas áreas verdes	Distribuir melhor os mobiliários urbanos dentro do distrito	

Empregabilidade	Oferta insuficiente de parceria entre Prefeituras Municipais comprometendo a contratação de mão de obra	Parceria intermunicipal apoiada pelos empreendedores locais viabilizando a mobilidade interurbana	
Atratividade turística	Falta de parametrização fiscal entre meios de hospedagem, atrativos e demais empreendimentos turísticos	Normatização e equiparação fiscal para empreendimentos turísticos	
Especulação imobiliária	Pulverização da oferta de alojamento a partir de plataformas de hospedagem (AirBnB) que não contribuem com a arrecadação municipal	Regulamentação e/ou formalização de parcerias que promovam arrecadação e investimentos na Vila.	


Fonte: Wiesinieski, Bisinoto e Mendonça (2023).

Por fim, para compreender a dinâmica cultural e emocional, torna-se fundamental a leitura do distrito a partir da sua formação e do intercâmbio sociocultural estabelecido pelos processos migratórios e pelo turismo. Assim, dentre os nós críticos relacionados a essa dimensão destacam-se: a) O processo migratório permanece intenso, apresentando picos em função dos efeitos conjunturais nacionais, estaduais e microrregionais; b) A manutenção da cidade não atende a média esperada pela população; c) A insuficiência do sistema de transporte é evidenciada pela população; d) A promoção cultural por meio de eventos atende à demanda local; e) Necessidade de conscientização dos turistas sobre práticas sustentáveis na cidade; f) O acesso aos coletivos responsáveis pelo controle social é limitado; g) A qualificação da cidade é acompanhada pela população; h) A participação social é de interesse coletivo; i) A população não se sente parte do processo de elaboração/revisão do instrumento regulador da política urbana.

Quadro 24: Designe de padrões e a praxe territorial na construção da sustentabilidade urbano-turística

DIMENSÃO CULTURAL E EMOCIONAL			
Padrão	Contexto	Recomendação	Ilustração

Banalização do espaço construído	Novas construções estilisticamente destoantes do entorno já consolidado	Reforçar os métodos construtivos locais	
Legibilidade, orientabilidade e identificabilidade	Não há uma boa diferenciação visual entre bairros, quadras e ruas	Criar marcos visuais que identifiquem melhor cada setor da vila	
Elementos simbólicos	Moradores relatam a falta de simbologia na cidade unindo cultura e turismo	Criar elementos simbólicos culturais que também atraiam turistas	
Expressões culturais locais	A cultura local não é incluída como um interesse turístico, que está mais atrelado ao interesse ambiental	Promover a cultura e história da vila como interesse turístico	
Permissividade	Flexibilidade excessiva aos interesses dos visitantes negligenciando os hábitos e costumes locais	Priorização do fortalecimento da comunidade a partir de pactos sociais	
Pertencimento	Desconhecimento da história local, suas memórias, ritos e manifestações culturais	Mapear e instrumentalizar espaços de memória a partir de roteiros e do Museu Comunitário	
Comunicação e Promoção institucionalizada	Atrativos e empreendimento divulgados de forma desarticulada e focada apenas em sua oferta	Criação de site institucional da Vila agregando valor aos serviços	
Informação	Centro de Apoio ao Turista inoperante	Revitalização do CAT e implantação de ferramentas interativas permitindo acesso	

		às informações turísticas	
Hospitalidade	Baixa utilização do acolhimento como diferencial cultural agregando valor e qualidade de vida	Priorização de novas formas de saber e fazer que promovam o fortalecimento das relações sociais (comunidade-turista / comunidade-comunidade/ Turista-turista)	

Fonte: Wiesinieski, Bisinoto e Mendonça (2023).

A construção de uma nova plataforma cognitiva, solidária, democrática e emancipadora. Para tanto, fez-se necessária a elaboração teórica-metodológica a partir da compreensão da tecnociência solidária que promove a ecologia de saberes por meio do agenciamento do conhecimento de forma adaptativa pelos atores sociais que “visam à apropriação de um resultado material derivado de mudanças no processo de produção e consumo de bens e serviços em redes de economia solidária, respeitando seus valores e interesses” (Dagnino, 2021, s/p). Assim, é estabelecida a autogestão a partir da propriedade coletiva das expectativas e demandas dos atores envolvidos e suas representações.

Portanto, a partir de vivências e intercâmbios, descritos neste capítulo e subsidiados pelos anteriores, foram sistematizados padrões de planejamento territorial participativo para o ecossistema urbano-rural-turístico como contribuição acadêmica estruturada a partir da abordagem sistêmica e correlacional. Nesse contexto, a praxe torna-se objeto da tecnociência solidária, fomentando o desenvolvimento territorial sustentável, processual, histórico, coadaptado e produtor da síntese da diversificação cultural e da paisagem (Hernandez; Saquet, 2019).

5.2 Planejamento territorial participativo para o ecossistema urbano-turístico— uma proposta teórico-metodológica fundamentada pela tecnociência solidária

Na abordagem transdisciplinar, a atitude refere-se à habilidade individual ou social de manter uma direção constante, independentemente da complexidade de uma situação ou dos eventos imprevisíveis da vida, ou seja, assegurando o fluxo de informação e compreendendo os diversos níveis de realidade e percepções (Nicolescu, 2018).

Assim, a construção dos métodos seguiu os pressupostos teóricos que fazem os dados empíricos funcionarem como evidências científicas. Propondo, assim, sua complementação, revisão e adequação ao longo do processo de pesquisa e ação. As especificidades da escala trabalhada e do perfil sociodemográfico dos atores interessados na construção permanente e ativa das dinâmicas socioespaciais também são determinantes para a orientação e assessoria sociotécnica.

Portanto, a tese em tela propõe a construção de uma metodologia dinâmica e sinérgica, tendo sua sistematização como um processo recursivo e retroativo baseado no pensamento e na prática, nos fluxos de consciência e nas abstrações. A processualidade e multidimensionalidade estabelecidas orientam-se pela confirmação ou refutação das hipóteses construídas e dos interesses individuais e coletivos do grupo de atores compostos pela comunidade local e pela universidade.

Os ecossistemas, definidos como "unidades funcionais básicas onde organismo e ambiente influenciam as propriedades do outro, sendo ambos necessários para a conservação da vida" (Odum, 2001, p. 12). Logo, constituem a base fundamental para compreender a totalidade e conectividade estabelecida através de fluxos de matéria e energia, separados no espaço e no tempo. Esta compreensão é essencial para os estudos orientados pela compreensão do ecossistema urbano-rural-turístico, que se concentra na interação complexa entre os elementos urbanos e as atividades turísticas em áreas urbanas.

A complexidade desse ecossistema, representando a incompletude e incerteza nas representações da realidade (Morin, 2008), estabelece um processo dialético no qual os pares de ação e interação constroem e destroem alternadamente, fomentando situações de continuidade/descontinuidade. Isso se reflete nas estruturas e na percepção dos atributos presentes nas interações do sistema ecológico (Odum, 2001).

A dinâmica das cidades, associada às múltiplas relações inter e intrapessoais, influencia a transdisciplinaridade inerente às lógicas sociais pactuadas, assim como os caminhos alternativos estruturados pelo território, a partir de suas especificidades, descontinuidades e múltiplas temporalidades e escalas (Saquet, 2020). Este processo envolve a integração do ato de pensar, questionar, sintetizar e inovar a partir da taxionomia e singularidade próprias do ecossistema urbano-rural-turístico, promovendo experiências turísticas sustentáveis e agradáveis através da integração eficaz de infraestrutura, cultura e meio ambiente.

Portanto, tem-se a utilização dos processos cognitivos na construção ativa dos contextos e conjunturas inerentes à dinâmica socioespacial, e na sistematização das percepções,

memórias, linguagens e princípios norteadores da complexidade territorial. A ilustração a seguir apresenta, de forma ilustrativa, a proposta teórico-metodológica da presente tese.

Ilustração 33: Síntese do processo.



Fonte: Wiesinieski e Mendonça (2023).

Uma vez apresentados ao longo da tese os conceitos e interpretações da pesquisa ação e sua interface com a tecnociência solidária, os princípios, orientados pela sustentabilidade urbana, foram complementados ao longo do processo de investigação-ação trazendo como contribuição à sistematização de ícones relacionados especificamente à temática do turismo, conforme apresentado a seguir.

Ilustração 34: Ícones para interpretação da dimensão ambiental.



Fonte: Wiesinieski e Mendonça (2023).

Os ícones orientadores da leitura territorial subsidiada pelos atributos da dimensão ambiental consideraram as palavras chaves apresentadas na oficina participativa de leitura do território, além dos problemas e soluções mapeados nesta mesma oportunidade. E, demonstram a oportunidade de engajamento comunitário em busca de uma ecologia da prática, ético-política especulativa, e ressignificativa (Guattari, 2012). Assim, promove-se a justiça ambiental a partir das vivências e experiências de nossos antepassados como estratégia de recomposição das maneiras de ser, fazer e transformar as demandas antrópicas sem dizimar o ambiente natural.

A complexidade das relações apresentadas pelos ícones ambientais demonstram a naturalidade presente no entendimento da interface urbano-turística, pois, esta acolhe as expectativas comunitárias e as lacunas do planejamento turístico, priorizando a construção de cidades saudáveis, democráticas e comprometidas com o codesenvolvimento de seus moradores, trabalhadores e turistas, encarando a diversificação da paisagem como percurso inerente ao uso e ocupação do solo, mas capaz de comprometer a qualidade de vida e o equilíbrio ecossistêmico.

No âmbito econômico, observa-se maior interação entre os equipamentos urbanos e turísticos, pensando numa complementação ativa e ampla da oferta destes equipamentos e serviços associados à demanda do acesso a emprego e renda

Ilustração 35: Ícones para interpretação da dimensão econômica.



Fonte: Wiesinieski e Mendonça (2023).

Esta dimensão apresenta muitos ícones específicos da face turística, pois, naturalmente, a partida desta atividade associa-se à geração e acumulação de riquezas para poucos, e a expectativa de acesso a serviços qualificados e capazes de gerar satisfação e segurança aos turistas que buscam, de forma contraditória, viajar sem sair do lugar onde a redundância representa a expectativa de acesso aos padrões de consumo e conforto existentes em seus ambientes cotidianos (Guattari, 2012).

A dimensão social, ao concentrar os direitos básicos à vida e à propriedade, representa as demandas comunitárias orientadas à equidade social, ao lazer, esporte e entretenimento necessários à garantia dos direitos humanos e à cidadania enquanto “lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância” (Santos, 2014, p. 19). Os ícones a seguir representam esta construção coletiva e colaborativa.

Ilustração 36: Ícones para interpretação da dimensão social.



Fonte: Wiesinieski e Mendonça (2023).

O mapeamento dialógico e afetivo trouxe similaridades entre as dimensões social e cultural-afetiva. Isso por promover a interação cidadão e cultural a partir dos símbolos, da comunicação, memórias e pertencimentos fomentados pela praxe territorial e pela construção e territorialidade representativas do imaginário social alterado dinamicamente por meio das “relações profundas entre homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento” (Santos, 2014, p. 81).

O diálogo cultural e emocional pauta-se no acesso ao reconhecimento e empoderamento da comunidade a partir de suas memórias, histórias e processos de luta e resistência construídos coletivamente em busca do respeito à identidade local por meio das percepções, realidades e interações sistêmicas, complexas e desafiadoras.

Ilustração 37: Ícones para interpretação da dimensão cultural e emocional.



Fonte: Wiesinieski e Mendonça (2023).

Ao representar os conflitos e a preocupação com o reconhecimento da cultura local, seja pela patrimonialização, pelos pontos de memória ou eventos e artesanato, destaca-se a potência da comunidade que atende ao turista e sua capacidade de reinvenção e reconstrução frente à sazonalidade e à moda, princípio base do consumo turístico das cidades.

Assim, entende-se, nesta etapa de síntese, a necessidade de mapeamento de critérios verificadores, elaborados a partir das premissas que orientaram o estudo em tela, e a análise, avaliação dos instrumentos de pesquisa e sínteses alcançadas coletivamente, a exemplo do diagnóstico participativo descrito anteriormente tendo como pontos chave:

- a) Ação coletiva - atores distintos com interesses heterogêneos e interdependentes dialogando em busca de soluções para os problemas territoriais.
- b) Redes como instrumentos analíticos e compreensivos, aplicáveis na gestão de sistemas complexos.

c) Políticas públicas como suporte para análise da ação coletiva.

Ademais, tem-se os critérios indicadores a partir da explicitação das evidências das características baseadas nas especificidades dos contextos e na compreensão dos sistemas complexos por meio da interação transescalar e da visibilidade da comunidade, seus saberes e fazeres, além da capacidade de mobilização e enfrentamento a partir de ações antidemocráticas e do convencimento como instrumento de autorreconhecimento e autodeterminação, frente à pressão socioeconômica e a eminente gentrificação.

Quanto aos atributos, eles referem-se à sintaxe espacial e suas contribuições na análise e transformação das cidades e priorização da qualidade de vida da população residente e ocasional, sendo essas últimas, os turistas. Portanto, compreende-se a acessibilidade, especialmente relacionada à questão da moradia, transporte, pavimentação e sinalização, a cidadania e a comunicação como qualificação e empoderamento social, luta pelo controle social das políticas públicas e a participação ativa nas dinâmicas da/na cidade. Por fim, tem-se os direitos básicos ao saneamento ambiental, educação e lazer.

Por fim, observam-se os parâmetros, elementos de orientação, avaliação e monitoramento de processo de planejamento territorial participativo para o ecossistema urbano-rural-turístico, visando a construção variáveis mensuráveis, ou não, que permitam a leitura e interpretação da cidade a partir da práxis social e da proposição de caminhos para o desenvolvimento territorial sustentável. No contexto da presente tese, a exemplo do proposto por Andrade e Lemos (2015), e Alexander *et al.* (2013), eles foram sistematizados a partir da compreensão da linguagem de padrões.

5.3 Síntese teórico-metodológica

A presente tese apresenta como síntese analítica a prerrogativa do planejamento territorial participativo como instrumento para o fomento ao turismo e o desenvolvimento sustentável das cidades, assegurando o aprendizado coletivo e o reconhecimento das práxis no processo formativo e autogestionário da cidade.

Saquet (2020), ao propor a abordagem territorial, destaca a materialidade e imaterialidade presentes nas relações sociais e dos objetos frente à unidade, concretude e abstração presente no cotidiano da vida. Estas, são expressas em práticas inventivas e não totalizadoras do imaginário, assegurando a transformação necessária à dinâmica social e aos padrões de comportamento (Certeau, 2014; Ferreira; Machini, 2016).

De forma complementar, as realidades são estabelecidas espontaneamente pela dinâmica ecossistêmica ao longo dos processos de auto-eco-organização promovendo a diversidade e a tolerância às diferenças a partir do reconhecimento das práxis que satisfazem as necessidades individuais e permitem a compreensão do turismo como fenômeno de base cultural, histórica, ambientalmente diversa e capaz de fomentar a troca de experiências, e informações interculturais (Moesch, 2004, 2002)

Neste processo, a tecnociência solidária consolida sua proposta analítica e conceitual ao promover a possibilidade de desvelar as construções simbólicas e a materialização dos saberes de forma propositiva e integrativa. Assim, fomenta-se sua replicação a partir da adequação sociotécnica e responsável, compatíveis com processos participativos, emancipadores e autogestionários (Dagnino, 2021, 2019).

Ao assumir teoria da complexidade (Morin, 2011) e relativizar sua contribuição para o entendimento dos ecossistemas urbano e turístico, apontando o potencial integrador e articulador destes campos do conhecimento, se estabelece a sistematização de padrões de planejamento territorial participativo para o ecossistema urbano-turístico. Logo, contribui-se no processo de revisão dos planos diretores de forma a integrar as duas dinâmicas complexas da cidade.

Esta articulação e proposição, tornou-se possível a partir da identificação e delimitação de uma abordagem qualitativa, na qual os objetivos da pesquisa-ação foram compreendidos de forma exploratória, descritiva e explicativa, apresentando ao final o processo de aplicação e validação metodológica, além da proposição de seu roteiro. Contudo, uma vez priorizado o fomento à tecnociência solidária, este percurso pode ser sistematizado em três momentos: descritivo, explicativo e normativo (Dagino, 2021).

Neste contexto, a etapa exploratória corresponderá exclusivamente à delimitação do recorte das escalas estudadas, pois os resultados deste estudo evidenciam o avanço teórico metodológico iniciado por Alexander et al. (2013), Andrade (2014) e Ferreira (2021), promovendo a comunicação e a criação de elos e redes facilitadoras para os processos participativos de planejamento e compreensão da totalidade ecossistêmica e potência desta fundamentação para a leitura socioespacial e transdisciplinar das dinâmicas da/na cidade.

ROTEIRO METODOLÓGICO

1) Cidade como ecossistema urbano-rural-turístico – tendo como atributos seus componentes biológicos, físicos, comunicacionais e emocionais. O foco desta conilustraçãoção centra-se nas variáveis qualitativas como domínio dos valores éticos, estéticos e ecóticos,

inspirados em Kohlsdorf (2017) e orientados pela transescalaridade e pelos atributos inter-relacionados à dinâmica sócio territorial e turística.

2) Dimensões chave – integradas ao conhecimento dos atores envolvidos e orientadas pela heterogeneidade espacial, diversificação cultural e paisagística; pela resiliência turística e pela adaptação e mediação de conflitos fomentados pela interação urbano-turística.

2.1 - Definição de padrões globais que atendam à compreensão da macroescala

a) Identificação de categorias, conceitos, eixos norteadores, técnicas e a análise da sintaxe espacial visando a leitura integral e a compreensão heterogeneidade espacial, a diversidade cultural e paisagística e os processos de coadaptação entre sociedade e ambiente a partir da distribuição desigual dos fluxos turísticos, das dinâmicas estabelecidas e consequentemente das contrariedades.

b) Análise dos instrumentos de planejamento e suas correlações com as dimensões da sustentabilidade urbano-turística pautada nos indicadores de desenvolvimento e na resiliência das cidades à luz das contribuições de Colusso e Krafta (2017), da Carta Brasileira da paisagem (2012), e pela Agenda Urbana e Ambiental para o território paulista – CAU/SP.

2.2 - Definição aplicação dos padrões de planejamento integrando micro e mesoescala

a) **Parâmetros relacionados à resiliência**, baseados nos princípios da sustentabilidade e suportados por mecanismos de resiliência no âmbito ambiental, social, econômico, cultural e emocional, guiados pelas contribuições de Andrade e lemos (2015), Ferreira (2021) e pelas complementações presentes nos princípios da sustentabilidade urbano-turísticas.

É fundamental a compreensão dos fluxos, contextos de posicionamento inerentes à dinâmica transescalar, guiadas pelos planos diretores, planos regionais e planos de desenvolvimento integrados. Além da compreensão das dinâmicas a partir do Guia para Elaboração e revisão de Planos Diretores (2021) da Cartilha de Plano Diretor Orientado ao Turismo (2022).

b) **Parâmetros relacionados ao contexto social** baseados na cooperação e associação, guiados pela tecnociência, solidariedade sua capacidade teórica e prática e propositiva (Dagnino, 2021, 2019). Também são baseados na autogestão, replicabilidade e universalidade a partir de processos participativos a exemplo da das propostas debatidas na Conferência Popular pelo Direito à Cidade (2022) e pelo urbanismo participativo do Grupo de

Pesquisa e Extensão - Periférico Trabalhos emergentes (Andrade *et al.*a, 2022; Silva *et al.*, 2021; Andrade *et al.*, 2018; Andrade; Damasceno, 2017).

Assim, constroi-se cidades cooperativas, tendo na cooperação o impulso, empoderamento social e associação entre os diversos atores que envolvem a dinâmica urbano-turística da cidade, priorizando a qualidade de vida e as práticas sustentáveis e integrativas guiados pelas experiências de Lago *et al.* (2020) e Scholz (2016).

c) **Parâmetros relacionados aos fluxos** baseados na articulação política e na formação de redes a partir da diversidade de atores, a promoção da cidadania, a inovação, o desenvolvimento sustentável, aprimoramento da infraestrutura e o diálogo cognitivo entre tecnologia, participação e território inspirados por Addor e Henriques (2015), Andrade *et al.*b, 2019; Neder, 2019, 2014, 2009, s/d).

CONCLUSÃO

O planejamento territorial participativo para o ecossistema turístico é um processo que envolve a participação ativa de atores interessados, na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento do turismo em determinada área. Dentre esses, destacam-se as comunidades locais, empresas, governo e organizações não governamentais. Ao visar a descentralização e articulação social, considera-se os interesses e as necessidades das partes envolvidas fundamentada pelos princípios da sustentabilidade e da dinâmica territorial para então promover processos de tomada de decisão. Esta sessão responderá, de forma objetiva, orientada às questões, objetivos e hipóteses que balizaram a estrutura desta pesquisa ação.

De imediato cabe destacar, como processo emergente e complexo, a compreensão do ecossistema urbano-rural-turístico concebido a partir de uma abordagem colaborativa que busca construir consenso e garantir a implementação de ações efetivas, levando em consideração as características e particularidades de cada lugar de forma recursiva e retroativa. Neste processo participativo, foram realizadas entrevistas, roda de conversa e oficinas pautadas no diálogo transdisciplinar e na construção dialógica de padrões/parâmetros norteadores da práxis territorial e da normatização acadêmica expressa em propostas teórico-metodológicas.

A construção embasada na leitura trans escalar das realidades possibilitou a identificação de lacunas e soluções capazes sensibilizar os atores locais sobre sua capacidade de inovar e encontrar soluções baseadas em suas práticas e vivências, estabelecendo diretrizes para a qualificação da cidade/distrito a partir de planos, a exemplo do Plano Participativo para o desenvolvimento do turismo e São Jorge (APÊNDICE 3). E, de forma complementar e ilustrativa, o Calendário 2024 do Povoado Quilombola do Moinho (APÊNDICE 4). Esse último, embora não componha a microescala, foi visitado na primeira etapa da pesquisa, tendo como principal demanda a ressignificação de sua memória e identidade em busca do fortalecimento dos saberes ancestrais e o compartilhamento dos fazeres. Essa demanda foi acolhida no âmbito do projeto de extensão, Gestão ambiental urbana, participativa e turística, vinculado ao Polo de Extensão UnB Chapada.

A questão de partida desta tese, apresentada inicialmente na introdução e retomada, neste capítulo indaga sobre “Como o ecossistema turístico condiciona o planejamento das cidades ao integrar a participação ativa das comunidades na construção do desenvolvimento territorial em cidades de pequeno porte?”. Por mais complexo que se apresente, é possível visualizar um caminho teórico-metodológico a partir da tecnociência solidária e do saber local

construído a partir de abordagens exploratórias, descritivas, explicativas e normativas, conforme conceituado por Dagnino (2019, 2021).

Nesta perspectiva, o ecossistema turístico torna-se parte integrante do ecossistema urbano e rural, tendo nas macrodimensões ética, estética e ecótica (Kohlsdorf; Kohlsdorf, 2017) o caminho para delimitação de seus elementos, dinâmicas, princípios e diretrizes. Isso a partir da compreensão do lugar como materialização das relações e observações acerca da conilustração espacial, na qual as fricções estabelecem uma multiplicidade de correlações entre unidades, categorias, valores, atributos morfológicos e condutas.

Este ecossistema complexo e integrado, entendido a partir da perspectiva urbano-turística, constitui-se de situações relacionais, recursivas e retroativas a partir do reconhecimento do espaço da cidade e sua potencialidade compreendida no contexto transescalar e multidimensional do território imerso à lógica global e à diversificação cultural e participativa.

O entendimento da macro escala e seu contexto conjuntural demandam a pré compreensão do papel do pensamento científico para a promoção e interação entre o planejamento urbano, turismo e meio ambiente, conectando a necessidade de revisar o pensamento teórico a partir da compreensão transdisciplinar da vida em sociedade. Esta temática, investigada e mediada no capítulo 2, destaca a relevância do pensamento complexo transdisciplinar em tempos de incertezas e subjugação ao sistema capitalista, parasitário e predatório.

Entender a globalização, enquanto processo de ação e reação que afeta a sociedade sem unidade de efeitos nem tão pouca possibilidade de reversão, assegura a compreensão da totalidade social a partir da hierarquia de localidades, supervisionada e protegida pela autoridade supralocal, o Estado (Bauman, 1999), cabendo sua interpretação de forma transescalar por meio do distrito, município, região, estado e Estado-Nação. No campo simbólico, a autoridade supralocal do Estado apresenta-se como “realização do espírito humano” a partir da síntese das características da sociedade que, por sua vez, tem o compromisso à adequação e adaptação de suas regras de convivência, assegurando a sustentabilidade da vida e respeitando a multiplicidade de realidades urbanas e dialéticas, e a autoestima para além do consumo e do capital, em que a solidariedade e a ética se fortalecem continuamente apoiados pelo direito de escolha (Lessa, 2004).

Esta teia complexa e global em que diferentes elementos, como a personalidade, estão interconectados e interagem dinamicamente a construção de múltiplas realidades e percepções, apresenta o ser humano como um sistema holístico, em que as características individuais, como

a personalidade, estão entrelaçadas com outros aspectos do ser humano, como o corpo, a mente, o ambiente social e cultura (Bertalanffy, 2012) fortalecendo os processos de elaboração e construção de desejos e necessidades.

Neste sentido, a orientação de estudos, pesquisa e extensão demandam a ruptura com caminhos cartesianos e disciplinares, em que o saber ora está descolado da realidade cotidiana, outrora subjugados ao fazer que, contaminados pelos interesses econômicos, tendem a reduzir e objetificar os trabalhos acadêmicos. Por isso, esta tese estruturou-se a partir da pesquisa-ação como instrumento de transformação social capaz de integrar o ensino, a pesquisa e a ação no contexto das múltiplas realidades presentes no cotidiano dos territórios. Por priorizar a interação ativa com a comunidade, fortalecendo os vínculos e (re)elaborando processos formativos e propositivos.

Uma vez compreendida a potencialidade do método e a necessidade da compreensão multidimensional, transdisciplinar e transescalar, observou-se a necessidade de limitar a atuação à escala local, para aplicação e reestruturação da metodologia participativa e da construção de padrões/parâmetros congruentes, correlacionais, e flexíveis, orientados para a estruturação de redes de elementos que funcionam de forma complexa e permitem a sobreposição e adequação a níveis distintos de uso (Alexander, 2015, 2013).

O urbanismo participativo, ao promover processos de projeção, estimula e dá visibilidade aos atores locais, suas demandas e soluções (Andrade *et al.*, 2018, 2019). Assim, proporciona-se a interlocução entre atores públicos, privados, universidade e sociedade civil, tendo como fio condutor o entendimento do ecossistema urbano, rural e do turismo a partir das dimensões da sustentabilidade, vislumbrando o planejamento territorial participativo. Este objetivo específico, orientador do capítulo 3 desta tese, fundamentou teoricamente as sínteses desta pesquisa-ação e as contribuições acadêmicas para a microescala participante dos encontros e oficinas.

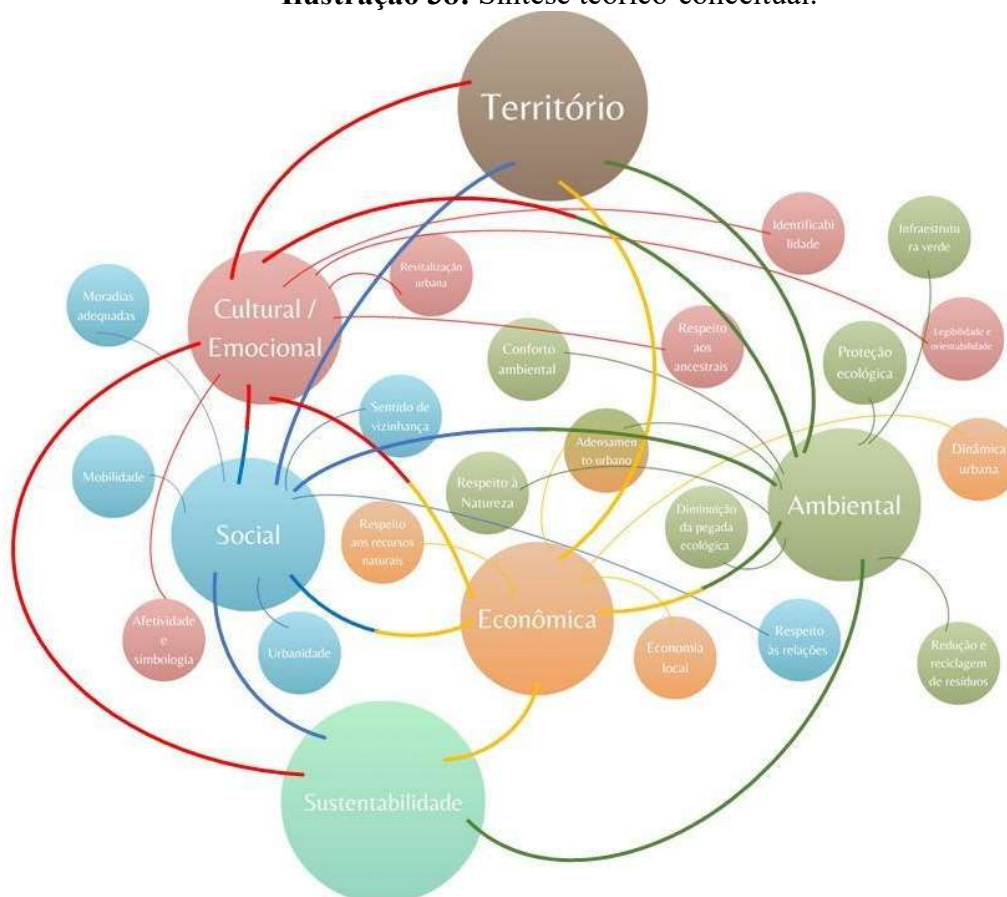
A dinâmica das cidades compreendida a partir das categorias analíticas do tempo e do espaço, evidenciam a materialidade central da dialética socioespacial, seus resultados, condições e processos sociais, contribuindo para a interação sinérgica entre o ambiente natural e antrópico, tendo no território a unidade da diversidade e a capacidade de transformação, alienação e reconstrução (Saquet; Silva, 2008; Santos, 2014).

A cidade, cenário assimétrico de vivências e experiências, acolhe a diversificação da paisagem por meio de práticas culturais, práxis territoriais expressas individualmente ou coletivamente a partir de determinados contextos e modelagens. Assim, pensar estratégias para o desenvolvimento territorial amplia o olhar sobre as múltiplas realidades existentes, além da

compreensão da totalidade das dinâmicas que fomenta os pilares da sustentabilidade, estimulando a resiliência e a construção do conhecimento a partir da integração, tolerância, respeito e compartilhamento de saberes entre os diferentes grupos sociais em suas vidas cotidianas (Freitas: Morin Nicolescu, 1994).

Assim, a busca pela sustentabilidade deve considerar a busca pelo bem comum e pela qualidade de vida, de forma sistêmica e processual, tendo em suas dimensões a capacidade integrativa de transgredir e transformar a dinâmica territorial a partir dos preceitos de vizinhança, conectividade e construção de redes. Nesse contexto, os elementos e suas historicidades interagem processualmente promovendo a territorialização e a construção de redes interconectadas. Logo, a compreensão do território e sua interface com a sustentabilidade emerge como contribuição teórica da pesquisa, sistematizada na Ilustração 38.

Ilustração 38: Síntese teórico-conceitual.



Fonte: Wiesniewski, Lemos e Mendonça (2023).

As dimensões amplamente trabalhadas e utilizadas como instrumentos de análise desta tese conectam-se à dinâmica transescalar do distrito/cidade e microrregião. Isso, por meio da conexão macrodimensional do território, além de se conectar à sustentabilidade sustentada

pelos desafios de um ambiente natural equilibrado e integrado ao construído, de uma sociedade justa, autogestionária e participativa, de uma economia distributiva, balizada pela solidariedade e adaptativa. E, por fim, uma cultura patrimonializada e diversa, conduzida pela praxe territorial e pela diversidade.

A partir desta complementação teórica, surge a aplicação de instrumentos de diagnóstico técnico, pautados pelos resultados numéricos e balizados por ranqueamentos equivocados que comparam processos distintos de forma semelhante por vislumbrar percursos padronizados e ineficientes no que tange à leitura das múltiplas realidades e percepções dos lugares. O Capítulo 4, ao contextualizar as escalas de estudo a partir da macroescala da Chapada dos Veadeiros, a meso de Alto Paraíso de Goiás e a micro pelo distrito de São Jorge, aponta as lacunas dos estudos técnicos limitados a dados governamentais ora desatualizados, outrora reduzidos a extrapolações técnicas por não acolher a leitura do local ao global, mas sim do geral ao específico.

Neste contexto, iniciou-se o processo de síntese, avaliação e validação das hipóteses de pesquisa elaboradas a partir das questões de pesquisa que orientaram este trabalho. O quadro a seguir retoma os constructos apresentados na introdução desta tese:

Quadro 25: Orientação para validação da pesquisa-ação

Questões de Pesquisa	Hipóteses
a) Como o planejamento territorial participativo pode incrementar a gestão e cogestão a partir do diálogo entre o ecossistema urbano e o turístico?	<ul style="list-style-type: none"> • A ausência de compreensão dos ecossistemas complexos limita os processos de planejamento e o alcance das instituições nos territórios, negligenciando os saberes e as práxis, considerando a ausência de estudos aprofundados, como os de capacidade de suporte e o diagnóstico participativo.
b) Os planos diretores dos municípios contemplam o turismo para além do desenvolvimento econômico?	<ul style="list-style-type: none"> • O diálogo teórico-prático e sua interação com os saberes locais garantem a participação qualificada da comunidade nos processos de planejamento em busca de um desenvolvimento territorial pautado na ampliação dos benefícios, a partir da integração do turismo e das tecnologias sociais.
c) Como os processos de planejamento podem integrar a dinâmica ecossistêmica transformar a invisibilidade das comunidades e garantir sua autonomia e protagonismo?	<ul style="list-style-type: none"> • A construção de parâmetros (padrões) de planejamento territorial possibilita a melhor compreensão dos processos locais e da complexidade presente na realidade dos grupos sociais.

Fonte: Wiesinieski (2024).

A medida em que se identificou a capacidade de evidenciar a interface urano-turística, acredita-se ter respondido à questão de pesquisa (a) e validado sua hipótese, uma vez que a integração ecossistêmica na abordagem territorial e sistêmica traz a complexidade como componente transdisciplinar e integrador do conhecimento e da práxis, partindo da leitura multirreferencial e relacional das dinâmicas da cidade. De forma complementar, a leitura dos documentos técnicos e das críticas à política urbana destacam a fragilidade da descentralização enquanto instrumento de controle social e participação efetiva e muitas vezes culminam com embargos e/ou anulação dos Planos Diretores Municipais.

Andrade e Lemos (2015), e os complementos sistematizados por Ferreira (2021), baseados em experiências com a comunidade tradicional de Caraíva - BA, na esfera social, afirmam que a justiça e a dignidade da população são fundamentais e derivam da garantia de habitação adequada, mobilidade, transporte sustentável, convivência urbana, relações de vizinhança, inclusão e fortalecimento de grupos vulneráveis. No aspecto econômico, é primordial priorizar o desenvolvimento dos centros comunitários, comprometer-se com a justiça ambiental e promover uma dinâmica urbana equilibrada. No contexto cultural e emocional, a revitalização urbana deve valorizar a legibilidade, a orientação, a identidade, a efetividade e a simbologia, tendo como base o respeito pelos conhecimentos ancestrais (Andrade; Lemos, 2015; Ferreira, 2021).

A ausência de compreensão dos ecossistemas complexos limita os processos de planejamento e o alcance das instituições nos territórios, negligenciando os saberes e as práxis, considerando a ausência de estudos aprofundados, como os de capacidade de suporte e o diagnóstico participativo.

A partir da pesquisa documental, observou-se a baixa efetividade das menções feitas ao turismo no Plano de Turismo de Alto Paraíso, especialmente na proposição de instrumentos complementares como o plano municipal de turismo e o Código de turismo. O primeiro, apresentado pontualmente sem efetiva ação de seus programas e projetos, e o segundo sem qualquer encaminhamento ou formalização de protocolos e normativas orientadoras. Cabe destacar que o instrumento tributário previsto, a taxa de turismo, não foi implantada e segue em discussão no Conselho Municipal de Turismo em meio a substituição por uma taxa ambiental, reduzindo a possibilidade de arrecadação direcionada em contrapartida do turismo para a sociedade em função dos impactos gerados pela presença dos turistas.

A materialização da efetividade do diálogo teórico-prático representada pelo Plano Participativo para o Desenvolvimento do Turismo em São Jorge, valida a potência presente na praxe territorial e na interação entre os saberes e a participação qualificada da comunidade nos

processos de planejamento em busca de um desenvolvimento territorial pautado autogestionário e emancipador.

Por fim, ao questionar sobre a construção metodológica do planejamento pautado pela compreensão ecossistêmica e na autonomia socioterritorial, tem-se como contribuição a elaboração de um roteiro metodológico orientador das etapas de delimitação dos atributos ecossistêmicos e suas respectivas conilustrações; problematização e identificação de soluções a partir dos campos de valores macro dimensionais da ética, estética e ecotica (Kohlsdorf; Kohlsdorf, 2017), capazes de abranger as mudanças ambientais derivadas da ação do homem e de estabelecer a conexão base do processo de interação urbano-turística. Além da definição de padrões/parâmetros globais que atendam à compreensão da macroescala e de forma difusa da mesma e microescala de planejamento, ampliando a efetividade do instrumento e autodeterminação dos sujeitos locais.

A construção de padrões (parâmetros) de planejamento territorial possibilitou a estruturação de uma linguagem acessível, colaborativa e flexível, proporcionando a qualificação e o pareamento das expectativas sociais e dos processos locais. Nesse processo, os interesses individuais ficam à margem dos coletivos e, dessa forma, torna-se possível a criação de plataformas de lutas e estratégias de resistência em busca da mitigação dos impactos e da redução dos diretores sociais.

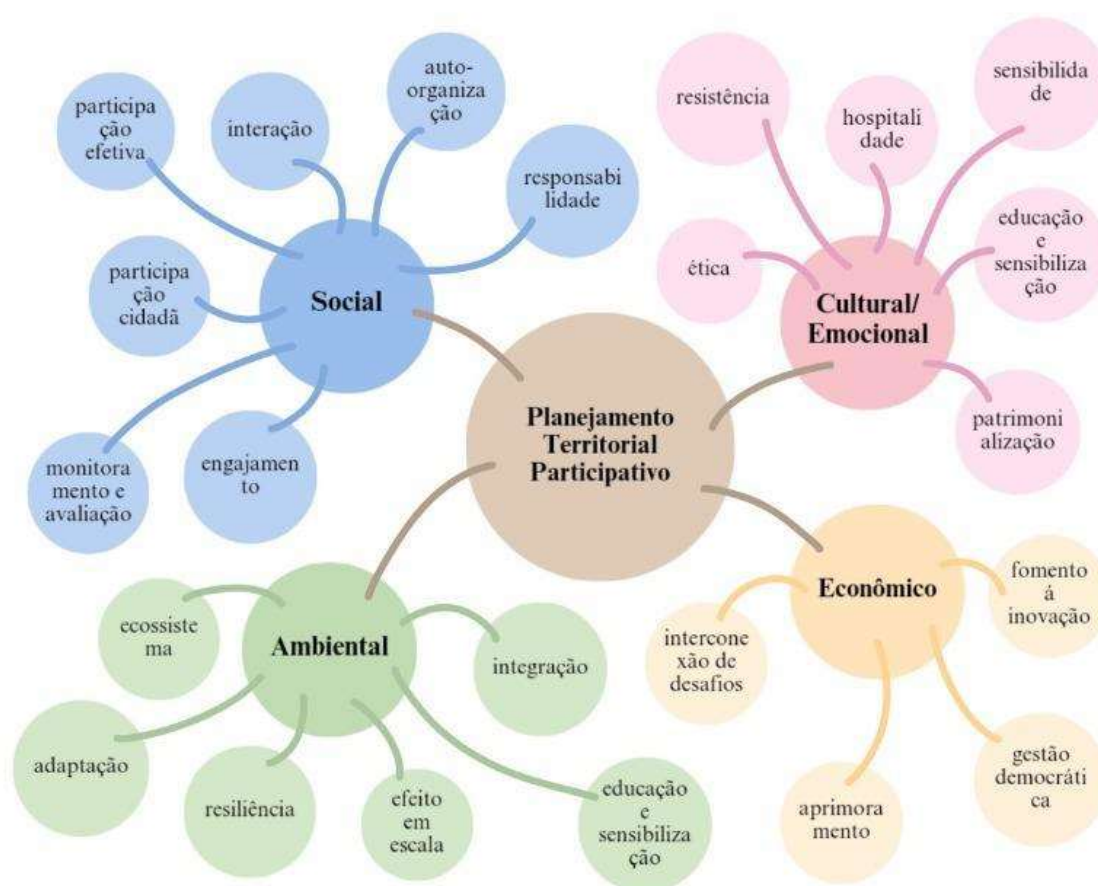
O capítulo 5 da presente tese apresenta as conexões estruturadas a partir da pesquisa-ação e sua aproximação com a tecnociência solidária enquanto guia para a inovação e emancipação social por meio da integração urbano-turística de forma participativa, livre e cooperativa. Nesse sentido, entende-se que a organização em rede se apresenta como fator determinante para a redução das distâncias objetivas e subjetivas que compõem os processos que pautam a elaboração e implantação da política urbana e de turismo.

Em síntese, os processos de construção e reconstrução da ciência perpassam o entendimento do homem e as relações dialéticas presentes na vida em sociedade, assim como os desafios postos pela construção simbólica dos sujeitos, de seus conceitos individuais e coletivos. Ou seja, da compreensão do pensamento complexo e sistêmico a partir da produção e reprodução do homem influenciado pelos acontecimentos e incertezas. Por isso, a teoria geral dos sistemas, enquanto campo lógico-matemático, expressa a formulação e derivação dos princípios aplicáveis aos sistemas, propondo uma visão de unidade da concepção de mundo (Bertalanffy, 2012).

Uma vez acolhido o diálogo urbano-turístico como instrumento eficaz para o planejamento de cidades de pequeno porte com potencial turístico, inicia-se a construção de

planos diretores justos, oportunizando a garantia de qualidade das relações, igualdade democrática e participação cívica, cumprindo seu papel político, jurídico e social. Cabe, dessa forma, o reconhecimento do planejamento territorial enquanto síntese das práxis sociais e da participação qualificada dos grupos comunitários de forma dialógica, relacional, recursiva e retroativa. A ilustração a seguir representa essa proposta a partir da sugestão de construção de redes de valores, conexões e intercâmbio:

Ilustração 39: Planejamento territorial participativo para o ecossistema urbano-turístico.



Fonte: Wiesinieski e Mendonça (2024).

Ao aproximar essa ilustração ao trabalho de Alexander (2015), observa-se a potencialidade das correlações presentes na cidade, capazes de promover seu uso e ocupação de forma flexível, natural e diversa, nas quais são abrigadas diferentes tipologias de casas, escalas de densidades baseadas na conservação da biodiversidade e na organização de um simulacro construído pelas abstrações experienciadas e vivenciadas.

Por fim, esta tese deixa como inquietação a preocupação com a construção de agendas representativas dos interesses do local ao global, tendo capacidade de efetivação e fomento ao

debate qualificado e respeitoso nas três escalas que atendem à dinâmica territorial, neste estudo representada por São Jorge, Alto Paraíso de Goiás e Chapada dos Veadeiros.

Como diretrizes iniciais, sugere-se as pactuadas pelo Plano Participativo que busca um turismo de base sustentável, comprometido com a dinâmica humana a valorização das relações sociais e a compreensão de um ambiente saudável e planejado instrumentalizado por ferramentas de comunicação eficientes e ativas na busca por informações clara e coesas, assim como o cuidado com o ser humano, seja ele turista ou morador.

Esta agenda, ao pautar o desenvolvimento local, a partir do ecossistema urbano-turístico, destaca como programas:

1) Memória e Identidade de São Jorge:

- Formalização de parcerias para apoio a eventos tradicionais que promovam a interação e valorização da comunidade residente;
- Fomento a projetos comunitários de reconhecimento da história e da memória local.

2) Qualificação Profissional em Turismo:

Capacitação setorial – garçom, camareira, atendimento ao público;

Primeiros socorros;

Educação ambiental e patrimonial – agentes multiplicadores.

3) Turismo e desenvolvimento local - fortalecendo a comunidade e complementando a experiência turística.

Quanto aos projetos emergentes tem-se:

- Segurança turística em atrativos turísticos e fomento a eventos sustentáveis;
- Qualificação dos espaços públicos e valorização do patrimônio local;
- Plano de Marketing integrado à promoção da marca Veadeiros.

REFERÊNCIAS

- ABDAL, Alexandre. Trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, p. 1-21, 2020. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/trajetorias_regionais.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.
- ALTO PARAÍSO (GO). Portal do Turismo de Alto Paraíso. **O que fazer**. Disponível em: <https://www.altoparaíso.go.gov.br/turismo/Oquefazer.ph>. Acesso em: 1 ago. 2022.
- ANDRADE, Liza Maria Souza de; LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; LENOIR, Juliette Anna Fanny. LEMOS, Natália da Silva. Extensão e tecnociência solidária: Periférico no DF e Entorno. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 26, n. 38, p. 189-234, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2019v26n38p189>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. 544f.
- ANDRADE, Liza Maria Souza de; DAMASCENO, Caio M. **O urbanismo participativo como tecnologia social do grupo Periférico da FAU/UnB: o caso do projeto do Corredor Cultural do Cerrado em Cavalcante-GO**. In: **ANAIS: UrbBA 17 - Urbanismo em Comum**, Salvador, 2017. Disponível em: <https://www.perifericounb.com/artigos>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. ‘STAMOS EM PLENO MAR’! Reflexões sobre tempos de pandemia Covid-19, considerando a trama de ecossistemas turístico-comunicacionais-subjetivos. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 8, n. 15, p. 7-22, 2020.
- BARROS, André Loureiro Ribeiro; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). São Paulo: **Ambiente e Sociedade**. v. 22, p. 1-20, 2019.
- BECHMANN, Gotthard; STEHR, Nico. Niklas Luhmann. **Tempo Social**, v. 13, n. 2, p. 185-200, 2001. DOI: 10.1590/S0103-20702001000200010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12368>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutscka. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo: Visão e Ação**, v. 19, n. 3, p. 430-457, 2017.
- BRASIL. Assembleia Legislativa de Goiás. **Proposição 2022010128**. Dispõe sobre o reconhecimento do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, como patrimônio cultural e imaterial goiano. 2023. Disponível em: <https://opine.al.go.leg.br/proposicoes/2022010128>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm#art10. Acesso em: 16 abr. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018**. Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp163.htm#art1. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto de 05 de julho de 2017**. Amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, Estado de Goiás. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/dsn14471.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 16 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm). Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional De Desenvolvimento Regional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Território da Cidadania e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm. Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp94.htm. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019**. Institui a Política Nacional De Desenvolvimento Regional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm#art19. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Decreto Legislativo Nº 338, de 02 de agosto de 2021**. Susta o Decreto de 05 de junho de 2017 (Dsn 14.471), da Presidência da República, que “Amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, Estado de Goiás”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2291848>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM**. 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Agenda 21 global**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 7 abr. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Programa de regionalização do turismo: categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do turismo Brasileiro - perguntas e respostas**. 2019. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro, 2023a**. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CARMO, Fernanda do. Planos Regionais de Ordenamento do Território e governança territorial: do discurso às evidências da prática. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 1, n. 5, p. 41-65, 2014.

CARTA DE ARRAIAS (TO). **Carta de Arraias (TO)**: 14 de outubro de 2022. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), [S. l.], v. 15, n. 5, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/14592>. Acesso em: 6 jun. 2023.

CAVALCANTE (GO). Prefeitura Municipal de Cavalcante. **Conhece Cavalcante**. s/d. Disponível em: <https://www.cavalcante.go.gov.br/ConheceCavacante.php>. Acesso em: 5 ago. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

CHAMUSCA, Pedro. Novos desafios e objetivos de governação territorial: discutindo a reorganização do Estado e a conceptualização da governança como modelo de gestão dos territórios. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 1, n. 4, p. 31-55, 2013.

COLMENARES, Ana Mercedes. Investigación-acción participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. Voces y Silencios. **Revista Latinoamericana de Educación**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 102-115, 2012. DOI: 10.18175/vys3.1.2012.07. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/vys/article/view/7540>. Acesso em: 13 jun. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE, CEPAL. **O crescimento da América Latina e o Caribe em 2021 não conseguirá reverter os efeitos adversos da pandemia**. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/o-crescimento-america-latina-caribe-2021-nao-conseguira-reverter-os-efeitos-adversos>. Acesso em: 08 ago. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Evaluación de los efectos e impactos de la pandemia de COVID-19 sobre el turismo en América Latina y el Caribe: aplicación de la metodología para la evaluación de desastres (DaLA)**. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46551-evaluacion-efectos-impactos-la-pandemia-covid-19-turismo-america-latina-caribe>. Acesso em: 16 mar. 2022.

COUTO, Gabriel Ribeiro; DE ANDRADE, Liza Maria Souza; LENOIR, Juliette Anna Fanny. Práxis extensionista transformadora: panorama da assessoria sociotécnica do grupo periférico na luta pelo direito à cidade. **Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, n. 13, p. 106-123, 2022.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária: um manual estratégico**. Marília, Lutas Anticapital, 2019.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. Florianópolis: Eduespb; Insular, 2014.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Penso 2006.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa: ação para o desenvolvimento local**. Monografia, Biblioteca Virtual em Saúde. p. 130-130, 2007.

DEN DULK, Mariana; SOSA, Victoria Ayelén. **El Cerro Cuevas Pintadas de Guachipas (Salta, Argentina):** ¿patrimonio de quién y para quién? *Arqueología*, v. 27, n. 3, Dossier, 2021, p.11-31. DOI: 10.34096/arqueologia.t27.n3.8434.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Distrital 6.269, de 29 de janeiro de 2019.** Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF em cumprimento ao art. 279 e ao art. 26 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/912a61dfc1134ffebb691aa3e864673e/Lei_6269_29_01_2019.html. Acesso em: 16 mar. 2022.

FAZITO, Mozart; RODRIGUES, Barbara; NASCIMENTO, Elimar; PENA, Luiz Carlos Spiller. **O papel do turismo no desenvolvimento humano. PAPERS DO NAEA**, UFPA, v. 372, p. 1-21, 2017.

FEITOSA, Luciana da Costa; ARANHA, Pablo Ruyz. A “cegueira geográfica” nas políticas públicas territoriais e regionais brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

FERNANDES, Edésio. O estatuto da cidade, 20 anos mais tarde. *In*. FERNANDES, Edésio. (org). **20 anos do estatuto da cidade: experiências e reflexões**. 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglefindmkaj/https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

FERREIRA, Marcos Vinícius Cortes. **Gentrificação e contra gentrificação na RESEX Marinha do Corumbau: padrões de ocupação e reocupação urbano-ambiental e turística na Vila de Caraíva**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, 2021, 148 p.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL – FBB. Urbanismo participativo do grupo periférico para a Reurb-S: metodologia para promover comunidades sustentáveis. *In*: Transforma! **Rede de Tecnologias sociais**. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/metodologia-do-grupo-periferico-de-urbanismo-participativo-para-promover-comunidades-sustentaveis>. Acesso em: 03 ago. 2022.

GALVANESE, Carolina Simões. **Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente**. Tese (Doutorado) – Pós graduação em Planejamento e Gestão do Território. Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018, 235 p.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus (artigos e entrevistas)**. Companhia das Letras, 2020.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES - IDSC. **Alto Paraíso de Goiás**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/alto-paraíso-de-goias-GO>. Acesso em: 2 ago. 2022.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES. **Cavalcante**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/cavalcante-GO>. Acesso em: 2 ago. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipea. **Inflação por faixa de renda - março/2022. Carta de conjuntura**. Brasília, nº 55, n. 5, 2º trimestre, 2022.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - INESC. **A conta do desmonte: balanço do orçamento geral da União 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/acontadodesmonte/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. **Evolução da temperatura média no Brasil**. Brasília, jan. 2022. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/notasTecnicas#>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. **Eventos Extremos de março de 2022 no Brasil**. Brasília, mar. 2022. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/notasTecnicas#>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN – **Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros**, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/118>. Acesso em: 13 Jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades e Estados – Alto paraíso de Goiás**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/alto-paraíso-de-goias/panorama>. Acesso em: 02 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades e Estados – Cavalcante**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/cavalcante.html>. Acesso em: 05 ago. 2022.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Global warming of 1.5° C**. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/sr15/download/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change**. 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

KRENAK, Ailton. Ecologia política. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 3, n. 2, 2018.

KOSK, Katarzyna. Social participation in residential architecture as an instrument for transforming both the architecture and the people who participate in it. **Procedia engineering**, v. 161, p. 1468-1475, 2016.

LUNDVALL, Bengt-Åke; BORRÁS, Susana. Science, technology, and innovation policy. *In*: MOWERY, David C.; NELSON, Richard R. **Innovation Handbook**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 599-631.

MALTA, Guilherme Augusto Pereira; BRAGA, Solano de Souza; BARBOSA, Maria Flávia Pires. Concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.16-31, 2019.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **O estatuto da cidade perfeita**. *In*: CARVALHO, c. s.; ROSBACH, A. **O estatuto da cidade: comentado**. São Paulo: Aliança das cidades, 2010, p. 5-22.

MARTÍNEZ, Daniel Villegas; CEDILLO, Jesús Gastón Gutiérrez; PÉREZ, José Isabel Juan. Estrategia de desarrollo local sustentable en el Área Natural Protegida Parque Otomí-Mexica del Estado de México. Circuitos turísticos en el municipio de Isidro Fabela. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 17, n. 4, p. 725-745, 2019.

MATÉ, Cláudia; MICHELETI, Talita; SANTIAGO, Alina Gonçalves. Cidades de pequeno porte em Santa Catarina: uma reflexão sobre planejamento territorial. **Revista Políticas Públicas & Cidades-2359-1552**, v. 3, 2015.

MENDONÇA, Marcelo Pires; FRANCESCHINELLI, Milena. **O que é um conselho municipal. Participação em Foco**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conselhos/1218-o-que-e-um-conselho-municipal>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MENEZES, Henrique Zeferino de; GALVÃO, Thiago Gehre. Política global, agenda 2030 e objetivos de desenvolvimento sustentável. *In*: **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**. v. 47, n. 21, 2020. DOI:10.20889/M47e21016.

MOESCH, Marutschka Martini. O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação. *In*: GASTAL, Susana (Org). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

MORIN, Edgar. **Conhecimento, ignorância, mistério**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. *In*: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **O pensamento complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 120 p.

MORIN, Edgar. **Conhecimento, ignorância, mistério**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 24 out. 2020.

NERI, Marcelo C. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro, 2022 - FGV Social. (inclui anexo em separado com atlas de pobreza). Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Guterres destaca que lacuna nas emissões é a grande ameaça ao clima**. **ONU NEWS**. Clima e meio ambiente, 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/11/1770162>. Acesso em: 22 abr. 2022.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 8 ago. 2021.

PAVIANI, Jayme. **Epistemologia Prática**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

PERIFÉRICO. **Assessoria Técnica: nossa metodologia**. Disponível em: <https://www.perifericounb.com/como-fazemos>. Acesso em: 22 jan. 2022.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 4. ed. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIZZI, Paola; POREBSKA, Anna. Towards a revised framework for participatory planning in the context of risk. **Sustainability**, v. 12, n. 14, p. 5539, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: ed. Almenda, 2020. 32 p.

SCHOLZ, Trebor. **Uberworked and Underpaid: How Workers Are Disrupting the Digital Economy**. Cambridge, UK and Malden, USA: Polity Press, 2017.

SILVA, Eduardo Moreira da. O desenho institucional dos conselhos nas cidades brasileiras de pequeno e médio porte: gestão de políticas públicas no poder local. **Revista de Serviço Público**. Brasília, v. 60, n. 1, p. 181-2010, 2018. Acesso em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1704>. Disponível em: 05 jul. 2022.

SILVA, Elysa; DERAK, Mchich; CLIMENT-GIL, Emilio; ALEDO, Antonio, BONET-JORNET, Andreu; LÓPEZ, Germán; CORTINA-SEGARRA, Jordi. Planificación participativa de la restauración ecológica en un paisaje semiárido altamente antropizado. Material suplementario. **Ecossistemas**, v. 30, n. 3, 2021.

SOARES. Artemísia dos Santos; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Turismo e território no município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. Universidade de Caxias do Sul: **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 1, p. 2-23, 2020. DOI: 10.18226/21789061.v12i1p2.

SONAGLIO, Kerlei Eniele. Aproximações entre turismo e resiliência: um caminho para a sustentabilidade. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 20, n. 1, 2018. DOI: 10.14210/rtva.v20n4.p80-104. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48044/aproximacoes-entre-o-turismo-e-a-resiliencia-um-caminho-para-a-sustentabilidade>. Acesso em: 07 fev. 2022.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: editora Cortez e Autores Associados, 1986, 56 p.

THIOLLENT, Michel Jean Marie; COLETTE, Maria Madalena. **Pesquisa-ação, universidade e sociedade**. **Revista Mbote**, Salvador, Bahia, v. 1, n.1, p. 42-66, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/index>. Acesso em: 03 abr. 2022.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

VALENÇA, Márcio Moraes. Desafiando a nós mesmos para os novos tempos das políticas urbanas. **Observatório das metrópoles**, Artigos semanais. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/desafiando-a-nos-mesmos-para-os-novos-tempos-das-politicas-urbanas/>. Acesso em: 4 Ago. 2022.

VASCONCELOS, E. M.. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. *In*: **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, 343 p.

WORLD TOURISM ORGANIZATION A UNITED NATIONS SPECIALIZED AGENCY - UNWTO. **Urban Tourism**. Disponível em: <https://www.unwto.org/urban-tourism>. Acesso em: 17 fev. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO DE APROXIMAÇÃO - POLO CHAPADA

Este é um formulário para identificar as percepções da comunidade de Alto Paraíso de Goiás sobre a gestão da cidade e as demandas em potencial para a revisão do Plano Diretor do município. O objetivo deste instrumento é possibilitar a coleta de dados a partir de três dimensões, a saber: gestão da cidade, gestão do turismo e gestão participativa.

Você foi convidado a contribuir com a exposição de sua percepção sobre o tema. O presente formulário não tem o intuito avaliativo, ou seja, não há respostas certas ou erradas, somente a sua percepção sobre o tema.

O tempo médio para o preenchimento dessa pesquisa é de 8 minutos.

Os dados dessa pesquisa serão codificados e analisados anonimamente pela equipe do projeto de extensão Gestão Ambiental Urbana Participativa e padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante Turística, garantindo o anonimato das respostas.

1 - PERFIL

E-mail (opcional):

Idade:

Bairro:

Naturalidade:

Tempo de residência no município:

- Menos de um ano
- Entre 1 a 5 anos
- Entre 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Marque uma das opções abaixo referente à área da sua atual ocupação profissional:

- Mineração
- Agronegócio
- Comércio em Geral
- Turismo
- Aluguel de imóveis
- Funcionalismo Público
- Construção Civil
- Autônomo

Outro:

Quais são os meios de transporte que você mais usa?

- À pé.
- Bicicleta
- Moto
- Automóvel
- Transporte Público

Outro:

Moradia:

- Casa Própria
- Paga Aluguel
- Divide o aluguel com outras pessoas
- Mora de favor

2 - GESTÃO DA CIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Na sua vizinhança existe um bom relacionamento entre vizinhos.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

O seu bairro tem acesso a um saneamento ambiental de qualidade.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

No seu bairro existem calçadas, ruas e acessos de qualidade e inclusivos para pessoas com mobilidade reduzida.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

Você, enquanto cidadão, se sente ouvido e amparado pela prefeitura.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

Existe coleta de lixo regular onde você mora?

- Sim Não

Você se sente seguro no local onde mora.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

No local onde você mora quando chove, as ruas, calçadas e terrenos facilmente alagam.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

No seu bairro o abastecimento de água e energia elétrica são regulares, sem interrupções.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

Você frequenta alguma área verde (praça, parque, rio) perto da sua moradia?

- Sim Não

Existe alguma unidade de saúde no seu bairro ou entorno próximo?

- Sim Não

As ruas do seu bairro são pavimentadas e estão em boas condições.

- Discordo Totalmente
 Discordo
 Neutro
 Concordo
 Concordo Totalmente

O seu bairro possui boa iluminação pública.

- Discordo Totalmente
 Discordo
 Neutro
 Concordo
 Concordo Totalmente

Existem muitos lotes desocupados em seu bairro.

- Discordo Totalmente
 Discordo
 Neutro
 Concordo
 Concordo Totalmente

Como você avalia a manutenção da cidade feita pela prefeitura?

- Muito Insatisfatório
 Insatisfatório
 Neutro
 Satisfatório
 Muito Satisfatório

Como você avalia o transporte público?

- Muito Insatisfatório
 Insatisfatório
 Neutro
 Satisfatório
 Muito Satisfatório

Conhece alguma horta comunitária na cidade?

- Sim Não

Gostaria de cultivar uma horta comunitária?

- Sim Não

Na sua visão, os eventos culturais públicos que acontecem em sua cidade são de qualidade?

3 - GESTÃO DO TURISMO

Você acredita que a verba pública destinada para o turismo prejudica o restante do orçamento do município.

- Discordo Totalmente
 Discordo
 Neutro
 Concordo
 Concordo Totalmente

Você acha que a presença de turistas na cidade geram mais empregos?

- Discordo Totalmente
 Discordo
 Neutro
 Concordo
 Concordo Totalmente

Você acredita que os turistas que visitam o município estão comprometidos com a sustentabilidade da cidade e preservação do meio ambiente?

- Sim Não

Na sua visão, o aumento do turismo na cidade trouxe melhorias para o seu bairro?

- Sim Não

Se sim, quais seriam essas melhorias?

Com o turismo de trabalho remoto durante a pandemia, houve um aumento de construções na cidade e nos bairros aumentando o valor dos aluguéis?

- Discordo Totalmente
 Discordo
 Neutro
 Concordo
 Concordo Totalmente

Você obtém renda de aluguel de moradia para o turismo?

- Sim Não

O que você acha das novas construções na cidade nos últimos anos?

Você frequenta algum ponto turístico da Chapada dos Veadeiros com frequência? Se sim, quais são eles?

Você concorda com a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros?

- Discordo Totalmente
 Discordo
 Neutro
 Concordo
 Concordo Totalmente

4 - GESTÃO PARTICIPATIVA

Você participa de algum Conselho/Associação/Comissão municipal ou de bairro?

- Sim Não

Se sim, qual seria, e porque você participa? _____

Você conhece algum grupo/associação/coletivo que atue promovendo melhorias na sua cidade?

- Sim Não

Se sim, qual seria?

Você gostaria de contribuir diretamente no planejamento e gestão da sua cidade? *

- Sim Não

Você sabe o que é um Plano Diretor e qual sua finalidade para a cidade?

Sim Não

Já participou do processo de elaboração/revisão de Plano Diretor?

Sim Não

Como gostaria de participar da revisão do Plano Diretor?

De forma direta, compondo grupos de trabalho e/ou comissões

De forma direta, a partir de ações locais como audiências públicas, entrevistas, questionários.

De forma indireta, sendo representado por lideranças locais

Outro: _____

APÊNDICE 2

ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA - DIAGNÓSTICO DE SÃO JORGE

Sistematização realizada pela Equipe do Projeto de Extensão Gestão Ambiental Urbana Participativa e Turística: padrões de uso e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto paraíso e Cavalcante, pertencente ao polo Chapada dos Veadeiros – Universidade de Brasília, para a comunidade de São Jorge, a partir da demanda apresentada em atividade de campo realizada em 15/07/2022. Estruturado por Lívia Barros Wiesinieski, a partir dos documentos que compõem a fase de diagnóstico para revisão do Plano Diretor Urbano, Rural e Ambiental de Alto Paraíso de Goiás 2020 – 2030, elaborado pela empresa Arismar Expansão Topografia.

De acordo com o Diagnóstico apresentado antes do início dos trabalhos de diagnóstico técnico e comunitário, foi disponibilizado um minicurso de preparação e nivelamento aos gestores municipais e membros da sociedade civil local diretamente interessada em participar do processo de discussão da Revisão do Plano Diretor Participativo. Em sequência, foram realizadas reuniões temáticas com os GT's (Grupos de Trabalho) e públicos em geral, visitas e reuniões a diversas centralidades como Distrito de São Jorge, Povoado de Moinho e aglomerado de Cidade da Fraternidade. Também foram realizadas visitas e entrevistas técnicas a empresas concessionárias e órgãos públicos do Município, Estado e União (D1, p. 9).

A região do núcleo urbano de São Jorge apresenta maiores riscos à ocupação, caso ocorra crescimento urbano em direção às áreas da Unidade de Conservação Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, dada a proximidade de uma área rebaixada em relação aos alçados topográficos elevados, bem como em direção oposta a uma área em que se situa uma cabeceira de drenagem afluente do ribeirão São Miguel. De maneira semelhante, ocorre também o núcleo do Moinho, que se encontra estruturado em um sopé de uma área dissecada pelo Rio Preto (D1. p. 97).

Para melhor planejamento dessa alta demanda em ascensão, nota-se a necessidade urgente de um melhor planejamento ao setor, com melhora na oferta e qualidade de vagas em hotéis, pousadas, serviços e comércios voltados ao turista, além de uma política do setor com implantação de programas de reservas antecipadas para hospedagem e principalmente nos atrativos turísticos da região (D.4. p. 255).

O município ainda não dispõe de regulamentação para exploração dessa atividade, tornando frágil o regramento de funcionamento, segurança e de controle tributário, já que trata de prestação de serviço com obtenção de receita (D5. p. 260).

Categoria	Apontamentos
Situação fundiária	302 unidades em processo de regularização fundiária (2019).
Saneamento básico	<p>O sistema de abastecimento da cidade atende a 100% dos do distrito de São Jorge - 398 ligações de água;</p> <p>Índice anual de perda de água em Alto Paraíso de Goiás é de 36%; no distrito de São Jorge, esse índice atinge 19% - preocupação com risco de desabastecimento no período de maio a outubro;</p> <p>SANEAGO alugou geradores para garantir abastecimento;</p> <p>Segundo relato de membros do GT, o Rio São Miguel sofre sensíveis baixas de volume de água nos períodos de seca. SANEAGO destaca que o rio apresenta boa disponibilidade;</p> <p>SANEAGO autorizou a imediata construção de um reservatório de 50 mil litros a ser instalado no aglomerado que se forma fora do perímetro de São Jorge, local conhecido como “Ecovila”;</p> <p>Serviço diário de coleta de lixo com depósito em um entreposto criado pela prefeitura próximo à entrada do distrito, onde os materiais são dispostos separadamente entre resíduos domésticos, recicláveis, entulhos e galhos. O material é coletado semanalmente e encaminhado ao lixão da cidade de Alto Paraíso;</p> <p>Cemitério pequeno e próximo a terrenos residenciais;</p> <p>Iluminação deficitária não existindo rede de iluminação pública. Elemento mais crítico da infraestrutura urbana.</p>
Áreas verdes	<p>Parque Municipal José Lopes de Araújo (Parque Municipal de São Jorge): O memorial descritivo é apresentado no texto da lei, contudo há uma necessidade de consolidação da informação – aguardando aprovação do perímetro;</p> <p>Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros que abrange outros municípios da região.</p>
Habitação	Lei municipal 546/1998 – coloca São Jorge como área de interesse social apesar do Plano Diretor não prever política de habitação de interesse social.
Mobilidade, transporte e acessibilidade	<p>A pavimentação da GO-239, trecho Alto Paraíso – São Jorge -aumento dos casos de atropelamentos de animais silvestres;</p> <p>O distrito não possui asfalto – Pavimentação da rodovia trouxe impactos erosivos desencadeado por enxurradas;</p> <p>Pavimentação das ruas paralisadas por questões jurídicas e ambientais. Comunidade deseja pavimentação ecológica e não asfáltica;</p> <p>Casa de Cultura Cavaleiro de São Jorge contratou um estudo para criação do plano de mobilidade para alta temporada;</p> <p>Decreto Municipal 1646/18 institui trânsito especial em São Jorge em dias de feriado;</p> <p>Falta de transporte coletivo;</p>

	Dificuldade de acesso ao sistema bancário, pela inexistência de caixas eletrônicos 24 horas e interrupções de energia elétrica e sinal de telefonia móvel.
Ordenamento territorial	Expansão dos loteamentos próximos a áreas consolidadas dentro dos limites legais da área de expansão; Fluxo migratório de Abadiânia.
Uso e ocupação do solo	A expansão agrícola e o avanço de núcleos urbanos nas proximidades do PNCV são os principais fatores de conflito e preocupação, pois, com a ocupação humana, surgem problemas decorrentes de suas atividades: lixo, esgoto, queimadas, desmatamentos, caça e entre outros fatores que acabam por degradar a paisagem; Ocupação dos lotes dentro do perímetro atingiu 100% levado ao surgimento de ocupações clandestinas; Ocupação no entorno do distrito e próximas ao morro da baleia; Pressão pela ocupação de áreas fora do perímetro urbano (“ecovilas”) e desmembramento de terra em frações menores que o módulo rural da região.
Aspectos econômicos e o turismo	Acesso ao PNCV, desenvolvendo a economia local pelo ecoturismo; Grande fluxo de turista movimentando o comércio, bares, restaurantes, pousadas e camping; Boa infraestrutura turística- pousadas, campings, hostel, restaurantes e vida noturna; Acesso ao P.N.C.V.; Sensibilização das autoridades públicas sobre a necessidade de uma rede elétrica subterrânea; Existência de CAT; 70 empreendimentos de hospedagem com 296 unidades habitacionais (quartos); Crescimento da taxa de ocupação;
Desenvolvimento socioeconômico e cultural	55 famílias inscritas no CADÚnico; Escolas de ensino infantil (2) e ensino fundamental (2). Transporte para Alto Paraíso para estudantes do ensino médio; Existência da UBS IV; Inexistência de equipe de zoonose no município e vigilância sanitária (em São Jorge) – o distrito possui grande número de animais nas ruas, também preocupa a presença de DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis; Inexistência de Companhia de Polícia Militar no Distrito; Transmissível entre os cães; Risco de perda da identidade histórica local em função de propostas e projetos de infraestrutura urbana que desconsideram as características locais; Apoio do Instituto IPEARTES à ASJOR;

	<p>Festa de Aniversário do Distrito de São Jorge, o padroeiro local – 23 de abril;</p> <p>Encontro de Raizeiros, parteiras e Pajés da Chapada dos Veadeiros;</p> <p>Encontro de culturas tradicionais da Chapada dos Veadeiros;</p> <p>Equipamento de lazer comunitário - quadra poliesportiva descoberta e com arquibancadas laterais (Praça do CAT);</p> <p>Portal de São Jorge – em estudo;</p> <p>CVCV- associação de guias.</p>
--	--

As ilustrações a seguir, retiradas do material disponibilizado pela Arismar Expansão Topográfica, apresenta os Grupos de Trabalhos que compuseram a pesquisa e o levantamento de dados que subsidiaram o diagnóstico. Essas informações constam no Volume 1 disponibilizado pela equipe responsável pela Fase de Diagnóstica para revisão do Plano Diretor Urbano, Rural e Ambiental de Alto Paraíso de Goiás 2020 – 2030.

GRUPO TEMÁTICO (GT 1) - ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	
JUDERCY PAULINO SILVA JÚNIOR	(COORDENADOR)
ADRIELE CRISTINA CHAVES SOUZA	
ALCENADIR DA COSTA NOBRE	
ALESSANDRA RODRIGUES DINIZ	
ARIOVALDO CORRÊA DOS SANTOS	
ARISTEIA AVELINO DO NASCIMENTO	
JOÃO YUJI MORAES E SILVA	
MARLON ROGÉRIO BANDEIRA	
FRANCISCO MARSHAL DE OLIVEIRA SALERMO	
MÉRCIA BEATRIZ DE MIRANDA	
PAULO DE OLIVEIRA ABREU FILHO	
WILTON PEREIRA BARRETO DE MELO	

GRUPO TEMÁTICO (GT 3) - CONDIÇÕES AMBIENTAIS	
CARLOS EDUARDO CARDOSO R. PINTO	(COORDENADOR)
JOANA PAULA SANCHEZ	
FERNANDO AMBRÓSIO TRINDADE	
FRANCISCO MARSHAL DE ALMEIDA SALERMO	
JOSÉ DONIZETE DE OLIVEIRA	
MARCUS ANTÔNIO SABOYA PEIXOTO	
MARLON ROGÉRIO BANDEIRA	
PAULO ANDERSON QUIRINO GARCIA	
SURYA SERENO VENEZIANI MENDES	
UEDSON GARCEZ DE MENDONÇA	

GRUPO TEMÁTICO (GT 2) - CONDIÇÕES HUMANAS	
MAIUZA LEITE DOS SANTOS	(COORDENADORA)
ADCÉLIA ALMEIDA DOS SANTOS	
ANDRÉ LUIZ GOMES	
BRUNA MARA CAMPOS DO NASCIMENTO	
CLEUZA MARIA LOURENÇO DE PAULA	
FÁBIO FRANCISCO REGES	
GENILDA ALVES CABRAL	
NEUZAIR PEREIRA BARBOSA	
NISLENE COSTA FERREIRA	
PAULO SÉRGIO DA SILVA OLIVEIRA	

GRUPO TEMÁTICO (GT 4) - GESTÃO E GOVERNANÇA	
LEONARDO MACEDO DE CARVALHO	(COORDENADOR)
ÁLAN GONÇALVES BARBOSA	
CLAUDIOMAR TELES GONÇALVES	
ERNANDES LEITE DE MORAIS	
ISMAEL NEIVA	
JAIR PEREIRA BARBOSA	
JOÃO HELIO LIMA NETO	
MARLONY DIAS BERNARDES	
UITER GOMES DE ARAÚJO	

GRUPO TEMÁTICO (GT 5) - COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	
ANDRÉIA MENESES / KALUA	(COORDENADORA)



Imagem: Valmor Pazos

PLANO PARTICIPATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO JORGE



Imagem: Valmor Pazos

Gestão Ambiental Urbana
Participativa e Turística: padrões de
usos e qualificação das áreas verdes
dos municípios de Alto Paraíso de
Goiás e Cavalcante



FICHA TÉCNICA

Livia Barros Wiesinieski

Coordenadora Adjunta do projeto de extensão “Gestão Ambiental Urbana Participativa e Turística: padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante”. Orientanda do PPGFAU – UnB apresentando este produto como resultado da tese "Planejamento territorial participativo para o ecossistema turístico" a partir das contribuições da pesquisa ação realizada com a comunidade de São Jorge entre os anos de 2022 e 2023.

Liza Maria Souza de Andrade

Coordenadora Geral do projeto de extensão “Gestão Ambiental Urbana Participativa e Turística: padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante” e orientadora do projeto de tese Planejamento territorial participativo para o ecossistema turístico.

EQUIPE

Danielle Nunes Silva Gomes

Bolsista PIBEX edital 2023

Letícia Alves Mendonça

Bolsista PIBEX edital 2023

Maria Luiza Cotta

Bolsista PIBIC edital 2022/2023

Angélica Azevedo

Bolsista PIBIC edital 2022/2023

Andreia Alves Prado

Colaboradora - Instituto Federal de Goiás

Valmor Pazos Filho

Imagens de drone

EQUIPE COMUNITÁRIA

Associação Comunitária da Vila de São
Jorge (ASJOR)
Jefferson Pereira Passos

Superintendência de São Jorge

Aristéia Avelino do Nascimento Santos

ASSOCIACAO DOS
EMPREENDEDORES DE SAO
JORGE (ASSEJOR)
Mercia Beatriz Miranda

Associação Quilombola Povoado do Moinho

Lucas Luiz Gomes

Conselho Municipal de Meio Ambiente
de Alto Paraiso de Goiás

Piquerobi de Souza

Este documento é dedicado às
comunidades de Alto Paraiso de
Goiás, especialmente aos moradores
de São Jorge e Povoado do Moinho,
que colaboraram ativamente com os
processos de participação para a
criação de uma comunidade mais
justa social e ambientalmente. E, aos
moradores de Cavalcante que
acolhem e participam dos projetos
do Grupo Periférico tanto no âmbito
das atividades do Polo UNB
Chapada quanto no Polo UNB
Kalunga

EPÍGRAFE

"Cuidado com a Chapada, limitada, começa simples e pequena.

Seja humilde, pois aqui é diferente.

Vamos amar nossa Chapada, que vale muito mais que dinheiro
ou a soma de suas partes.

A Chapada dos Veadeiros representa a natureza do
planeta

Terra: suas águas, matas, Campinas e Veredas, suas paisagens,
nascentes e história pré-cambriana.

Praia de Luviânia.

Cuidado com a Chapada, ela é única, seu potencial paisagístico,
nativista e hídrico para as gerações futuras é inestimável.

Muitos dos segredos da Chapada só serão

descobertos por nossos descendentes,

e as futuras gerações de brasileiros poderão depender da água
potável que flui por gravidade da Chapada.

Em poucos anos, poderemos explorar flores, remédios, fibras e
alimentos da Chapada, por muitos dólares o quilo, de forma

sustentável, sem degradação

ambiental ou

descaracterização da

paisagem.

A gente ativamente a protege agora ou permitimos sua
degradação, sua destruição perante os olhos de nossas crianças
do Brasil e do mundo.

Cuidado com a Chapada, converse com os
vizinhos e chegue antes.

A Chapada é sagrada."

*- Peter Midikliff apresentada por Aristéia Santos
no I Seminário de Revisão do Plano Diretor de
Alto Paraíso*



INTRODUÇÃO

O projeto “**Gestão Ambiental Urbana Participativa e Turística: padrões de usos e qualificação das áreas verdes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante**”, apoiado pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, no âmbito dos Editais PIBEX 2022 e 2023, apresenta, em parceria com a comunidade local, o Plano de Turismo da Vila de São Jorge elaborado a partir da metodologia de pesquisa-ação sistematizada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico – trabalhos Emergentes. A mobilização e sensibilização da comunidade iniciou-se em julho de 2022 durante encontro presencial realizado na Associação de Moradores de São Jorge (ASJOR), seguido por entrevistas, participação em grupos de trabalho para revisão do plano Diretor de Alto Paraíso de Goiás, formulário online, oficina de leitura do território, sistematização e designe de padrões orientadores para a construção de cenários a partir de problemas e soluções mapeadas pela comunidade (PERIFERICO, s/d).

Assim, observou-se que a complexidade local dialoga com os limites e oportunidades das políticas públicas de turismo e da compreensão do território como processo histórico de coadaptação social, ambiental e, de diversificação cultural e paisagística conforme refletido por SAQUET (2020).



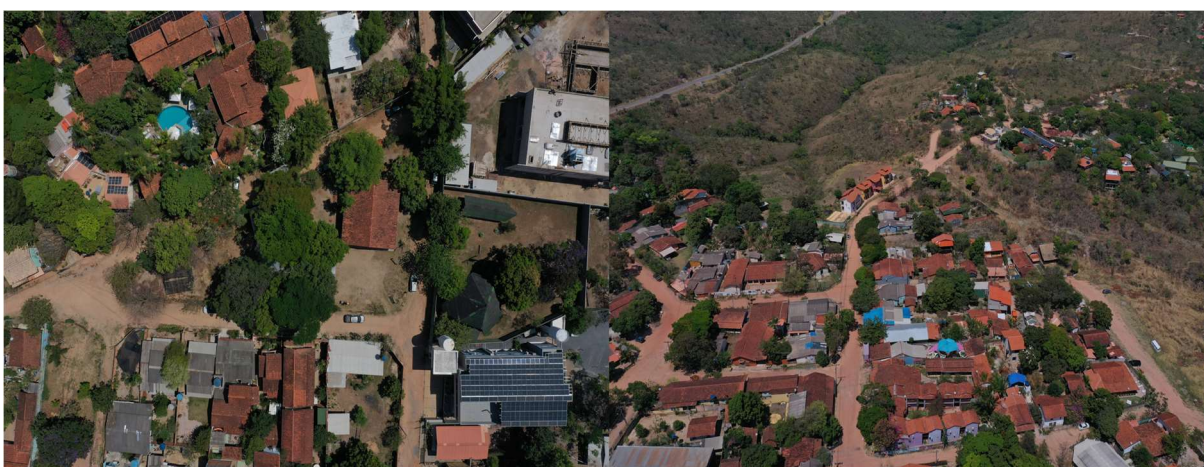
Imagem: Valmor Pazos

Para a Organização mundial do Turismo, (UNWTO, 2019) o turismo pode contribuir ativamente para o cumprimento da Agenda 2030, especialmente nos ODS 8, ao possibilitar o crescimento econômico sustentável amparado pela geração de emprego decente e promovendo a cultura e os produtos locais; já o ODS 12 a partir do fomento à produção e consumo consciente. De forma indireta tem como potencial a sensibilização e mobilização de ações que garantam a conservação dos recursos naturais, combatendo as mudanças climáticas e promovendo a regeneração de áreas degradadas a partir da articulação entre as políticas públicas e aplicação dos tributos arrecadados em equipamentos e serviços turísticos.

A partir da análise são construídos padrões espaciais que apontam as diversas problemáticas e suas possíveis soluções, de modo a facilitar a comunicação e participação da comunidade na criação dos futuros cenários e proposição de diretrizes que orientem o desenvolvimento do turismo local, garantindo a sustentabilidade, igualdade de oportunidade e a justiça socioambiental.

O protagonismo comunitário, associado às políticas públicas de turismo e, aos programas de avaliação dos destinos indutores brasileiros, assim como dados institucionais sobre o desenvolvimento do turismo na Chapada dos Veadeiros, oportunizaram a elaboração deste Plano Local de Turismo, atendendo à demanda apresentada pela comunidade durante as atividades realizadas entre 2022 e 2023.

Cabe destacar que este documento não representa as premissas da gestão pública municipal, estadual, nem tão pouco federal, mas, a contribuição da comunidade residente e empreendedora da Vila de São Jorge, principal acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.



Imagens: Valmor Pazos

AS REALIDADES DA VILA DE SÃO JORGE

Para conhecer a cidade é fundamental entender sua organização espacial a partir de suas ruas, áreas verdes, parques, áreas comerciais, espaços de convivência e outras ofertas de serviços públicos. Assim, utilizamos o mapa do google Earth para primeira aproximação e complementação dos contextos da Vila de São Jorge, e a partir daí a utilização de infográficos para representação das percepções individuais e coletivas sobre as dinâmicas presentes no território. A seguir apresenta-se o mapa construído pelos participantes considerando todas as interações e diálogos ao longo das apresentações e da dinâmica dos grupos.

Mapa 1: Contextualização do território de São Jorge



Fonte: Cotta (2023)

A organização dos grupos considerou as diretrizes das dimensões da sustentabilidade como roteiro de interação e compreensão socioespacial, econômica e cultural, conforme ilustrado pela figura abaixo. E o processo de construção de contextos/ problemas, assim como de recomendações/soluções foram mediados pela equipe do projeto.

Figura 1: Dimensões da Sustentabilidade



Fonte: com base na proposta de Andrade e Lemos (2015)

Compete ao ambiental o cuidado com a proteção à biodiversidade, qualidade ambiental e térmica e, os 3 Rs. Já a sustentabilidade social elenca como pilar a urbanidade, moradia e mobilidade além da harmonia na cidade caracterizando a justiça social e a cidadania. Por sua vez a econômica contempla as dinâmicas urbanas e o desenvolvimento endógeno estimulando o fluxo interno e a valorização das atividades próximas aos demandantes. Por fim, o cultural e emocional prioriza padrões essenciais para a construção do pertencimento da comunidade, como a identificabilidade, orientabilidade e legibilidade, além da revitalização urbana e das construções simbólicas.

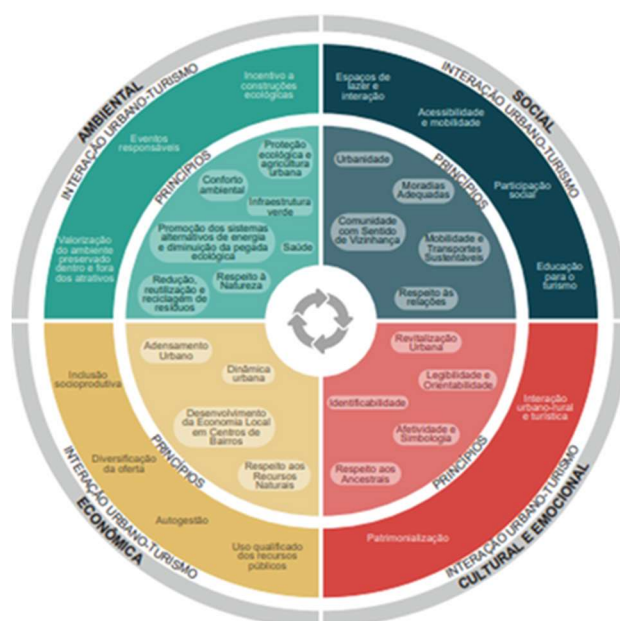
Estes princípios dialogam de forma transdisciplinar com o turismo que, ao propor a interação entre o ser humano e o ambiente estabelecem um sistema orgânico aberto onde os princípios da sustentabilidade devem orientar as relações nos territórios (PENA; MOESCH, 2016).

Ferreira (2021) a partir da síntese produzida por Andrade e Lemos (2015) amplia o olhar sobre os princípios da sustentabilidade urbana complementando com as demandas das comunidades tradicionais impactadas pelo turismo, Resex Marinha do Corumbau (BA), propondo a inclusão do respeito à natureza especialmente com a disponibilidade e uso dos recursos naturais (sustentabilidade ambiental), respeito às relações interpessoais e a diversidade sociocultural (sustentabilidade social), o respeito aos recursos naturais e a normatização dos usos de forma evitar que o capital se sobreponha à preservação e exploração sustentável dos territórios (sustentabilidade econômica) e, por fim, ao respeito ancestral garantindo o reconhecimento e valorização dos saber local (sustentabilidade cultural e emocional).

Esta complementação e ampliação da preocupação em garantir um ecossistema urbano sustentável aproxima-se da lógica proposta pra o ecossistema turístico que, por sua natureza precisa estar em harmonia com todos os atores e agentes que ocupam os territórios turísticos, pois as belezas paisagísticas, afetividade e o equilíbrio socioambiental são perceptíveis aos turistas e tornam-se atratividade.

Assim, pensar na sustentabilidade deste ecossistema demanda a complementação dos princípios da sustentabilidade urbana a partir das lógicas estabelecidas pelo uso turístico das cidades. A figura 2 simboliza esta interação e torna-se um caminho alternativo para repensar a dinâmica territorial da Chapada dos Veadeiros, que tem o turismo um importante elo de regionalização e produção de recursos e impactos.

Figura 2: Dimensões da Sustentabilidade



Fonte: Wiesnieski & Azevedo (2023)

AS REALIDADES DA VILA DE SÃO JORGE

A partir da identificação da interface urbano-turística presente na Vila de São Jorge, os dados coletados foram sistematizados e organizados apresentando contextos e recomendações a partir de padrões espaciais e ilustrações ampliando a capilaridade das linguagens e alcançando de forma mais ampla a população local.

Abaixo é possível observar alguns exemplos dos padrões espaciais relacionados ao turismo, eles apontam as diversas problemáticas e suas possíveis soluções:

PADRÕES ESPACIAIS INTERFACE URBANO – TURISMO DIMENSÃO AMBIENTAL



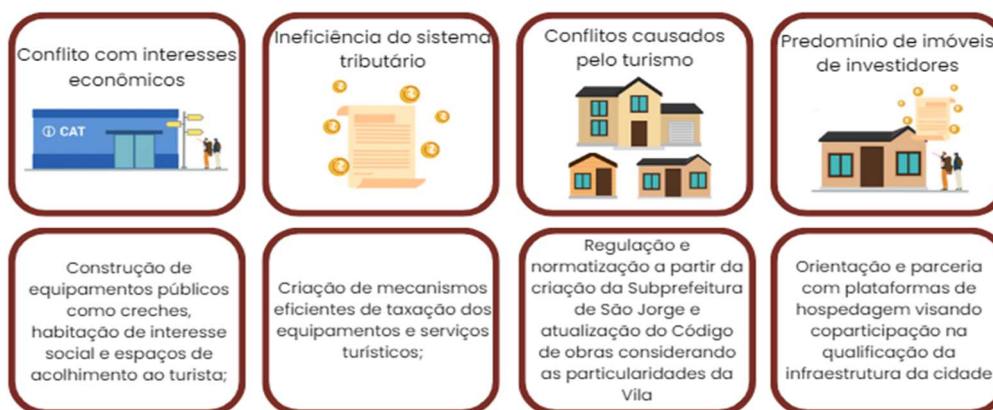
Fonte: Mendonça & Wiesniewski (2023)

PADRÕES ESPACIAIS INTERFACE URBANO - DIMENSÃO SOCIAL



Fonte: Mendonça & Wiesniewski (2023)

PADRÕES ESPACIAIS INTERFACE URBANO - DIMENSÃO ECÔNOMICA



Fonte: Mendonça & Wiesinieski (2023)

PADRÕES ESPACIAIS INTERFACE URBANO - DIMENSÃO EMOCIONAL/CULTURAL



Fonte: Mendonça & Wiesinieski (2023)

A integração da linguagem dos padrões a partir da interação urbano turística demonstra a possibilidade de interação social e o reconhecimento dos diversos sujeitos que colaboram com o desenvolvimento da Vila de São Jorge, assim pensar a prática do turismo sugere a qualificação da infraestrutura urbana e a justiça ambiental necessária para a conservação das unidades de conservação, memória e história coletiva presentes na Vila.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS COLETIVAMENTE

Dentre os desafios impostos pelo sistema capitalista e as relações socioeconômicas estabelecidas pela comunidade de São Jorge, surge com emergência a adoção de ferramentas de comunicação eficientes e ativas na busca por informações claras e coesas, assim como o cuidado com o ser humano, seja ele turista ou morador. Contudo não se deve estimular a superação e imposição de conhecimentos e valores.

O turismo de base sustentável deve assumir como missão o cuidado com as dinâmicas humanas e a valorização das relações sociais e a compreensão de um ambiente saudável e planejado. Para garantir a promoção da sustentabilidade no turismo, na região de São Jorge, é fundamental que sejam estabelecidos compromissos coletivos que visem a preservação do meio ambiente local, a valorização da cultura local, o desenvolvimento econômico sustentável da região e o turismo responsável.

DIRETRIZES

AMBIENTAL

- Conservação e Preservação da APA Pouso Alto e entorno do Parque Nacional priorizando o manejo dos animais domésticos, fogo e especulação imobiliária;
- Saneamento ambiental e qualificação das redes de captação, tratamento e distribuição (abastecimento, esgoto, resíduos sólidos, drenagem, pavimentação, iluminação pública, zoonose) pautado em soluções baseadas na natureza;
- Promoção de pesquisas interdisciplinares pautadas no estudo de capacidade de suporte da Vila (população residente/ população flutuante - capacidade de crescimento populacional);
- Política pública de fomento ao tratamento de resíduos sólidos tanto pela população local quanto pelos empreendimentos comerciais e atividades de fomento ao turismo, lazer, entretenimento;
- Impactos ambientais e o manejo do fogo coordenado pela normatização da gestão ambiental a partir do código ambiental municipal contemplando as diretrizes do Plano de Manejo da APA Pouso Alto, do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e do Parque Municipal da Preguiça.

SOCIAL

- Emprego e renda: Compromisso com a geração de empregos e renda para os moradores locais e promoção do turismo de base sustentável como meio de gerar empregos e renda na região.
- Serviços e equipamentos urbanos: Compromisso com a melhoria da infraestrutura urbana da região e com a oferta de serviços públicos de qualidade para a população local;
- Escassez e privação de acesso à infraestrutura e serviços urbanos qualificados;
- Acessibilidade para pessoas deficientes e com mobilidade reduzida, especialmente nas vias públicas;
- Sensibilização e mobilização para uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população fortalecendo o compromisso com a promoção do turismo consciente e responsável na região.

ECONÔMICA

- Mapeamento e monitoramento da demanda e oferta da Vila a partir do diálogo com estudos de fluxo de visitantes do PNCV;
- Fortalecimento das ações integradas em busca da redução da sazonalidade na microrregião da Chapada dos Veadeiros;

Sensibilização dos empreendedores e proprietários de casas de segunda residência para articulação e cooperação turística

visando o desenvolvimento local com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

- Divulgação e Promoção turística através de campanhas em redes sociais e mecanismos de autogestão territorial visando a comunicação interna e externa.

CULTURAL E EMOCIONAL

- Compromisso com a realização de eventos que valorizem a cultura local e promovam a sustentabilidade no turismo.
- ◆
- Preservação do patrimônio material e imaterial e promoção de ações de fomento ao levantamento da história oral, saberes e fazeres locais.
- Valorização e apoio para realização das tradições religiosas como a Folia de Reis
- Criação de equipamentos de cultura e pontos de memória viva integrados ao Sistema de Cultura.
- Roteirização e integração territorial a partir de espaços de memória e valorização do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros.

CENÁRIOS

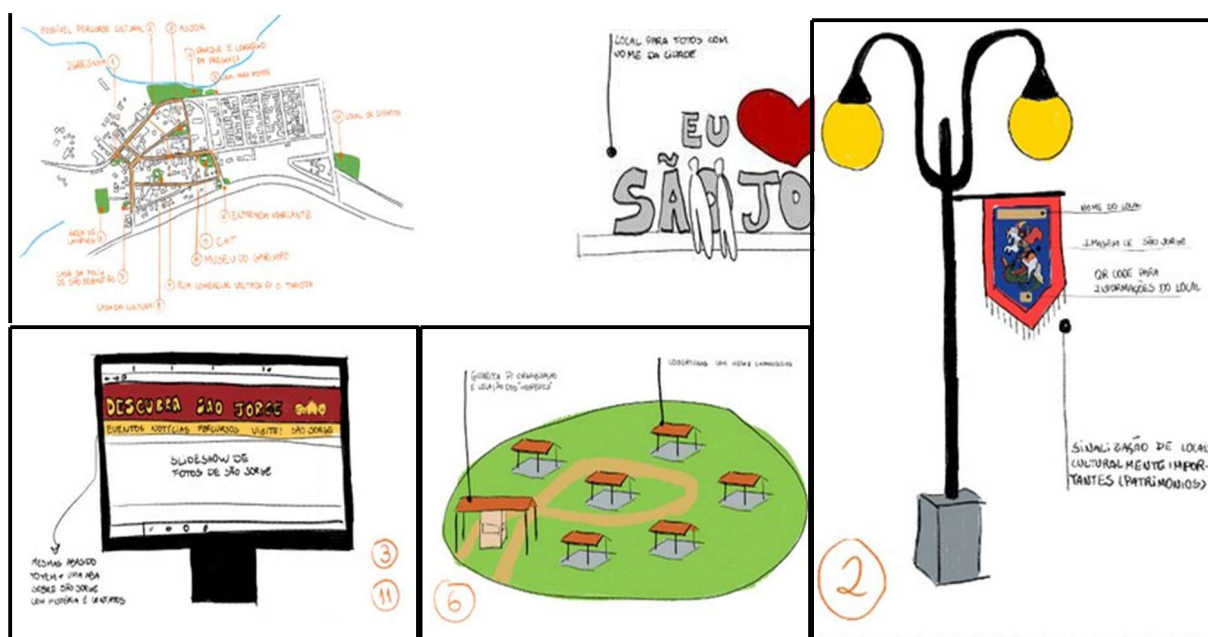
A metodologia de construção de cenários é um conjunto de ferramentas analíticas e prospectivas amplamente empregadas em diversos campos, sobretudo na estratégia, planejamento e gestão. Sua base reside na premissa de que o futuro é inerentemente complexo e marcado por incertezas incontornáveis. Assim, essa abordagem busca lidar com tal incerteza ao explorar diferentes trajetórias plausíveis de desenvolvimento, identificando e avaliando fatores-chave e suas interações. Ao propor novas possibilidades, consideramos essencial que essas propostas partam de um olhar pautado nas seguintes diretrizes: Ambiental, Social, Econômica, Cultural e Emocional.

A dimensão social desempenha um papel crucial na construção de cenários, uma vez que as dinâmicas e necessidades da sociedade moldam diretamente os possíveis futuros, compreender as tendências demográficas, padrões de consumo, acessibilidade a serviços e questões de equidade social é fundamental para construir cenários viáveis e projetar melhorias. Além disso, a análise da coesão social e das relações comunitárias é vital para avaliar o impacto das mudanças nos diferentes contextos existentes na Vila de São Jorge. No âmbito ambiental, levar em consideração as variáveis relacionadas à sustentabilidade e resiliência dos ecossistemas, assim como, a compreensão das mudanças climáticas, gestão de recursos naturais e políticas ambientais são elementos-chave para antecipar desafios e oportunidades associados à preservação e restauração do meio ambiente, bem como para mitigar potenciais impactos adversos.

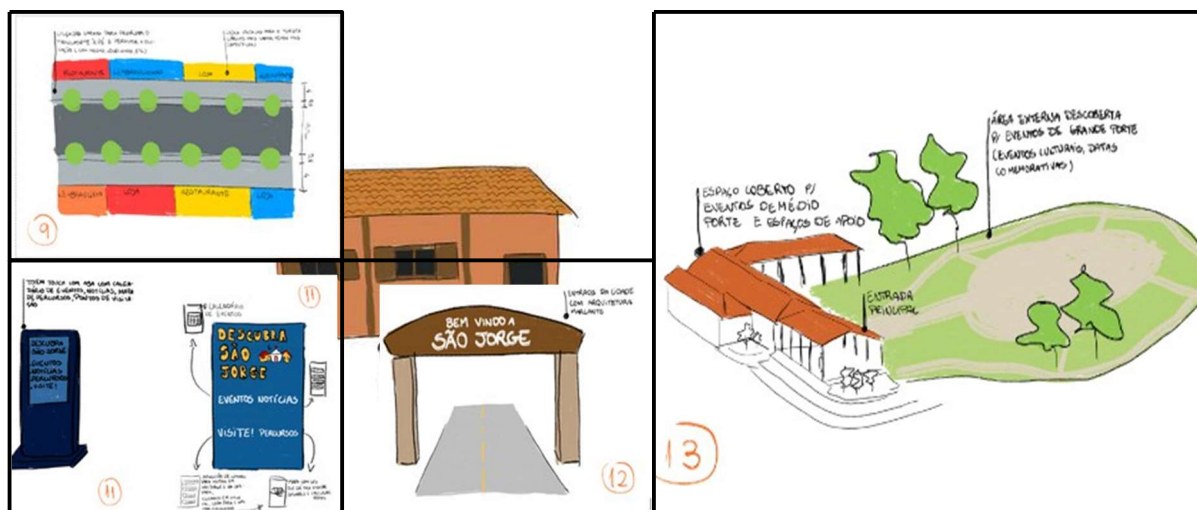
A dimensão econômica é outra peça essencial na construção de cenários, uma vez que os aspectos financeiros e econômicos têm implicações profundas nos rumos futuros. A dimensão cultural e emocional, muitas vezes subestimada, é fundamental na construção de cenários, uma vez que influencia a percepção e a aceitação de mudanças nos diferentes contextos sociais. Compreender os valores, crenças e emoções das comunidades é vital para que se estabeleça um diálogo saudável, além disso, a análise das narrativas culturais e da identidade coletiva pode fornecer informações valiosas sobre como diferentes grupos podem interpretar e adaptar-se aos futuros propostos.

Cenários e propostas de interação no zoneamento da Vila

Nas figuras abaixo é possível observar alguns cenários que foram elaborados em conjunto com a comunidade de São Jorge:



Fonte: Cotta (2023)



Fonte: Cotta (2023)

PROGRAMAS

1) Memória e Identidade de São Jorge

- Formalização de parcerias para apoio à eventos tradicionais que promovam a interação e valorização da comunidade residente;
- Fomento a projetos comunitários de reconhecimento da história e da memória local.

2) Qualificação Profissional em Turismo

- Capacitação setorial – garçom, camareira, atendimento ao público;
- Primeiros socorros;
- Educação ambiental e patrimonial – agentes multiplicadores;

3) Turismo e desenvolvimento local - fortalecendo a comunidade e complementando a experiência

turística PROJETOS EMERGENTES

- Segurança turística em atrativos turísticos e fomento a eventos sustentáveis;
- Qualificação dos espaços públicos e valorização do patrimônio local;
- Plano de Marketing integrado à promoção da marca Veadeiros.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do desempenho do turismo na Vila de São Jorge depende da interlocução com a Secretaria de

Turismo de Alto Paraíso de Goiás e com o Conselho Municipal de Turismo que, a partir das prerrogativas apresentadas neste plano deverão criar instrumentos que assegurem:

- ◆ Criação de uma ferramenta estatística municipal capaz de concentrar os dados sobre taxa de ocupação, arrecadação e pesquisas de satisfação, assegurando a constante atualização das plataformas estaduais e federais; para tanto poderão ser estabelecidas parcerias com Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e com a Associação Empresarial de São Jorge;
- ◆ Desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados às ofertas e demandas locais e regionais visando a correção das estratégias adotadas de forma precisa e pontual e, mapeamento da capacidade de suporte local para períodos de alta temporada;
- ◆ Mensuração dos impactos da atividade turística especialmente no cumprimento de seu papel ambiental, cultural-emocional e, social;
- ◆ Incentivo a grupos locais, associações e coletivos comprometidos com a gestão sustentável do território, promoção e apoio à comercialização, roteirização, assim como com as questões emergentes como busca e salvamento em trilhas e cachoeiras, combate ao fogo, educação ambiental e fomento a atividades para capacitação e qualificação de mulheres em vulnerabilidade.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

AÇÃO PROPOSTA	COMO REALIZAR ESTA AÇÃO	PRAZO	GRUPO DE TRABALHO ENVOLVIDO
Implantação do roteiro - Museu Comunitário	<p>a) Levantar registros audiovisuais que remetam à história local;</p> <p>b) Registro oral das memórias dos moradores e produtores culturais que residem na Vila e contribuíram com a cultura local;</p> <p>c) Sistematização e materialização de pontos de memória a partir de QRcode que possibilite a visita interativa da vila;</p> <p>d) Implantação de totem no CAT possibilitando a visitação pela cidade de forma orientada e responsável.</p>	1º e 2º semestre 2024	Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Cultura Superintendências de São Jorge, ASJOR, Cavaleiros de Jorge e instituições de fomento (FAPDF/Fundação Boticários, etc)
Qualificação profissional em turismo	<p>a) Realização de parcerias com instituições de ensino para qualificação profissional em turismo;</p> <p>b) Adaptação dos programas de ensino voltados às particularidades do território conforme sinalizado pela Política Nacional de Qualificação profissional em turismo.</p>	1º semestre 2024	Secretaria Municipal de Turismo, Superintendências de São Jorge, AJOR
Segurança turística em atrativos	<p>a) Elaboração de protocolos em parceria com equipe especializada em geologia, ecologia e demais áreas;</p> <p>b) Formalização e fomento para incentivo, fortalecimento e capacitação de grupo local de salvamento.</p>	2º semestre 2024	Associação Veadeiros, Grupo Gestor PNCV, ASEJOR, Associação dos Guias; CER/UnB; UFG; IFG, Secretaria Municipal de Turismo.
Protocolo de eventos	Elaboração de protocolo comunitário para realização de eventos contendo passo a passo com orientação sobre licenciamento e taxas.	Março 2024	Cavaleiros de Jorge, Secretaria Municipal de Turismo, Superintendências de São Jorge, AJOR
Ferramenta interativa de levantamento de dados do turismo	Construção de forms e/ou ferramenta equivalente para consolidação dos dados de ocupação, visitação, arrecadação de taxas pela prefeitura e potencialidade de realização de parcerias público privada visando a qualificação dos espaços urbanos locais com foco na comunidade e na atratividade turística.	Março 2024	Secretaria Municipal de Turismo, CAT, ASEJOR Superintendências de São Jorge
Plano de marketing integrado à promoção da marca	<p>a) Oficinas e construção de diretrizes para promoção do destino a partir das estratégias já utilizadas pela Secretaria de Turismo e Associação Veadeiros considerando como pilar a sustentabilidade e a resiliência da comunidade;</p> <p>b) Produto final – documento orientador das ações de marketing e publicidade par apresentação à Prefeitura e Câmara Legislativa afim de identificar recursos que assegurem a implantação do Plano.</p>	1º semestre 2024	Associação Veadeiros, Secretaria Municipal de Turismo, AJOR, ASEJOR, CAT, Fundação Boticário, Superintendências de São Jorge.

Fonte: Gomes, Mendonça & Wiesnieski (2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de São Jorge tem se adaptado à dinâmica territorial e aos impactos deixados pelas diversas formas de uso e ocupação do solo, especialmente, a partir dos fluxos turísticos intensificados pelo Parque Nacional da Chamada dos Veadeiros e, pelo crescimento de equipamentos e serviços turísticos.

Dialogar e estabelecer potencialidades para o desenvolvimento local sustentável a partir do turismo requer entender, de forma trans-escalar as realidades, contextos e oportunidades de integração socioprodutiva da mão de obra local, o reconhecimento dos saberes e das práticas historicamente perpetuadas.

O turismo, enquanto fenômeno social, transformador e complexo, traz às comunidades o aprimoramento e direcionamento das relações entre sujeitos e, sujeito mercado. Por isso, este PLANO PARTICIPATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO JORGE, ao descrever a as contribuições da comunidade local sobre a interface entre o território e o Turismo apresenta como demanda emergente o estudo de capacidade de carga como instrumento âncora para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de gestão pública, privada e da sociedade, tendo como comprometimento a inovação social e a idealização de processos participativos contribuindo para a governança territorial.

Os programas e projetos são apresentados como ilustrações e possibilidades de aplicação das demandas diagnosticadas pelas comunidades e pelos interlocutores locais na tentativa de garantir a valorização do trabalho e dos trabalhadores e a garantia da justiça socioambiental. O presente plano, ao propor trajetórias que otimizaram esforços para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável e resiliente, busca demonstrar o potencial da interação entre sociedade e universidade em prol de instrumentos norteadores de políticas públicas e, da construção de conexões e redes capazes de fomentar a prática turística de forma responsável e integrada aos desejos e limites estabelecidos pelos residentes.

A proposta construída a partir da microescala, aqui representada pelo Distrito de São Jorge, sugere a sensibilização e mobilização de outros grupos locais, como comunidades tradicionais e assentamentos a buscarem coletivamente a construção do futuro desejado para a vivência e convivência em seus territórios. Quanto à mesoescala, representada pelo município, cabe a articulação e integração dos projetos e programas e integração das ações às políticas públicas estadual e federal. Por fim, vislumbra-se no âmbito da macroescala, aqui identificada pela microrregião da Chapada dos Veadeiros, o fortalecimento e interação entre suas instâncias de governança e lideranças locais para construção e promoção turística de forma agregada e solidária, possibilitando a distribuição dos benefícios capazes de serem gerados.



Imagem: Valmor Pazos